



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



PAINEL PRINCIPAL

A NOVA ORDEM DA INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO

Convidamos o Prof. Marco Antônio Rodrigues Dias, da Universidade das Nações Unidas; o Sr. José David Salomão Amorim, do IESB (*palmas*); o Sr. Murilo César Ramos, professor da Universidade de Brasília (*palmas*), e os nossos convidados debatedores, a Profa. Cecília Peruzo, velha amiga e conhecida lá do Espírito Santo, que é da INTERCOM; e o Sr. Luiz Gonzaga Mota, do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da UnB. (*Palmas.*)

Antes das exposições, vou passar a palavra ao Prof. Murilo, que será o mediador desse nosso debate e dará uma explicação da metodologia, para posteriormente passarmos a palavra aos expositores.

Com a palavra o Prof. Murilo.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS - Muito bom-dia a todos. Em primeiro lugar, os meus agradecimentos à Deputada Iriny Lopes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ao Fórum Nacional das Entidades de Direitos Humanos, às demais entidades promotoras, pessoas que ajudaram a organizar este evento, a enorme gratidão da Universidade de Brasília e da Faculdade de Educação, do seu laboratório de Políticas de Comunicação pela oportunidade, pelo privilégio de podermos estar aqui hoje participando deste painel de abertura do Encontro Nacional de Direitos Humanos, que tem como tema *O Direito Humano à Comunicação – O Mundo, Muitas Vozes*. O agradecimento é pela generosidade com que os organizadores deste encontro tiveram com a idéia de que o tema do direito humano à comunicação fosse o tema central deste evento.

Como já foi dito por alguns dos que me antecederam, nem sempre a questão da comunicação é compreendida como um direito humano fundamental. Tende a ser vista apenas como uma questão de uma corporação de jornalistas principalmente, uma perspectiva instrumental. Na verdade, este é um tema que transcende a nós profissionais, professores, pesquisadores da área de comunicação. O tema é absolutamente estruturante, de toda uma luta social por direitos humanos. Então, é com esse espírito que estamos aqui hoje, para iniciar o debate neste Encontro que tratará do tema *O Direito Humano à Comunicação*.

Farei uma contextualização muito breve desse tema, para passar a palavra aos nossos palestrantes, para o Sr. Marco Antônio e para o Sr. Salomão e depois de ouvirmos os debatedores, passarei a palavra ao Sr. Cecílio e Sr. Luiz Gonzaga.

Há 25 anos foi publicado o Relatório McBride, resultado de quase 20 anos de debate no mundo todo, em particular, no que nós chamávamos então de Terceiro Mundo, sobre a questão da comunicação. Esse debate, que movimentou dezenas de representantes de movimentos sociais, da academia, de partidos políticos, nas décadas de 60 e 70, teve como seu momento culminante o Relatório McBride. Seria, então, a partir de sua divulgação, o grande instrumento mobilizador de todo o processo de mais de uma década de discussão sobre a questão de uma nova ordem mundial da informação, da comunicação e de políticas nacionais de comunicação.

Infelizmente, e é importante registrar que o relatório foi publicado em 1980, em Paris, já quando na Inglaterra era Primeira-Ministra Margareth Thatcher e quando chegava ao governo dos Estados Unidos Ronald Reagan. Com muita objetividade, o relatório foi literalmente “assassinado” pelas políticas neoliberais que passaram a dominar a política internacional a partir de então e principalmente organismos das Nações Unidas, em especial a UNESCO. A UNESCO teve de se submeter a um processo de esvaziamento, porque os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Japão em seguida, literalmente, deixaram a Organização em função desse documento. A importância desse documento era tão grande e ele seria um elemento tão mobilizador a partir daí que gerou um processo político que quase levou ao esquecimento, nas décadas seguintes de hegemonia neoliberal, sob a qual vivemos até hoje, a discussão sobre o direito à comunicação e as políticas nacionais de comunicação.

De lá para cá esse termo resistiu, essencialmente no mundo acadêmico, em determinados movimentos sociais. E surge agora a oportunidade, por conta dos 25 anos do Informe McBride, de fazermos a retomada dessa discussão no

País. No mundo todo discute-se o Relatório McBride, seus resultados, sua história, 25 anos depois de sua publicação.

Era essa a contextualização que eu queria fazer, muito brevemente. Devolvo a palavra, então, à Deputada Iriny Lopes, que vai coordenar os trabalhos. Teremos como palestrantes iniciais, com o prazo de até 20 minutos para cada manifestação, pela ordem, os Profs. Marco Antonio Rodrigues Dias, da Universidade das Nações Unidas; José David Salomão Amorim, do Instituto de Educação Superior de Brasília, ex-colega nosso da UNB; Círcia Peruzzo, da Universidade Metodista; e Luiz Gonzaga Motta, da Universidade de Brasília, da Faculdade de Comunicação.

Cada um dos debatedores terá até 10 minutos para se remeter às apresentações dos palestrantes.

Então, renovo meus agradecimentos à Comissão de Direitos Humanos e à Deputada Iriny Lopes por esta oportunidade. Devolvo a palavra a S.Exa. para que continue a coordenar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Muito obrigada, Prof. Murilo.

Antes de passar a palavra ao Prof. Marco Antonio, registro a presença do Sr. Jorge da Cunha Lima, Presidente da TV Cultura e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, a quem agradecemos a participação e a presença. (*Palmas.*)

Passaremos a palavra ao Prof. Marco Antonio Rodrigues Dias, pelo prazo de até 20 minutos, para sua exposição inicial.

O SR. MARCO ANTONIO RODRIGUES DIAS - Bom-dia. Agradeço aos organizadores deste evento a oportunidade de vir a esta Comissão. Pelas circunstâncias da vida, estou afastado do País há quase um quarto de século. Essas circunstâncias têm-me levado a falar sobre temas próximos aos dos debates de hoje. Inclusive eu me sentiria mais à vontade para falar sobre um problema que está em pauta no mundo inteiro: a utilização de novas tecnologias para a educação e, em consequência, a transformação que está ocorrendo na educação em comércio e o afastamento da idéia de educação como bem público e como serviço público.

A verdade é que, em 1994/1995, quase houve um golpe de Estado mundial, com a adoção do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e com a criação da Organização Mundial do Comércio. O mundo acadêmico, em nível

* Conselheiro especial do reitor da Universidade das Nações Unidas, como expositor do painel principal: Nova ordem da informação e direitos humanos – trajetória histórica do conceito.

mundial, só foi tomar conhecimento disso no final de 1999. Na América Latina o problema só começou a ser debatido a partir de uma discussão sobre o tema no fórum de Porto Alegre, em 2002. A alienação era total. Infelizmente, a falta de informação sobre alguns temas continua. Conforme o Murilo acabou de dizer, a discussão do Relatório McBride está voltando. Discute-se em Paris a adoção de uma convenção sobre diversidade cultural. Os mesmos temas de 25 anos atrás voltam a ser debatidos.

Estou fora do País, mas tenho acompanhado a questão pela *Internet*. E até agora não vi nada na imprensa brasileira nem debate sobre o assunto. Tentarei fazer menção ao problema. De qualquer maneira, estou um pouco surpreso e assustado também. Falamos no mundo inteiro. O problema é quando falamos na nossa terra. Ninguém é profeta em sua terra. A receptividade que o meu colega e amigo Salomão Amorim teve nesta Comissão me assustou mais ainda, porque há expectativa em torno do que ele vai falar, e nós falamos antes. Então, é um pouco perigoso. Mas vamos tentar ir adiante.

O escritor mexicano Octavio Paz fazia uma afirmação. Não sei a citação exata, mais a idéia dele é que a conquista do futuro passa pelo reconhecimento do passado. É importante fazer uma análise do que aconteceu no passado. É verdade que outros olham o problema do passado de forma diferente.

Há poucos dias reli o romance *1984*, de George Orwell, no qual ele diz que aquele que tem o controle do passado tem o controle do futuro; aquele que tem o controle do presente tem o controle do passado. Lembrei-me dessa frase ao ler na *Internet* artigo de um ex-Presidente do Brasil e de um ex-Ministro do Planejamento — a comunidade acadêmica brasileira não tem nenhuma saúde dele pela destruição que promoveu no ensino superior público no País. Ambos, alegando motivos éticos e dispondo do controle do presente — ou seja, o manejo da crise atual —, tentaram reescrever o passado, mostrando que agiam com princípios éticos para exercer o controle do futuro. Mas isso é um parêntese de alguém que está fora do País e que se assusta, de qualquer maneira, vendo, lendo e olhando para o que está acontecendo.

Sra. Deputada Iriny, antes de entrar propriamente no problema do relatório, recordo a palavra de alguns poetas — se não me falha a memória, Vinícius de Moraes e Carlos Lyra: “*Mais que nunca é preciso cantar. É preciso cantar e alegrar a cidade*”. Como V.Exa. acaba de dizer, não é hora de desânimo, não é hora de deixar de acreditar em utopias, não é hora de abandonar a idéia de se construir um país mais justo.

Na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, promovida pela UNESCO, em 1998, da qual tive o privilégio de ser o principal organizador, um dos pontos que menos chamou a atenção foi o que solicitava às universidades definirem ou redefinirem suas missões. Não sozinhas, mas com a participação da comunidade acadêmica — professores, administradores, estudantes — e de toda a comunidade, não só os Poderes constituídos como a sociedade civil. O que estava por detrás disso era que, na medida em que se discutia a missão da universidade no momento atual, discutia-se também a questão da sociedade, um projeto de nação, um projeto de país, o que é completamente diferente de uma campanha eleitoral ou de promessas eleitorais.

Segundo o filósofo francês Jacques Maritain, um dos criadores da UNESCO, há necessidade de se estabelecer um projeto histórico. Antônio Otávio Cintra conhece bem o assunto e escreveu bastante sobre o significado de um projeto de país, um projeto de nação, um projeto de sociedade mais justa. O cientista político brasileiro Teotônio dos Santos, adaptando-o aos tempos atuais de globalização, fala na criação de um projeto de civilização.

Quando eu assumi, em 1970, a direção do Curso de Comunicação da UnB, tive o privilégio de ser um dos responsáveis pela vinda a Brasília de Murilo César Ramos; e depois, do Prof. Salomão Amorim. Espero que, com isso, os alunos do professor me olhem com um pouco mais de simpatia também. (*Risos.*) Na época, pensávamos que se resolvia tudo.

Se perguntarmos hoje aos estudantes de Comunicação se eles já tiveram oportunidade de ver em funcionamento uma rotativa, acho que muitos poucos dirão que sim. Desculpem-me, mas, se perguntarmos a esses estudantes o que é uma calandra, uma linotipo, é provável que muitos respondam que desconhecem o que seja.

O progresso tecnológico no final do século XX faz com que as condições de fabricação de um jornal — eu fui jornalista nos anos 60, em Minas Gerais e em São Paulo —, a partir de 1970, comparando-as com as de 1870, sejam muito maiores. Apesar disso, é muito importante ver o que acontece.

Antes de entrar no relatório — e eu vou ter de acelerar e falar como uma metralhadora —, informo que é importante analisar os impostos

Estou fora do País há 25 anos. Forçosamente, tenho de acompanhar a evolução numa esfera mais global.

É verdade que os impactos das novas tecnologias da informação têm sido mais evidentes na área da educação, mas são enormes em todas as áreas, inclusive na de comunicação.

Antigamente, o jornal era produzido a quente, sem tempo para reflexão. Que dizer da situação hoje? Uma vez que quase 80% dos jornais de todo o mundo dispõem de versões *on line*, as informações que chegam são lançadas imediatamente na página da Internet. O tempo para reflexão e verificações, que era insignificante, passa a ser nulo.

São necessárias novas fórmulas? Isso é o que os jornais europeus estão perguntando. Em vez da objetividade, é necessário voltar a uma participação mais subjetiva de jornalistas aptos a comentar? Essa é outra questão. Que formação se dá ao jornalista?

Em 1970, não tive dúvidas em assumir a direção de um grupo de comunicação. Hoje, se me oferecessem uma posição dessa, confesso a vocês — a idade passa, tudo isso conta — que teria muitas dúvidas. Seguramente, não aceitaria. A interação com o público é maior. Antigamente, para responder a alguma questão, o leitor tinha de fazer um esforço muito grande. Hoje, a pessoa lê, imediatamente vai ao computador, envia um *e-mail* com a resposta.

As repercussões no mundo do trabalho são terríveis. Seguramente, a Deputada deve estar trabalhando com esse aspecto, porque, para os direitos humanos, as repercussões sobre a desvalorização mundial do trabalho são enormes. Uma delas é a precariedade, que atinge todas as áreas e profissionais da comunicação. As novas máquinas exigem menos funcionários. Isso é mais grave em países como o nosso, que gera pouca tecnologia e é obrigado a se apropriar de inovações desenvolvidas em outras partes do mundo. A importação de equipamentos diminui empregos aqui e aumenta nos países fornecedores e, cada vez mais, nos que concebem as novas tecnologias. Na sociedade do conhecimento, o que vale, o que importa, é a tecnologia.

A situação econômica e financeira dos meios tradicionais se agrava, em função da concorrência dos novos veículos publicitários, em particular, da Internet.

Na França, o número de anúncios de ofertas de emprego nos jornais diminui progressivamente desde 2000. De um índice de 100, em 1990, chegou-se a um índice de 45, em março de 2005.

No mundo inteiro, a difusão dos jornais decresce, em média, 2% por ano. Para manter vendas significativas, os jornais lançam promoções e vendem a preços atrativos DVDs, CDs, álbuns de arte, livros, enciclopédias. Os custos de produção aumentam, os jovens se desafeiçoam dos veículos impressos, a escritura começa a perder lugar.

O problema mais delicado, sobretudo nos países desenvolvidos do Ocidente, é que a grande imprensa perde credibilidade — eu ouvia o que dizia

a Deputada Iriny, e a observação se aplica em âmbito internacional —, o que aumenta os casos de falta de objetividade, de mentiras, de manipulações, de submissão a grupos econômicos.

Nos Estados Unidos, que se intitulam a terra da liberdade, a *Fox News*, por exemplo, representa o apanágio das mentiras relativas à guerra no Iraque.

Na Inglaterra, os jornais de maior tiragem, inclusive o *The Times*, são controlados pelo magnata ultradireitista australiano Murdoch, um defensor incondicional de Tony Blair. Seguramente, uma coisa explica a outra.

Na França, Serge Dassault, construtor de aviões e de armas, disse que comprou o *Le Figaro*, um grande jornal tradicional francês, e a *L'Express*, uma revista semanal — equivalentes aqui, digamos, a *O Globo* e *Veja* —, porque permitem passar um número importante de idéias sãs. O que são idéias “sãs” nesse caso?

Patrick Le Lay, Diretor da TF-1, estação de televisão de maior audiência na França, revelando a função da sua televisão, em particular, escreveu recentemente em um livro que o objetivo do TF-1 é ajudar a Coca-Cola a vender o seu produto. Nós vendemos à Coca-Cola o tempo disponível do cérebro humano.

Nos Estados Unidos, a FCC — Federal Communications Commission, órgão coletivo que regulamentava, que impedia a concentração dos meios de comunicação, na nova política americana, decidiu recentemente que as frequências do cabo não devem estar submetidas às regras que garantem a concorrência. Há uma série de resultados estatísticos; não vou citar por causa do tempo. E a concentração que, em 1980, estava sob controle, está agora totalmente descontrolada. Hoje os jornais podem possuir estações de televisão na mesma cidade, coisa que antes era proibida. As redes que existiam ou acabaram ou estão se acabando.

Num contexto semelhante ao que o Sr. Murilo César Ramos mencionou foi que se publicou, em 1980, o Relatório MacBride. Não é um relatório perfeito. Luiz Beltran, que muitos aqui seguramente conhecem pelos trabalhos e pelas aulas do Murilo, do Salomão, do Gonzaga e de outros, dizia que um camelo é um cavalo produzido por uma comissão. O relatório de uma comissão é o resultado de um trabalho de consenso. O Relatório MacBride é o consenso ao qual pôde chegar a comunidade internacional naquele período. Provocou entusiasmo em uns, reserva em outros. Era uma Comissão de 16 pessoas presidida por Seán MacBride, Prêmio Lênin da Paz, ex-Ministro das Relações Exteriores da Irlanda. Entre esses 16, havia 2 latino-americanos, Gabriel García Márquez e Juan Somavia.

Vários especialistas foram convidados para fazer comentários. Na época, eu era professor no curso de Comunicação da Universidade de Brasília, fui chamado também, fiz comentários, participei de reuniões à margem do processo de elaboração desse relatório para criação do Programa de Desenvolvimento Internacional da Comunicação.

Nos meios acadêmicos, sobretudo nos latino-americanos, achou-se que o relatório era muito conciliador. Os americanos, desde aquela época, acharam que o relatório apresentava preconceito contra o uso comercial dos meios de comunicação. O bloco comunista, liderado pela União Soviética, reclamava que o relatório dava muita atenção ao modelo ocidental. E os soviéticos se manifestaram contra a idéia do direito à comunicação, que, no dizer de seus representantes, era inexistente no Direito Internacional.

O relatório era dividido em 5 partes: Comunicação e Sociedade; A Comunicação nos Dias de Hoje; Problemáticas; Preocupações Comuns; Quadros Institucional e Profissional; A Comunicação Amanhã.

Os princípios básicos — vou limitar minha fala — eram absolutamente contra a censura, contra o monopólio estatal ou privado, a favor da liberdade com responsabilidade, a favor de políticas de comunicação para estimular o desenvolvimento, a utilização de novas tecnologias — mas chamando a atenção de que a tecnologia não era neutra —, a valorização do profissional. Mas o ponto fundamental era a importância dada ao direito à comunicação.

A democratização era vista, no relatório, como um processo, mais do que como um conceito estático. Os autores do relatório avançaram em sua análise até a tentativa de reformulação do que seria o direito de comunicar-se — o Ivônio deu alguns elementos do que poderia ser o direito de se comunicar.

Para os membros da comissão que aprovou o Relatório MacBride, o direito de se comunicar seria integrado pelos seguintes elementos: direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; direito de apresentar questões, de ser informado, de informar e outros direitos de informação; direito à cultura; direito de escolher; direito à vida particular e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. E, especialmente, afirmava que o direito à comunicação não é o direito de um empresário ou de um capitalista dizer o que o público deve ouvir; não é o direito de os empresários manipularem crises e orientarem a comunicação de acordo com seus interesses a curto, médio e longo prazos.

Esse enfoque é bem claro dentro da afirmação do Presidente da Comissão, Seán MacBride, para o qual existiam laços estruturais entre os problemas da co-

municação e as estruturas socioeconômicas e culturais, o que explica o caráter altamente político de que, afinal e inevitavelmente, se revestiam os problemas da comunicação naquela época, como se revestem hoje, e, em conseqüência, sua importância primordial sobre a cena nacional e internacional.

Repito o que mencionei no início: o interessante é que esses temas estão voltando novamente à mesa de discussão em razão de proposta feita no quadro da UNESCO, que há 3 ou 4 anos aprovou uma declaração sobre diversidade cultural, e os países sugeriram que se criasse uma convenção, que é um instrumento jurídico mais coercitivo, em que as obrigações são mais fortes.

Na sua edição de 23 de dezembro de 2004, bastante recente, o jornal francês *Le Monde* chamava a atenção para o tema em matéria que publicava um dossiê sobre o assunto, intitulada *A diversidade cultural inimiga dos Estados Unidos*.

Depois que as indústrias culturais se tornaram o primeiro elemento de exportação dos Estados Unidos, a combatividade dos norte-americanos para preservar seu espaço nesse terreno é notável. No Marrocos, por exemplo, os norte-americanos propuseram abertura de seu mercado — dos Estados Unidos — aos produtos agrícolas do Marrocos, que, em contrapartida, deveria assumir o compromisso de renunciar a sua soberania sobre suas indústrias culturais.

A UNESCO, dizem os representantes americanos, não deveria se ocupar de política comercial, que é competência da OMC. Nesse ponto, entramos em outro campo, que mencionei, sobre o qual tenho trabalhado ultimamente. Dentro da OMC, por meio de Acordo Geral de Comércio e Serviço estabeleceu-se ou pretende-se que todos os serviços, praticamente todas as atividades governamentais, que vão do turismo às finanças, ao desenvolvimento em geral, ao meio ambiente, à educação e às atividades culturais, inclusive cinema, televisão e tudo mais, sejam considerados serviços comerciais e tratados de acordo com regras comerciais. Devem beneficiar o lucro e de maneira alguma devem ter o sentido de serviço público, de bem público, ou responder ao serviço público. Isso gerou uma luta que muitos na comunidade acadêmica, pelo mundo afora, estão combatendo na área de educação. As sendas da vida me levaram a esse caminho, mais do que a comunicação, mas a luta no caso é a mesma.

O problema da idéia de serviço público, ou seja, de assuntos, de temas, de instituições, de funções que devem visar à coletividade e que não podem servir simplesmente a interesses pessoais, é cada vez mais válido e não é um elemento meramente teórico, meramente acadêmico, mas fundamental para que se possa voltar a construir um projeto de nação e construir um País mais

justo e uma democracia verdadeira em que todos sejam verdadeiramente partícipes do processo, e não apenas aqueles que controlam o poder econômico.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Muito obrigada, Prof. Marco Antônio.

Antes de passar a palavra ao Prof. José David, divulgarei alguns informes.

O INTERVOZES — Coletivo Brasil de Comunicação Social informa que digitalizou o Relatório MacBride em português e vai solicitar à UNESCO autorização para difusão pública desse documento em forma digital. (*Palmas.*)

Registro a presença de representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e da Associação brasileira de Radiodifusão Comunitária — ABRAÇO.

O grupo Repórter sem Fronteiras mandou um bilhete dizendo que fez um levantamento, considerando o período de 1995 a 2004, e chegou ao dado de 53 jornalistas mortos no exercício da profissão, em coberturas jornalísticas.

Prestadas essas informações, passo a palavra ao Prof. José David Salomão, pelo prazo máximo de 20 minutos.

O SR. JOSÉ DAVID SALOMÃO AMORIM - Obrigado. Bom-dia a todos.

É um prazer estar aqui para falar deste assunto com meus alunos e com pessoas das entidades representativas da área de direitos humanos. O Ivônio esteve comigo agora, assim como o Jorge Cunha Lima. Veja que coincidência, Jorge. Ontem, lendo o livro *Minha Razão de Viver*, de Samuel Wainer, vi que ele se refere a você, quando criou o *Última Hora*, de São Paulo. É um belo livro. Vou recomendar aos meus alunos que o leiam. Saiu agora uma nova edição.

Marco Antônio, as palmas não são em função de competência sobre o assunto, mas em função do carinho e da amizade mútuos que eu e meus alunos nutrimos. Digo a eles que hoje eu gosto de dar aula, tenho prazer nisso.

Como o terceiro a falar, depois do Murilo e do Marco Antônio, acabo ficando um pouco sem saída, porque também preparei algo no sentido de fazer uma recuperação histórica do tema.

Essa recuperação histórica é importante pelo seguinte: eu vi há dias — já falei isso com meus alunos — um documentário sobre o Paulinho da Viola em que é citada a seguinte frase dele: *“Eu não vivo do passado, mas o passado está em mim”*. Há uma matéria publicada certa vez no *Le Monde*, pelo Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio — também gosto de citá-lo a meus alunos —, sobre as diversas concepções da história. Em determinado momento, ele se refere a uma concepção de história que, no fundo, queria dizer mais ou

menos o seguinte: a história não é uma baía de chegada, mas um porto de partida. Então, a história é importante para nós nesse sentido. E o que vou fazer aqui é recuperar um pouco da história, evitando repetir o que já foi dito e enfatizando alguns pontos.

Essa questão da informação dentro dos organismos nacionais não é nova. Pelas pesquisas que fiz, em 1925, na antiga Liga das Nações, que antecedeu as Nações Unidas, já se falava, na sua agenda, sobre o problema geral e a necessidade de colaboração da imprensa na organização da paz.

Depois disso, dezenas e dezenas de documentos trataram desse assunto. Poderia citar o documento de constituição da UNESCO, em 1945, em Londres; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral da Nações Unidas, em 1948, em Nova Iorque.

Em 1952, a Assembléia Geral das Nações Unidas dava um passo à frente ao dizer que havia chegado a hora de um programa concreto e de um plano de ação na área da comunicação.

Vamos dar um salto para os anos 70, quando começa a luta pelo que chamamos hoje — inclusive é o tema deste encontro — de Nova Ordem da Informação. Esse nome depois foi modificado. Em vez de Nova Ordem da Informação — NOI, passamos a falar Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação — NOMIC, em virtude da necessidade de maior abrangência da comunicação, não mais restrita ao problema do fluxo de informação, no âmbito internacional, da disponibilidade de estrutura de informação, de agências noticiosas pelos países mais ricos, mas também já falando de televisão, depois de satélites, até chegarmos hoje às novas tecnologias, como Internet etc.

Nos anos 70, esse tema começa a ser tratado em encontros, conferências e assembléias gerais pela UNESCO e também pelo Movimento Não-Alinhado, movimento que reuniu os países do Terceiro Mundo, que queriam manter a equidistância dentro de um mundo polarizado entre capitalismo e comunismo.

O período de 1970 a 1976, pelo que li, foi marcado pela tomada de iniciativa dos países pertencentes ao Movimento Não-Alinhado. O movimento se sentia forte, e tinha havido mudança nas relações socioeconômicas e nas forças políticas no mundo. Essa mudança configurava um mundo no qual, em primeiro lugar, havia países socialistas — o socialismo se estabelecera em vários países. Esse momento da humanidade estava marcado pelo fim do processo de colonização e pelo desenvolvimento do que se chamou Terceiro Mundo, e as tecnologias de comunicação, como eu disse, já se mostravam de grande importância.

Aos meus alunos apresento um vídeo sobre a história da imprensa brasileira. É um vídeo muito longo, mas, para mim, assinala um momento de ruptura, quando, na tela da televisão, as imagens do astronauta pisando na lua são projetadas. Na verdade, isso representa um marco na evolução das comunicações do mundo.

Então, a aliança entre os países comunistas e os países do Movimento Não-Alinhado permitiu a luta pela Nova Ordem da Informação, marcada, nesses primeiros anos, pela ofensiva desses dois blocos.

No período seguinte, que se inaugura a partir de 1976, a UNESCO, que defendia as posições pela Nova Ordem da Informação, é colocada sob ataque. Houve uma coalizão reunindo governo dos Estados Unidos, grupos privados ligados a corporações de meios de comunicação, estudos acadêmicos, cobertura jornalística intensa, tudo isso convergindo para acusar a UNESCO de usar a retórica da Nova Ordem da Informação para promover o controle dos meios de comunicação pelos governos e eliminar a liberdade de imprensa.

A UNESCO continuou a dar apoio ao movimento pela Nova Ordem ainda por mais alguns anos, até que seu diretor, um senegalês, africano — o Marco Antônio não o citou aqui —, perdeu o cargo de diretor-geral da UNESCO. Quem assumiu seu lugar foi um espanhol, Frederico Mayor, que modificou a orientação política da UNESCO. Houve um recuo na luta pela reivindicação de mudanças na informação no mundo.

Apesar desses conflitos — penso que o Marco Antônio concorda comigo —, duas coisas importantes aconteceram dentro da UNESCO nos anos 80. Uma delas foi a criação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação. Esse programa, evidentemente, descaracterizou muito o que pleiteávamos como Nova Ordem. Por exemplo: omitiu proposição de ações sobre controle transnacional do fluxo de informações no mundo, direito de comunicar, direitos e responsabilidades dos jornalistas, políticas nacionais de comunicação e, sobretudo, omitiu o princípio norteador da Nova Ordem da Informação.

Enquanto o princípio norteador vigente até então era o princípio do livre fluxo de informações sem barreiras de espécie alguma, o movimento pela Nova Ordem propunha que se mudasse essa expressão e se anexasse a ela o seguinte: livre fluxo, porém equilibrado, de informações no mundo. Esse seria o novo pilar de estruturação da informação no mundo.

Apesar dos recuos que houve na instituição do programa de comunicação da UNESCO, não podemos desprezá-lo. Citaria como exemplo de trabalho extremamente positivo deste programa aquele que a UNESCO faz hoje sobre o

tema *A mídia e a criança*. A UNESCO, em parceria com instituições de vários países, apóia pesquisas sobre o assunto, estimula as experiências de educação para a mídia e promove intercâmbio entre pesquisadores, educadores e outros agentes sociais.

Alguém vai dizer que esse trabalho não vale. É claro que vale! É um trabalho de profundidade, um trabalho de raiz. O último remédio para os problemas que enfrentamos na comunicação está na criação de uma consciência cidadã sobre o assunto.

Relendo o Relatório MacBride para fazer essa palestra hoje, vi nele um instrumento antecipador de aspectos fantásticos, alguns já citados pelo Marco Antônio. Por exemplo, sobre a questão das políticas, há a idéia de que a comunicação não deveria ser mais deixada ao acaso dentro das sociedades, para ser tratada empiricamente por diversas repartições governamentais. O relatório traz a idéia de política como um todo global, coerente, articulado, que visse a questão da comunicação no seu conjunto, e não mais isoladamente. Esse foi um ponto importante do relatório, algo simplesmente fantástico.

Quando o relatório falava em políticas e outros pontos, ele já falava em participação pública na elaboração de políticas e nas decisões sobre políticas de comunicação de interesse da sociedade.

Vamos discutir a televisão digital. É um mercado de bilhões de dólares no Brasil. Quem vai participar das discussões e definir qual o nosso projeto para essa área? O Relatório MacBride já propunha a participação pública, assim como outras questões: enfrentar o desafio tecnológico, que vinha e veio em uma caudal imensa — a mudança tecnológica é hoje uma coisa louca dentro da sociedade —; a necessidade de fortalecer a identidade cultural, não mais numa perspectiva nacionalista, mas numa perspectiva de reforço das manifestações culturais, locais, regionais e nacionais, sem perder de vista o universal, ou seja, a idéia de que a identidade nacional se forja nesse contato e nesse confronto com outras culturas, desde que nele nos seja dada a possibilidade de enfrentamento em igualdade de condições.

Um outro ponto em que o relatório tocava, que foi citado pelo Marco Antônio, trata da excessiva comercialização da comunicação. O relatório propunha que se reduzisse a influência negativa das considerações comerciais e de mercado na organização e conteúdo nacional e internacional da comunicação e citava padrões de integridade profissional, o que tratamos nos cursos de Comunicação com muita freqüência: a necessidade de fortalecer o respeito pela verdade, pela precisão da informação e o respeito pelos direitos humanos

entre os jornalistas. Só que esse dever não pode ser imposto por decreto nem depende apenas das boas intenções dos jornalistas. Depende das organizações de jornalistas e dos meios de comunicações de massa.

Eu falava de concentração — tema que deve vir à tona novamente nesta Comissão —, das várias maneiras de se controlar socialmente a imprensa. Eu diria que, ao refazer esse percurso histórico da Nova Ordem da Informação e tentar associá-la com o Brasil, eu me surpreendi com a quantidade de aspectos absolutamente progressistas e avançados contidos no capítulo sobre comunicação social da Constituição Federal de 1988.

Estou falando da Constituição, não na implementação das medidas que estão lá. A Constituição fala em criação do Conselho Nacional de Comunicação; proibição de concentração; criação de um sistema tripartite compensatório de comunicação comercial público e privado; estímulo à produção regional; e por aí afora. Há uma série de medidas que são absolutamente avançadas e que nos animam quando refazemos esse percurso.

Eu gostaria de dizer, para terminar, nesses 3 ou 4 minutos que me restam, o seguinte: a partir dos anos 90, muitas mudanças enfraqueceram o movimento pela Nova Ordem da Informação em âmbito intergovernamental. Contribuiu para isso, evidentemente, o fim dos regimes comunistas em várias partes do mundo e na União Soviética. Ao lado disso, o enfraquecimento do Movimento Não-Alinhado e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial. Quer dizer, hoje estamos diante de uma situação em que há avanço da economia de mercado nas sociedades. Ignacio Ramonet, do *Le Monde*, diz que há hoje a idéia de que só é possível uma política econômica baseada em critérios de mercado. E, nesse processo, o setor financeiro é o que domina a economia.

Um outro dado da contemporaneidade é a centralidade dos meios de comunicação nas sociedades modernas. Eles se tornaram um poder. Os Estados Unidos em guerra governam o mundo com uma mão no gatilho e outra no controle remoto da *CNN*. Então, os meios de comunicação adquiriram posição central na vida das sociedades e se tornaram extremamente concentrados e comercializados.

Acho que outra característica de hoje é a globalização e a desregulamentação da economia, aspectos que favoreceram o surgimento de poderes que, com a ajuda da tecnologia, transbordam as estruturas estatais e nacionais. Isso se faz sentir na comunicação com a globalização. E há ainda um sentimento que, creio, a maioria dos senhores compartilham hoje de que — isso é falado

pelo Ignacio Ramonet, também — a democracia que se espalhou nos últimos anos parece ter sido confiscada por grupos.

As políticas de governo, muitas vezes, estão sendo submetidas a lógicas estranhas ao bem-estar do cidadão. Temos diante de nós a questão do desemprego, o aumento das desigualdades, o desmantelamento do Estado, a corrupção da classe política, e por aí afora.

O que fazer — vou terminar com isso — para manter viva a luta para pôr em prática os princípios da NOI e da democratização da comunicação? Eu recorreria a um finlandês, Kaarle Nordenstreng, que, há alguns anos, dizia que a história da nova ordem informativa e da comunicação não é um instrumento de diplomacia para dar mais dinheiro aos países em desenvolvimento. É também, e cima de tudo, a manifestação de um processo fundamental que está tomando forma na comunidade internacional. É um processo histórico, contínuo, em evolução e irreversível, que não pode ser paralisado por movimentos táticos em nível diplomático.

E aí relembro novamente o nosso velho irlandês e querido Seán MacBride, que acreditava muito no poder do cidadão e na sociedade organizada para mudar as coisas. Acho que é nesse sentido que se vem encaminhando a luta pela democratização da comunicação.

Eu terminaria com mais uma frase, para sustentar essa idéia que estou mencionando agora no final, de Kaarle Nordenstreng. Falando sobre a situação atual — ele é um pessimista —, dizia ele que o mecanismo que pode interromper essa corrida para o desastre é a massa crítica dos cidadãos dispostos a fazer prevalecer os seus direitos. Ele diz isso num livro cujo título faz um jogo de palavras com o título do Relatório MacBride. O título do relatório é *Um mundo, muitas vozes*; o do livro de Kaarle Nordenstreng é *Poucas vozes, muitos mundos*.

Muito obrigado, Sra. Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Obrigada, Professor.

Registro a presença da Subprocuradora Maria Eliane, nossa companheira, nossa amiga, ex-Procuradora dos Direitos do Cidadão. Registro também a presença de representantes do Deputado Adão Pretto, que também é membro da Comissão de Direitos Humanos, mas está fora do País em viagem oficial, e da Deputada Luci Choinacki, que também é membro da Comissão de Direitos Humanos, mas que não se encontra na Câmara dos Deputados hoje.

Vamos passar em seguida a palavra à Profa. Cícilia Peruzzo, pelo prazo de até 10 minutos.

A SRA. CÍCÍLIA KROHLING PERUZZO - Bom-dia.

É uma satisfação estar aqui com vocês. Agradeço imensamente o convite. Também quero manifestar a minha alegria em ver esse tema do direito à comunicação mencionado como ponto central desse encontro nacional de direitos humanos. Para mim, significa amadurecimento do próprio movimento dos direitos humanos em torno da questão da comunicação, no sentido de incluir a comunicação como um direito de cidadania.

Como já foi dito aqui em alguns momentos, a comunicação, no contexto dos movimentos sociais, ainda é vista como algo secundário, como instrumento das lutas. Essa necessidade hoje de colocá-la como direito fundamental de cidadania é realmente um marco na história da luta pelos direitos humanos em nosso País.

Quero também falar da minha satisfação em reencontrar os meus mestres, não de sala de aula, mas de textos, porque quando iniciei o estudo, a introdução ao tema da análise crítica da comunicação, como também da crítica da comunicação em âmbito de América Latina e da proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação tive a participação dos mestres presentes nesta Comissão hoje — Marco Antônio, Salomão e Prof. Gonzaga. Há diversos livros históricos que contêm a contribuição desses professores.

Vou tentar ser breve e não ultrapassar o tempo de 10 minutos.

Começo resgatando 2 aspectos mencionados pelos palestrantes e que me parecem fundamentais. O primeiro é a idéia, que inclusive consta do relatório, do meio de comunicação como serviço público, tema candente até hoje. Essa discussão sobre concentração da mídia e sobre condicionamento dos interesses de mercado com relação aos conteúdos veiculados já foi citada. O tema é atual, faz parte deste nosso contexto.

O outro aspecto diz respeito às políticas nacionais de comunicação traçadas no documento. Houve um problema na implantação dessas políticas, e o tema não ganhou muita ressonância na sociedade. Naquela época já se levantava o assunto, ainda hoje bastante atual, e até hoje não conseguimos resolvê-lo. Muitas vezes políticas são traçadas, mas, de certo modo, não refletem os interesses e as necessidades da sociedade como um todo. Essa política tem então de ser refeita de modo a ouvir a opinião pública, favorecer a participação da sociedade, como apontava o relatório.

Parece-me que a questão fundamental é de que precisamos resgatar esses princípios e evoluir na questão do direito à comunicação. Faço até uma provocação à Mesa no sentido de tentar mostrar o que vejo hoje em termos de avanço de perspectiva quanto ao conceito de direito à comunicação no Brasil e em outros países da América Latina.

Do meu ponto de vista, felizmente, houve alteração no conceito de direito à comunicação no decorrer de toda essa discussão em torno da NOMIC e do Relatório MacBride.

No sentido tradicional, o que significa direito à comunicação? Significa basicamente ter direito ao acesso à informação e à liberdade de opinião e de expressão. Esses direitos estão explicitados em vários textos jurídicos, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969; e na Constituição brasileira, de 1988. Essa noção é reproduzida em muitos textos acadêmicos.

Mas nessa concepção de direito, o que vemos? Consideramos o cidadão um receptor. A mudança ocorre de que forma? A mudança se dá ao reconhecer esses direitos como fundamentais. Não há como pensar diferente.

De certa forma, já conquistamos esse direito, embora haja falhas. Mas é preciso ir além. Como? Garantindo o direito ao acesso dos cidadãos e de suas organizações coletivas às tecnologias de informação e comunicação, na condição de emissores, ou seja, de produtores e difusores de conteúdos próprios. Isso significa acesso ao poder de comunicar por todos os meios. O cidadão tem de passar a ser o protagonista da comunicação.

Há, na minha percepção, uma alteração fundamental na concepção do direito à comunicação. Antes, estávamos mais no nível do direito à informação. Hoje, falamos em direito à comunicação, justamente porque implica esse processo que envolve a sociedade.

Esse tipo de direito pressupõe a preparação das pessoas para o uso dos meios de comunicação, pressupõe processos que facilitem as pessoas adquirirem competências específicas dentro das especialidades de comunicação. Esse tipo de direito diz respeito à educação formal e à educação não formal. Ou seja, há uma demonstração muito clara de que os direitos se entrelaçam.

Nesse sentido, até os anos 90, a comunicação popular e alternativa no Brasil era vista como uma necessidade de expressão, de mobilização, de dar voz a quem não a tem. Essa perspectiva continua, mas hoje há uma outra noção, que é a do direito ao acesso como direito de cidadania. Isso muda muita coisa. O direito à comunicação passa a ser visto como um direito de cidadania. E o ponto alto dessa discussão está na chamada Campanha CRIS, a Campanha do Direito à Comunicação na Sociedade da informação, que realizou um encontro paralelamente à Conferência Mundial da Sociedade da Informação, promovida pela UNESCO, em Genebra.

As organizações da sociedade civil fizeram então um evento paralelo, chamado Campanha CRIS, que, nos moldes do outro evento, desde 1992, mostra muito claramente a necessidade de se garantir o acesso do cidadão à comunicação, não só pela Internet. Não se trata só de Internet. Devemos lutar pela inclusão digital, mas temos ainda de lutar pelo alto-falante, pela rádio comunitária, pelo direito de se usufruir com igualdade de todos os meios de comunicação disponíveis na sociedade.

O segundo encontro dessa organização vai acontecer em novembro. No Brasil, há um movimento que se está organizando chamado CRIS Brasil. Na Bolívia e em vários países da América Latina ele está superorganizado. O ponto fundamental é ser um processo em que se conquista o direito à comunicação e se coloca o cidadão como protagonista.

Para terminar, essa perspectiva do direito à comunicação retoma 2 princípios fundamentais da cidadania e com eles se entrelaça: a liberdade e a igualdade. Temos de perceber a evolução da concepção do direito à comunicação dentro do processo de evolução dos próprios conceitos da cidadania.

A cidadania é histórica, ela evolui. Esse tipo de direito é de primeira geração da cidadania, no sentido de sua dimensão civil, que é a liberdade de expressão etc, mas é também um direito de terceira geração que garante a perspectiva coletiva do direito. Aqui há uma mudança fundamental na percepção dos direitos, em especial do direito individual, que permanece e tem de ser assegurado. Mas há algo novo, que é o direito coletivo, o direito dos grupos humanos, do respeito às diferenças e às individualidades.

Isso diz respeito ao acesso das comunidades e não só de uma pessoa individualmente — não é questão de ter só um computador em casa — às infra-estruturas de comunicação como forma de acessar conhecimentos e distribuí-los.

Então, aqui está posta uma nova dimensão da cidadania comunicacional, que se coloca no mesmo nível dos outros direitos. Essa uma luta fundamental que temos de agregar quando falamos em democratização da comunicação.

Quanto à violação desse tipo de direito atualmente, as rádios comunitárias são um exemplo, são fechadas. Quer dizer, há uma violação do direito à comunicação na prática, os processos são demorados etc. Em meia hora não resolveríamos esse problema. No entanto, as rádios comunitárias vêm colocando essa dimensão do direito na prática.

Na época em que a Lei n.º 9.612 ainda não existia, as rádios comunitárias já estavam operando no sentido de que temos direito a nos comunicar, mas nosso trabalho está sendo feito com base no desenvolvimento comunitário. Então,

temos o direito de usar o meio de comunicação em favor das nossas comunidades. Aí vem a política nacional e fecha as rádios. A luta continua para reabrir as rádios. E quais são os argumentos que as comunidades encontraram para ir à Justiça pelo direito à comunicação e pelo direito de manter a rádio no ar? Estamos realizando um serviço público de desenvolvimento comunitário, muitas vezes até suprindo deficiência dos órgãos do Estado. E a Constituição brasileira garante a liberdade de informação e comunicação por quaisquer meios. E o que aconteceu? Muitos juízes deram liminares favoráveis e muitas das rádios continuam operando com base em liminar. Isso significa que a sociedade está avançando, está colocando em prática esse direito e exigindo que ele seja observado. É a sociedade que está apontando para a necessidade de mudanças nos códigos legais, que parece ainda estão um pouco defasados em função do próprio movimento criativo da sociedade para tentar superar as desigualdades.

Obrigada (*Palmas.*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Obrigada, Cicilia.

Passo a palavra ao Prof. Luiz Gonzaga e aproveito para pedir desculpas. Estou sendo chamada a comparecer na CPI e tenho de ir até lá.

Passo a coordenação dos trabalhos ao Murilo.

O SR. LUIZ GONZAGA MOTTA - Boa-tarde a todos.

Quero agradecer aos organizadores deste encontro por me terem feito o convite para participar deste debate.

Convido o auditório a olhar rapidamente para o símbolo deste encontro que está na faixa colocada em frente a esta mesa e peço que observem bem o sentido simbólico dessa marca.

Há a silhueta do rosto de um ser humano e dentro na cabeça está o desenho do globo terrestre e o da América do Sul. Observem que há uma seta saindo da boca como se a figura estivesse se expressando. Há uma série de sombras que se vão sucedendo e que, no meu entender, completam o sentido da marca desse encontro. É justamente isso que estamos discutindo aqui. Suponho que essa marca represente um só mundo e múltiplas vozes, justamente o tema do relatório Mac Bright, que é o camelo que estamos discutindo nesta manhã.

Como debatedor, devo reportar-me à fala dos dois expositores. Começo dizendo que, pelos depoimentos que ouvi hoje pela manhã, foram feitos dois excelentes históricos da luta pela redemocratização, cristalizados no relatório Mac Bright.

Acho que aquilo que marcou a fala dos dois palestrantes, pelo menos para mim, foi justamente o conflito que se desenvolveu historicamente, como bem dizia Salomão: “*O passado está em nós*”. E o passado dessa luta pela de-

mocratização da comunicação está neste auditório, nas nossas falas, no desenvolvimento dessa luta tão difícil que temos travado pela democratização da comunicação. E o que marca esse histórico, no meu modo de entender, que creio ser a marca das 2 exposições, é justamente o conflito que existe nessa área das comunicações toda vez que se fala em democratização da comunicação.

Historicamente, na década de 70, o movimento pela democratização da comunicação foi marcado por profundos antagonismos entre setores progressistas que pleitearam um crescimento da multiplicação das vozes no momento em que as tecnologias permitiam isso e uma reação dos setores conservadores que agiam de uma forma muito agressiva para que nenhum progresso fosse feito nesse rumo. E é exatamente esse conflito que marca essa história: a luta, o confronto e a duríssima batalha que se trava nesse campo.

É preciso, neste momento em que realizamos um encontro sobre direitos humanos para discutir o tema da comunicação, nos darmos conta de que nenhum outro tema provoca tantas reações nos setores conservadores como o da comunicação.

Seria interessante que a Deputada estivesse aqui, porque creio que os setores conservadores resistem, mas cedem em quase todas as áreas de reivindicação dos movimentos sociais. Resistem, mas cedem na questão ambiental, da privatização e do desarmamento. Na área da comunicação, resistem e não cedem, porque os setores conservadores sabem da arma que têm na mão. Em nenhum outro setor das lutas sociais é tão duro e difícil se fazer qualquer progresso como no setor de comunicação.

Basta lembrar que, na Constituinte de 1988, neste prédio, havia 32 Comissões. Todas terminaram os seus relatórios dentro do prazo, menos uma, a Subcomissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Não porque havia dúvidas sobre o assunto, mas porque não deixaram avançar as reivindicações dos setores e movimentos populares, naquela época, na área de comunicação.

Hoje, se olhamos o camelo, vemos que existe e está aqui com suas corcovas. Quero ler um pouco, porque seria bom recordar aquilo que o documento nos diz, mas eu acho que, em função do meu tempo e do atraso deste debate de hoje de manhã, me tomaria um pouco mais de tempo. Então prefiro não ler, mas insisto em que, quando nós iniciamos um encontro como este, de direitos humanos, para discutir o tema da comunicação, o que nós podemos esperar, mais do que qualquer outra luta social, qualquer outra reivindicação social, é a questão da comunicação. Não há outra área, incluindo nesse contexto a sociedade brasileira — eu citei o exemplo da Constituição promulgada em 1988 —,

que provoque mais a reação dos setores conservadores e nada fica tão difícil de progredir como a área da comunicação.

Isso não significa, obviamente, que temos de nos amedrontar diante do gigante, mas temos de saber que estamos travando uma luta contra um gigante, uma luta muito difícil.

A sociedade e os meios de comunicação são contraditórios, a dinâmica social é contraditória. Inegavelmente, nós avançamos na democratização da sociedade brasileira, em seu conjunto. Hoje, comparando com 1980, quando o relatório foi divulgado e promulgado, percebemos que os movimentos sociais estão muito mais organizados, as organizações não-governamentais cresceram em número e qualidade, o terceiro setor em geral se organizou e hoje é um setor ativo na vida política da sociedade.

Então, obviamente, em função do progresso nessa área da democratização geral da sociedade, acho que a democratização da comunicação pode avançar e, inegavelmente, avançou. A Círcia acabou de citar as rádios populares, as rádios comunitárias, que já têm uma regulamentação em vigência de 2 anos para cá, e várias com seus direitos regulamentados. Muito, no entanto, precisa ser feito até mesmo na área das rádios comunitárias, porque, como sabemos, a própria legislação aprovada e hoje vigente é uma legislação que existe muito mais para impedir do que para estimular o nascimento e a proliferação de rádios comunitárias.

É preciso, portanto, lutar, tentar criar, batalhar, estimular, permitir, em todas as instâncias, a criação de emissoras de rádio e televisão comunitárias independentes, autônomas, abertas, realmente representativas dos segmentos populares. É preciso, cada vez mais, abrir espaços, estimular, criar emissoras de rádio e televisão comunitárias e independentes. É preciso criar, cada vez mais, jornais de bairros, jornais comunitários, jornais de movimentos sociais; criar agências de notícias que abasteçam esses jornais e esses meios de comunicação comunitários, populares, alternativos, independentes. Falo de agências como a ANDES, que realiza extraordinário trabalho na área dos direitos da infância, da criança e do adolescente.

É necessário criar movimentos para sensibilizar os setores empresariais e os setores profissionais da mídia — jornalistas, publicitários. A ANDES faz um excelente trabalho de sensibilização dos jornalistas sobre os direitos da infância e do adolescente, mas é preciso direcionar este trabalho também para os publicitários, para que haja respeito na publicidade quanto aos gêneros, étnicos etc.

É preciso, em todas as instâncias, fortalecer os movimentos e as frentes nacionais de luta por políticas democráticas de comunicação. É preciso trabalhar todas as brechas do Estado, reivindicar que o Conselho Nacional de Comunicação não seja um órgão figurativo, ilustrador de uma pseudodemocratização das comunicações, mas um conselho de fato representativo dos movimentos sociais e um conselho deliberativo.

Esta Casa, o Parlamento brasileiro, tem a obrigação de olhar para o Conselho Nacional de Comunicação e modificá-lo, a fim de que ele, de fato, passe a representar os segmentos sociais, os movimentos populares, os movimentos sociais.

Precisamos fazer com que as praças públicas, as ruas, os espaços públicos brasileiros sejam lugares de manifestação aberta, independente e autônoma. É preciso que sejam, realmente, espaços de manifestação dos setores populares.

Cabe a nós reivindicar isso permanentemente, lutar com muita coragem, com muita persistência, com muita abnegação, porque sabemos que nessa área as resistências são muito maiores.

É preciso criar e fortalecer todos esses movimentos sociais populares que hoje lutam pela abertura da democratização no Brasil. É preciso também que haja cada vez menos concentração, menos omissão, menos repressão e cada vez mais liberdade, pluralidade e diversidade.

Isso depende de nós, mesmo sabendo que o nosso inimigo é maior do que o inimigo em outras áreas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Em nome da organização do evento, registro a presença de Margarida Genevois; de Sílvia Pimentel; de Maria Eliane Menezes de Farias, Procuradora da República, e de Joelson Dias, da OAB nacional.

O adiantado da hora nos impedirá de realizar o debate que pensávamos seria possível e não queremos atrasar o início dos painéis da tarde. Já estamos bem além do meio-dia.

Lembro a todos que o Painel 1 ocorrerá no Auditório Nereu Ramos; o Painel 2, no Plenário 11 do Anexo II, no corredor das Comissões; o Painel 3, no Auditório do Espaço Cultural, no edifício principal, após o túnel, e o Painel 4, no Auditório Freitas Nobre, no subsolo do anexo IV.

Em nome da Organização deste evento e em meu nome, agradecemos os Profs. Marco Antônio Rodrigues Dias, José Salomão David Amorim e Luiz Gonzaga Motta e a Prof^a Cicilia Peruzzo por terem aceito o convite para parti-

cipar deste painel de abertura, organizado pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Grande parte desse movimento de luta por políticas democráticas de comunicações começou há 30 anos.

Está encerrado este painel de abertura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



RELATÓRIOS DOS PAINÉIS

Painel Principal **Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos:** **trajetória histórica do conceito**

Data: 17/08/2005

Coordenador:

- Professor Murilo César Ramos (Lapcom-Universidade de Brasília)

Expositores:

- Marco Antônio Rodrigues Dias (Universidade das Nações Unidas)
- José David Salomão Amorim (Iesb)

Debatedores:

- Círcia Peruzzo (Intercom) e
 - Luiz Gonzada Motta (Núcleo de Estudos de Mídia e Política – UnB)
-

Relatório

Murilo César Ramos apontou a importância da discussão do direito a comunicação não ficar centrado nas corporações profissionais nem de maneira meramente instrumental. Contextualizou a construção do relatório Mac Bride, resultado de mais de 20 anos de debate em âmbito mundial sobre a questão da Comunicação. Depois da sua publicação seria o documento mobilizador das discussões sobre direito em comunicação. Com a conjuntura posterior, foi “assassinado” pela políticas neo liberais, pelo esvaziamento da UNESCO (Estados Unidos, Japão e Inglaterra). Graças a este documento.

O professor da Universidade das Nações Unidas, Marco Antônio Rodrigues Dias,

destacou a utilização de novas tecnologias como forma de acesso a cultura, apesar da alienação e desconhecimento de informações, como o próprio relatório MacBride é desconhecido. Aprofundando um pouco no relato da construção do relatório, ressaltou a dificuldade de se fechar um consenso sobre os assuntos a serem tratados. Basta falar que por parte dos estado-unidenses se criticou a questão de “preconceitos ao mercado”, enquanto no lado dos Russos se questionou tanto o “excesso de ocidentalidade” quanto à inexistência do Direito à Comunicação no direito internacional.

Por fim, o professor Marco Antônio alertou para o embate entre as diferentes diversidades culturais (de diferentes países) com a Indústria Cultural dos Estados Unidos, neste último caso detentora dos meios de circulação dos bens culturais. Nisso, cabe o alerta para a necessidade de não tratar comunicação e cultura como serviços e, como tais, situados no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

O professor José David Salomão Amorim recuperou a agenda da discussão de direito a Comunicação, com um pouco do histórico da discussão. Ele falou que, na década de 1970, houve o fim do processo de colonização mundial, com a emergência dos países não alinhados e a reorientação política da UNESCO, posições antes progressistas realinharam-se. Foram neste campo que foi construído o relatório MacBride. O relatório antecipou de várias questões, como a idéia de política de comunicação vista de forma coletiva, principalmente no âmbito da participação pública. Foi citada também a modernidade da constituição brasileira de 1988, para além da não efetividade de muitos aspectos no campo da comunicação até hoje, e que nos últimos 15 anos

as possibilidade de políticas de viés essencialmente econômicos, desto desta perspectiva colocando no ponto central da sociedade o poder da comunicação. No fim, o professor Salomão Amorim disse que o que pode acabar com o estado das coisas é a massa crítica dos cidadãos.

A diretora do Intercom, Cecília Peruzzo. Rearfirmou a questão de serviço público... Alteração do conceito do Direito a Comunicação, definido como o direito ao acesso e da produção de comunicação, no sentido que os cidadãos (organizados ou não) a protagonizem. Entrelaçou o direito a comunicação como um direito a cidadania, relacionando com a questão da inclusão digital não ser encontro da cidadania. Relacionou com a campanha CRIS, que trabalha o empoderamento dos cidadãos enquanto articulação mundial. Colocou como tal fator, vem modificando, mundialmente, o conceito de cidadania, liberdade de expressão e perspectiva de direito coletivo. Além da questão de respeito das diferenças. Citou a questão de exemplo das rádios comunitárias como exemplo possibilidade de exercer o direito a comunicação (e no que implica as questões de cidadania, como está dentro da constituição e exercendo serviço público de comunicação) e como podem ser prejudicados por quererem exercer este direito (as rádios sendo fechadas...)

O professor da Universidade de Brasília Luiz Gonzaga Motta, relacionou os históricos colocados anteriormente com o conflito na área da comunicação. Principalmente na hora de democratizar. Colocou, neste sentido, os conflitos nos anos 70, entre progressistas e conservadores. Este últimos resistem e cedem e várias questões relacionadas aos movimentos sociais, MENOS na questão da comunicação, pois em “mãos perigosas seriam” seriam perigosas. Vide a constituinte de 88, em que a única comissão que não terminou em seu prazo foi a que envolvia comunicação.

Colocou os avanços das rádios comunitárias, na área de legislação, que no momento é impeditiva. Motta colocou a necessidade de ocupa estes espaços para que se trabalhe estas questões. E mais do que isto, criar movimentos de sensibilização de setores da sociedade para trabalha estas questões. O sentido é de fortalecer os movimentos que trabalham estas áreas. É preciso criar e fortalecer os movimentos sociais que trabalham esta questão da democratização da comunicação.

Painel 1

Direito Humano à Comunicação e Políticas Públicas

Coordenador:

- Sr. Murilo César Ramos

Expositores:

- Sr. Sérgio Muriloo de Andrade – Jornalista e Professor, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ;
- Sr. Gustavo Gindre – Coordenador-Executivo do Instituto de Estudos e projetos em Comunicação e Cultura-INDECS.

Debatedores:

- Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
- Sr. João Brant – Representante da CRIS Brasil.

Relatório

Este painel tratou das iniciativas do Estado e da sociedade civil para garantir o Direito Humano à Comunicação, defendido como o direito que a pessoa tem de se expressar, manifestando sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. Também foram discutidas medidas que visam assegurar que concessionários de radiodifusão e outros veículos de comunicação respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão.

Painel 2

A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos

Coordenador:

- Dep. Leonardo Mattos (PV-MG)
- Sra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide (CFP)

Expositores:

- Ricardo Henriques – SECAD/MEC
- Aida Monteiro – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

Debatedores:

- Washington Araújo – Senado Federal

Relatório

Abertura dos Trabalhos pelo Coordenador, o Deputado Leonardo Mattos. O mesmo lê a minuta do painel, justifica a ausência da outra convidada como debatedora. Passa inicialmente a palavra para Dr. Ricardo Henriques.

O representante da SECAD trata dos aspectos da interdependência, da singularidade e da multiculturalidade na construção conceitual sobre os direitos humanos. Situa a dívida do Estado com os segmentos sociais excluídos do processo educacional e social, destacando os chamados excluídos como público da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. É preciso relacionar alfabetização e direitos humanos. Sair do formalismo para o vivencial, usar as técnicas da educação popular, aproximar do cotidiano.

Destaca ainda a visão integradora e institucional do MEC em priorizar a inserção dos Direitos Humanos na gestão atual do MEC. Nesse sentido, o MEC instituiu internamente o Comitê de Direitos Humanos em maio de 2004 que

participa ativamente do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e que tem como desafio inserir questões de direitos humanos como a valorização da multiculturalidade e da diversidade na execução da política de educação. Dentre as prioridades destaca Dr. Ricardo:

- A formação de profissionais da educação;
- A inserção dos direitos humanos nas diretrizes curriculares;
- A produção de material didático específico.

Constata, os Direitos Humanos não têm tido a capacidade de invadir as escolas e contaminar as práticas. A escola tem produzido processos de exclusão social. O dilema da reforma universitária entre garantir a massificação e a gratuidade com a qualidade do ensino. É preciso evoluir no modus operandi dos meios de comunicação.

É preciso quebrar o mecanismo de perversidade que o sistema de comunicação, quando alimenta valores e saberes preconceituosos e discriminatórios. É preciso preparar operadores para interagir com a mídia, para entender que ela também tem a ver com a redução das desigualdades sociais.

Ainda propõe:

- Capacitação sobre mídia nas escolas públicas;
- Inserir a leitura crítica da mídia no processo de formação dos profissionais da educação;
- Que as diretrizes curriculares sejam voltadas para a educação em direitos humanos;
- Que se produza material didático específico, cuidado com o material didático;
- É necessário envolver os gestores do ensino e investir na capacitação de professores, usar o ensino à distância, mudar os conteúdos das licenciaturas.

Debatedor

A concorrência com a tv é desleal, seus exemplos demonstram como o tempo que se dá valor a determinados valores são superiores ao tempo que aborda as posturas éticas. A sabotagem aparece como mais lucrativa para o jovem do que encarar a escola. Que mídia é essa? Ocorre uma overdose de informação. Não há tempo para digerir. A notícia é em tempo real. Ninguém lembra da notícia. Não há reflexão do que vemos e escutamos através da mídia. Constatamos uma mídia que não é comprometida com a DUDH. Por que os

direitos humanos não entram na mídia? O programa Cidadão do Futuro ocupa 1 minuto e meio. Como juntar os direitos humanos com comunicação?

Como fazer para lidar com os noveleiros se o tempo dado para a pilantragem e as fraudes são maiores do que para os valores humanos? Apenas no último capítulo é que os pilantras são punidos. Quem garante que quem foi o tempo todo exposto as cenas de violência assiste ao último capítulo? Quem cuida da carga negativa?

O problema não é o instrumento, o veículo, mas seus conteúdos. Nela só há receptores, não protagonismo da emissão. Para a regulamentação das concessões públicas há necessidade que se considere os conteúdos.

Proposições apresentadas no debate:

- A publicidade é também fator de desrespeito ao direito à informação, quando se bombardeia de informações fazendo com que o consumidor não tenha a capacidade crítica de ver o risco de vida que corre ao comprar certos produtos. Deve haver responsabilidade tanto para quem faz a propaganda quanto para quem a veicula. A rede de vigilância sanitária atua na leitura crítica da propaganda de modo a preservar a vida;
- É preciso chegar aos profissionais da educação uma leitura crítica dos meios de comunicação a partir da intermediação do MEC;
- Por traz da novela e dos programas há um projeto de sociedade. É necessária uma leitura crítica da mídia, afinal quem são? Quem a legitima? Quais são seus compromissos? Que efeito tem sobre nós? Onde está o outro lado?
- Outra mídia é possível como alternativa sócio-cultural para a sociedade civil? A mídia pública é alternativa.
- A sociedade de espetáculos naturaliza as desigualdades sociais. Um canal livre precisa dar a fala para quem sofre. Eles precisam ter canais de expressão das desigualdades. Qual a retaguarda de políticas sociais que existem para eles irem na hora do sufoco?
- É preciso intervir para transformar, cobrar dos anunciantes.

- Muitas são as resistências para fortalecer o conselho nacional de comunicação.
- A proposta de formação da Cruz vermelha Internacional associa teoria e prática, e o ensino transversal interdisciplinar em Direitos Humanos. Sugere a formação de grupos de discussão sobre a formação em educação em direitos humanos.
- O Maranhão tem os piores índices sociais. O MEC já pensou em focar lá onde acontece a relação mais direta que são os municípios? Como o MEC pode premiar os municípios que desafiam as desigualdades sociais com programas de educação em direitos humanos?
- O trabalho mais importante a se fazer é a educação em direitos humanos. Muitos desconhecem que são sujeitos de direitos, não sabem nem que são gente. A educação em direitos humanos vai mostrar que a pessoa tem dignidade, vai ajudar a ter consciência do seu valor, vai torná-lo protagonista.
- Muitas são as experiências da formação que jovens universitários experienciam práticas onde a comunicação serve aos direitos humanos, como no registro da memória das lutas sociais, na assessoria a rádios comunitárias, na elaboração de programas de rádios educativos e interativos, na capacitação de leitura crítica da mídia para comunidades populares, na formulação de estudos através de monografias e dissertações sobre mídia e direitos humanos. É preciso que essas ações sejam identificadas e apoiadas para ampliarem seu raio de ação. A CDH/Câmara tem premiado o jovem universitário no campo da comunicação.
- Após a exposição da imagem é difícil tirar as marcas da vítima, não se consegue mais desfazer.

Fatores considerados relevantes no Painel:

- A inclusão do tema pelo Fórum no Seminário de Direitos Humanos;
- A necessidade de se fortalecer a Campanha contra a Baixaria;

- O Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação;
- A inserção dos atores da mídia nos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos;
- O apoio da SECAD/MEC em ações que enfoquem a diversidade na mídia;
- O fortalecimento da educação em direitos humanos;
- A ênfase na formação da leitura crítica da mídia;
- O fortalecimento dos mecanismos de controle social dos meios de comunicação;
- Que a SECAD paute com a UNDIME e CONSED uma reunião com o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos para discutir o tema da educação em direitos humanos;
- Sair da crítica para ação. Inserir a leitura crítica da mídia nas ações de educação em direitos humanos;
- Incentivar experiências de educação formal e não-formal de educação em direitos humanos;
- Priorizar apoio para programas educativos em direitos humanos;
- É preciso dialogar com os editores de novelas para discutir sobre educação em direitos humanos;
- Os vulneráveis fazem também parte da paisagem é preciso ver e ouvir a cidadania.

Painel 3

Gênero, raça e etnia na comunicação

Coordenador:

- Dep. Ana Guerra (PT-MG)

Expositores:

- Nilza Iraci (Geledés - Instituto da Mulher Negra)
 - Jacira Melo (Instituto Patrícia Galvão)
-

Debatedores:

- Camilla Valadares (Cfemea)
- Iradj Eghrari (Comunidade Baha'i)

Relatora:

- Sátira Machado (ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras)

Relatório

No dia 17 de agosto, o debate sobre os temas gênero, raça e etnia na comunicação, ocorreu no estúdio da *TV Câmara*, com a presença da coordenadora da mesa (Dep. *Ana Guerra*) dos expositores (*Nilza Iraci* e *Jacira Melo*) e dos debatedores (*Camilla Valadares* e *Iradj Eghrari*), com a presença significativa de entidades de direitos humanos, de militantes de entidades com foco em gênero, raça e etnia, de universitários e de autoridades.

O debate sobre o direito humano à comunicação trouxe as seguintes reflexões acerca da mídia (jornais, revistas, rádios, televisão, cinema, Internet, bem como, publicidade, telenovelas, reportagens, etc):

1. A agenda da mídia brasileira está atrasada em relação aos avanços mundiais das discussões sobre: direitos humanos, mulher, raça, índios, crianças, meio ambiente, entre outros temas que tiveram uma nova leitura nos últimos anos;
2. O protagonismo da mulher não está inteiramente refletido na mídia, mesmo sendo 51% da população brasileira, ressaltando que a mídia brasileira é muito colada aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e nesses espaços de poder temos uma quase ausência das perspectivas de gênero e de raça, retratando uma realidade masculina e branca;
3. Um ponto positivo foi ressaltado: nos últimos 30 anos, apesar das falhas, a mulher brasileira ganhou visibilidade e, conseqüentemente, mais valor

- por conta da representação de papéis diversos na televisão brasileira, em especial na dramaturgia, infelizmente não atingindo a mulher negra;
4. A discussão que se faz urgente: a mídia tem um papel fundamental na representação do “mapa” da sociedade brasileira, sendo um nexos vital para reverter o quadro de desigualdade do país, principalmente para a desconstrução do racismo;
 5. Ao longo dos anos, o movimento negro vem reivindicando respeito à cultura afro-brasileira e aos negros e negras na mídia, porém se faz necessário que toda a sociedade esteja engajada na superação do racismo, já que o mito da “democracia racial” no Brasil perdeu sustentação a partir de novos estudos sobre tal teoria;
 6. Conquistas têm ocorrido a partir de grandes eventos como a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban – África do Sul (31 de agosto a 7 de setembro de 2001);
 7. A invisibilidade da comunidade negra na mídia brasileira e a estereotipação de sua memória e tradição violam os direitos humanos. Uma reparação seria a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que contempla a mídia em vários capítulos;
 8. Os profissionais de mídia não são capacitados, nas faculdades de comunicação, para trabalhar com temas sobre a igualdade racial, bem como o monopólio dos meios de comunicação brasileira compromete a veiculação ética das informações;
 9. O acesso das comunidades aos meios de produção da informação, por exemplo, rádios comunitárias e Internet, deve ser estimulado, para que todos possam ter voz na mídia;
 10. A campanha www.dialogoscontraoracismo.org.br, realizada pela sociedade civil, sem recursos, somente com a ajuda de publicitários e veiculação gratuita na Rede Globo, por exemplo, vem contribuindo para as reflexões sobre o tema;

11. Alguns exemplos foram citados como: nos jornais, a invisibilidade dos negros está retratada nas fotos, nas fontes, nas assinaturas das reportagens; a imprensa negra brasileira já se fez presente após 30 anos de existência da imprensa no Brasil (1808); os estereótipos apresentados na mídia prejudicam a memória e tradição dos negros e negras brasileiros, e, por reflexo, a identidade nacional, visto que a população brasileira é composta por 44% de afro-descendentes.

Ao final do debate, os participantes reclamaram a invisibilidade dos negros entre os painelistas (Dep. *Ana Guerra*, *Jacira Melo*, *Iradj Eghrari*, *Camilla Valadares* – não negros, *Nilza Iraci* – afro-descendente), ressaltando que a militância branca dos expositores é enfática (diz: “*Quem tem medo de ver o negro na TV brasileira? Com criatividade, dignidade e perfis diversos, plurais? A supremacia branca.*”). No entanto, muitos negros da platéia pediram a palavra para contribuir com o debate.

O debatedor *Iradj Eghrari* ressaltou que o espaço hoje ocupado pelo estúdio da TV Câmara, antigamente, levava o nome de *Zumbi dos Palmares*, questionando tal alteração. A Dep. *Ana Guerra* comprometeu-se a rever o caso, junto à Câmara de Deputados.

Em tempo, o gabinete da deputada *Ana Guerra* (PT/MG) entrou em contato com *Marisa Braga*, funcionária do *Espaço Cultural da Câmara*. Ela explicou que o nome não foi alterado, continua sendo *Zumbi dos Palmares*. O espaço do auditório é que foi cedido para a Secom e nele foi feito um estúdio, mas esse espaço não se chamava *Zumbi dos Palmares*. Todo o conjunto de salas, espaços e atividades culturais da Câmara têm como organizador o *Espaço Cultural Zumbi dos Palmares*.

Painel 4

Estado Federal e implementação dos tratados sobre direitos humanos

Expositores:

- Sr. Eugênio Aragão – Subprocurador-Geral da República:

Em sua fala o Subprocurador abordou a questão da federalização das violações de direitos humanos. Sustentou a adequação do incidente de deslocamento de competência em casos de violações de direitos humanos como mecanismo de fazer cumprir as obrigações decorrentes de tratados de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

- Sra. Flávia Piovesan – Procuradora do Estado de São Paulo e Representante do CDDPH

A procuradora apresentou relatório da situação de violações de direitos humanos por parte do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sustenta que os tratados internacionais de direitos humanos fixam um consenso internacional sobre a necessidade de adotar parâmetros mínimos de proteção dos direitos humanos tanto no âmbito global quanto regional. Em referência ao sistema regional reconhece que o balanço dos casos submetidos à Comissão de Direitos Humanos e à Corte de Direitos Humanos demonstra a fragilidade democrática. Acerca da implementação dos tratados de direitos humanos no âmbito interno ressalta o projeto de lei destinado a disciplinar os efeitos das decisões pelos organismos internacionais no qual defende a necessária produção de efeitos imediatos que as decisões de caráter indenizatório estejam sujeitas a execução direta contra a Fazenda Pública Federal, bem como sustenta a viabilidade da ação regressiva contra o Estado Federado ou quem direta ou indiretamente seja parte no ilícito. Em referência ao tema, menciona várias experiências latino-americanas, dentre as quais a Colômbia, Costa Rica e Argentina. Por fim, apresenta 7 propostas para aprimorar e fortalecer a implementação pelos Estados das obrigações internacionais em direitos humanos, quais sejam, promover a cooperação com os órgãos internacionais, reconhecer

a produção de efeitos imediatos das decisões internacionais, disciplinar a execução e o integral cumprimento no âmbito interno das decisões internacionais, elaborar princípios, reforçar a responsabilidade da União relativa a execução e cumprimento das decisões internacionais no plano interno, fortalecer a interlocução entre os entes federativos em matéria de direitos humanos e aprimorar o sistema sancionatório do sistema interamericano.



PAINÉIS SIMULTÂNEOS

17/08/2005, ÀS 14 HORAS

Painel 1

Direito humano à comunicação e políticas públicas

17/08/2005, das 14h36 às 17h40min

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Boa-tarde. É com grande satisfação que damos início ao primeiro painel desta tarde, com o tema *Direito Humano à Comunicação e Políticas Públicas*.

Em primeiro lugar, quero justificar a ausência do Deputado Orlando Fantazzini, que deveria ter sido o coordenador deste painel. S.Exa. teve um problema de saúde e por isso não pôde comparecer. O problema já foi resolvido, mas o Deputado não está na Casa hoje.

Vou só lembrar a ementa deste painel para todos, embora já tenhamos o programa:

“Serão debatidas as iniciativas do Estado e da sociedade civil para garantir o Direito Humano à Comunicação, entendido como o direito que a pessoa tem de se expressar, manifestando sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. Também serão discutidas medidas que visem assegurar que concessionários de radiodifusão e outros veículos de comunica-

ção respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão.”

Os expositores serão o jornalista e Prof. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas — FENAJ e que aqui está representando também o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação — FNDC, e o também jornalista e Prof. Gustavo Gindre, Diretor do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura — INDECS.

Os debates ficarão a cargo de João Brant, da campanha CRIS, o Direito à Comunicação para a Sociedade da Informação, e da Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, do Ministério Público, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Lembro que vamos manter os 20 minutos para cada palestrante e 10 minutos para os demais debatedores. O fundamental, nesta tarde, é a interação e os debates que surgirem no plenário. Daremos prioridade depois aos debates.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da FENAJ e representante do FNDC.

O SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE - Boa-tarde. Antes de mais nada, agradeço à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados o convite para participar deste evento; aos professores da UnB, em especial ao Prof. Murillo, que pessoalmente me convidou.

Sou Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. A FENAJ é uma entidade sindical, de âmbito nacional, representa 31 sindicatos de jornalistas que, por sua vez, reúnem filiados num número de quase 40 mil. A Federação é eleita pelo voto direto. Foi a primeira a fazer eleição direta para renovação da sua diretoria e acho que ainda é a única, mas disso não tenho certeza.

Quero corrigir uma informação, até porque sou a fonte do erro, escrevi mal o recado, e o Rogério, quando o passou para a Mesa, acabou por fazê-lo de forma distorcida. Na verdade, o número de jornalistas assassinados no ano passado, dados sobre o mês de janeiro da organização Repórter sem Fronteira, é 53, e não desde 1995. Somente no ano passado foram assassinados 53 jornalistas, repito. É o maior número, desde 1995, quando a Repórter sem Fronteiras começou a fazer esse levantamento e a divulgar tais dados anualmente. Onzes desses jornalistas foram assassinados na América Latina.

Este ano, nós, da Federação, voltamos a fazer um levantamento e a acompanhar a situação da liberdade de imprensa no País. Quem teve acesso aos sindicatos deve ter percebido que iniciamos campanha em defesa da liberdade de imprensa,

não apenas para termos sob nosso controle o registro das violências contra os jornalistas, mas também para nos tornarmos uma referência nessa discussão.

Vou falar sobre isso porque é importante a FENAJ voltar a editar o relatório anual de violência contra os jornalistas. No começo deste ano, Lúcio Flávio Pinto, jornalista bastante conhecido, premiado em Belém, foi agredido, espancado por um empresário e por seguranças, devido a divergências de opinião. O fato ocorreu num restaurante público, em Belém. Um mês e meio depois, o comentarista esportivo Jorge Kajuru teve prisão domiciliar determinada pela Justiça, também a pedido de um empresário. O que os 2 casos têm em comum não é a violência contra jornalistas, mas o fato de serem os 2 protagonistas da violência empresários de comunicação. Por que fazem isso? Acho que por 2 motivos. O primeiro é pela relação autoritária que esses empresários têm com seus empregados e com a sociedade, de modo geral. É um traço da origem patriarcal, rural, de boa parte desses grupos de mídia. Eles são a continuidade das oligarquias rurais pelo Brasil afora. É uma característica que identifica esse tipo de comportamento, de mandar segurança bater em jornalista ou mandar jornalista para a cadeia, por divergência de opinião.

Outro grande motivador desse tipo de comportamento é o conceito que eles têm de liberdade de imprensa. Insisto nisso, porque foi um ponto comum nas manifestações de algumas pessoas aqui: do Prof. Marco Antonio, do próprio Murillo, que pontuou o debate, do Salomão Amorim e do Luiz Gonzaga Motta, que fez referência a uma questão central e muito importante, na qual também vou insistir para podermos entender a origem desse tipo de comportamento.

A Associação Nacional de Jornais — ANJ criou, no ano passado, em parceria com a UNESCO — lamentavelmente acho que a UNESCO, neste caso, entrou numa fria —, um rede de defesa da liberdade de imprensa. Há um *site* que registra violências contra comunicadores, especialmente contra jornalistas, mas nenhum dos 2 casos de violência citados, o pedido de prisão de Kajuru e o espancamento de Lúcio Flávio Pinto está registrado no *site* da ANJ, justamente por causa desse tipo de relação que mencionamos, pela visão que eles têm, pelo conceito que eles defendem, sólido, sedimentado, de liberdade de imprensa, ou melhor, de liberdade da empresa, a liberdade que eles têm, a liberdade deles, como instituição, da empresa, e deles, como proprietários, de dizer o que deve ser divulgado, para quem deve ser divulgado e quando deve ser divulgado.

Este é o grande diferencial do novo conceito que os organizadores propõem para este evento, conceito que extrapola essa visão. Esse direito é uma conquista importante, é bom que se diga, uma conquista secular. Esse direito

civil de livre pensar, de livre se expressar é uma conquista da humanidade do século XVII. Porém, de lá para cá, as empresas não evoluíram. Essa é uma conquista da revolução burguesa. De lá para cá, aqueles que realmente exercem o controle dos meios de comunicação não foram capazes nem têm interesse em fazer evoluir o pensamento para algo mais adequado, mais apropriado ao século em que vivemos, o século da informação, o século da comunicação, que é o direito à comunicação, muito mais amplo do que esse direito hoje exercido em sua plenitude em especial por aqueles que detêm o controle dos meios de comunicação no Brasil, ou seja, os proprietários dos meios de comunicação.

Quanto a esse outro direito que foi defendido aqui a manhã toda, o direito que temos de ser bem informado — e quem viveu durante a ditadura sabe o quanto é importante defender o acesso à informação —, ele hoje é insuficiente. É uma importante conquista, deve ser preservado — quotidianamente, no Brasil, é violado —, mas é insuficiente.

Devemos defender esse direito mais amplo — esse o principal motivador deste painel —, que é o direito não só de ter acesso à informação, mas também de decidir o que vai ser informado. E nisso reside a grande resistência dos empresários de mídia no Brasil, porque, dessa forma, forçosamente teriam de reconhecer que a comunicação também deve ser objeto de política pública, assim como a saúde, a habitação e a educação. Mas, evidentemente, ao ter essa visão distorcida, uma oposição em relação a esse direito, há uma resistência nesse setor empresarial, que felizmente conta com boa parte dos colegas que são os tais formadores da opinião pública, a que esse assunto seja tratado com a mesma importância que têm outras áreas da vida social que são também objeto de políticas públicas. Há uma resistência porque existe uma sedimentação do liberalismo, uma concepção liberal em relação a esse direito que não inclui a possibilidade de o Estado definir políticas públicas para a área da comunicação.

Em função das mudanças que ocorrem em economias globalizadas, especialmente em países da América Latina — esse fenômeno é mundial, mas aqui é muito mais presente e mais forte —, não só o Estado se recusa a intervir nessa área, como se tem afastada gradualmente de áreas estratégicas, a exemplo da comunicação. Recusa-se a definir regras e normas e, além disso, toma a iniciativa de desregular os poucos setores nessa área que contam com algum tipo de regulamentação.

Vemos, nesse caso, o que se chama — não sou eu, mas o próprio Prof. Murillo que chama assim — um círculo vicioso, porque, para ter políticas sociais é fundamental, é estratégico, é essencial democratizar a comunicação.

Incluir novos agentes na esfera pública brasileira implica necessariamente democratizar a comunicação.

Criamos esta espécie de círculo vicioso: para ter mais democracia no Brasil é fundamental democratizar a mídia. Porém, para democratizar a mídia é fundamental que o País seja mais democrático. Este é o elemento principal que nos fez constituir, no começo dos anos 90, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Vários dos que estão presentes de alguma forma já integraram ou continuam integrando essa mobilização — originalmente uma proposta da Federação Nacional dos Jornalistas, mas que cedo ganhou o apoio de várias entidades da sociedade.

O Relatório McBride, a que se fez referência, além de contar com a oposição dos empresários, porque viam nele idéias socializantes, não tinha o apoio dos profissionais, dos trabalhadores, muito menos da sociedade.

Percebemos, no começo dos anos 90, quando propusemos a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que era fundamental e estratégico não só angariar apoio dos trabalhadores da mídia, mas também e especialmente o apoio da sociedade em geral. Isso foi o que nos motivou a constituir o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, atuando basicamente em 3 frentes estratégicas: primeiro, ampliar a propriedade direta pública sobre a mídia de um modo geral; segundo, criar canais de acesso indireto aos meios de comunicação do Estado e também do setor privado, evidentemente; terceiro, definir marcos regulatórios, ou seja, normas para atuação dos meios de comunicação no Brasil. Essas 3 grandes linhas de ação ainda hoje pontuam o programa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

No dia 7 de abril do ano passado, apresentamos ao Presidente Lula projeto que cria o Conselho Federal dos Jornalistas. Não vou dizer que isso foi concepção de todos os jornalistas representados pelos sindicatos, mas com certeza era a da Direção Nacional da FENAJ, cuja responsável, na época, era a companheira Beth Costa. Assumi depois, no dia em que o Ricardo Kotscho anunciou que Lula estava encaminhando o projeto. Isso foi no início de agosto. No dia 4 de agosto ele fez o anúncio, na abertura do nosso Congresso, em João Pessoa.

A direção da Federação Nacional dos Jornalistas não tem a pretensão de representar a sociedade, mas tem a convicção de que o Conselho Federal dos Jornalistas que estava propondo não seria apenas um conselho profissional; seria mais um meio de assegurar — e vai ser ainda, porque não vamos desistir

de criá-lo — a responsabilidade social da mídia. Não o único, volto a insistir, pois não representamos a sociedade, apenas uma parte dela.

É importante dizer que avançávamos no sentido da constituição de muitos conselhos federais, porque nossa proposta é que nas Comissões de Ética houvesse a participação da sociedade. Nas comissões que iriam julgar os possíveis delitos éticos dos jornalistas a sociedade teria participação, e isso seria uma inovação, seria um diferencial, seria uma forma de assegurar que o conselho extrapolasse suas funções exclusivas: fiscalizar a profissão — é o que nós queremos e necessitamos; definir regras de acesso à nossa atividade profissional, porque hoje não há nenhuma, quem decide quem será ou não jornalista são os juízes; e, evidentemente, cuidar do cumprimento do exercício ético da atividade profissional jornalística. Essa a sua principal missão.

Para mostrar o absurdo a que se chega por não haver regra alguma, por nossa profissão estar nas mãos de juízes, o sindicato de Minas Gerais registrou sua faxineira como jornalista. Há o registro dela como jornalista na Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais.

É curioso observar que as experiências de constituição de conselhos de imprensa no mundo todo também sofreram o mesmo tipo de resistência das grandes empresas e de jornalistas famosos. No entanto, há conselhos funcionando há mais de 40 anos no mundo inteiro, prestando relevantes serviços à categoria e especialmente à sociedade. É certo que, no Brasil, até por uma condição política, essa oposição foi muito mais feroz, mais virulenta. Nós, da Federação, fomos vítimas de uma campanha bastante bem articulada pelos empresários. Nunca os vi criar um grau de unidade tão grande, nem para abrir o setor ao capital estrangeiro, o que era fundamental à sua sobrevivência econômica. Nem para isso eles criaram uma unidade tão grande. Infelizmente, contaram com o apoio do Congresso Nacional, que acabou enterrando esse projeto.

Não desistiremos desse conselho, vamos insistir na sua criação. Ele se insere, evidentemente, numa de nossas estratégias. O fórum tem de ter acesso indireto aos meios de comunicação. E a sociedade tem de gerar mais campanhas, como essa que coordena o Deputado Orlando Fantazzini, a campanha contra quem financia a baixaria contra a cidadania ou mesmo o Conselho de Comunicação Nacional, também proposta na FENAJ, que funciona nesta Casa e levou 10 anos para ser constituída. E só foi constituída porque entrou no pacote do capital estrangeiro. Enfim, é preciso criar formas de controle da sociedade sobre os meios de comunicação.

Para finalizar, quero dizer que o Governo Federal reluta em definir políticas para essa área e adota posição de certa forma covarde na sua relação com a mídia. Cito como exemplo os projetos que criam o Conselho Federal dos Jornalistas e a ANCINAV, com relação aos quais o Governo recuou escancaradamente. Até com relação ao projeto das rádios e televisões institucionais, projeto oriundo desta Casa, o Governo acabou recuando novamente. Tem sido essa a prática do Governo. Não mudou essa letargia, esse imobilismo e essa posição subalterna em relação aos meios de comunicação de modo geral.

O problema é sério. Diz respeito ao Governo, mas a sociedade será a principal beneficiada com essa luta pela democratização da comunicação no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Sérgio Murillo.

Passo a palavra a palavra a Gustavo Gindre.

O SR. GUSTAVO GINDRE - Boa-tarde a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite para este evento, que tem o papel histórico de demonstrar a luta do movimento de comunicação para inserir a comunicação entre os direitos humanos.

Temos um corpo, sangramos, sentimos dor, prazer, fome e morreremos. Nesse ponto, somos iguais a qualquer outro animal na face da terra. Mas um componente nos separa desses outros animais: a possibilidade de construir cultura, de onde deriva toda uma série de coisas concretas. Este prédio só existe porque criamos uma cultura, criamos um conhecimento que permitiu que arquitetos e pedreiros o construíssem. Essa cultura só existe porque o ser humano é capaz de se comunicar. Se não fôssemos capazes de nos comunicar jamais produziríamos cultura, portanto, jamais construiríamos essas coisas que nos cercam.

Ou seja, a essência que nos faz seres humanos é a mesma em que está inserido o processo de comunicação. Despossuir o ser humano da capacidade de se comunicar é, ao mesmo tempo, despossuí-lo da sua própria humanidade, daquilo que o separa da natureza e o torna um indivíduo único.

O direito do ser humano à comunicação é um direito inalienável. Privar o indivíduo desse direito significa tirar nossa própria humanidade. Quando falo em direito humano à comunicação não me refiro ao direito humano de receber informações, mas ao direito de se expressar. Esse direito é muito mais amplo, por exemplo, que aquele concedido aos grandes donos das empresas de comunicação para emitirem suas mensagens e às categorias profissionais envolvidas diretamente com o processo industrial da comunicação. É um direito

inerente a todos os seres humanos, profissionais ou não de comunicação, donos ou não de comunicação. É um direito cada vez mais acessível à humanidade. O direito humano de se comunicar não só com uma pessoa, mas com a massa de seres humanos é cada vez mais acessível, tecnologicamente falando. Por isso se torna cada vez mais brutal o esforço que o capitalismo faz para nos despossuir desse bem que cada vez mais está em nossas mãos, com o surgimento, por exemplo, de meios interativos de comunicação.

Exposto esse quadro referencial do que entendo por direito à comunicação e seguindo a orientação do Murilo de que o importante é o debate que vamos travar, vou tentar fazer um vôo rasante, seguindo uma lógica de raciocínio que certamente será aprofundada no debate.

O direito humano à comunicação, para ser traduzido concretamente numa sociedade de milhões de pessoas, uma sociedade complexa, necessita de políticas públicas que o garantam, políticas que atuem em 2 direções: primeiro, no sentido de se contrapor ao imenso poderio econômico dos grandes grupos que, se deixados livremente, irão cercear o direito à comunicação; segundo, assegurar a possibilidade de comunicação dos seres humanos.

No Rio de Janeiro, onde vivo, o jornal mais lido, a tevê aberta mais vista, as rádios AM e FM mais ouvidas, o provedor de acesso à Internet banda larga a cabo mais procurado, uma das 3 revistas mais lidas e o segundo jornal mais lido da cidade pertencem a uma mesma família — em alguns países capitalistas desenvolvidos isso simplesmente não aconteceria, porque a legislação não permite. Obviamente, se deixados livremente, sem a implementação de políticas públicas que se contraponham a esse poderio econômico, esse direito humano à comunicação estará cerceado na sua raiz, na sua origem.

Portanto, de um lado, contrapor-se ao grande monopólio; de outro, garantir a livre expressão não só das empresas, mas dos indivíduos, dos grupos sociais e movimentos sociais, garantir o direito público à comunicação, o acesso público aos meios de comunicação, a fim de que as pessoas possam se comunicar.

Essa política pública de duas vertentes — estou ao lado de uma pessoa que conhece o assunto muito melhor que eu — praticamente inexistente no Brasil. O que temos em termos de legislação sobre a comunicação? A lei que rege a comunicação no País — ou deveria reger — é o Código Brasileiro de Telecomunicações. Ele data de 1962, ou seja, é recente. De 1962 para cá, houve pouco avanço na área da comunicação. Portanto, ele abarca tudo o que está acontecendo atualmente, apesar de ser arcaico.

Cito, a esse respeito, um fato histórico interessante. O Código Brasileiro de Telecomunicações foi elaborado pelo Congresso, voltou para João Goulart, que, se não me engano, impôs a ele 50 vetos. Ele voltou ao Congresso, onde foram derrubados os 50 vetos. Na origem desse processo está a articulação dos empresários, que serve de base para a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT. Isso mostra o poder que tinham os empresários sobre o Congresso Nacional, a sua presença física direta como radiodifusor eleito ou presença indireta, por meio de um *lobby* poderoso, que conta com a vantagem de que o Parlamentar que quer disputar uma eleição dificilmente está disposto a brigar com a grande mídia e desaparecer do rádio e da TV.

Pois bem. O Código Brasileiro de Telecomunicações data de 1962. Em 1967, ele sofre drásticas mudanças — não preciso lembrar aos senhores o que acontecia no Brasil em 1967, principalmente na parte punitiva. Com a Constituição de 1988, a parte punitiva herdada da ditadura militar praticamente deixa de existir. Ou seja, o Código já começa a ficar capenga, não só pela sua temporalidade, por ele ter 43 anos, como pelo fato de que sofreu mudanças durante a ditadura que com a Constituição de 1988 tornam-se inaplicáveis. Em 1997, temos outra grande transformação: o Governo Fernando Henrique resolve vender a TELEBRÁS e cria uma inovação — não deve haver lugar algum no mundo que tenha feito isso —, separa as telecomunicações *stricto sensu* (telefonia, telefone celular, telefone fixo) de comunicação social eletrônica, radiodifusão, que no mundo inteiro são vistas como parte de um mesmo arcabouço jurídico, ainda mais se levarmos em consideração Internet, telefone por IP, vídeo por IP, cenário de convergência. Caminhamos no sentido contrário: separamos as duas, para que a Lei Geral de Telecomunicações pudesse vender rapidamente a TELEBRÁS. O Governo prometeu que um dia viria essa outra lei que iria regulamentar a radiodifusão, a comunicação social eletrônica, a TV aberta, a TV paga e o rádio no Brasil. Até hoje não chegou.

Um outro problema conforma esse cenário que estou tentando mostrar aos senhores, esse emaranhado de situações que acabam não sendo respaldadas em políticas públicas. Temos uma legislação velha, mutilada, que na prática é inaplicável; uma legislação que caminha no sentido contrário ao do mundo inteiro (rumo à convergência) e que, portanto, cria uma série de áreas de sombra com o que vamos chamar de *stricto sensu* telefonia. Um lado tem agência reguladora, a ANATEL, e segue uma lei geral, o outro ficou sem agência reguladora — os senhores viram a confusão que houve quando se propôs a criação da ANCINAV sem uma lei geral.

Acrescente-se a isso o fato de que o mesmo capítulo da Constituição que trata da comunicação — de manhã foi mencionado o grau de polêmica que ele gerou — jamais foi regulamentado, com exceção do art. 224, que trata do Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo sem poder deliberativo. Portanto, seguem sem regulamentação a questão do limite ao monopólio e oligopólio dos meios de comunicação e a regionalização da produção cultural artística e jornalística — vivemos no Brasil o fenômeno de uma produção dramaturgica e jornalística toda produzida no eixo Rio/São Paulo e exportada para todo o País.

Quando estive no Piauí, num feriado, ouvi no *Jornal Nacional* que quem estivesse no Rio de Janeiro não deveria pegar a Ponte Rio-Niterói para ir à Região dos Lagos, porque estava congestionada, e ouvi que em São Paulo havia 100 quilômetros de congestionamento. Entretanto, não vi o que se passava no Piauí, assim como os piauienses não viram — este é o Brasil que não se vê na televisão. Em termos de dramaturgia, vê-se o Leblon, como se suas praias fossem a síntese brasileira, e, em termos de jornalismo, vê-se o eixo Rio/São Paulo/Brasília. É preciso que haja uma catástrofe, caia um avião, morra muita gente para que apareça no *Jornal Nacional* o resto do Brasil. Por quê? Porque isso não está regulamentado na Constituição. As emissoras de rádio e tevê seguem livres para negar a cultura regional brasileira, para negar a política regional brasileira, para negar, enfim, a música, a dramaturgia.

O ator José Wilker começou a fazer telenovela em Pernambuco. Hoje, esse tipo de fenômeno não aconteceria, simplesmente porque não há telenovelas em Pernambuco. A pessoa tem que sair da sua terra e ir para o eixo Rio/São Paulo para se tornar conhecido. Isso não está regulamentado.

Também não está regulamentado outro aspecto importante, que quero destacar aqui. A Constituição menciona, em seu capítulo da comunicação, um corpo estranhíssimo. Na verdade, o conceito de público aparece em 2 momentos: primeiro, ao reconhecer que o espectro de radiodifusão é um bem público que pode ser inclusive usado por entes privados, que são as emissoras de rádio e tevê privadas. Mas é um bem público finito. Portanto, seja qual for a emissora, privada ou pública, essas emissoras têm que atender a requisitos públicos, porque estão explorando um meio público.

Cito um exemplo concreto que qualquer cidadão consegue entender. O sujeito que é dono de um ônibus é dono do veículo, mas não é dono da linha de ônibus. Ele explora essa linha de ônibus, mas ela é uma concessão pública, é uma outorga que ele recebe, e ele tem que cumprir uma série de requisitos para

poder explorá-la. O idoso entra pela frente, não paga. Há uma série de requisitos a serem preenchidos, porque ele não está explorando um negócio como outro qualquer. Ele está explorando um bem público.

Ora, se isso vale para transporte urbano, imaginem o tipo de impacto que essa noção poderia ter nos meios de comunicação. Afinal de contas, o sujeito está explorando um bem finito, como o éter. Não dá para colocar todos para falar. Portanto, vai ter que existir algum nível de seleção para isso. Essa seleção tem que seguir critérios públicos, e esse sujeito tem que devolver algo ao público, já que ele está auferindo lucro.

Ele explora uma emissora que opera a partir de um bem público, um bem nosso, que é o espectro eletromagnético. Ele tem que devolver para esse público, que é o proprietário, em última instância, desse espectro eletromagnético, algo na forma de cultura, de jornalismo, de dramaturgia, de entretenimento, enfim, de educação. Só que isso não está regulamentado, e, na prática, hoje isso não é devolvido de forma nenhuma. Pelo contrário, dizem-nos que estão nos dando um meio de entretenimento de graça e ainda queremos exigir. Esquecem-se, na verdade, de que, como não existe almoço grátis, quem sustenta os meios de comunicação privados somos nós, com o nosso dinheiro, quando compramos produtos que vão pagar os anúncios da tevê. Não tenham dúvida de que na hora em que compramos um armário em 12 vezes nas Casas Bahia, por exemplo, que é o maior anunciante do Brasil, estamos pagando o anúncio dela, sim. Obviamente, ela está tirando esse anúncio do produto que ela vende.

Quando assistimos à televisão, já pagamos por aquilo. De graça, não tem. Se fosse de graça, não haveria um monte de empresas privadas explorando. Portanto, não é de graça e é a partir de um bem público que deveria retornar para nós na forma de benefícios sociais, mas não retorna, porque a Constituição não está regulamentada.

Esse público aparece de uma outra forma, também estranha, atípica, na Constituição, que até hoje não foi regulamentada. É quando a Constituição afirma que o Brasil tem 3 sistemas de comunicação: o privado, que todos conhecemos; o estatal e esse corpo estranho, que carece de um esforço enorme, creio que nosso, como movimento social, para defini-lo, que é esse sistema público de comunicação e que deve ser entendido como um público não estatal.

Costumo dizer há muitos anos que, para mim, as rádios comunitárias são um subconjunto desse grande sistema público de comunicação que os movimentos sociais no Brasil têm como tarefa histórica construir. Isso carece de construção, até porque está lá na Constituição e ponto, desaparece.

Então, qual é o cenário que nos sobra? O cenário que nos sobra é uma legislação fragmentada, uma legislação desatualizada, que, como é fragmentada e desatualizada, começa a atender a interesses particulares de forma particular.

Então, o que acontece? Surge um novo meio de comunicação e cria-se algum remendo na legislação para contemplar aquele novo meio de comunicação. Então, a legislação brasileira é um Frankenstein meio estranho.

Vamos pegar, por exemplo, o caso da tevê paga no Brasil para exemplificar bem isso. Se alguém aqui é assinante de tevê a cabo, está amparado por uma legislação negociada no Congresso, discutida, enfim, da qual a sociedade participou e que obriga o dono da rede física a dar certas contrapartidas à sociedade. Estão aí o canal da Câmara, o canal do Senado, o canal universitário, o canal comunitário. Enfim, podemos até discutir se é uma boa legislação, se não é, se ela contempla, se não contempla, mas ela garante algumas salvaguardas.

Se a pessoa, em vez de assinar uma tevê a cabo, assinar uma por microondas, estará amparada por um decreto presidencial, que já é mais frágil. Se, em vez de assinar esses 2 serviços, assinar uma tevê por satélite, estará amparada em uma portaria ministerial, que é muito mais frágil.

Reparem que é o mesmo serviço. Do ponto de vista do usuário, ele é assinante de uma tevê paga, mas, do ponto de vista da legislação, é completamente diferente, com salvaguardas diferentes, com instrumentos jurídicos diferentes, porque cada uma foi criada em uma conjuntura política diferente, ao sabor de pressões políticas diferentes, atendendo a interesses políticos diferentes.

Nossa legislação é de um casuísmo e resulta num cipoal. Quem não é da comunicação aqui não ache estranho que não esteja entendendo muito o que estou dizendo, porque nós mesmos temos dificuldades para nos localizarmos nesse emaranhado de legislações, de serviços.

Para que se tenha uma idéia, a Agência Nacional de Telecomunicações, que regula os serviços de telecomunicações, até o presente momento tem classificados como serviços de telecomunicações 26 tipos de serviços diferentes, cada uma atendendo a determinada pressão política, enquanto a União Européia caminha para uma outorga única.

Nesse cenário, os movimentos sociais têm muita dificuldade de trafegar, porque esses cenários atendem ao particularismo, ao casuísmo de quem tem um determinado *lobby* que se referencia naquela questão específica. Se conseguiu aquele determinado ganho, ótimo.

Então, que grande luta está por detrás de todas as demandas particulares que podem e devem ter os movimentos de radiodifusão comunitária, as categorias profissionais? Que grande questão nos unifica?

O grande debate que nos unifica é a luta por uma legislação, um grande marco regulatório que consiga unificar todas essas coisas, primeiro livrandos desses particularismos e desses casuísmos; segundo, definindo que projeto coerente de comunicação se pretende e que esteja subordinado a um projeto de país, a um projeto de democratização da sociedade brasileira e colocar essa comunicação subordinada a esse projeto. Só na hora em que conseguirmos definir esse marco regulatório nós nos livraremos desse grande cipal que tanto prejuízo nos causa e que, na prática, significa cercear o direito de expressão da população brasileira.

Rapidamente, quero dizer ainda que, embora esse cenário seja extremamente complexo e o atual Governo tenha respondido muito mal a ele, inclusive entregando o Ministério das Comunicações a um radiodifusor — vejam como essa questão é maltratada no Brasil... Se ele tivesse entregado o Ministério da Saúde ao dono de um hospital ou o Ministério da Educação a um dono de escola, veríamos o escândalo que seria produzido. Pois ele entregou o Ministério das Comunicações, já pela segunda vez consecutiva, a um dono de rádio. Costumo dizer que é a mão esquerda dizendo para a mão direita: você não pode fazer. Um é o dono, e o outro fiscaliza o dono. Fica difícil.

Ainda que este Governo tenha tratado muito mal essa questão, tenha usado esse Ministério como moeda de troca, existem no Brasil diversos movimentos sociais que se articulam no sentido de garantir esse direito humano à comunicação.

Então, ainda que o cenário seja muito difícil, e é muito difícil para nós, ele apresenta, por outro lado, grandes esperanças de que a sociedade — e esse encontro é fruto disso — comece a acordar para o fato de que essa não é uma luta de comunicador; essa não é uma luta de profissionais da comunicação, mas uma luta do conjunto da sociedade.

Estamos discutindo, em última instância, não o direito das categorias profissionais, embora também estejamos discutindo isso. Estamos discutindo a democracia na sociedade brasileira, que jamais será materializada sem uma comunicação democrática. Então, à medida que houver encontros como este e articulações como a Campanha CRIS, por exemplo, da qual faço parte — o João, com certeza, vai descrever muito melhor do que eu essa luta pelo direito à comunicação no Brasil, que também se articula com o movimento social no mundo inteiro —, assim como o movimento dos direitos humanos, o movimento negro

e diversos outros movimentos que começam a perceber que as suas demandas precisam se localizar a partir do direito humano da comunicação, começarão a despontar os caminhos que unificam a sociedade nessa luta.

Sinto-me muito feliz por estar aqui. Acho que este encontro é mais um passo no caminho da construção de um grande movimento social que entende comunicação como direito humano tão vital para nós como é a terra, a alimentação, a saúde e a educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Iniciamos agora a fase de debates.

Passo a palavra à Dra. Ela Castilho. S.Sa. dispõe de 10 minutos.

A SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - Em primeiro lugar, vou explicar o porquê de eu estar integrando esta Mesa, apesar de não ser nenhuma *expertise* no assunto. Estou aqui representando a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal. Participamos da organização deste evento e teremos em agosto uma avaliação do grupo de trabalho sobre comunicação social, sob 2 focos: primeiro, no controle da programação televisiva e, segundo, nas rádios comunitárias.

Este grupo de trabalho na verdade não conseguiu enfrentar esse tema das rádios comunitárias. O Ministério Público Federal tem-se envolvido nesse debate até internamente, com posições antagônicas. O trabalho forte do grupo foi no sentido do controle da programação televisiva.

Fizemos em abril deste ano, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, um seminário sobre o controle social da programação televisiva. O Prof. Murillo participou também dessa discussão. Foi um seminário memorável, com duração de 2 dias. Um desses dias chegou a ser emocionante, pelas exposições, pelas falas. Ficou claro que esse esforço que estamos fazendo, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, por meio da campanha que tem a marca do Deputado Orlando Fantazzini, e esse esforço do Ministério Público em entrar com ações civis públicas, expedir recomendações, elaborar termos de ajustamento de conduta — na verdade, só conseguimos 2, nosso grande objetivo com as redes de TV não conseguiu se concretizar —, esse esforço na verdade não nos vai levar muito longe. Será pífio o resultado, por conta da realidade apresentada neste seminário pelo Prof. Murillo e também por Eugênio Bucci e meu colega Sérgio Suiama. Precisamos dessa regulamentação, desse marco regulatório geral.

Na verdade, nada tenho a acrescentar ao que foi dito. Estou de pleno acordo.

A instituição que represento vê-se tolhida da sua atuação, neste momento, em razão da falta de regulamentação.

Quando as pessoas solicitam a atuação do Ministério Público, ele age até um determinado ponto. O Ministério Público não tem condições de cassar uma concessão, de colocar em xeque os poderosos que dominam a mídia nacional. Na verdade, o Ministério Público tem dificuldade em fazer o controle da programação televisiva no que diz respeito à violação dos direitos humanos, do direito à intimidade, à imagem e à honra e também no que diz respeito ao fato de não dar visibilidade aos diversos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira e aos problemas regionais. Não temos instrumentos suficientes para fazer isso. Nós podemos procurar o consenso, através de audiência pública e dos Termos de Ajustamento de Conduta, mas isso representa muito pouco. Nossas vitórias são muito específicas.

Resta-nos modificar a regulação básica do setor. Essa a solução. Para tanto, cabe ao movimento social, à sociedade civil organizada exigir que o Congresso Nacional discuta essa lei geral e outras leis específicas.

Já perdemos muito tempo. A lei é antiga, data de 1962. Ela foi configurada pelos donos dos meios de comunicação existentes à época — não existia ainda televisão. As coisas estão cada vez mais difíceis ainda. Gostaria de ouvir meus companheiros de mesa a respeito.

Vale destacar o que está ocorrendo em outros países nessa área. Nos Estados Unidos, onde há uma regulamentação melhor que a nossa, houve recentemente uma investida do Governo Bush no sentido de flexibilizar as regras e permitir o monopólio. Somos um país periférico extremamente dependente dos interesses americanos, e esses têm interesse em que as coisas continuem como estão. Como disse o Prof. Murillo, se não me engano, vivemos um caos institucional.

Tenho certeza de que esse caos é tudo o que as empresas americanas querem, porque, quando há qualquer restrição na Europa e nos Estados Unidos, ainda lhes resta um amplo mercado onde as negociações estão completamente liberadas. Essa mesma lógica se verifica em relação ao meio ambiente: a legislação é muito mais restritiva naqueles países, e os países periféricos vivem em meio a essa selvageria para que as empresas possam neles investir sem qualquer regulação.

É com certa dose de pessimismo que termino minha exposição. Realmente não sei se a sociedade brasileira terá força para se contrapor a esse poder que se instalou e corrompeu as próprias estruturas do poder político brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Dra. Ela.

Passo a palavra ao último debatedor, João Brant. Logo após, abrirei espaço para os integrantes desta plenária. Há inscrições sobre a mesa.

O SR. JOÃO BRANT - Boa-tarde a todos. Primeiramente, agradeço por esta oportunidade.

É muito importante que nós, ativistas de direitos humanos de diversos campos, inclusive da comunicação, estejamos desenvolvendo uma ação conjunta em relação ao tema. A cada dia temos mais provas da importância dos meios de comunicação.

Vou tentar esclarecer 3 pontos mencionados genericamente pelo Gustavo e pelo Sérgio Murillo: primeiro, se a comunicação deveria ser objeto de políticas públicas; segundo, o diagnóstico do quadro brasileiro; e, terceiro, que tipo de políticas deveriam ser aplicadas, ou seja, como fazemos para transformar esse *slogan* do direito da comunicação em um conceito amplo, em política pública materializada. Nesse ponto, apesar do quadro dramático citado pela Dra. Ela, talvez consigamos vislumbrar alguma esperança, um rumo certo para onde possamos virar essa nau.

Antes, porém, gostaria de me apresentar. Faço parte do Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social, como outros aqui presentes, inclusive o Gustavo. Faço parte da CRIS Brasil, a campanha Communication Rights in the Information Society, nome que mantivemos em virtude do diálogo que mantemos com outros países que discutem essas mesmas questões, onde a comunicação tem sido debatida.

Falamos hoje sobre a diversidade cultural da UNESCO. Poderíamos falar também da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação e da OMC, citada hoje pela manhã como espaço para onde estão tentando levar os serviços audiovisuais.

Fazemos parte dessa campanha no Brasil junto a diversas outras entidades: a Rede de Informações para o Terceiro Setor — RITS; o Grupo de Trabalho Amazônico; a Associação Mundial de Rádios Comunitárias — AMARC, e diversas outras.

Vou rapidamente mencionar o que é a CRIS e, ao final, farei uma proposta que tem a ver com tudo o que se tem pensado nessa articulação.

Por que a comunicação deveria ser objeto de políticas públicas?

Faz sentido que estejamos aqui hoje no Encontro Nacional de Direitos Humanos, no espaço nobre do Movimento Nacional de Direitos Humanos e de todos os outros movimentos que se organizam em torno desse tema. Vivemos numa sociedade em que os meios de comunicação têm papel central. São espa-

ços onde circulam a informação e a cultura, portanto, espaços formadores de valores e da opinião pública. Os meios de comunicação são hoje uma arena de disputa e de debate público. Se são uma arena, se são espaços de circulação e de formação de cultura, precisam sempre ser espaços plurais e diversos. Senão, sempre teremos empecilhos para a realização plena de todos os outros direitos.

Cito um exemplo que, embora seja meio prosaico, materializa isso que estou dizendo. Garanto que vários dos que estão aqui são oriundos de cidades pequenas do interior ou têm avó no interior, cidades nas quais existe praça pública onde tudo acontece, onde as pessoas comentam os fatos que ocorrem na cidade. Do flerte à fofoca, tudo o que acontece passa por ali. Imaginemos que o Prefeito dessa cidade decida que aquele espaço não será mais uma praça pública, que vai reparti-la em 5 pedaços, que o coreto fica para fulano, um determinado canto para beltrano, o espaço mais nobre, onde há um palco, fica para sicrano, e cada um faz o que quiser com essa praça por 15 anos. Não precisam prestar contas a ninguém. Podem inclusive explorá-la comercialmente, se quiserem, vender pipoca, cachorro-quente.

Isso é o que tem acontecido com os espaços públicos no Brasil. O grupo que queria simplesmente jogar dominó não pode jogar dominó; o grupo que discutia política não tem espaço para discutir política. Vivemos uma realidade na qual os espaços públicos de mediação da sociedade foram privatizados. Isso gera um quadro de completa avacalhação, porque todos os outros direitos humanos, para se tornarem realidade, como disse o Gustavo, dependem desse espaço de troca, dependem dessa comunicação tão intrínseca à nossa existência.

Esse é um exemplo tosco, mas mostra que não podemos continuar resolvendo dessa forma o nosso problema. Se o problema é a privatização do espaço público, não adianta simplesmente dizer que não se concorda com essa atitude. O fato é que existe um espaço público privatizado, e isso justifica o fato de termos políticas públicas.

O que significa assumir o direito à comunicação como referência? Hoje, diversos países assumem o direito à informação, que é um pouco mais limitado do que o direito à comunicação. Nos Estados Unidos não pode ocorrer situações como a descrita pelo Gustavo. Se a Globo é dona de TV a cabo e dona de jornal não pode ter a tevê aberta ou a rádio aberta. Isso é o que chamamos de propriedade cruzada. É preciso que haja pluralidade de fontes de informação, e essa tese se sustenta na própria lógica do liberalismo, na política antitruste. O Brasil lida com mecanismos regulatórios desse tipo. A Nestlé quer comprar a Garoto. Ela pode ou não fazê-lo? Isso o CADE vai analisar, vai haver uma série

de discussões nesse sentido. Realizamos essa discussão no que se refere ao chocolate, mas não a admitimos para os meios de comunicação. Portanto, estamos vivendo uma situação tal que nem do ponto de vista liberal, do ponto de vista política antitruste temos o que nos garanta.

Vamos além. Tomando o direito à comunicação como referência, seria uma tragédia. Vários companheiros do movimento de radiodifusão comunitária que estão aqui na frente e vivem isso no dia-a-dia vão tomar a batalha como sua. Volto ao exemplo da cidade com pracinha: a praça está privatizada, mas a cidade cresceu e é necessário construir num determinado bairro um espaço onde se discutam questões comunitárias. Mas não podem, porque há uma série de limitações, uma série de empecilhos e uma legislação altamente restritiva.

Cecília Peruzzo foi muito feliz ao dizer hoje que, se tivéssemos o direito à comunicação como referência, mais do que permitir rádios comunitárias, teríamos de incentivar as rádios comunitárias.

As rádios comunitárias, segundo a lei que as regula, datada de 1998, só podem ter uma frequência no dial. O que significa isso na prática? Aquele que tiver interesse em explorar a radiodifusão para ganhar dinheiro tem disponíveis 39 canais, a rádio comunitária só tem um, e esse espaço tem de ser disputado.

Que tipo de política é essa que faz com que o interesse público esteja absolutamente subordinado ao interesse comercial?

Diagnóstico não vou fazer, porque o Gustavo e o Sérgio Murillo falaram muito bem sobre isso, inclusive sobre a questão profissional, que é real hoje. Os jornalistas e radialistas integram uma categoria extremamente explorada. Não recebe hora extra, muita gente não é registrada. O quadro é de completa desregulação.

Produzimos um relatório sobre o direito à comunicação no Brasil. Fizemos um diagnóstico desse quadro, não só em relação à mídia *stricto sensu*. Pensar no direito da comunicação hoje significa pensar no direito à privacidade, no acesso às tecnologias, na propriedade intelectual, questão central hoje no comércio internacional, que define toda a indústria do entretenimento e das comunicações internacionalmente — estamos pedindo uma contribuição de 20 reais para custear a impressão.

Temos de apontar para políticas públicas que invertam o paradigma de que o interesse comercial está acima do interesse público. Isso significa ir além da definição de propriedade cruzada e de limites de propriedade absoluta; significa enxergar a comunicação como um sistema. Nesse tocante, temos muito a aprender com muitos dos senhores que estão aqui e discutiram o sistema nacional de direitos humanos, ainda que não tenham conseguido transformá-lo

na prática, o sistema nacional de saúde, o Sistema Único de Saúde, o sistema de assistência social. Temos de beber dessas fontes.

Márcio Pochmann, economista que lida com política de emprego e de distribuição de renda, diz que não se pode ter um único tipo de política, porque, com o perdão da expressão, tem muita gente que está mal de vida e precisa ter renda mínima. Precisamos ter políticas emancipatórias, que permitam ao cidadão formar uma cooperativa ou ter uma empresa de fundo de quintal. Precisamos ter políticas que possibilitem o desenvolvimento local, que nos permitam criar arranjos produtivos, de acordo com o que a cidade demanda.

No caso da saúde, pensar políticas para essa área não significa fazer hospitais, essa é a última etapa da história. Política de saúde é pensar em conselhos municipais de saúde, conferências regionais de saúde, políticas de comunicação; é discutir a gravidez na adolescência, tema que na prática está ligado à comunicação.

No Brasil, nem as políticas liberais *stricto sensu* estão sendo aplicadas. Precisamos dessas políticas liberais, elas são essenciais, mas precisamos ir além.

Gustavo e outros citaram *en passant* a necessidade de um sistema público de comunicação. Precisamos concretizar isso. Mas como conformar um sistema público não estatal, não privado, em que o interesse público esteja acima tanto do interesse governamental quanto do comercial?

Necessitamos promover a diversidade e a pluralidade dos meios de comunicação e de seus conteúdos. A lei “permite” — entre aspas — que eles existam, mas não permite que eles subsistam, porque não pode haver publicidade e tem de se viver do jeito franciscano de meio de comunicação. Isso é impossível, é inviável!

Como pensamos, por exemplo — e a ANCINAV já mostrava algumas idéias nesse sentido —, que a própria concentração alimenta a diversidade e a pluralidade? Vamos dar um exemplo: a Rede Globo fatura bilhões por ano com publicidade, mas não paga ICMS sobre o valor arrecadado. Que tal se 4% desse faturamento fossem para alimentar um fundo público a ser regido pela sociedade civil e que pudesse sustentar veículos comunitários, projetos de comunicação independentes, projetos pequenos de baixa circulação? Esse é um exemplo, mas precisamos pensar em diversidade e pluralidade não só para deixá-la existir, mas torná-la possível e real.

Considero importante aquela frase que diz que, enquanto há desigualdades políticas, sociais, técnicas e econômicas na realização do direito à comunicação, é preciso haver políticas afirmativas e intervenção do Estado para garantir esse equilíbrio de oportunidades. Na prática, falamos em uma liber-

dade de expressão que é apenas de 9 famílias, enquanto nós, 180 milhões de brasileiros, temos de ficar calados, temos a liberdade de trocar de canal.

O terceiro ponto trata da apropriação social dos meios e da socialização dos conhecimentos. O que significa esse “palavrão”? Precisamos, desde o princípio, ter espaço de prática de mídia, precisamos que a escola pratique mídia, que haja educação para a mídia, que haja centrais públicas como há os telecentros em que o cidadão possa ir lá fazer o seu programa e ter espaço para veiculá-lo. Tivemos a oportunidade de participar de um congresso nos Estados Unidos — e lá existe espaço para disputa de Rupert Murdoch com a Fox, CNN, enfim, uma disputa de gigantes —, e eles têm, por exemplo, uma rede alternativa de informações que circulam por causa desse mecanismo. Em Manhattan há 4 canais de veiculação de conteúdo público. Ou seja, quem desejar dirige-se a uma central pública, diz que tem a intenção de produzir um programa e é informado sobre como proceder para veiculá-lo. Há espaço para se fazer isso semanalmente. É desse tipo de mecanismo que precisamos.

O quarto e último ponto trata da participação popular e do controle público, que perpassa todo este debate, desde o monitoramento e o combate à violação de direitos humanos na mídia, que não pode ser como uma terra sem lei, em que se pode tudo, não se submete às leis da sociedade, até aos mecanismos de garantia de diversidade dessa pluralidade, sem hipocrisia.

Fiz esse balanço para amarrar um pouco os pontos aqui tratados: por que devemos ter objetos de política, fazer o diagnóstico geral sobre eles e quais os tipos de políticas poderemos trabalhar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, João.

Passamos à fase destinada aos debates. Há 5 inscritos.

Informo que as inscrições continuam abertas para os que desejarem se manifestar.

Com a palavra o Sr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM CARLOS CARVALHO - Boa-tarde a todos. Represento a Coordenação Jurídica da ABRAÇO Nacional, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

Participo de uma entidade que talvez seja o maior movimento social que busca se contrapor à grande mídia com ações concretas, com atividades próprias. Hoje, são 15.777 rádios, sem outorga no ar, segundo denúncia da ABERT no Conselho de Comunicação Social.

Tecerei alguns pontos que considero importantes.

Hoje estão fechadas uma rádio comunitária de Campinas e duas no Estado do Ceará. Cem por cento das rádios comunitárias fechadas este ano, em média de 200 rádios por mês, foram fechadas por iniciativa do Ministério Público Federal e com autorização judicial. Este ano nenhuma rádio comunitária foi fechada sem a intervenção do Ministério Público Federal e da Justiça Federal.

Entendemos que o Ministério Público e a Justiça estão sendo usados por conta de má informação por parte da ANATEL, que é quem faz denúncia a esses órgãos.

O Gustavo citou o exemplo do ator José Wilker, mas devo dizer a ele que existe saída para isso, que é exatamente a outorga de rádios e TVs comunitárias em canal aberto. Por quê? Muito simples. No interior no Brasil, devido ao grande poder da comunicação e aos lucros, grupos como a Transamérica e a Jovem Pan assumiam 100% da programação das rádios regionais, demitindo centenas de comunicadores que trabalhavam nessas rádios. Quando surgiu o grande poder da rádio comunitária e a questão da audiência — a grande briga hoje é por causa da audiência, e a rádio comunitária disputa a audiência, sim, com a rádio comercial, não em termos financeiros, mas de público, de quem escuta —, esse sistema começou a ser rompido. Iniciou-se a contratação dos comunicadores e hoje eles buscam em nossas rádios os seus comunicadores.

João Brant, apenas um comentário. Existe um estudo para aumentar de 1 para 3 os canais das rádios comunitários. Eles querem nos tirar para fora do dial. O rádio de pilha que o povo escuta não chega lá. Eles querem nos colocar nos canais 198, 199, 200, mas somente os rádios de melhor qualidade chegam lá.

Minha pergunta é se não há como o Ministério Público — sei que não há consenso a respeito — quebrar paradigmas. Que o Ministério Público levante o grande debate para dizer se a rádio comunitária derruba ou não avião. Quanto à parte técnica, discutiremos e provaremos que não. A rádio comunitária desenvolve ou não um caráter social? Qual a importância desse caráter social para a comunidade? O que é realmente a rádio comunitária? E não fazer o que estão fazendo, se vendendo. Temos um documento oficial da Polícia Federal, do companheiro Dioclécio — nós o apresentaremos amanhã —, que comprova que não há caso algum envolvendo tráfico de drogas e rádios comunitárias no Brasil. Em contrapartida, esse é o argumento que a grande mídia usa contra nós. Toda vez que eles dizem que derrubamos avião, existem documentos que provam que isso não acontece.

Por que o Ministério Público ainda não tornou pública a informação de que fiscais da ANATEL, para fazer a sua fiscalização, usavam veículos contra-

tados pela ABERT? Denúncia feita ao Ministério Público Federal de São Paulo. Essas informações temos de quebrar, para saber qual é o verdadeiro interesse de não fazer a democratização dos meios de comunicação, liberando que o povo fale.

Estou vindo da Bahia, da cidade de Teixeira de Freitas, onde houve o primeiro caso em que uma rádio outorgada no Governo Fernando Henrique para uma família de companheiros políticos afiliados do ACM foi ofertada para um outro grupo político por 480 mil reais. A comunidade se revoltou e resolveu ocupar essa rádio.

Conclamamos a todos que ocupem as rádios comunitárias que estão no ar. Somos 15 mil. Fazemos a revolução. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - As perguntas podem ser dirigidas a todo e qualquer membro da Mesa, palestrantes e debatedores.

Foi feita pergunta específica para a Dra. Ela, mas estou pensando em reunir as perguntas em blocos, já que são todas relativas às rádios comunitárias, para depois passarmos às respostas.

O primeiro inscrito é o Dioclécio. Na seqüência, teremos o Sérgio e o Aristóteles e aí encerrarei o primeiro bloco de perguntas. Não pretendo ser deselegante com o primeiro orador, mas peço a maior objetividade possível na formulação de perguntas.

Com a palavra o Sr. Dioclécio Luz.

O SR. DIOCLÉCIO LUZ - Inicialmente, desejo complementar a fala do Gustavo Gindre, que disse que o Ministro das Comunicações é um radiodifusor, o que é meio paradoxal. O senhor se esqueceu de que o Ministro da Agricultura é um ruralista, um latifundiário. Na Câmara, por exemplo, o Presidente da Comissão de Agricultura e o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia também são latifundiários. Que dizer, o Executivo está entregue — digamos — aos donos do terreno e o Legislativo, nas áreas estratégicas, igualmente.

Dr. Ela, sou do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, faço parte da diretoria do Comitê de Liberdade e Expressão e desejo fazer uma denúncia óbvia de algo que já acontece há muito e requer ação, em nossa opinião, do Ministério Público Federal.

Segundo a Constituição Federal e o Regimento da Casa, é proibido Deputados e Senadores serem proprietários de emissoras de rádio e televisão, e isso acontece. Fazemos a denúncia para que finalmente alguém proíba Deputados e Senadores de serem proprietários e de agirem contra a lei.

Pergunto ao João Brant se a discussão sobre a criação da nova lei eletrônica de massa — que a CRIS está acompanhando — avançou ou não.

Em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, elaboramos um dossiê denunciando a violência contra as rádios de baixa potência e o encaminhamos para todos os órgãos do Executivo. Ou as autoridades não sabem ler, ou o dossiê foi para o lixo, o que parece mais provável. Até hoje não obtivemos resposta alguma.

Elaboramos o segundo dossiê, que engloba os anos de 2003 e 2004 e foi assinado por cerca de 12 entidades — ABRAÇO, Sindicato dos Jornalistas de Brasília, do Rio Grande do Sul, enfim, várias entidades —, e o encaminhamos ao Ministério das Comunicações, ao Ministério Público Federal — ambos não responderam — e ao Palácio do Planalto, que enviou a resposta de praxe: *“Estamos encaminhando para os órgãos executores”*. Ou seja, aquela resposta tola que não serve para nada.

Notamos a falta de competência por parte do Executivo. É burrice acreditar que a grande mídia, durante 500 anos aliada à elite, pode provocar alguma mudança. E continua a existir casos em que 70% dos recursos de publicidade se destinam a apenas uma família. Isso é um absurdo e nos faz pensar no terceiro dossiê da repressão.

No Ministério das Comunicações, chegamos para o politburo ou “politburro” deste Governo e dizemos: *“Gente, olha que está acontecendo!”*. E eles nos dizem: *“Olha, tem que mudar a lei”*.

Talvez os senhores não saibam, mas não é esta Casa que faz as leis. Não é o Congresso Nacional que faz as leis. Segundo estudo da Consultoria da Câmara dos Deputados, tanto no Governo Fernando Henrique Cardoso quanto no Governo Lula, 84% das leis deste País são feitas pelo Executivo. Não temos, portanto, de esperar que daqui saia lei. Não é por acaso que os 45 projetos de leis que tratam de mudanças na lei da rádio comunitária estão na Comissão de Ciência e Tecnologia, sob o comando do Deputado Jader Barbalho.

Para concluir, desejo frisar que os latifundiários da comunicação são inimigos das rádios comunitárias. É algo tão pequeno e ao mesmo tempo tão grande que os incomoda. Eles têm ódio delas. Uma vez o João Pedro Stédile, do MST, disse que os latifundiários sentem raiva das rádios comunitárias não porque as ocupamos, mas porque elas fazem o povo pensar. Esse é o grande perigo: a boa rádio faz o povo pensar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - A Mesa está desfalcada porque alguns dos nossos convidados foram convidados a dar entrevistas.

Seguindo a lista dos inscritos, passo a palavra ao Sérgio.

O SR. SÉRGIO SUIAMA - Sou Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo.

Desejo apenas complementar algumas informações prestadas pela Dra. Ela, a fim de contribuir com o debate.

Parece-me ser importante separar 2 temas que acabam convergindo, mas que são tratados separadamente, ao menos pelo Ministério Público. São eles o controle social dos meios de comunicação e a violação dos direitos humanos pelas emissoras. O outro, que é o tema deste encontro, diz respeito ao direito à comunicação, sob a perspectiva de democratização do acesso aos meios de comunicação.

No que diz respeito ao primeiro tema, controle social, o grande desafio social é definirmos que tipo de intervenção deve ser feita em relação às emissoras. A intervenção será a proibição de veiculação daquele programa? Será uma indenização por dano moral coletivo, uma indenização coletiva? Será o direito de resposta coletivo, como foi aplicado em São Paulo, no caso da *TV Record*, do programa *Rede Mulher*, em relação à violação pelas religiões afro-brasileiras? Parece-me importante discutir e aprofundar esse debate teórico, que no fundo é importante, porque resvala na questão da censura e em como pode ser feito esse controle, se é um controle prévio ou posterior.

Além desses instrumentos que citei — a indenização por dano moral coletivo, o direito de resposta coletivo e a proibição da veiculação de certos conteúdos —, o Ministério Público Federal tem atuado em outras áreas. Cito aqui a participação do Fernando de Almeida Martins e da Márcia Morgado no grupo de trabalho do Ministério da Justiça, Departamento de Classificação, com o objetivo de discutir os critérios de classificação indicativa do programa.

Outra medida importante e que acho que ainda não foi noticiada é a celebração de um convênio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, com um professor da ECA/Universidade de São Paulo, conhecido do fórum, Laurindo Lauro Leal Filho, para a elaboração de CD-ROM contendo a violação dos direitos das crianças por meio de publicidade, com o objetivo de avançarmos na regulamentação da propaganda abusiva para crianças.

Quanto ao direito da comunicação, citarei alguns dados que considero importantes e tentarei responder à pergunta do Joaquim Carlos, em antecipação à Dra. Ela, a quem peço licença.

Existem duas questões relacionadas à rádio comunitária: a criminal e a civil. No que diz respeito à questão criminal — sugeri ao Dioclécio, e há vários

colegas que entendem que o fato é atípico —, não há o crime de radiodifusão ilegal, embora todos saibam que há dois tipos criminais envolvidos. Ou seja, há aplicação mais ou menos acrítica, enfim, há aplicação da lei penal no Ministério Público. Digo isso sem intenção de defender os colegas envolvidos, porque penso que eles mesmos podem fazê-lo. Ressalto ainda que há vários entendimentos do Ministério Público. Muitos colegas pensam que o fato de uma emissora de rádio comunitária não ser legalizada, não ser formalizada, não incorre em crime. Eu mesmo, na época em que atuei na área criminal, assim entendia.

No que diz respeito à questão cível, o Ministério Público Federal de São Paulo, a PRDC, tem atuado em conjunto inclusive com a ABRAÇO, para ampliar a regularização das rádios comunitárias pelo Ministério das Comunicações. No Governo Lula, que se dizia democrático, foi feito apenas um único aviso de habilitação de rádios comunitárias, ao passo que no Governo Fernando Henrique Cardoso houve 9 avisos de habilitação. No Estado de São Paulo há mais de 170 Municípios que jamais receberam aviso de habilitação.

Nosso objetivo em matéria cível é forçar o Ministério das Comunicações a cumprir a lei, seja extrajudicialmente, seja judicialmente. Ou seja, abrir e apreciar os pedidos de requerimento de habilitações, requerimentos de entidades para o funcionamento de rádios comunitárias.

É isso o que estamos fazendo em São Paulo, só para deixar claro que o Ministério Público não tem posição unitária em matéria repressiva. Ao contrário, nosso interesse, pelo menos em São Paulo, é regularizar, com o objetivo de sanar esse problema.

Ainda em relação às rádios comunitárias, considero importante o fortalecimento das tevês públicas.

Por último, sugiro aos presentes apresentarmos um projeto de lei ao Congresso sobre o direito de antena, que existe no Brasil somente para os partidos políticos. É o direito que eles têm de ocupar um espaço por ano nas rádios particulares e públicas para a divulgação de suas idéias. Seria possível ampliarmos esse direito, tal como existe em Portugal e na Espanha, para ONGs e sindicatos.

Enquanto não há a aprovação desse projeto de lei, consulto os presentes sobre a possibilidade de formularmos projeto de direito de antena às tevês públicas, como RADIOBRÁS, *TV Cultura*, e também àquelas tevês quase alternativas, como a *MTV*. Por que não formular um projeto de direito de antena em que a *MTV* cederia o espaço de sua emissão para as ONGs divulgarem suas

idéias? Mesmo que fosse de madrugada, às 3h, já seria importante precedente para avançarmos nessa questão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Muito obrigado, Sr. Sérgio.

Chamarei os dois últimos inscritos neste bloco. Sei que há questões correlatas, mas cumprirei este bloco e depois voltamos, se for o caso, a discutir rádios comunitárias.

Passo a palavra ao Sr. Marcos; posteriormente ao Sr. Aristóteles. Em seguida devolverei a palavra à Mesa.

O SR. MARCOS - Boa-tarde. Sou de Belém, tenho um grupo de discussão no Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social. Esta Mesa está muito boa, os pontos foram muito bem apresentados, dentro da temática a que ela se propôs.

Serei bem prático. Minha pergunta é endereçada à Dra. Ela, mas desejo ouvir os comentários do Gustavo Gindre, do João Brant, do Sérgio Murillo, enfim, do restante da Mesa. O Brasil é signatário de vários acordos internacionais. Alguns deles dispõem sobre garantias aos direitos de liberdade de expressão, à liberdade cultural, à preservação cultural. A Constituição também garante esses direitos. Mas percebemos que, na prática, isso não acontece, conforme já mencionado por alguns dos expositores.

Desejo saber se, de alguma forma, o que está acontecendo hoje confronta a Constituição, os acordos de direito internacional ratificados pelo Brasil; de que forma podemos nos contrapor a isso e punir as empresas que rompem esses acordos.

Temos a prorrogação de identidade cultural muitas vezes única, não respeitando os direitos de cada localidade do Brasil. O direito de liberdade de expressão está meio cerceado, como o colega levantou sobre as rádios, tevês comunitárias e jornais.

Desejo ouvir a opinião da Mesa, principalmente da Dra. Ela, sobre esse assunto.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Marcos.

Informo aos senhores que são 16h13min. Como temos de encerrar a reunião impreterivelmente às 17h, reitero aos inscritos que sejam breves.

Com a palavra o Sr. Aristóteles Libânio.

O SR. ARISTÓTELES LIBÂNIO - Boa-tarde a todos. Meu nome é Aristóteles, sou de Volta Redonda, Rio de Janeiro, onde coordeno uma rádio comunitária e trabalho com direitos humanos.

Nossa rádio já foi fechada sete vezes, já fui preso pela Guarda Municipal, pelas Polícias Civil e Federal. E não poderia deixar de registrar o maravilhoso apoio que tenho recebido do Ministério Público Federal, desde o dia em pedi amparo. Fiquei boquiaberto com a maneira como minha causa foi abraçada. Mesmo não tendo conhecidos lá, recebi tratamento diferenciado. Os funcionários pararam tudo o que estavam fazendo, ligaram para Brasília, para me atender. E me disseram: *“Libânio, quando você vier aqui, não precisa marcar audiência, não; pode vir que as portas estão abertas para você”*. E toda vez que vou ao Ministério, sou prontamente atendido.

Existe em Volta Redonda questão política, porque o Prefeito comprou todos os meios de comunicação, como acontece na maior parte do Brasil. Não nos vendemos. Estou aqui de favor, recebi passagem, alimentação, hospedagem. Do contrário, como não tenho condições financeiras, não teria vindo.

A luz e o telefone da rádio foram cortados, fomos expulsos porque não tínhamos dinheiro para pagar aluguel nem condomínio. Tivemos de abandonar o local. A rádio foi fechada há 1 ano e meio, mesmo assim funcionamos há 7 anos. Se quisesse enriquecer, poderia me vender para o sistema, mas prefiro continuar na luta.

O Prefeito da minha cidade chegou ao absurdo de entrar na Justiça para eu não citar o nome dele na rádio. Cada vez que eu citasse o seu nome, seria multado em 1 mil e 500 reais. É um absurdo o que está acontecendo naquela cidade. Pedi a Deus para vir aqui fazer esta denúncia, amanhã vou fazê-la no Ministério Público Federal, e pedir o apoio do pessoal da FENAJ.

Passarei aos senhores o relatório para que possam me ajudar, porque em Volta Redonda a coisa está feia. Todos os meios de comunicação foram comprados. Não nos vendemos ao sistema nem vamos fazê-lo. Acreditamos em Deus, que vai nos iluminar para conseguirmos isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado.

Devolvo a palavra à Mesa. Com a palavra a Dra. Ela.

A SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - Agradeço aos participantes as intervenções. Podemos perceber que, como não há clara política institucional do Ministério Público, alguns colegas abraçaram essa causa e já se dedicaram ao seu estudo. Inclusive temos ali alguns especialistas no direito à comunicação.

Sobre as rádios comunitárias, recentemente houve uma reunião, em que participou como convidado o Procurador-Geral da República, o qual foi solicitado a indicar representante do Ministério Público Federal para tomar parte da reunião. O convite foi encaminhado para a 2ª Câmara, órgão do Ministério Público Federal responsável pela coordenação da atuação criminal.

O Procurador-Geral da República teve visão apenas da perspectiva criminal da rádio comunitária. Esqueceu-se totalmente que nós, da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, setor que faz a coordenação dos Procuradores que atuam na tutela coletiva, que a rádio comunitária faz parte do grupo de trabalho sobre comunicação social do ponto de vista do controle da programação televisiva.

Vejam a dificuldade. Tive a sorte de ver o coordenador da 2ª Câmara elaborar a lista de membros para saber o nome dos interessados em participar da reunião. Tive mais sorte ainda quando telefonei para uma colega que se identifica com a causa das rádios comunitárias, a Dra. Inez, também de São Paulo, e pedi a ela que se candidatasse para representar o Ministério Público. Nenhum outro colega do Ministério Público quis se candidatar. Inclusive perguntei ao Sérgio se ele poderia participar, mas ele me respondeu negativamente.

Enfim, a Inez foi à reunião representando o Ministério Público, cuja ótica é de que a rádio comunitária serve de instrumento para democratizar a comunicação brasileira e de que os aspectos levantados, tais como os atentados aos valores, por exemplo, da segurança, da navegação aérea etc., têm seu espaço de repressão criminal, mas não é essa a tônica do trabalho dessas rádios.

Isso me anima para o encontro que haverá no final do mês, quando avaliaremos nosso trabalho e apresentaremos nossa proposta de atuação. Sugiro continuarmos com o grupo, mas com outros focos, e que ele realmente se dedique à temática das rádios comunitárias, para nossa instituição não ser instrumento de repressão e perder o foco político do problema.

Agradeço ao companheiro que fez a denúncia. Na verdade, já havia recebido denúncia, por meio eletrônico, de artigo sobre coronelismo eletrônico, do Prof. Venício Lima, da UnB, e a encaminhei para minha assessoria, a fim de verificarmos como proceder.

Naturalmente, essa atuação também tem de ser institucional, mas foge do âmbito de cada um de nós; tem de ser levada à consideração do Procurador-Geral da República. Pessoalmente, tenho uma ação apenas extrajudicial; teria de encaminhar aos colegas que têm atuação judicial no Distrito Federal e nas outras Capitais.

Em relação ao dossiê contra a violência das rádios comunitárias, tive conhecimento agora de que o documento deu entrada no mês de fevereiro. Não me recordo desse dossiê ter chegado a minhas mãos. Vou verificar o que aconteceu.

Em relação à proposta de usarmos os tratados internacionais, devemos atuar para fazê-los valer. Assim temos agido, invocando diversas convenções internacionais para compelir principalmente as televisões a não mostrarem fotos de crianças e adolescentes em determinadas situações — inclusive o Conselho Federal de Psicologia nos ajudou num parecer —, tais como acidentes seguidos de morte. Há também o caso de réus que são constrangidos e humilhados em programas policiais. Nesse sentido, temos entrado com ações na Justiça.

E agora chegamos ao ponto. Entramos com ações perante o Judiciário, há a garantia do contraditório, e o que as emissoras de televisão alegam? Utilizam-se daquele velho e surrado argumento da liberdade de imprensa. Dizem que desejamos a volta da censura. Isso nos cala de modo forte, por mais que demonstremos teoricamente que há princípios constitucionais, o direito da liberdade de imprensa, o direito de transmitir a informação, bem como o princípio da dignidade humana, da intimidade. Enfim, nenhum desses princípios é absoluto. Isso precisa ser sopesado. Mas, no Judiciário, há muita força em relação ao princípio da liberdade de imprensa.

Chego à conclusão de que tudo isso está relacionado ao grande poder da mídia, que acaba configurando, conformando todos os Poderes, sobretudo o Judiciário.

Continuaremos com essas ações, que são importantes, mas o resultado, de modo geral, será pífio se não atacarmos o controle dos meios de comunicação, se não fizermos nada para democratizá-los.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

Com a palavra o Sr. Sérgio Murillo de Andrade.

O SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE - Ao iniciar minha fala trato das rádios comunitárias. A lei já nasceu caduca. Trata-se de lei restritiva, que precisa ser alterada. Ela foi elaborada sob a égide dos interesses da Associação Brasileira da Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT. E a iniciativa das rádios clandestinas é fundamental para incentivar a alteração, a democratização da legislação.

Essa discussão passa, sim — e já foi feita referência aqui —, pelo debate da Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa, que existe há algum tempo, foi sinalizada pelo ex-Ministro Sérgio Motta, não saiu do Ministério das Comunicações e, agora, o Governo Lula, depois de recuar no projeto da

ANCINAV, sinaliza com o debate dessa legislação. Mas, até o momento, isso não aconteceu, a não ser a criação de comissão junto à Casa Civil. Foram feitos contatos iniciais, mas não vi o resultado. Aliás, ontem, a nova Ministra da Casa Civil incumbiu-se de relacionar os projetos estratégicos do Governo. Não sei se foi incluída a Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa, que normatizará todos os serviços de rádio e televisão, de sinal aberto ou fechado.

Trata-se de discussão central para a sociedade brasileira, ficando à mercê dos interesses do Ministro das Comunicações a digitalização e a transmissão dos serviços de rádio e televisão no País. É estratégico para a Nação brasileira discutir que país seremos daqui a 40 anos. No entanto, o debate está restrito a empresários, à área técnica, a alguns setores do Governo. A sociedade não o acompanha. Estamos discutindo direitos humanos, democratização na comunicação. A sociedade precisa participar do debate da digitalização, da transmissão dos sinais de rádio e televisão.

No dia 13 de agosto completaram-se 8 anos da criação do projeto da nova lei de imprensa, que está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados. Esse projeto, de autoria do Deputado Vilmar Rocha, revoga a atual lei da ditadura, um dos últimos entulhos do regime militar. No entanto, ele não é colocado em pauta, porque há forte *lobby*. Parece-me que agora a ANJ está mostrando boa vontade para desbloquear a discussão e chegar ao acordo. Isso é fundamental, pois essa lei regerá a relação da sociedade com a imprensa e criará, por exemplo, o rito sumário para o direito de resposta. Hoje, para o indivíduo ter direito de resposta a algum tipo de dano à sua imagem espera de 4 a 5 anos. Acompanhei a campanha da FENAJ, no Ceará, de uma pessoa que realizou uma manifestação na frente do Tribunal de Justiça, levou seu filho de 5 anos e um bolo, para comemorar os 6 anos que tinha sido ofendido por um radialista e não tinha obtido o direito de responder àquela violência, agressão.

Trata-se de importantes questões que devemos incluir na nossa agenda. Convivemos com situação anômala. Um terço do Senado Federal é dono de rádio e televisão e, provavelmente, há a mesma quantidade na Câmara dos Deputados. O Deputado Nelson Proença, do PPS do Rio Grande do Sul, que foi indicado pelo Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, para ser o Relator do projeto de Conselho Federal de Jornalistas era dono de rádio. S.Exa. estava relatando projeto de seu interesse, e toda a categoria estava contra o projeto.

Há Deputado que relata renovação de suas concessões de rádio e televisão. É um absurdo! E convivemos com isso na Câmara dos Deputados e no

Senado Federal. É um flagrante desrespeito à Constituição na Casa que deveria zelar pela Lei Maior do País.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Com a palavra o Sr. Gustavo Gindre.

O SR. GUSTAVO GINDRE - Serei breve. Vários assuntos já foram tratados. Mencionarei apenas dois pontos importantes. Primeiro, a capacidade dos meios de comunicação de formar verdades sociais. Por que estou me referindo a isso? O Joaquim se referiu ao fato de rádio comunitária ter derrubado avião. Isso é repetido, *ad nauseam*, ou seja, devido ao senso comum todos incorporam e passa-se para frente. Como não se tem espaço nos meios de comunicação para se contrapor a isso, essa passa a ser verdade repetida por todos. Ou seja, rádio comunitária derruba avião.

Qual a verdade técnica dos fatos? Qualquer transmissor desregulado pode interferir em um aparelho de avião. Segundo me consta, atualmente, 100% das rádios comunitárias compram aparelhos que saem de fábrica, com selo da ANATEL, com PLL digital. Ninguém faz aparelho em fundo de quintal. Os aparelhos, portanto, não interferem. A maior chance de interferências em aviões é relacionada à potência da rádio comunitária. Aliás, fizemos um debate em São Paulo e convidamos um coronel do CINDACTA, ao qual perguntamos: “Quem interfere em rádio no Galeão” Ele respondeu: “*Quem interfere lá é a Rádio 98*”. Por quê? Primeiro, porque tem grande potência; segundo, elas se utilizam da tática de sair do seu prefixo — é o mesmo quando um indivíduo está em pé em um ônibus e abre os braços para ninguém ficar do lado — e esparramam para cá e para lá, inclusive para facilitar a vida de quem está sintonizando, ou seja, a pessoa vai chegando perto da rádio e a sintoniza. Isso significa que está saindo da frequência que lhe foi dada e está ganhando espectro que não lhe pertence, pois é de bem público.

Usa-se a expressão “invasão” quando há ocupação pelo MST, e desejo saber que nome as pessoas dão para esse fato que acabei de citar. O indivíduo invade o espectro alheio e vai se espalhando. Com isso, ele gera espúrios que podem interferir em avião, até porque a rádio tem grande potência. Ora, mais isso não é divulgado na televisão, no rádio, no jornal.

Há um fato curioso, não sei se já repararam, mas a emissora de televisão de maior audiência no Brasil não tem um único programa de debate. Nem sobre futebol de botão se debate na Rede Globo, não há mesa redonda de futebol. No programa de domingo, senta à mesa o tradicional jabazão. Como se estrutura uma TV se não há a possibilidade do contraditório? Se alguém disser que

rádio comunitária derruba avião, não há ninguém do lado para dizer: “*Não derruba*”. Um diz: “*Derruba*”. O outro diz: “*Não derruba, eu vi no Jornal Nacional*”. E outro: “*Derruba, sim*”. A partir disso, nasce uma verdade social, que mostra um pouco o poder que os meios de comunicação têm.

O Marcos perguntou acerca dos acordos internacionais. O Brasil é signatário de série de acordos internacionais nas mais diversas áreas. Entendo muito pouco a respeito, sei que há diferentes processos em que esses acordos acabam se tornando parte incorporada da legislação brasileira. Mas o fato é que o Brasil acaba dando diferenciados tratamentos, com pesos diversos para diferentes acordos.

O País, por exemplo, é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, que define claramente em seus artigos o direito à comunicação, mas a legislação brasileira não emula essa assinatura que dá internacionalmente a esse acordo. Em compensação, o Brasil é signatário, por exemplo, do GATT, acordo de serviços da OMC, que regula o comércio internacional de bens intangíveis. Não são, portanto, bens materiais. Um dos pontos que mais se discute lá é o tratamento que será dado ao audiovisual. É muito provável que nas próximas rodadas da OMC o Brasil ceda ao audiovisual, já que vem sofrendo pressões enormes. E o art. 2º do GATT estabelece que se não pode dar tratamento natural do seu país, que também não se dê ao natural de outro país signatário do GATT. Significa que se for dado apoio ao Carandiru e à Cidade de Deus, terá de dar ao homem aranha.

Cota de tela para filme nacional. *Bye, bye*. Incentivo ao teatro brasileiro nem pensar, porque teria de dar a qualquer outro país signatário do GATT. Esse acordo já é aplicado no País em várias áreas e virá com força para a área da comunicação. Quer dizer, dois pesos, duas medidas. Para acordo que garante direito à comunicação, fechamos os olhos e fingimos que não vale; para acordos que garantam o livre comércio, que, na prática, é botar o Mike Tyson e a criança no ringue e dizer: “*Bom, agora virem-se*”, o Brasil tem condições impositivas. Fica difícil fazer um cenário de direito à comunicação a partir dessa desigualdade de tratamento dos acordos internacionais.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO BRANT - Sobre os acordos também se abre outro capítulo. O Gustavo disse que poderia entrar em convenção de diversidade cultural. A essa altura prefiro discorrer um pouco sobre outros temas.

O Dioclécio citou a Lei Geral de Comunicação de Massa. Tomamos conhecimento de que haveria grupo de trabalho interministerial coordenado

pelo Sr. Israel Baima e grupo consultivo coordenado pelo Sr. André Barbosa, com diversas entidades da sociedade civil. Isso foi um pouco antes da queda do Sr. José Dirceu.

O Sérgio Murillo disse ontem que iria se reunir com a Ministra Dilma Rousseff, com o Ministro Hélio Costa e o Presidente Lula, para encaminhar o assunto. Na prática, sabemos que é muito difícil. Se trabalharmos de forma legal, vamos nos deparar com enorme desigualdade de condições.

Abordamos aqui as concessões com vários donos de radiodifusoras no Congresso Nacional, ou seja, aquele indivíduo que já era coronel e, quando se formalizou a representação, virou político. No momento em que o meio de comunicação é um espaço de exercício de poder é ali que ele vai se infiltrar.

Com relação à importância dos meios de comunicação, percebemos que eles são mais uma forma de exercício de poder com centralidade na sociedade atual.

Não é à toa que essa “sinergia” — entre aspas — se dá. As outras falas chamaram a atenção para o fato de que não há como se desprezar todo o debate sobre conteúdo. Ao contrário, é necessário valorizá-lo.

O Ministério Público tem feito gigantesco esforço, a exemplo da classificação do Ministério da Justiça, para encontrar critérios que, dentro da objetividade, trabalham no combate à violação dos direitos humanos, saindo do moralismo e da censura, mas é luta muito inglória.

Sobre a censura e o controle posterior, sou absolutamente a favor da punição. Todos na sociedade estão sujeitos às penas previstas em lei, seja pessoa física ou jurídica, com exceção dos meios de comunicação? Isso não é censura. Censurar é proibir a veiculação de determinado programa por não gostar dele.

Ao ser veiculado o programa, observa-se sistematicamente que existem gravíssimas violações aos direitos humanos, tanto a religiões de matrizes afro-brasileiras, quanto a homossexuais, negros e negras, mulheres. Como não conseguimos criar mecanismos de enfrentamento disso? Tem de haver.

Destaco algo essencial para mim, isto é, chegar ao ponto de pensar, como CRIS Brasil, numa campanha pública pelo direito à comunicação. A correlação de forças hoje é extremamente desfavorável.

O Sérgio comentou sobre o direito de antena.

Há 14 anos tramita no Congresso Nacional projeto de lei sobre regionalização, de autoria da Deputada Jandira Feghali. Hoje, a porcentagem está praticamente diminuída, não muda nada, e os grandes meios de comunicação embargam a aprovação desse projeto, que não tem nada de complicado.

A esfera legal institucional é importante para nós, mas temos de trabalhar com entidades que lidam com temas diferentes para existir outra correlação de forças, a fim de que eles ganhem força na sociedade. Dessa forma, quem já discute comunicação no dia-a-dia, poderá discuti-la e, assim, dará um passo à frente. Se algo o incomoda, o que ele pode fazer para mudar? Para que a luta pelo direito à comunicação seja de toda a sociedade, e não de meia dúzia, que debate durante anos, devemos travar embate institucional, senão perderemos todas as causas se assim continuarmos.

Na prática, a parte legal é um dos pontos centrais, mas requer que ganhemos força na sociedade. O problema da ANCINAV é sério, porque é o espaço público de debate, o Murillo costuma citar que a mídia não discute a mídia. Na ocasião em que se discutiu CFJ e ANCINAV foi para “sentar a lenha”, sem o menor pudor, com o formalismo. Por exemplo, dizem que estão ouvindo os dois lados, mas na prática constantemente a FENAJ tem sido vítima disso. Isto é, colhe-se cinco ou seis opiniões extremamente bem elaboradas, para o outro, uma frase formada de alguém da FENAJ. Pronto, estava feito.

Chamo a atenção dos senhores e aproveito para fazer um convite. Estamos começando a preparar campanha pública pelo direito à comunicação na sua amplitude, ou seja, não devemos pensar só na mídia, na Internet, na inclusão digital, do ponto de vista de apropriação social das tecnologias, mas também em toda a diversidade contemplada no direito à comunicação. Quanto mais parceiros conseguirmos, mais força ganharemos. A idéia é fazer com que esse diálogo seja de acordo com a pauta em que cada grupo se reconhecer. Ou seja, se pertenço a entidade feminista, minha preocupação será com a representação da mulher na mídia e com a produção de programas para a mulher. Se pertenço a entidade do movimento negro, trabalharemos nesse campo. O importante é entendermos que essa é a integralidade do debate.

Cito um último exemplo. Estava em Açailândia, perto de Imperatriz, no sul do Maranhão, onde houve um aviso de habilitação e foi aberta rádio comunitária. Após 2, 3 anos, pretendem abrir outra rádio comunitária. Mas está havendo grande disputa por causa da proximidade da rádio, já que terão de usar a mesma frequência. Enquanto isso, todo o resto do espectro é inutilizado. Há duas rádios no resto da cidade. As rádios comunitárias têm de se engalfinhar por causa daquele espaço enquanto possui todo o espectro aberto para quem quiser explorar comercialmente.

Não poderia deixar de fazer esses comentários, pois quando nos referimos à lei, sabemos que ela alcança muito mais do que projetos de lei no Congresso

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, João.

Passarei à palavra aos últimos inscritos.

Reitero o pedido a todos de serem o mais breve possíveis, pois encerraremos a reunião impreterivelmente às 17h.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Meus cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. Nossa sociedade é formada por diferentes etnias, diferentes orientações sexuais, diferentes raças.

No tocante à minoria, sou um dos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. É evidente que para poder extravasar sua forma tradicional de ver, sua concepção, sua cosmovisão de vida, essa população minoritária precisa de comunicação, senão vai definhar ou não vai ser compreendida pela sociedade majoritária.

Tramitam nesta Casa vários projetos que alteram a lei de comunicações, a lei da rádio comunitária para o estabelecimento de cotas, a fim de as minorias terem acesso a canal de rádio como forma de comunicação com a sociedade majoritária, para esta entender seu modo peculiar de cultivar suas tradições, usos e costumes.

Peço um esclarecimento à Procuradora, que é conhecedora dessa luta, e faço um reparo nas palavra do Procurador Sérgio. De fato, no Governo passado, houve 9 avisos de habilitação, só que não houve qualquer liberação. Havia 3.500 processos em tramitação há 8 anos no Ministério das Comunicações, mas não havia interesse político de agilizar os processos de reconhecimento das rádios comunitárias.

De lá para cá, houve uma evolução, apesar de reconhecermos que devemos alterar com urgência a legislação, que é restritiva para a criação e manutenção das rádios comunitárias. Hoje temos as falsas rádios comunitárias, pertencentes a grupo religioso ou a pequenos e restrito grupo que não deixam expandir as informações.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Sra. Vera Canabrava.

A SRA. VERA LÚCIA GIRALDEZ CANABRAVA - Boa-tarde, tentarei colaborar ao máximo com o Deputado.

Sou carioca, psicóloga, faço parte do Conselho Federal de Psicologia, que, antes da atual gestão, tem tido o entendimento de participar no Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações.

É necessário que se dê visibilidade de que a apropriação dos meios de comunicação, do nosso ponto de vista, significa também a apropriação da produção de subjetividade.

A psicologia avança em diversas formas e para nós já é absolutamente claro que nosso psiquismo não é feito apenas de pulsões ou instintos mais primitivos, como disse o Deputado, mas está em constante produção. E desse ponto de vista estou absolutamente de acordo com todos os companheiros, com o João, porque é mais recente sua fala, de que isso não é questão apenas de legislação, nem deste Governo, e que haverá de ser sempre luta absolutamente constante para que se possa dar lugar à multiplicidade do que significa a realidade brasileira.

Não há mais pergunta, Deputado, mas busquei ser breve.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Vera. Só faço uma correção. Muito obrigado pela deferência, mas ainda não sou Deputado.

O SR. ROGÉRIO TOMAZ - Boa-tarde a todos. Sou jornalista da Ação Brasileira pela Nutrição de Direitos Humanos — ABRANDH e militante do Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Todos que estão aqui têm como consenso a luta pelos direitos humanos como via de transformar a sociedade. No caso das entidades de comunicação, também sabemos que é preciso mudar a comunicação existente no mundo, é preciso outra comunicação para termos outra sociedade. Quer dizer, nossa estratégia é bem clara em termos de linhas gerais.

Agora, o que fazer taticamente, como agir, como realizar uma luta que aglutine, dialogue e mobilize setores da sociedade mais amplos? Aí é que batemos cabeça. Historicamente na comunicação temos nos reduzido à disputa no espaço institucional, no Estado e na sociedade política. E deparamos com situação também histórica relativamente, e em termos absolutos também, à disputa no campo da comunicação, em que temos muito menos força em relação aos nossos adversários, e também perante a sociedade em geral, para pautar nossas questões.

Hoje, por exemplo, estamos com o terceiro ocupante do Ministério das Comunicações. O primeiro, Miro Teixeira, não passou de boas intenções; o Eunício distribuiu projetos de inclusão social a torto e a direito que não saíram na mídia, mas por aí sabemos o que aconteceu; e o Hélio Costa está numa política de desfazer, desfazer ou tentar desfazer tudo o que foi feito.

De modo que estamos, usando termo que o Murillo gosta, numa barafunda muito grande, terra arrasada completamente, todo mundo desmobilizado apontando para um lado sem saber como dialogar e aglutinar.

Existem algumas propostas, e obviamente sabemos que são minoritárias. Quem milita comigo sabe que assumo essa condição. Na Conferência Nacional de Direitos Humanos do ano passado foi aprovada uma moção e uma deliberação, também em um grupo de trabalho, para a criação da Conferência Nacional das Comunicações, que é instrumento absoluto de participação, enfim, de controle social na comunicação, que não existe.

Para não me alongar muito, peço que o Sérgio Murillo e o Gindre comentem, por exemplo, o que pensamos sobre a conferência não como fim, mas como meio de aglutinação. As entidades da comunicação andam muito na superestrutura, com pouca força. Mas se conseguirmos realizar a conferência, retiraríamos o papel histórico de pauteiro da comunicação da agenda de comunicação do Estado, influenciado hegemonicamente pelo empresariado, e disputaríamos as concepções, enfim, disputaríamos as políticas públicas numa arena muito mais aberta, muito mais transparente, muito mais igual, embora saibamos que não existe igualdade. Seria uma conferência, que é melhor do que disputar no âmbito do Estado, nos gabinetes, nos corredores do Congresso e do Executivo.

Peço que comentem essa proposta, porque existem alguns grupos, mas eles ainda não têm força suficiente.

A SRA. ALINE LUCENA - Boa-tarde a todos, sou jornalista, faço parte de uma ONG chamada Sinos, que atua em Recife, Pernambuco.

Farei 2 perguntas à Mesa. A primeira é: sabemos que a história dos direitos humanos é de luta, de conflito, muitas das vezes de sangue, de guerra, mas fundamentalmente de conflito, quer dizer, a luta pela garantia desses direitos tem como fonte a sociedade, os conflitos sociais. Esse é o caminho mais legítimo para se conseguir conquistar esses direitos e, no caso, também o direito humano à comunicação. E aí há um grande desafio: como trazer as comunidades para participar desse diálogo? Como trazer as pessoas que vivem nas comunidades e que sofrem diária e sistematicamente inúmeras outras violações? Como chegar para uma pessoa que não tem saneamento básico, que mora em um barraco, que passa fome e pedir que ela também vá às ruas, que ela também lute, que ela fique indignada com tudo o que estamos expondo aqui? É a pedagogia da indignação. Como conseguir isso em relação ao direito humano à comunicação?

A segunda pergunta é: o Gustavo falou da necessidade de se elaborar marco regulatório para o direito humano à comunicação no Brasil. E eu per-

gunto: também não seria necessária a elaboração de marco regulatório internacional? Será que o marco regulatório atual dos direitos humanos contempla o direito humano à comunicação, da forma que entendemos hoje, da forma que vem sendo discutida, de direito mais amplo e não só do acesso à informação e não só da liberdade de expressão individual?

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Com a palavra o Marcelo Silva.

O SR. MARCELO INÁCIO DE SOUSA E SILVA - Faço parte do Movimento Cearense pela Democratização da Comunicação.

Tenho 3 perguntas, mas vou fazê-las não no intuito de que todas sejam respondidas, porque são bem longas.

Sobre a municipalização das concessões de rádio, peço que façam alguma consideração rápida, porque há Prefeitos dizendo que isso é política pública e trabalham essa idéia como sendo algo que vai resolver o problema das concessões.

A segunda pergunta é: no ano passado, no Congresso dos Jornalistas, foi apresentada uma tese sobre o Fundo de Apoio às Rádios e TVs Universitárias e Comunitárias, inclusive com a participação do Sindicato do Distrito Federal, que foi aprovada com a recomendação de que a FENAJ elaborasse o projeto para a apresentação desse fundo nos moldes do FUST. Como ficou esse estudo, que já fez um ano no começo do mês de agosto?

A última pergunta é sobre o controle público, que talvez não vá ser respondida. Algumas pessoas falaram sobre controle público em diversas ocasiões e nunca conversamos aprofundadamente sobre como vai ser esse controle público, como ele pode ser montado, se é através dos Conselhos; como funcionam esses conselhos ou entidades dessa natureza?

Peço alguma consideração sobre isso porque, por exemplo, em Fortaleza, o Conselho Tutelar, que é um dos mais antigos, tem eleição direta, e sabemos da compra de votos para vagas nesse Conselho Tutelar. Então, como funcionaria um Conselho de Comunicação, por exemplo, que pudesse tocar essa história do controle público?

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, Marcelo, pela objetividade.

Com a palavra a Sra. Ruli Peluti.

A SRA. RULI PELUTI - Sou Coordenadora de Monitoramento de Mídia da Agência de Notícias dos Direitos da Infância — ANDI. Parabens a Mesa pelas apresentações, especialmente pelo discurso do Gustavo Gindre, didático e brilhante, na minha mera opinião de leiga.

Tenho 2 perguntas bastante breves. Em primeiro lugar, para a Dra. Ela: gostaria que fosse um pouco mais específica quando mencionou que havia 2 posições antagônicas no Ministério Público no que diz respeito ao grupo de trabalho sobre rádios comunitárias.

Em segundo lugar, em vários discursos foi suscitada a contraposição entre a sociedade civil e as grandes empresas e a desproporcionalidade de poder entre esses dois atores. Questiono a opinião de cada um da Mesa sobre se essa desproporcionalidade se dá somente pela capacidade de mobilização de votos, de mídia, dos grandes empresários junto ao público. E fica o desafio de a sociedade civil poder se colocar como ator que mobiliza a opinião pública.

E também se existe de fato concatenação entre as iniciativas das várias organizações que acompanham a sociedade civil em um discurso ou estratégia unificada dentro das várias frentes que foram levantadas. Se não me engano são 26 modalidades em telecomunicações.

Digo isso porque a ANDI teve oportunidade de participar, graças ao convite da Secretaria Especial de Direitos Humanos, de GTs, como o de classificação indicativa, e também do Congresso Nacional, de publicidade infantil. Percebemos que existe grande dificuldade em se reunir, à semelhança do que fazem os grandes proprietários de mídia, para afinar estratégias e discursos, a fim de se obter resultado desejável para o bem comum.

Peço desculpas por não ficar para ouvir as respostas, mas os demais membros da ANDI vão tomar nota.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Com a palavra a Profa. Cícilia Peruzzo.

A SRA. CICÍLIA MARIA KROHLING PERUZZO - O João tocou em um ponto muito importante, que é o fundo público. Se puder, gostaria que discutisse um pouquinho mais a respeito, porque vale a pena. Desde a lei de TV a cabo há demanda do movimento pela constituição de um fundo público. À época foi mencionado o repasse de “x” por cento sobre o valor das assinaturas das concessionárias de TV a cabo. Mas tudo isso ficou de lado. Como é importante a retomada desse debate, peço que explicito um pouco mais o assunto.

Há outras duas questões. Como vamos tirar daqui a carta dos brasileiros pelo direito à comunicação, pondero o seguinte — peço que depois comentem se isso é viável: para falar em democratização do poder de comunicar, temos de ampliar o número de vozes. O tema está na frente de todo mundo — o mundo e muitas vozes. Quanto à regionalização da produção de TV, há projetos de lei,

mas eles não andam, estão emperrados. Qual o argumento das grandes redes ou da grande mídia? Que isso inviabiliza a produção, porque é caro etc. Mas não seria o caso de uma lei — que não resolve tudo, mas quando esbarra no Judiciário ela é necessária — obrigar as grandes redes, como a Globo e todas as outras, a ceder espaço para programações nas regiões, nas localidades? Vamos regionalizar? Sim, mas com a cessão de espaço para as entidades sociais produzirem.

A outra questão é em relação às rádios comunitárias. A rádio comunitária, de fato, é direito coletivo à comunicação, dentro da idéia de que a evolução, no direito de cidadania, passou de direito individual para coletivo. O que acontece na prática? Há violação desse direito, porque as rádios comunitárias estão sendo ocupadas não só por entidades representativas da sociedade civil, mas também por particulares, às vezes até sob o nome de um conselho, porque está havendo distorção no processo de autorização de rádios comunitárias.

Temos rádios comunitárias que realmente são comunitárias; rádios que se dizem comunitárias, mas são religiosas; outras que estão na mão de políticos; outras que se dizem rádios comunitárias e são comerciais.

Isso acontece, do meu ponto de vista, porque há um vácuo na nossa legislação. Onde está o espaço para a mídia local, para as rádios de baixa potência de caráter privado mesmo? Por que há essa apropriação? Porque não há esse espaço. Será que não é o caso de prevermos legislação que garanta o espaço para a mídia local nos moldes até da grande mídia, para que liberemos esse espaço das rádios comunitárias? Acontece que ao se apropriar da rádio comunitária, direito coletivo, há violação desse direito por falta de outro. Há essa demanda na sociedade.

Portanto, vamos aumentar a possibilidade de democratização da comunicação cedendo esse espaço na mídia local também para pequenos grupos, empresários, particulares que queiram desenvolver a comunicação nesse âmbito. É o que está em discussão.

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Há um último inscrito.

(Não identificado) - Boa-tarde a todos. Embora estejamos em um encontro sobre comunicação, para que esta seja efetiva exige-se poder de síntese. Então, vou me ater à pergunta simplesmente sem fugir dela.

Sou representante da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, da Subsecretaria de Direitos Humanos, e jornalista especialista em políticas públicas e gestão governamental.

Foi promulgado, no dia 2 de dezembro, o Decreto nº 5.296, que, em seu Capítulo VI, prevê o acesso à informação e à comunicação, estabelecendo pra-

zos, metas e formas de se garantir esse direito fundamental a todo ser humano, inclusive, naturalmente, às pessoas com deficiência.

Apresento à Mesa a seguinte questão: diante do cenário aqui apresentado pelos digníssimos expositores e debatedores, descrevendo a apropriação privada de um bem público essencial, a comunicação, como fazer para que a legislação acima citada — haja vista o ditado popular de que há lei que “pega” e lei que não “pega” — possa ser aplicada a contento no sentido de tornar acessíveis às pessoas com deficiências, mormente àquelas com deficiências auditivas e visuais, o exercício pleno desse direito?

Reforço que nesse mister temos contado sempre com o apoio do Ministério Público Federal, mas gostaríamos de contar também com o apoio de todos nessa luta, que envolve 14,48% da população brasileira, segundo o último censo do IBGE, o que consubstancia quase 27 milhões de pessoas, sem falar nas pessoas atingidas indiretamente.

É o que eu tinha a dizer. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Muito bem, vou passar a palavra ao Coordenador da Mesa.

A SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - Diante de tantas questões, contei algumas mais direcionadas ao Ministério Público.

Estou de pleno acordo com o Deputado Eduardo Valverde: seria um sonho ter — somos mais de 280 povos indígenas — cerca de 300 canais de televisão ou rádio que se comunicassem na língua indígena ou reproduzissem essa cultura. É o débito que o Estado brasileiro tem com esses segmentos étnicos.

Com relação à sugestão da conferência, eu acho que é muito importante. O único problema é que, por exemplo, a Conferência das Mulheres, a Conferência das Cidades, a Conferência da CEPPIR tiveram pouca repercussão nos grandes jornais, na televisão. Nas televisões eu nem vi, nos jornais ainda um pouco. Então, não sei até que ponto realmente vamos conseguir algo com essa conferência. Mas, de qualquer jeito, eu acho que ela deve ser feita.

Quanto à pergunta sobre as posições antagônicas com relação às rádios comunitárias no Ministério Público Federal, temos 2 tipos de atuação: na esfera criminal, ou seja, promover a ação penal, pedir a condenação para a aplicação de pena criminal; e a atuação do ponto de vista da tutela coletiva. Então, temos 2 opções institucionalmente: ou apostamos na repressão ou na prevenção em termos de inquérito civil público, promoção de audiências etc..

Na condição de instituição, deveríamos dar preferência à prevenção, mas não é o que ocorre. Nossa atuação é basicamente criminal. Dentro da ótica

criminal, também vemos 2 posições: aquela que pede a condenação, promove a ação penal, pede busca e apreensão, e a outra que, ao receber a representação, o inquérito, pede o arquivamento. Ora prevalece o posicionamento no sentido do arquivamento, ora da ação penal. Também eu, que não atuo nessa área, de fora vejo prevalência no sentido da propositura de ações penais.

Com relação às pessoas com deficiência, lembrei-me de uma questão que agora nos aborrece um pouco: o decreto que estabeleceu prazos para que todos os setores da vida nacional, tanto o governamental quanto o privado, tomem medidas para diminuir as barreiras arquitetônicas e outros tipos de barreiras para pessoas com deficiência.

No que diz respeito aos telefones, pedimos à ANATEL para tomar uma série de medidas no sentido de aumentar o número de telefones para surdos, quando deparamos com uma questão de ordem legal: a ANATEL diz que quem tem de estabelecer essas medidas é o Ministério das Comunicações, que, por sua vez, diz que é a ANATEL.

Diante desse problema, deparamos com outro ponto: o de que o modelo legal não está bem configurado, tem brechas, tem dúvidas e, nessas dúvidas e nessas brechas, as pessoas com deficiências realmente são prejudicadas.

As outras questões vou deixar para os colegas. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE - Não dá para entrar em detalhes nas respostas, são questões sobre as quais teremos de conversar em outros momentos. O que eu queria dizer, para concluir minha participação e a da Federação Nacional dos Jornalistas e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, é que estamos discutindo várias iniciativas, várias frentes de lutas, inclusive a proposta do Fundo, que depende, evidentemente, de aprovação institucional. O que existe é extremamente defasado e desorganizado. É necessário um novo marco regulatório na área da comunicação no Brasil, que acaba vindo para esse ambiente, para esse espaço institucional.

Estou emitindo minha opinião, não a de Presidente da FENAJ: o Congresso Nacional não vai votar mais nada importante para a sociedade no próximo um ano, um ano e meio. Minha avaliação é que a renovação desta Casa vai se dar em momento de extrema fragilidade no campo democrático-popular, ou seja, desenha-se correlação de forças em momento muito pior no próximo Congresso, tanto na Câmara como no Senado.

Na minha opinião, significa que não podemos, evidentemente, abandonar a luta institucional. Precisamos reforçar nossa inserção social, realizar atividades como esta, de ampliar a consciência social em relação a esse tema que

é estratégico para a sociedade brasileira; realizar atividades a que o Rogério fez referência, que várias entidades tentam realizar, que é a Conferência Nacional da Comunicação Social.

Há outro momento importante em outubro, que é a plenária do Fórum pela Democratização da Comunicação, que acontecerá em Belo Horizonte nos dias 23 e 24. A plenária é aberta a todas as entidades que previamente se inscreverem para participar. O Brasil vive importante momento, e o Fórum deve tirar importantes resoluções para enfrentar essa conjuntura tão adversa para a sociedade e especialmente para as vontades que reivindicam comunicação mais democrática no País.

Muito obrigado pelo convite. A Federação e o Fórum estão à disposição para continuarmos a conversar sobre as questões que eventualmente não pude responder agora. *(Palmas.)*

O SR. GUSTAVO GINDRE - Vou lembrar aquela informação de que rádio derruba avião. Os radiodifusores privados estão pressionando o Governo para adotar sistema por rádio digital que é profundamente criador de harmônicas e espúrios. Refiro-me ao sistema IBOC, que vai causar o cenário de rádios digitais interferindo em rádios analógicos. Enfim, é bom ficarmos antenados para isso, porque de repente vem mais de lá o derruba-avião do que daqui.

Quando falo de políticas públicas, só para poupar tempo, adoto tanto a fala do Sérgio quanto a do João, que dizem o seguinte: *“Só faz sentido se articular por políticas públicas se se tem um movimento social por trás que lhe garanta presença no cenário político-institucional, senão se está lidando numa superestrutura desvairada sem ter essa base por baixo”*.

Com relação às minorias, por exemplo, estamos atrasados. Há décadas, a ERBOL, que é a Associação de Rádios Comunitárias da Bolívia, produz programas e os transmite para toda a Bolívia em quéchua e aimará. Na Espanha, tem-se cota de produção lingüística, ou seja, as tevês e as rádios privadas têm de produzir, por exemplo, em basco. Ou seja, são obrigadas não só a produzir localmente, como a assumir a língua local. No Paraguai, se se coloca um livro na prateleira de uma biblioteca escrito em espanhol, tem-se de colocar o mesmo livro em guarani. Por isso, o Paraguai é o único país da América Latina onde a língua original cresce mais do que a língua que veio da Europa. Há uma série de políticas.

Quais são as políticas que temos no Brasil para isso? Nenhuma. Então, vejam nosso cenário de terra arrasada. Estou comparando com Paraguai e Bolívia. Tive oportunidade de ouvir uma rádio em Copacabana, à beira do lago Titicaca, toda falada em aimará. E isso não temos no Brasil.

Em relação ao Parlamentar, é pena que ele saiu — foi para a CPI — mas é verdade que o Governo Lula em algumas questões superou, enfim, foi melhor que o Governo Fernando Henrique, mas deixou muito a desejar na área da comunicação.

Em relação às rádios comunitárias, por exemplo, várias questões poderiam ser tranqüilamente resolvidas com portarias e decretos presidenciais, isto é, resolvidas no Executivo, sem que fosse necessário o envio de leis ao Congresso. Um grupo criado pelo então Ministro Miro Teixeira propôs o rito sumário para a aprovação das outorgas. Sequer o resultado desse grupo de trabalho está disponível no Ministério das Comunicações.

Infelizmente o Governo Lula ficou com essa dívida, concordando com o Sr. Sérgio, que vai permanecer por muito tempo.

Quanto ao simbólico, a que se referiu a Sra. Vera, devo dizer que o papel dos meios de comunicação é fundamental.

Certa vez estava eu no Piauí, na beira da estrada, e havia um monte de garotinhos que assistiam televisão — essa é uma cena que nunca me saiu da cabeça. Como fiquei sabendo depois, tinham entre 13 e 14 anos de idade e eram subnutridos com aquele barrigão de verminose. Eles estavam assistindo ao café da manhã da Xuxa, que comia kiwi — isso foi em 1990, e eu mesmo nunca tinha comido kiwi.

Isso é verdadeiro terror psicológico, porque está sendo dito subliminarmente que as pessoas importantes, as pessoas bonitas aparecem naquela caixinha colorida. Se você e as pessoas que conhece, os lugares que visita e os tipos físicos com quem se relaciona não aparecem naquela caixinha, então nem você nem essas pessoas são importantes; resta-lhe resignar-se ao seu lugar de insignificância no contexto social. O que subliminarmente está sendo dito ali é isso, que forma constrói a identidade, forma o simbólico.

Considero importante a Conferência Nacional, mas mais importante do que a conferência em si — e suponho que o Sr. Rogério concorda com isso — é o processo que vai levar à sua realização, ou seja, seu processo de elaboração.

Respondo à Sra. Ruli — além de ser grande cientista política, é uma das melhores mestres-cucas que conheço, faz uma codorna maravilhosa, e é esposa de um grande companheiro, Guilherme Canela — dizendo que a estratégia unificada passa pela Conferência. O processo de elaboração da Conferência pode ser importante espaço para que se unifiquem as pautas dos diversos movimentos que se articulam em torno da comunicação.

Quanto à materialização, participei, por exemplo, da experiência de criação da primeira rádio comunitária brasileira — pelo menos até onde sabemos

— dentro de um hospital psiquiátrico, feita por pessoas de dentro e de fora do hospital. Pudemos perceber claramente que é possível materializar esse que é, na verdade, um direito essencial do ser humano.

Quando o sujeito pega o microfone, sua primeira reação é dizer que não tem o que dizer, que não é importante. Quando percebe que tem o que dizer, ele se agarra ao microfone, materializa-se então para ele um direito, e ele passa a ser um cidadão que exerce e reivindica esse direito.

Portanto, devemos materializar esse direito por meio das rádios comunitárias, por exemplo, de vídeos populares ou do que quer que seja. Foi um exemplo pequeno, mas tive a oportunidade de presenciar essa materialização de maneira muito forte e de ver como as pessoas não se deixam derrotar a partir do momento em que concebem esse direito como parte da sua própria identidade.

Relativamente ao marco regulatório internacional, seria possível fazer outro seminário aqui, mas temos hoje várias instâncias internacionais que estão regulando a comunicação, regulação essa que vai cair sobre nossas cabeças.

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual está propondo o que chamam de *broadcasting treat*, ou seja, acordo internacional de *broadcasting* na área da propriedade intelectual. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação está para se reunir em Túnis para discutir pontos como, por exemplo, governança da Internet e software livre. Em setembro reúne-se a UNESCO para discutir a diversidade cultural na tentativa de se contrapor à lógica do GATT. Enfim, há uma série de foros internacionais, entre eles também a Organização Mundial do Comércio, em que essa questão está sendo considerada.

Tem sido um erro do Brasil, até do ponto de vista de formação de identidade, permanecer voltado para o próprio umbigo. Essas questões internacionais vão cair sobre nossa cabeça se não atentarmos para elas. É preciso estar atento para o que está sendo discutido em outras esferas.

Por fim, quanto à municipalização, defendo publicamente o que chamo de SUDS da Comunicação. V.Exas. hão de lembrar que, quando surgiu, o SUS chamava-se SUDS — Sistema Único e Descentralizado de Saúde.

Para a área da comunicação, proponho um sistema único e descentralizado de comunicação. Digo que sou contra e a favor da municipalização? Muito pelo contrário. Por quê? Por que acho que a gestão do espectro é federal. Não tem como ser municipal porque, senão, vai ser o samba do crioulo doido. A aplicação desse processo de controle, ou seja, como você fiscaliza a outorga ou como estabelece a relação de controle público com aquelas emissoras, essa se dá no âmbito local. Eu defendo algo como um SUDS da comunicação.

Regionalização e comunitário. Essa discussão no primeiro encontro de rádios comunitárias tirou o indicativo de criação da ABRAÇO, em 1994, se não me engano, na ABI, no Rio de Janeiro. Já discutíamos a idéia de que é preciso separar comunitário e pequeno. Comunitário é subconjunto do sistema público. Por que temos de ficar com emissoras pequenas? Por que não podemos pensar em emissoras de média e grande potência que tenha caráter público? Por que não podemos pensar em emissoras geridas publicamente do ponto de vista nacional e regional? Por que o privado tem essa enorme abrangência e vamos ficar com o pequeno? O pequeno é uma característica, mas não única.

Existem experiências internacionais nesse sentido. A *Rádio Popular de Milão*, que nos visitou a partir de um convite da Oboré, em São Paulo, é um exemplo disso. Tem orçamento anual de 3,5 milhões de euros e é gerida publicamente, disputa audiência na região de Milão, no norte da Itália, área rica. Seu orçamento vem de centrais sindicais, de coleta da comunidade e da realização de eventos. Assim ela consegue montar esse esquema de 3,5 milhões de euros.

Para isso, é preciso também separar no local e criar um espaço para a pequena emissora privada. Como esse espaço não existe, o sujeito espirra no comunitário e se diz comunitário. Conhecemos várias emissoras que, na verdade, são privadas, mas se dizem comunitárias porque não regulamentaram esse caminho. O grande meio privado nacional vem por cima, achata, e essa pessoa espirra no comunitário. Se você regulamenta, você cria um canal para podermos ter pequenas emissoras privadas também.

Essa, aliás, é típica tradição norte-americana. O cara foi para o Oeste, matou índios, levou ferrovias e jornal. Tinha aquele cara com a viseirinha e tudo com o *Daily of* não sei o quê; aquele modelo se realizou na radiodifusão e há um monte de pequenas e médias emissoras. Não estou dizendo nada revolucionário, mas de um país capitalista.

Quanto ao portadores de deficiência, faço um alerta que considero importante. Está sendo discutido o sistema brasileiro de televisão digital. Pela vontade do nosso Ministro, era besteira, faríamos acordo comercial com um dos 3 padrões internacionais e liquidaríamos a questão. Mas parece que algumas pressões o fizeram recuar.

No sistema brasileiro de TV digital existem 22 consórcios que pesquisam diferentes temas e recebem — ou, pelo menos, deveriam estar recebendo, se o Palocci deixar — verbas públicas para realizar pesquisas. No final, essas 22 pesquisas vão se somar ao que chamaremos de Sistema Brasileiro de Televisão Digital. São as chamadas RFPs. Uma dessas RFPs tem um palavrão: a usabilidade.

Com os recursos de TV digital podemos criar uma série de tecnologias que tornam a TV mais usável ou, na expressão típica do pessoal de informática, mais amigável. Então, você pode lançar mão, por exemplo, das legendas, de recursos de interação por voz. Existe, hoje, no RFJ um *software* já sendo usado, o Doxvox, que permite às pessoas usarem os computadores por voz, que pode ser levado para a televisão digital.

Enfim, temos uma série de recursos que podem colocar a televisão muito mais interativa e muito mais usável e amigável, o que vai depender dos resultados políticos dessas pesquisas. Elas vão ficar prontas e depois o que vai acontecer com elas? Elas vão parar na lata do lixo ou serão usadas na televisão digital?

Neste momento, em relação aos portadores de deficiência, estamos definindo um cenário para os próximos 20, 30 anos. Se não radicalizarmos a usabilidade e a amigabilidade, podemos manter o cenário de exclusão da tevê analógica na tevê digital. Podemos também contrapor isso com políticas públicas, dependendo da articulação que estabelecermos.

Desculpem-me, eram muitos assuntos, e não consegui responder a algumas questões. Podemos conversar depois.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO BRANT - Em relação a políticas públicas, acho essencial aprofundarmos um ponto que não falamos aqui: as políticas locais. Pensamos muito em políticas nacionais de comunicação, mas pouco em políticas locais. É onde entra toda a discussão de fundos públicos etc.

Se não trabalharmos em temas como centrais públicas de comunicação, fundos públicos em âmbito local, educação para a mídia em âmbito local, estamos fadados à super-regulação, que talvez incida muito pouco sobre a realidade do dia-a-dia.

O segundo ponto a que me refiro é a pedagogia da indignação, assunto comentado pela Aline. Acho que nos é passado um pouco esse sentimento de que falou o Gustavo, quer dizer, a pessoa precisa se reconhecer no que se apresenta. Na prática, se não entendo a comunicação como um direito meu, não me aproprio dessa luta. E isso passa por “n” mecanismos. No que diz respeito à comunicação, ainda estamos engatinhando nos processos de sensibilização e de debate sobre esse tema. É preciso ir direto ao ponto.

A terceira questão que vou abordar trata do controle público. Quero cumprimentar o Marcelo, com quem falo por *e-mail* — não o conhecia pessoalmente. Podemos beber em muitas fontes.

O SUS é exemplo na área de saúde, que é considerada supercrítica. Todos os conselhos são compostos por 50% de usuários: 25% de gestores e prestadores de serviço e 25% de trabalhadores do Sistema. Se confiamos na saúde e se 50% dos conselhos são formados por usuários, por que não pensarmos num formato parecido na comunicação, em que se garanta pluralidade nesse espaço e que ele não seja apropriado por interesses governamentais? Estou dando o exemplo desse conselho porque é um dos mecanismos de controle público.

A conferência pode entrar com esse papel, mas acho que temos de tomar cuidado. Esse debate deverá ser mais longo, mas poderá ser algo muito bom ou uma armadilha, porque podemos criar um ambiente falsamente democrático, ou pretensamente democrático, para aprovar a política empresarial.

A Ruli falou em sociedade civil, em pautas comuns. Precisamos caminhar em torno de agendas comuns. É isso o que nos une. Percebemos que os movimentos têm naturezas diferentes. Temos nos preocupado muito com discussões de ampliação da noção de direito da comunicação para além de mídia para incluir inclusão digital, debate sobre propriedade intelectual etc., mas temos agenda comum.

Com relação à Lei Geral de Comunicação de Massa, dá para pensar algo com o Congresso Brasileiro de Cinema, com o FNDC, com a campanha pela ética na tevê. Isso é excelente!! Vamos que vamos.

Quanto às rádios comunitárias, participamos em São Paulo de uma Mesa com o Sérgio Suyama e membros da ABRAÇO, do SINEC. O tema está sendo discutido numa agenda concreta.

O penúltimo ponto que desejo citar são os fundos públicos. O FUST, por exemplo, foi criado para substituir a lógica de subsídio cruzado que existia quando a telecomunicação era estatal. O processo de universalização era bancado. Grande parte das cidades eram deficitárias em relação às empresas, mas os grandes usuários e as grandes metrópoles pagavam e geravam esse subsídio cruzado. Com a privatização, isso acabou, gerando o FUST, que foi criado para cobrir esse vácuo. No entanto, ele não tem sido utilizado. Três bilhões de reais estão contingenciados. Se não forem utilizados até o final deste ano, vão começar a voltar para as empresas. O fundo foi criado sem um comitê público para gerir esses recursos. Na prática, isso fica na mão da burocracia.

Chamo a atenção para o fato de que na hora de se pensar em fundos públicos, se não vir proposta amarrada — quem vai gerir o fundo, como vai ser alimentado, quanto vem do Erário e quanto vem das emissoras privadas, para

que tenhamos um subsídio cruzado permanente —, se retirarmos um desses elementos, ruiu.

O último ponto são as pessoas com deficiência, que é fundamental. Como dizia o companheiro, os deficientes representam 14% da população, segundo o último censo. Esse quadro acaba sendo invisível, porque os espaços são inacessíveis, as pessoas não conseguem sair de casa para freqüentá-los. Brasília é um exemplo disso por vários motivos; São Paulo seria por outros, pelas calçadas esburacadas e por outras irregularidades. Refiro-me à deficiência física, motora. Mas poderíamos analisar diversos outros pontos. Esse decreto se refere à necessidade de as emissoras transmitirem ou em LIBRAS ou em *closed caption*, com legendas.

Portanto, cabe uma pressão. No momento em que a diversidade se configura em questões reais, fugimos dela. Dizem que fica complicado, que a emissora não tem condições, que é caro. Falamos em diversidade e pluralidade enquanto tudo é mais ou menos igual; no momento em que nos referimos a necessidade diferente as emissoras acabam fugindo. Cabe incorporarmos essa luta e até incluir entidades do movimento compostas por pessoas com deficiência que debatem esse assunto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Obrigado, João, Gustavo, Sérgio Murillo, Ela. Avançamos consideravelmente no tempo, mas certamente ganhamos em qualidade de discussão pela interação de perguntas e respostas no painel.

Concedo a palavra ao Sr. Grenivel Moura, da Associação Municipalista do Brasil, por 1 minuto, tempo que nos pediu para fazer sua exposição.

O SR. GRENIVEL MOURA - Componentes da Mesa, represento a Associação Municipalista do Brasil, na qualidade de Secretário-Geral, e gosto de falar sob a égide do Ministério Público, seja federal ou estadual.

Estou vendo a expressão “muitas vozes”. No próximo encontro gostaria de ver escrito “Um mundo com todas as Vozes”. Não sei se há alguém nesta Comissão da Bahia. Pensei que “Muitas Vozes” significasse que a Bahia não ia entrar.

Um amigo do Pará referiu-se ao fato de a mídia televisionada estar nas mãos dos poderosos políticos. Quero fazer uma denúncia sobre a Bahia, que tem um senhor que, além de se julgar dono da Bahia, também é dono de toda a comunicação do Estado. Refiro-me ao Senador Antonio Carlos Magalhães, o grande e poderoso. Na Bahia, rádio comunitária, canais de televisão, praticamente tudo é dele. Não temos condições, opositores que somos, de entrar em

nada. Muitas denúncias foram feitas ao Ministério Público, a muitos órgãos, mas ninguém analisou a situação. Parece que as pessoas têm medo do ditador da Bahia, desse grande imperador Nero.

Gostaria que na carta que será produzida nesta Comissão fosse incluído esse problema, para inibir a ação desses poderosos donos da comunicação nos Estados.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães é dono da filial da Rede Globo, a *TV Bahia*, que lhe foi dada por Roberto Marinho, no tempo em que foi Ministro das Comunicações, em troca de 28 votos no Colégio Eleitoral para eleger Tancredo Neves e detonar Maluf na mídia, assunto que não vou comentar pois não tenho tempo disponível para isso.

Tenho um jornal na Bahia, *Folha dos Municípios*, que está quase falido. Há 417 Prefeitos na Bahia e 380 estão nas mãos desse ditador. Nosso jornal está sobrevivendo e produzindo matérias para não fechar. O *Correio da Bahia* é dele. Todos os Prefeitos vinculados ao Senador têm de ter uma assinatura do *Correio da Bahia*. Não assinam o *A Tarde* ou outros, somente este. É o que circula no Município. E não temos liberdade nenhuma.

Está nesta reunião o Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que sabe muito bem que no Governo da revolução, quando Antonio Carlos Magalhães era Ministro das Comunicações, foi pedido a Sarney a saída dele pela federação. Foi um movimento nacional. Trabalhei por 12 anos em reportagem política e só parei porque entrei na política. Sabem o que Antonio Carlos Magalhães disse? “*Quem me pôs no Ministério não foi Sarney, sou Ministro nomeado por Tancredo Neves e vão chamar Tancredo para me demitir*”.

Peço à Mesa que nessa carta sejam tomadas providências para corrigir essas questões não apenas na Bahia, mas também nos Estados, tendo em vista esses poderosos que mandam país a fora.

Refiro-me principalmente à Bahia, que tem o dono da comunicação, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, o mentiroso, autocassado, que renunciou porque mentiu, para poder voltar novamente ao Congresso e desmoralizar o Senado Federal na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça — o Sr. Renan Calheiros deu-lhe essa Comissão, para poder receber os votos dele e do PFL para ser Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Murilo César Ramos) - Agradecemos ao Sr. Grenivel Moura.

Conforme a organização me informou, os GTs já devem estar acontecendo nos plenários das Comissões: GT 1, Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, no Plenário 5; GT 2, Relatório da sociedade brasileira sobre a implementação do pacto internacional de direitos econômicos sociais e culturais, no Plenário 6; GT 3, Combate à tortura, no Plenário 7; GT 4, Violação de direitos humanos na mídia, no Plenário 8; GT 5, Direito humano à comunicação — conceituação e indicadores, no Plenário 9; GT 6, Educação e comunicação em direitos humanos, no Plenário 10; GT 7, Avaliação de políticas públicas de direitos humanos, no Plenário 11; GT 8, Estado Federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos, no Plenário 12; e, finalmente, GT 9, Defensores de direitos humanos, no Plenário 13.

Há um lanche com café para quem quiser antes da reunião.

São essas as informações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Painel 2**A importância da comunicação na educação em direitos humanos**

17/08/2005, às 14 horas

O SR. COORDENADOR (Deputado Leonardo Mattos) - Declaro abertos os trabalhos do painel *A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos*, que tem por finalidade debater como influenciar a mídia a fim de que ela seja parceira nos esforços de educação para os direitos humanos.

Convido para compor a Mesa a Sra. Aída Monteiro, do Comitê Nacional em Educação de Direitos Humanos; o Sr. Ricardo Henriques, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; a Sra. Mara Régia, da RADIOBRÁS, e o Sr. Washington Araújo, do Senado Federal.

Antes de iniciarmos a palestra, pediram-me para passar dois recados: a Coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos convida as entidades filiadas para uma reunião às 19h30, na sala da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no pavimento superior deste anexo, no final do corredor; e a reunião da Assembléia do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos será amanhã, dia 18, às 9h, na lanchonete do Anexo III.

O tema deste painel é: ***A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos***. “Espaço de poder e sociabilidade, a mídia atua na formação da opinião pública em relação a valores, crenças e atitudes. Seu potencial para a educação em direitos humanos é tão forte quanto sua capacidade de difundir estereótipos contrários às conquistas expressas na Declaração Universal e na legislação em vigor. Como influir para que a mídia seja parceira nos esforços de educação para os direitos humanos?”

Com a palavra o Dr. Ricardo Henriques, titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, por 20 minutos.

O SR. RICARDO HENRIQUES - Boa-tarde, Deputado Leonardo Mattos, querida amiga Aída Monteiro, Dr. Washington Araújo, senhoras e senhores.

É evidente que a discussão sobre comunicação e educação em direitos humanos requer várias mediações. A minha intenção — conforme combinei com a Aída, que depois vai detalhar mais a parte do Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos, que trata da questão da mídia — é apresentar o que se pensa no Ministério da Educação hoje sobre o tema em questão.

Vou também me referir à agenda desenvolvida no último ano e meio, muito associada inclusive à Secretaria que tenho a honra de conduzir, e sobre os desdobramentos que possam ser efetivos do ponto de vista da parceria entre educação e direitos humanos e agenda de comunicação e papel da mídia.

O ponto inicial — pode ser redundante apresentá-lo neste ambiente, mas nunca deveríamos ter deixado de considerá-lo referência — é a evolução do conceito de direitos humanos em torno das gerações. Esse conceito é vital para entendermos o papel da relação de poder e dos estereótipos que a mídia pode gerar em torno da educação em direitos humanos.

A chamada primeira geração de direitos humanos pensou na questão das liberdades fundamentais, do pensamento político, da liberdade de ir e vir, da religião etc. Na sua evolução em direção às segunda e terceira gerações, incorporaram-se os direitos econômicos, sociais, culturais; a idéia de um meio ambiente equilibrado; a diversidade do perfil étnico e racial das populações; o direito à paz; a qualidade de vida das pessoas; a diversidade de orientação sexual; o respeito e o tratamento específico às pessoas portadoras de deficiência. Ou seja, como o conceito de direitos humanos, em direção talvez à virada do século, tenta estabelecer um conjunto de dimensões não necessariamente hierarquizáveis, a preocupação maior é com a universalidade desse desafio, a indivisibilidade desse processo e a interdependência entre essas múltiplas dimensões.

Ter esse olhar a partir do que seria a terceira geração dos direitos humanos, é vital para pensarmos a constituição de um processo de educação em direitos humanos capaz de enfrentar o maior desafio: a interdependência, a não-hierarquia, o respeito às singularidades e a capacidade de uma relação com o diverso que seja não só tolerante, mas valorizadora dessa múltipla dimensionalidade.

Em última instância, é isso o que está norteando a agenda do Ministério da Educação quando pensa em educação e direitos humanos a partir tanto do Programa Mundial de Direitos Humanos, que está associado à última década de direitos humanos nas Nações Unidas, mas, sobretudo, ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

O Comitê de Educação em Direitos Humanos foi criado em maio de 2003, e sua diretoria assumiu em julho desse ano. Ele é hoje coordenado pela Aída, e tenho a honra de ser seu recíproco no Governo, na condição de Vice-Coordenador. Esse Comitê gerou, em dezembro de 2003, a primeira versão sistemática do Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos — que provavelmente a Aída vai detalhar mais, em particular a parte da mídia, que nos serve de forma muito rica como parâmetro para pensarmos a educação básica,

superior e tecnológica, assim como o papel da mídia, e ter uma visão geral organizada, sistemática de um plano.

Todos sabemos que o plano está em rediscussão desde junho, com a perspectiva, evidentemente, de assegurar maior transparência e participação nesse debate e viabilizar as evoluções que forem necessárias, sobretudo na constituição de uma agenda que transborde os limites da sala de aula e tenha a perspectiva de uma educação em direitos humanos. Que a partir da escola se pense em uma visão de educação popular e de educação formal, que se relacione com a comunidade de modo menos formalizado do que o habitual.

O que o Ministério da Educação faz nesse sentido? O primeiro movimento absolutamente nítido, no que se refere ao conteúdo e à possibilidade de implementação de todos os elementos contidos no plano, foi a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade — SECAD.

Pela primeira vez na história do Ministério da Educação, desde que foi fundado, nos anos 30, passando por suas gerações — da Saúde, da Cultura, do Esporte e hoje supostamente só da Educação —, cria-se uma estrutura organizacional que tem como perspectiva a visão integrada e integradora de toda a agenda que, infelizmente, a evolução histórica do Brasil tributou como residual, no que se refere ao sistema de ensino.

A educação, mesmo quando esteve de forma mais explícita na agenda do País, sobretudo quando esteve de forma secundária, sempre se voltou para o que supostamente é seu sistema regular. Seus critérios geraram altas taxas de evasão, de repetição, de gigantesco abandono, ao longo da nossa história; geraram como resíduo a preocupação com aqueles que não tiveram condição de acesso à escola na idade adequada ou que dela se evadiram, em decorrência de um sistema escolar perverso. Chegamos ao vergonhoso número de 65 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade que nem sequer completaram o ensino fundamental, o que é insustentável na Era do Conhecimento.

Pensando que este Brasil tem alguma pretensão de se inserir de forma soberana no mundo internacional, não se pode admitir que haja 65 milhões de pessoas que não completaram o ensino fundamental. Isso nem é cogitável. Nossa inserção sempre será necessariamente subordinada e secundarizada, se permanecermos com esse nível estrutural de exclusão educacional.

Sempre lidamos com o analfabetismo e a baixa escolaridade da população adulta como algo residual ou, no máximo, submetido a campanhas ufanistas de tentativa de inserção das pessoas no mundo da escolaridade formal.

A agenda orgânica do MEC sempre foi constituída dessa forma, no que se refere a todas as populações estruturalmente excluídas da sociedade brasileira — indígena, quilombola, prisional, do campo, ribeirinha, da floresta, de pescadores, juventudes das periferias urbanas. Essas populações sempre tiveram tratamento residual relativamente ao sistema regular de ensino no País como um todo.

A criação da SECAD abre a perspectiva para nossos meninos e meninas de acesso regular e permanência na escola, com qualidade, desde a primeira infância. Além disso, apresenta-se uma agenda focada no enfrentamento da enorme dívida educacional, que não pense na educação de jovens e adultos como campanha de exercício da satisfação de culpa judaico-cristã, que se satisfaça simplesmente em fazer com que jovens e adultos analfabetos passem a ser alfabetizados e nada mais.

Falo de uma visão explícita, absolutamente consistente, de sustentabilidade no processo de escolarização para que esses jovens melhorem sua escolaridade formal e passem pelo menos do ensino fundamental para o ensino médio; que não se contentem com a idéia de alfabetizar. Além do mais, é importante tratamento discricionário, específico, focado sobre as populações afro-descendente, quilombola, indígena, do campo, prisional, dos portadores de deficiência, independentemente da orientação sexual das pessoas.

Por que estou destacando esse processo como um todo? Ao ter organicidade, ao ter sistema, entendo que o Ministério da Educação não é responsável pela condução — dado que operamos em regime de colaboração — do ensino básico e do ensino médio. Ao assumir o seu papel normativo e regulador do sistema, o Ministério orienta e cria sinais claros — portanto, sistemas de incentivo para que essas áreas não tenham mais tratamento secundário, residual e passem a ter prioridade na agenda do Ministério.

Ao fazer esse movimento, a agenda da educação em direitos humanos passa a ter centralidade no Ministério da Educação como nunca teve. O que torna exemplar esse processo é a dedicação que o Ministro Tarso Genro teve, e o Ministro Fernando Haddad mantém, de apresentar o conceito de diversidade e organizar a Secretaria. Essa palavra nunca habitou qualquer organograma do Ministério da Educação, nunca esteve em uma coordenação, nunca esteve em uma diretoria, nunca foi sonhada com a Secretaria. No máximo povoou alguns programas.

Esse movimento da Secretaria traz, de forma absolutamente integrada e casada, a possibilidade de haver no Ministério da Educação como um todo uma agenda que, do ponto de vista sistêmico, pretendemos seja duradoura, es-

tável e incorpore todos os preceitos — evidentemente todas as agendas se desdobram do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

A partir da criação da SECAD, criou-se o Comitê de Educação em Direitos Humanos, que começou a funcionar em maio de 2004, já como resultado do debate interno. Mas foi o primeiro movimento de integração das várias Secretarias do Ministério da Educação para discutir a vinculação em direitos humanos, trocar informações, mapear tudo o que está sendo feito, identificar aquilo que é uma das maiores ausências existentes na política social brasileira e na política educacional em particular.

Qual é a cartografia das ações concretas que ocorrem nas salas de aula dos Municípios sobre educação? O que efetivamente se dá? O que emerge das práticas organizadas, sistêmicas das Secretarias Municipais, das Secretarias Estaduais, com o movimento da sociedade civil organizada? O que se dá nos Territórios? O que ocorre com as experiências das escolas, que também abrem seu espaço no fim de semana ou durante a noite? O que elas trabalham, do ponto de vista da educação como um todo?

Evidentemente, todo o conteúdo da educação em direitos humanos, pensando sobretudo na terceira geração, está sempre modulado de forma diferenciada nas práticas concretas na sala de aula. Esse comitê passa a tentar não só identificar o que fazemos no Ministério da Educação, como mapear o que ocorre no Território e interagir de forma muito forte, junto com o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, para que seja possível identificar o que se passa ali. Ao aumentar o poder normativo do Ministério da Educação, sinaliza-se com o desenvolvimento das melhores práticas que ocorram a partir de um processo de certificação consistente.

O Ministério da Educação desenvolve alguns programas que são chaves nesse processo. Vou elencá-los.

Programa Ética e Cidadania, com a Secretaria de Educação Básica, que tem conteúdo amplo, em que vários módulos discutem a educação em direitos humanos. Na idéia da formação de professores e alunos, é vital pensarmos a relação com a mídia. Programa de Cultura de Paz, cuja discussão está associada com o Ministério da Saúde. É um programa de saúde e prevenção nas escolas. Anunciamos nossa adesão explícita, agora, ao Programa Brasil sem Homofobia. Acabamos de lançar um edital, por entender a complexidade desse tema, a fim de que Secretarias Municipais e ONGs apresentem programas de formação de professores para discutirmos a identidade de gênero e a liberdade de orientação sexual. Todos os nossos programas especificamente dirigidos à população

quilombola, à população indígena e à população afro-descendente são expressões imediatas dessa agenda ligada à educação em direitos humanos.

Diante desse processo, promovemos, em março deste ano — a Profa. Aída Monteiro participou; na verdade vários dos professores presentes participaram —, um seminário não só do MEC, chamado *Construindo uma Agenda de Educação para os Direitos Humanos*, a partir do Ministério da Educação. Acho, Profa. Aída, que isso ainda não tinha ocorrido de forma orgânica. Tentamos interagir com vários atores desse processo para pensar nossos eixos fundamentais.

Entro agora em pontos específicos do nosso tema.

O que resultou desse colóquio de dois dias? A definição de alguns eixos, no sentido de organizar a agenda do Ministério da Educação, que estejam diretamente preocupados com a formação de profissionais da educação — evidentemente na perspectiva dos direitos humanos — e com a geração de diretrizes curriculares específicas, que trabalhem com temas correlatos, como diversidade étnico-cultural, gênero e orientação sexual, enfim, com diretrizes curriculares voltadas para a educação em direitos humanos.

Devemos desenvolver materiais didáticos específicos, em conformidade com o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, evidentemente rebatendo o Programa Nacional de Livros Didáticos, e a idéia de campanhas de mídia para a educação em direitos humanos, sobretudo nas escolas. Esses eixos, presentes na discussão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos — também discutidos pelo Comitê Nacional —, foram temas de consenso no seminário.

Qual é o reflexo disso, especificamente nesta discussão? Há o reconhecimento de que, talvez por uma combinação entre miopia, tabu e vaga noção de hierarquia e prioridades, a temática da educação em direitos humanos não tenha tido, ainda, capacidade forte, orgânica, sistêmica de invadir a rotina das escolas e contaminar a comunidade. Penso que existe um misto desses 3 elementos, porque há noção de prioridades e de hierarquia estritamente formalista, disciplinar, que entende que os conteúdos em direitos humanos são importantes, talvez, mas necessariamente secundários, sob o ponto de vista da educação formal.

Evidentemente essa não é a posição do Ministério da Educação, mas é a percepção ordinária nos sistemas de ensino. Talvez isso esteja associado a um dos elementos-chaves de geração de desigualdade social no País como um todo. Parece-me que não podemos subestimar sua condição. Ao contrário, temos de operar e atuar sobre ela — e a questão da mídia vai emergir de forma imediata desse processo. A escola, por um lado, ainda é fragilizada em termos

de individualização e socialização dos meninos e meninas, jovens e adultos nas salas de aula. Por outro lado, em vários momentos tem o papel de produtora de exclusão social.

Quero, portanto, atentar para a situação, que não é paradoxal, mas tensa: a escola, idealizada em termos de ambiente familiar — o que não existe, sobretudo nas comunidades populares —, de comunidade, cria o binômio família e comunidade ideal, que não encontra exemplo concreto nas práticas tanto pedagógicas quanto de poder, estabelecidas nas salas de aula, gerando no cotidiano um verdadeiro processo de exclusão.

Em suma, parece-me que, ao pensar a questão da juventude, ligando-a sobretudo ao aspecto espaço urbano, ao trabalhar com indicadores de evasão escolar, estamos ocultando o que talvez esteja na origem desse processo, que é a escola como produtora da evasão. Crianças e jovens evadem-se de uma escola que não os acolhe, em nome da visão idealizada de família e comunidade, que não mais existe ou talvez nunca tenha existido. Acredito que seja essa uma visão idealizada da Europa posterior à Segunda Guerra.

Não nos cabe o discurso saudosista da boa escola pública do final dos anos 50 e 60. Isso é uma falsa questão, na medida em que a boa escola pública — nem sei se era boa, nem sei se era pública — era pública e gratuita do ponto de vista, obviamente, do estatuto formal, mas não atendia a todos os brasileiros. Atendia a um segmento de 15% a 20% da população. Portanto, era uma escola pública do ponto de vista dos seus preceitos formais, mas estritamente elitizada. O grande desafio da escola, como ela se massificava, era assegurar qualidade. E isso significa educação de qualidade para todos.

Nossa escola pública deixou de ser isso. Esse talvez seja o dilema. Esse tema os Deputados talvez tenham de enfrentar na discussão da reforma universitária. Hoje estamos na mesma situação. Se a escola pública universitária não conseguir pensar em como se massificará preservando a qualidade que já existe, daqui a 20 anos, a escola pública passará pelo mesmo processo. Ela só será pública do ponto de vista da gratuidade, e será de baixíssima qualidade. A única possibilidade de que ela venha a ser de qualidade no futuro é que hoje nós pensemos nessa estratégia.

Na escola pública, nós temos de saldar essa dívida. Já temos uma escola pública de baixa qualidade, e temos de ser capazes de aumentar a qualidade, porque a origem da nossa desigualdade social tem a ver com a distribuição desigual da educação de qualidade. Ela não se deve à forma como distribuímos a educação, porque todos já estão na escola. Mas, dos que estão na escola, a

grande maioria está em escolas de baixíssima qualidade; uma minoria frequenta escolas de qualidade.

Por que estou destacando isso e tentando convergir para finalizar, Deputado? É porque me parece que o conteúdo da educação em direitos humanos é, estratégica e radicalmente, revolucionário em termos de práticas educacionais que visem à redução das desigualdades e à constituição de uma sociedade mais justa. Acho que isso não deveria ser subestimado, não deveria ser tido como mais uma dimensão de parâmetro curricular a ser incorporado.

A capacidade transversal, a sintonia com a evolução dos *modus operandi* no mundo como um todo, que foi em direção à terceira geração dos direitos humanos, em direção a todos os protocolos internacionais firmados dos anos 60 até hoje, ao ser assimilada dentro das rotinas escolares, permite uma redefinição de como se estabelecem os *status quo* conservadores e excludentes na escola; permite, a partir do conteúdo dos direitos humanos, recuperar outra ótica e outra pedagogia política que, no dia-a-dia da escola, mostre outra visão de mundo. Deputado, se conseguirmos caminhar nessa direção, talvez seja possível recuperar o conteúdo republicano dos sistemas de ensino.

Quero deixar como provocação que, para assegurar a República, para assegurar aquilo que é essencialmente republicano nas escolas e nos sistemas de ensino, não teremos de nos preocupar com o universal. Isso às vezes parece um paradoxo, porque a República é o reino do universal. No entanto, só universalismo na sociedade gera congelamento do *status quo* e preservação de desigualdades.

Precisamos ser capazes de compatibilizar conteúdo universal — portanto de acesso a todos à escola de qualidade — com conteúdos temáticos diferenciados, que tratem de forma diferente os segmentos da diversidade cultural, étnica e racial deste País. O que está no núcleo duro da educação em direitos humanos permite organizar uma escola republicana a partir da modelagem de ações afirmativas.

Se nós fizermos isso, teremos a possibilidade de dar o passo seguinte, que eu não quero que fique só no longo prazo, no sentido de quebrar a perversidade com que os sistemas de comunicação interagem com os sistemas de poder e com os sistemas de ensino. Essa perversidade, em última instância, é herdeira do processo de desigualdade que vivemos e que naturaliza, congela situações que se desdobram naquilo que é nossa temática. Desdobram-se, por exemplo, em estereótipos sobre mulheres, sobre negros, sobre orientações sexuais ditas diferenciadas. Esses estereótipos, nas práticas que em sala de aula alimentam valores e saberes de crianças, de seus parentes e obviamente de seus

professores, são preconceituosos e discriminadores. Rotineiramente, eles não são capazes de fazer que a temática de educação em direitos humanos seja organizadora dos saberes da população. A sua organização é contraditória.

Talvez o que tenhamos de discutir seja o processo de mão dupla, para formar a opinião e ser capaz de interagir com a mídia e, evidentemente, em curto prazo, formar raciocínio crítico sobre a mídia, que, de forma muitas vezes irresponsável, não pensa sobre qual é sua responsabilidade na redução das desigualdades e na definição de outro pacto social.

É preciso fazer esse movimento e, simultaneamente, enfrentar a discussão com a mídia sobre sua precariedade em termos de formulação estratégica, sobre o seu rudimentar exercício de reflexão, sobre a complexidade que está associada à diversidade socioeconômica deste País; é preciso estimular a mídia a sair do seu encastelamento. Ela é por vezes medíocre, oculta, obtusa e incapaz de pensar na complexidade das nossas diversidades.

Se pudermos fazer esse processo simultaneamente e incorporar uma agenda sólida, em que o sistema de ensino tenha relação com a educação em direitos humanos como algo não periférico, mas essencial, talvez tenhamos o início de uma mudança que provocará implicações sobre a mídia e, muito mais importante, o caminho em direção a um pacto social muito mais consistente, solidário e efetivamente incapaz de tolerar os padrões de desigualdade que existem.

Hoje é esse o estágio em que o Ministério da Educação está do ponto de vista estratégico. Seria muito importante se pudessemos discutir esse processo nesta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Leonardo Mattos) - Muito obrigado, Sr. Ricardo Henriques, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Antes de passar a palavra à Sra. Aída Monteiro, peço à Profa. Maria de Nazareth, Coordenadora-Geral do Programa de Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que passe a coordenar esta Mesa por alguns minutos. Estou inscrito para falar no Grande Expediente, por 25 minutos, no plenário da Câmara, e não posso perder essa oportunidade, que é obtida talvez de 6 em 6 meses. O assunto de que vou tratar lá é a transposição de águas do Rio São Francisco. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Boa-tarde. Vamos ouvir agora a Profa. Aída Monteiro, Presidenta do Comitê

Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

A SRA. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento os componentes da Mesa, a companheira Nazareth, os Srs. Ricardo Henriques e Washington Araújo, as senhoras e os senhores. É com muita satisfação que estamos aqui para conversar um pouco. Essa conversa refletirá a posição de alguém que trata mais especificamente da educação no campo formal, embora eu tenha também uma ação na educação informal. Vamos falar sobre o papel da educação, em especial na área de direitos humanos, e sobre como a mídia se insere nesse processo educacional.

Não poderia deixar de parabenizar os organizadores deste evento pela iniciativa de contemplar a temática de direitos humanos sob a ótica da comunicação.

Sabemos que o poder da comunicação é muito grande, principalmente em um País como o nosso, em que falta parte da população ser alfabetizada no sentido real da aprendizagem dos códigos lingüísticos, como enfatizou nosso colega e companheiro Ricardo Henriques. Existe ainda um número estarrecedor de pessoas que sequer tiveram acesso à escola.

Portanto, trazer essa temática para um evento como este é mais do que necessário, é urgente. Precisamos sair da crítica para a ação. Vivemos um momento em que a mídia elege até o Presidente da República. Isto é muito mais sério do que imaginamos: uma mídia que tem o poder de penetração em praticamente 100% das casas pela televisão. Esse grande poder está nas nossas casas, nas nossas mãos, e invade todas as camadas sociais.

Nosso tema está realmente contemplado numa política mais ampla, como disse o Sr. Ricardo Henriques. Na verdade, está no conjunto de uma política de governo materializada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que, por sua vez, está relacionado com o Programa Nacional de Direitos Humanos. É uma exigência hoje dos países em desenvolvimento e desenvolvidos que tenham seus planos e suas propostas. E esse plano orienta a elaboração de outras políticas, de programas de governo, em sistemas de ensino estadual, municipal e privado.

Qual é a grande importância de trabalharmos a educação em direitos humanos? De certa maneira, já me sinto muito contemplada com a fala do Sr. Ricardo Henriques. Apenas vou fazer algumas considerações para fazermos a ponte da relação da mídia com o processo da educação em direitos humanos.

Entendemos que a história da formação da cultura brasileira sempre foi calcada na cultura da violência, quer seja de forma explícita, quer simbólica. E

essa cultura levou a tal ponto a normalidade da violência, que crianças, jovens, mulheres, homossexuais, negros, índios, muitas vezes não são considerados humanos e passam a ser objetos, ficando ao sabor, digamos, das pessoas, de suas ações, de suas crenças e de seus valores.

Se quisermos reverter o quadro da não-violência para o de respeito, em que as pessoas possam se considerar sujeitos de direito, que possam posicionar-se independentemente de raça, credo, opção sexual, política ou religião, necessariamente temos de forjar uma nova cultura. E essa cultura se dá nos diversos ambientes educativos, desde a família, como o primeiro ambiente em que o sujeito vai se formando, até o conjunto das outras instituições sociais.

A escola tem a função de socializar o conhecimento, de elaborar a produção científica, mas não é qualquer conhecimento, ou qualquer produção científica. Temos de desenvolver um conhecimento e uma produção que nos levem a incorporar uma educação voltada para a cultura do respeito aos direitos humanos, da paz e da justiça social.

É importante trabalharmos com a mídia nesse conjunto, nessa concepção de educação, porque a educação envolve a incorporação de valores e atitudes, que se dá muitas vezes pelos exemplos que praticamos, mas também pela prática permanente de uma cidadania que nos permita desenvolver a educação nesse patamar. O trabalho com a comunicação nas suas diferentes formas está relacionado com a constituição da cultura de paz, em favor dos direitos humanos e da justiça social.

Com o avanço tecnológico e todo o processo de globalização que a sociedade moderna conquistou, os veículos de comunicação atingem os segmentos sociais muitas vezes em tempo real. Podemos acompanhar em tempo real o que acontece na Europa, nos Estados Unidos e nos demais países. Em tempo real. Com isso, a realidade do mundo está tão próxima de nós que muitas vezes ela se apresenta ao imaginário popular como se fosse ficção. Exemplo disso foi o ocorrido no dia 11 de setembro de 2001. Em alguns lugares, as pessoas diziam que tudo aquilo parecia um filme. Tudo estava tão próximo que ao mesmo tempo parecia irreal. As pessoas tinham dificuldade para entender aquilo como uma realidade. E é esse o poder que a mídia tem, o de trazer para o imaginário popular, para o imaginário da sociedade de modo geral, a compreensão de que aquilo que está aparecendo nos veículos de comunicação é a verdade, e muitas vezes uma verdade indiscutível, cabal, de tal maneira que precisamos absorvê-la sem questionar. E esse é o grande perigo.

Não podemos negar o efeito positivo da comunicação. Avançamos significativamente. Mas também é inegável a nefasta influência que alguns programas e meios de comunicação têm sobre os processos educativos, inclusive sobre as nossas crianças e os nossos jovens. Em pesquisa muito recente realizada em escolas da periferia de São Paulo sobre a problemática da violência na escola, fizemos aos jovens a seguinte pergunta: “*Como vocês vêem a violência na sociedade?*”, e algumas respostas eu nunca esqueci: “*Aprendemos com a televisão.*” A televisão é um dos maiores professores que temos, com todo o requinte e a motivação para que as pessoas fiquem ligadas aos aparelhos.

Falo da televisão porque sua influência é bem mais forte, mas isso também se dá com o rádio e os meios de comunicação escrita. A televisão tem um poder maior porque alia a imagem ao som com toda uma lógica, todo um conhecimento para motivar e prender o telespectador.

Muito recentemente, para indignação de todos nós, vimos um episódio da novela da *Globo* das 18h, intitulada, se não me engano, *A Lua Me Disse* — posso até estar enganada, porque não costumo assistir, mas por acaso entrei em casa e o canal estava ligado —, em que um menino de rua estava tentando recuperar-se com a ajuda de pessoas da sociedade e uma outra pessoa, exercendo todo o seu poder de persuasão, ensinava-o a ser um batedor de carteiras, estimulava-o a voltar às ruas e tornar-se um batedor de carteiras. Essa é a contracultura que temos. Isso vai contra tudo aquilo que pregamos nas nossas famílias, nas nossas escolas, nos nossos ambientes da sociedade: a eliminação da violência, o desestímulo da prática de delitos pelos meninos de rua. A televisão intervém no sentido contrário disso, com todo esse aparato, e de repente a criança fica confusa. O que é certo? O que é errado? Qual é o valor predominante agora? O que devo seguir, a orientação que recebo em casa, na escola ou seja de onde for, ou a orientação da mídia? E eu pergunto: quem de nós protestou contra isso? Parece-me que poucos órgãos, poucas instituições conseguiram fazê-lo.

Nesse sentido, verificamos que o papel da educação não é apenas trabalhar a informação. Ela precisa ir além da informação. A informação é importante, esse processo de sensibilização e de motivação é mais do que necessário, no entanto não basta fazermos apenas isso. Precisamos, sim, incorporar os mecanismos que temos ao processo da educação, para que num momento como esse tenhamos meios para protestar.

E temos de ser intolerantes mesmo. Não dá para dizer que a Constituição brasileira protege a liberdade de expressão quando essa liberdade está ferindo

alguns direitos básicos, inclusive o direito ao respeito e à paz social. Programas como os do Ratinho, do Gugu e outros estão cheios de exemplos que mostram como sob o argumento da liberdade de expressão se forjam histórias envolvendo jovens e pessoas de baixo poder aquisitivo, mediante pagamento, no intuito de melhorar o IBOPE.

É o poder da mídia e por trás dele o poder do capital que estão gerando todo o processo e selecionando que informações devemos receber nas nossas casas ou não. O papel da educação é importante exatamente porque precisamos trazer para dentro dos nossos espaços, seja no plano formal, seja no plano informal, junto com instituições religiosas, partidos políticos, associações, enfim, instituições as mais diversas, essa escolha quanto ao conteúdo veiculado nos meios de comunicação. Se não tentarmos desvelar o que esses meios traduzem, o imaginário que eles tentam imprimir nas nossas cabeças, nos nossos entendimentos, não poderemos romper com essa forma, com esse conteúdo.

Penso em uma agenda para a educação em direitos humanos que busque construir uma nova cultura, e acho que o Ministério da Educação está de parabéns. Não digo isso porque estou na presença de Ricardo e dos demais colegas do Ministério da Educação, mas porque pela primeira vez na história deste País houve uma ação dentro do Ministério considerando a educação em direitos humanos uma prioridade. Aliás, não apenas considerando-a prioridade, mas começando a desenvolver algumas iniciativas — embora ainda tímidas diante da grandiosidade deste País, não somente em termos numéricos mas também em complexidade. Essas iniciativas caminham no sentido da capilaridade, para que a temática da educação em direitos humanos chegue a todos os espaços educativos, não apenas o do ensino formal como também o do não-formal, que se dá nas diferentes instituições, nos diferentes espaços.

Portanto, o conteúdo que está permeando o nosso dia-a-dia, os nossos imaginários, as nossas concepções e os nossos valores tem de ser objeto da educação que permeia todos esses lugares. E desenvolver formas de sensibilizar o empresariado para financiar programas em favor de uma cultura de direitos humanos deve ser uma ação conjunta do Governo, sim, com a sociedade, para que possamos avançar nesse sentido. E um dos objetivos que temos no PRODOC é o planejamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos juntamente com a UNESCO, que orienta o trabalho juntamente com o Comitê. São feitas campanhas de valorização, de veiculação de valores humanos, com a elaboração de peças de propaganda na mídia e a interlocução justamente com quem está financiando esses programas.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que tudo isso requer ação imediata, de formação. E essa formação dá-se em diferentes etapas, diferentes instâncias, diferentes espaços. Não podemos pensar que vamos mudar toda essa concepção, toda essa cultura de uma sociedade que acha que é lazer assistir a um programa que denigre a imagem de alguém por ser gordo, por ter um corpo aparentemente deformado, comparado aos padrões de beleza propostos pela mídia, se não tivermos processos formativos urgentes. E esses processos formativos vão requerer muito cuidado para que nós também não saíamos com improvisações, ou o resultado talvez não seja tão positivo.

Finalizo mostrando que, apesar da dificuldade de lidar com um poder tão forte como o dos meios de comunicação, devemos fomentar a esperança de evolução moral da sociedade. Isso passa por uma mídia mais responsável e ética, que se contraponha à onda paradigmática do consumismo, que sorrateiramente corrói instituições e pessoas e destrói importantes conceitos éticos e morais.

Todos somos educadores, sim, tanto aqueles que abraçam a educação como profissão como aqueles que lidam com a educação no seu dia-a-dia, sejamos pais, sejamos professores, sejamos jornalistas, qualquer que seja a nossa profissão. E nossa missão é agir eticamente, assumindo posições maduras, acreditando no poder real da mudança e na elaboração de paradigmas que priorizem a dignidade humana, a justiça social, a igualdade e a fraternidade entre pessoas e grupos, como disse o nosso colega Robson de Souza.

Termino aqui, esperando que tenhamos hoje e amanhã dias bastante proveitosos e que esse tema de fato passe a fazer parte das nossas agendas, porque muitas vezes achamos que esse assunto fica a cargo apenas dos colegas jornalistas. Isso é, sim, tarefa de todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Concedo a palavra ao Sr. Washington Araújo, que fará o debate. Infelizmente está ausente a Sra. Mara Régia, mas o Sr. Washington Araújo fará a interlocução com os 2 palestrantes da Mesa.

O SR. WASHINGTON ARAÚJO - Boa-tarde a todos. Saúdo os componentes da Mesa, a Sra. Maria de Nazareth, a Sra. Aída Monteiro, o Sr. Ricardo Henriques e algumas figuras muito caras ao meu coração e cujas biografias formam os mais belos verbetes na luta dos direitos humanos de qualquer enciclopédia do gênero, como a Sra. Maria Eliane Menezes de Farias, que fez belíssimo trabalho na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e a cidadã do mundo Sra. Margarida Genevois, uma lenda viva. Nossa geração tem a felicidade

de ainda tê-la conosco. (*Palmas.*) Também cumprimento o artesão dos direitos e dos desejos humanos Sr. Roberto Monte, pelo magnífico trabalho que fez a DHNet ser hoje uma realidade, talvez a maior e a mais importante referência na Internet sobre direitos humanos. (*Palmas.*)

O Sr. Ricardo Henriques e Sra. Aída Monteiro colocaram algumas minhocas em nossas cabeças. Eles expuseram com tranqüilidade um tema que cada vez mais nos toma de assalto. Será que é essa a mídia que queremos? Que mídia é essa que, ao invés de adicionar, subtrai valores? Por que a mídia não é cidadã, não agrega valor humano, mas sim subtrai?

Quero fazer um aqui desabafo. Primeiro, vivemos tempos sombrios, difíceis, uma realidade penosa, crua, bombardeados 25 horas por dia — uma hora a mais do que o permitido — com uma avalanche de notícias que nem sempre nos trazem tranqüilidade ou um sentido para a vida.

Sabemos que na pós-modernidade a informação passou a ser um produto que recebemos de todas as formas. Nossos sentidos são todos aguçados. Saímos de casa, entramos no carro e no caminho para o nosso destino encontramos muitos *outdoors*, muitas faixas, outros carros cheios de adesivos de propaganda; quando chegamos ao lugar, onde trabalhamos, ou estudamos, enfim, onde cumprimos nosso ofício diário, deparamo-nos com quadros de avisos, com muitas e muitas notícias. Muitas vezes entramos com pressa, sem dar sequer um bom-dia aos colegas — um cumprimento que faz bem ao ambiente de trabalho —, e simplesmente ligamos o computador. Os mais jovens, os mais afoitos conectam-se ao Orkut, ao MSN *Messenger*, e outros procuram os *sites* noticiosos como UOL, Terra, Globo, IG, Ibest e os dos jornais e revistas. Assim começa a nossa roda-viva. Somos bombardeados com centenas, milhares de notícias classificadas como “do último segundo”, “as últimas notícias”, “o último momento”, e o RSS fica todo o tempo ligado enquanto elas chegam.

Meu segundo desabafo é este: como nos protegemos dessa *overdose* de informação bruta e não lapidada? O que fazemos com as informações indesejáveis, aquelas que diminuem nosso capital humano, que violentam nossa dignidade humana, que fazem crescer em nós o sentimento de que o mundo está muito acelerado? Não temos mais tempo sequer para digerir as notícias.

O terceiro é sobre a crucial crise de identidade em que a mídia se encontra. Já observaram que o *Jornal Nacional*, assim como o programa mais recente da jornalista Ana Paula Padrão, veiculado há 2 dias pelo SBT, os programas dos jornalistas Mitre e Tramontina e outros estão sendo pasteurizados, transformando-se em grandes videoclipes? São repletos de imagens marcantes

e sons fascinantes. Um exemplo: num desses programas, uma pessoa acabara de se salvar de uma enchente em Xangai, ainda estava molhada, e o repórter perguntou-lhe quantas pessoas de sua família haviam morrido afogadas. Mais um exemplo: em outro programa, um cidadão havia escapado de um incêndio, mostrava as marcas das brasas, e o repórter perguntou-lhes se suas queimaduras eram de segundo ou de terceiro grau! E há pouco tempo vimos o jogador Serginho morrer em pleno campo de futebol, durante o jogo.

Portanto, vemos a vida ao vivo e em cores, tal como ela é, mas sem poesia, sem reflexões como as de Nelson Rodrigues que nos expliquem que vida é essa. É como se fosse tudo um grande videoclipe em que as imagens vão sucedendo-se. Matéria de 30 segundos é considerada muito longa. As matérias sonoras, aquelas matérias pequenas, com frases curtas muitas vezes retiradas do contexto, chegam avassaladoramente, sem pedir licença, e permeiam nossos pensamentos. E entre um bloco e outro do telejornal verificamos toda a nossa impotência. Se nos perguntarem o que o fulano disse há poucos segundos não lembraremos. Mas, caras pálidas, porque ninguém lembra? Porque a notícia virou um produto. Deixou de ter pátria, deixou de conter valores humanos a serem compartilhados.

O programa do MEC merece o nosso aplauso. Desde 2003, vem sendo implementado a duras penas, graças ao trabalho de Aída Monteiro, de Maria de Nazareth — aliás, quando a encontrei aqui, eu disse-lhe que sua boa fama chegou primeiro do que ela.

É quase como se estivéssemos dentro de uma nova arca de Noé. Somos 46 pessoas nesta sala, nem mais, nem menos — a não ser que haja aqui alguma gestante, caso em que esse número subir. Mas neste encontro todos pensamos que é importante termos a mídia como parceira da educação para os direitos humanos. De certa forma, essa é uma espécie de salvo-conduto para entrar nessa nova ética da mídia.

Uma pergunta que faço é esta: como criar e fortalecer uma ética da mídia?

Meu nome é Washington Araújo, e tenho 4 filhos. Amigos mais íntimos chamam-me de Washington Coelho, porque ter 4 crianças hoje em dia é uma loucura. Minha filha de 6 anos há poucos dias disse à minha esposa: *“Mãe, quando eu crescer quero ser professora, pianista e bailarina. Você me lembra, tá?”* Vejam o que minha filha Lara pensa do mundo, a que ponto ela está exposta aos desvios e desvarios dessa mídia que não é comprometida com a Declaração Universal dos Direitos Humanos! Para nós deste país chamado Brasil e para dois terços dos países do mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos

é um luxo, porque não conseguimos nem mesmo garantir nossos direitos como animais, ou seja, o direito de abrigar nossa cria, de nos abrigarmos do frio e de saciarmos nossa fome. Mesmo esses direitos elementares de simples animais ainda nos são negados. E isso não aparece na mídia. É um tema que quando entra na mídia vem pela porta dos fundos.

Esta é minha outra pergunta: por que os direitos humanos não entram na mídia eletrônica e escrita pela porta da frente?

Sou comentarista há quase 2 anos. Faço comentários em 6 ou 7 emissoras de rádio, algumas delas do sistema RADIOBRÁS, como a *Nacional AM* e a *Nacional FM* do Rio de Janeiro e a *Nacional AM* e a *Nacional FM* de Brasília. Faço comentários para emissoras que transmitem programações para os países lusófonos da África 4 vezes ao dia. Acho que as pessoas têm uma *overdose* de Washington Araújo. Quatro vezes ao dia eu falo durante um minuto e meio sobre meninos de rua, índios, gestação precoce, comportamento, ciganos, empregadas domésticas e principalmente violação da dignidade humana. Recentemente, Márcio Araújo convidou-me para fazer comentários diários na *Rádio Câmara*, no programa *Cidadão do Futuro*. Aceitei o convite e desde outubro trato do Estatuto da Criança e do Adolescente, das violações desse instrumento e do que pode ser feito para evitá-las. E confesso aos senhores que escrevi mais de uma dúzia de livros sobre os temas que costumo comentar, mas todos esses livros somados não valem uma única boa ação que um painel como este possa engendrar.

Somados os meus livros sobre imigrantes, refugiados e índios — *O Esquecimento está Cheio de Memória*, sobre a questão do México, *Estamos Desaparecendo da Terra*, sobre o Estatuto dos Meninos de Rua, e outras ousadias que cometi por escrito —, vejo que este trabalho que fazemos todos juntos supera em muito nossas melhores intenções. Como diz Chico Buarque na canção *Fado Tropical*, o coração e as mãos estão distantes porque existe uma distância entre a intenção e o gesto. E o nosso trabalho é este: juntar as boas intenções dos que militam pelos direitos humanos com os gestos práticos de programas que tratem da educação para os direitos humanos, a ética e a cidadania.

Há alguns anos participo do programa *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*. Orlando está respondendo a 4 ou 5 processos porque ousou dizer que determinados programas de televisão não deveriam estar ali, mas sim na lata de lixo. São programas que discriminam, que geram estereótipos, como o de Ratinho e seus assemelhados, ligados a essa fauna de um submundo cruel, que mostra a desgraça e fortalece, como disse Ricardo Henriques, o *status quo*.

Tive de acompanhar algumas novelas, como espécie de ombudsman. Sou ombudsman de duas empresas na vida — da minha não sou, porque não sei cuidar dela: da BHNet e do *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*.

Os senhores já observaram que os programas de maior audiência, segundo as pesquisas de opinião do IBOPE, do DATAFOLHA e outros, são as novelas das 8h da noite? Já observaram — e aproveito a fala de Aída, em muito boa hora — como é cruel assistir em casa à tentativa de Malu Mader, incorporando a personagem Sol, de entrar nos Estados Unidos atravessando a fronteira dentro de um cubículo em que mal cabe um rádio? Quem assiste às novelas percebe que durante aqueles 6 ou 7 meses, todo dia, às 8h da noite, há um desfile de personagens vilões. Não é verdade? E o teatro e o meio televisivo dependem do embate de caracteres, de personalidades e de textos.

Recentemente acompanhei uma novela por força desse trabalho em *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*. Hoje em dia dizer que se acompanha uma novela parece que já é um pecado. Aída já fez até seu mea-culpa, e eu pensei: “*Na minha fala vou dizer isso. O que eu vou dizer?*” Fica até feio também. O pessoal logo pensa: “*Poxa, esse Washington Araújo não tem mais o que fazer. Além de escrever esses livros e fazer comentários em rádio, ainda corre para assistir à novela das 8h, desesperado para saber o que, pelo amor de Deus, vai acontecer com Ed!*” E por aí vai.

Às vezes tratamos direitos humanos de forma tão sisuda e tão triste que parece que é um tema com cheiro de naftalina. Já notaram? Parece um assunto chato, antiquado, “*cheirando a guardado de tanto esperar*”, como nos versos de *Valsinha*. Na realidade, o tema direitos humanos é a nossa vida. Nascemos para trabalhar com a questão dos direitos humanos. Reunimo-nos porque temos uma causa a compartilhar, um destino comum a viver, que é o de lutar pelas populações vulneráveis.

Houve uma novela em que certo personagem adolescente dizia impróprios para os avós, xingava-os, e esse casal de idosos sustentava toda a família com a aposentadoria que recebia. Esse personagem passou cerca de 300 capítulos falando mal dos seus avós, gritando com eles, humilhando-os. Isso foi ao ar muito recentemente. Os senhores devem saber a que novela me refiro. Em uma outra novela havia um pilantra que era Prefeito de uma cidade pequena de interior e roubava, comprava todo o mundo, fazia o que queria — se bem que comprar pessoas hoje em dia parece que está na moda. Mas esse cara comprava políticos, fazia e acontecia, e ficávamos assistindo a todas essas artimanhas e fraudes.

Temos uma escola, uma caixa mágica chamada televisão, que consegue subtrair dos nossos filhos aquilo que eles aprendem na escola e substituir tudo isso por um material de baixíssima qualidade. No entanto, os senhores já observaram que, para salvar a honra dos bons roteiristas, todos os vilões e vilãs são punidos? Mas só são punidos nos 3 últimos capítulos! E aí, cara pálida? E os outros 320 capítulos em que só se vê maldade? Como isso se resolve?

Minha próxima questão é a seguinte: como fazer para que programas de grande audiência como novelas, uma reunião de entidades da sociedade civil com as Glórias Peres da vida e outros tantos que fazem novelas, mostrem valores humanos e a punição dos vilões e vilãs aconteça pelo menos em um capítulo uma vez por semana, para que possamos sentir esse gostinho? Quem disse que nós e nossos filhos, os filhos dos nossos filhos, crianças e adolescentes vão necessariamente ver os 3 últimos capítulos da novela? E a carga de informação negativa que eles receberam antes, quem cuida disso? É mais um grande transtorno.

Nos 3 minutos que me restam, quero apresentar outra preocupação que tenho: a invisibilidade dos vulneráveis. Peço a Ricardo Henriques, Nazareth, Aída Monteiro e cada um dos presentes neste seminário que pensem sobre isso. O que quero dizer? Se passo em frente a um chafariz na praia de Botafogo, ou se tomo um táxi e vou à Praça da Sé, ou se passo perto da Torre de Televisão em Brasília, ou se vou à Praça André de Albuquerque em Natal, sempre encontro um monte de gente que só vai merecer de mim uma piscada de olhos. Vou ver maltrapilhos, mendigos de esperança, pessoas suplicantes de cidadania a céu aberto. Na segunda vez que eu passar por esses mesmos lugares, essas mesmas pessoas para mim serão invisíveis; elas como que se transformam em árvores, semáforos, postes, passando a fazer parte da paisagem.

Como trabalharmos a questão da educação, dos direitos humanos e da mídia se não trabalharmos a questão do olho e do ouvido, que não estão educados nem para ver nem para ouvir a cidadania?

São os 5 desafios que elenco aqui para as nossas conversas e debates de hoje. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Em nome da comissão organizadora, agradecemos a grande contribuição aos 2 palestrantes e a excelente interlocução ao nosso querido Washington.

Quem quiser falar, por favor, identifique-se.

O SR. JOÃO FREIRE - Boa-tarde a todos. Meu nome é João Freire. Sou profissional de comunicação e professor universitário, e trabalho com os direitos humanos. Aos exemplos da novela que foram lembrados, acrescento outro

que vi hoje de manhã num telejornal e que me chamou muito a atenção, e tenho certeza de que não para os que estão aqui presentes, atentos a essa situação, mas para a maioria das pessoas isso passa completamente despercebido. Trata-se de uma matéria sobre um grupo de sem-teto, em São Paulo, pessoas que foram retiradas de um prédio que estavam ocupando, entre as quais havia muitas crianças. Todos dormiam na rua. A matéria limitava-se à leitura pelo apresentador dessa informação no estúdio e à exibição de uma imagem dessas pessoas deitadas na rua, dormindo, qualquer outra explicação nem informação sobre o fato. Logo em seguida transmitiu-se uma matéria sobre o boi da novela, aquele famoso boi, cuja vida ficamos conhecendo em detalhes; soubemos que ele tem até um assessor de imprensa — é verdade! — por causa da procura de informações sobre ele desde que começou a aparecer na novela das 8h, assistimos à entrevista com o proprietário e ficamos sabendo das inúmeras propostas de compra que ele tem recebido. Julgaram necessário contratar até um assessor de imprensa para o tal boi.

Ora, isso é muito sério! Vimos pessoas dormindo na rua, sem teto, ao relento, em São Paulo, todas embrulhadas em cobertores, mostrando que deveria estar fazendo muito frio naquela noite em São Paulo. No entanto, esse fato não mereceu mais do que 15 ou 30 segundos, no máximo, do telejornal. Já a matéria referente ao boi durou pelo menos uns 2,5 minutos. A que conclusão podemos chegar? Esse boi está valendo muito mais do que o ser humano!

Outro exemplo muito interessante também, a par do que a senhora mencionou sobre o fato de negros, indígenas e outros povos não serem considerados pessoas humanas, é o caso dos iraquianos. Durante o primeiro ano e meio da invasão americana não vimos a cara de um iraquiano sequer porque as únicas imagens mostradas eram as liberadas por militares americanos e ingleses, que não queriam que as vítimas civis aparecessem, pois isso poderia sensibilizar a opinião pública. Quando a guerra passou a ser financeiramente muito onerosa, começamos a ver algumas caras de iraquianos em hospitais, vitimados pelo conflito. Aí descobrimos que eles também são gente, sim, o que até então não pensávamos que fossem.

O que também muito me preocupa é o fato de que os jovens de periferia hoje acabam encontrando um caminho mais fácil que o da escola, que emprega uma linguagem muito difícil para eles, já que quase 90% da população brasileira — não tenho certeza desse número, mas não estou muito longe da realidade — têm como única fonte de informação a televisão. Eles não lêem absolutamente nada, nunca. Eu, que sou professor universitário, tenho certeza desses

números, porque é enorme a quantidade de alunos que chegam à universidade com grandes dificuldades de ler uma matéria da *Veja*, por exemplo. Esse é o reflexo dessa situação. Se esses jovens de periferia acham que é muito mais interessante e vantajoso aprenderem a jogar futebol e a rebolar do que aprenderem inglês, matemática ou português, que dirá de aprenderem a lidar com a questão dos direitos humanos? Realmente, vejo dificuldade nesse processo, e achei extremamente feliz o tema deste encontro.

A dificuldade maior nesse processo é o fato de que a escola hoje emprega uma linguagem extremamente distante da realidade das pessoas. A concorrência entre o quadro negro e a televisão é muito desleal. A TV tem muito mais atrativos do que o quadro negro. Realmente, a escola produz a evasão. Outro exemplo disso é o *Big Brother Brasil*, que também mostra que se a pessoa souber jogar bem e sabotar seus concorrentes pode ganhar R\$ 1 milhão, e isso é muito mais fácil do que encarar uma escola. Vejo com muita preocupação esse problema, principalmente como profissional de comunicação.

Envergonha-me ver certos programas hoje na televisão. É uma pena não termos aqui nenhum representante do meio — desculpem-me, mas acho que não temos nenhum representante de nenhum grande grupo de comunicação do Brasil participando deste encontro. Eles deveriam estar aqui. Já trabalhei em algumas empresas de comunicação e sei que eles não pensam em comunicação, simplesmente fazem a comunicação, atendendo exclusivamente aos objetivos comerciais da empresa, sem qualquer preocupação social com aquilo que estão fazendo.

A questão da educação, da mídia e dos direitos humanos tem de começar por uma aproximação entre o tema direitos humanos e a sociedade como um todo, não só com quem está na escola. Se não se sabe que se tem determinado direito, não se vai brigar por ele nem discuti-lo com outras pessoas. Vejo que hoje a discussão a respeito de direitos humanos está muito elitizada, e não há como isso não fazer parte da sociedade. Essa era a contribuição que queria dar, parabenizando os integrantes da Mesa pelas exposições claras e oportunas.

Deixo como sugestão que para este tipo de evento a grande mídia seja sempre chamada, para que pelo menos neste momento do encontro pense um pouquinho no que faz e no mal que muitas vezes gera para a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA ELISA BRANDT - Sou da Comunidade Bahá'í. Estamos aqui ajudando na organização deste encontro. A idéia deste painel é a de trazer a percepção de que a mídia tem papel muito maior do que ela se propõe a assumir.

A mídia pode trazer muitas coisas boas, pode contribuir muito para a formação cidadã dentro da sociedade, seja a brasileira, seja a global. Apesar disso, é um instrumento que acaba caindo em muita contradição, porque provoca uma dessensibilização da sociedade. Ao invés de dizer que temos tais valores, tais diversidades inerentes ao ser humano, que precisam ser reconhecidas e respeitadas, o que faz é trazer tanta informação com relação à violência, à desvalorização das características humanas, que nos torna insensíveis às violações de direitos humanos que vemos todos os dias. Aí acontece o caso do brasileiro assassinado na Inglaterra, de que a sociedade brasileira não tomou muito conhecimento. Apesar de ter aparecido na mídia e de na cidade natal dele ter havido uma grande mobilização, a sociedade brasileira não se manifestou. Por quê? Porque vemos isso cotidianamente. O tempo inteiro há pessoas sendo assassinadas, o tempo inteiro há pessoas desrespeitando a adversidade cultural, sexual, de gênero. Isso tudo está o tempo inteiro sendo martelado nas nossas cabeças. Parece que é tudo natural, que não precisamos ter respeito pelo outro, que ninguém precisa valorizar as diferenças.

Acredito que seria muito importante que os 46 participantes deste painel pudessem trabalhar, como formiguinhas mesmo, no sentido de acrescentar algo dentro das suas comunidades. Temos visto os trabalhos de Nazaré, da Aída, de Tom, de Ricardo, da Prof^a. Margarida e de muitos outros, e devemos continuar trabalhando para que esse tema chegue até a mídia de forma positiva.

Que o tema direitos humanos entre pela porta da frente da mídia. Acredito que a sociedade brasileira, em vez de ficar insensível a tudo isso, deveria sentir uma indignação muito grande, e principalmente deveria sentir-se provocada e reagir. Nosso papel agora é o de reagir à situação instalada e contribuir para o progresso da humanidade.

O SR. ROMEU ALOÍSIO FEIX - Meu nome é Romeu. Sou de Palmas, Estado do Tocantins. Falo como militante dos direitos humanos e também como ex-diretor de escola estadual.

Fiquei muito feliz quando recebi em minha escola o Programa Ética e Cidadania. Por iniciativa da escola foi criado o Fórum Escolar de Ética e Cidadania. Fizemos um projeto de educação em direitos humanos para aquela escola. Foi um trabalho muito interessante.

Levanto aqui uma questão já mencionada antes por Ricardo, sobre a formação dos professores. É uma preocupação minha a maneira como esse plano e esse programa chegam aos professores. Durante todo o tempo em que tenho trabalhado na escola, nunca ouvi falar nesse Programa de Ética, Cidadania e

Educação em Direitos Humanos. Trabalhamos esse assunto na escola porque fui atrás disso, mas no âmbito estadual nunca ouvimos falar sobre isso. Aliás, não conseguimos articular ainda um seminário sobre educação e direitos humanos no Tocantins. Pergunto então como o MEC pensa levar essa questão aos professores.

Obrigado.

O SR. OTO GLÓRIA FILEMON - Meu nome é Oto Glória. Sou da Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás.

Há algum tempo, em Goiás, conseguimos unificar a academia de formação de policiais e outros operadores do sistema de segurança. Temos um anseio muito grande, porque já garantimos uma carga horária razoável para a disciplina Direitos Humanos em todos os cursos de formação, e percebemos que existe um ensino formal, em que as pessoas aprendem teoricamente o que são os direitos humanos, mas não conseguem mudar seu comportamento.

É bem verdade que, se é difícil reconhecermos os nossos próprios direitos, o dos outros, então, é ainda mais difícil. Portanto, trago aqui esse anseio.

Peço desculpas por trazer algo tão objetivo, mas é que isso angustia muito a todos nós que pensamos estar caminhando bem mas temos essa dificuldade.

A SRA. SYDMA AGUIAR DAMASCENO - Boa-tarde a todos. Meu nome é Sydma Damasceno. Sou advogada por formação, mas trabalho no serviço público. Trabalho na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, numa gerência que é pouco conhecida: a Gerência de Propaganda. Trabalhamos com o monitoramento e fiscalização de propaganda, informação, enfim, com todo o tipo de comunicação realizado com vistas a divulgar produtos de interesse sanitário: medicamentos, alimentos, saneadores, defensivos agrícolas e toda série de produtos de interesse da vigilância sanitária.

Obviamente, não falo aqui pela minha gerência. Faz pouco mais de 4 meses que integro o quadro funcional da ANVISA. Mas tenho percebido que existe uma grande dificuldade de se promover qualquer tipo de disciplinamento, tanto na indústria farmacêutica quanto em relação àqueles que veiculam informações sobre produtos de interesse da vigilância sanitária, principalmente nos veículos de comunicação.

Nós não apenas monitoramos como temos um convênio, um projeto com 19 universidades no Brasil que fazem a captação de propagandas desses produtos. Estamos agora na segunda fase do projeto e temos captado propagandas de medicamentos. E agora estamos começando o de alimentos e saneadores. O que se vê na divulgação desse tipo de produto é um escândalo, um

perigo, um risco para a população brasileira. Ou seja, somos constantemente bombardeados por informações no intuito de adquirirmos esse tipo de produto às vezes sem levar em conta o tipo de risco que ele traz para a nossa vida. Costumo dizer que estou na iminência de uma úlcera e por isso não vejo mais televisão, não ouço mais rádio, não leio mais jornal para não tomar conhecimento desse tipo de irregularidade, de escândalo, de abuso que é a propaganda desses tipos de substância. Esse projeto tem sido muito útil porque descentraliza a captação dessas informações.

Também temos uma unidade que não apenas monitora e fiscaliza mas também desenvolve projetos considerados estratégicos nessa área da informação: a Unidade de Projetos Estratégicos da Gerência. Essa unidade tem trabalhado em 2 focos principais, sendo um deles a educação dos cidadãos expostos a esse tipo de informação. Talvez o eixo mais difícil de ser trabalhado seja o de comunicadores, como muito bem ressaltou o colega. Há um projeto de dessensibilização dessas pessoas e sensibilização dos veículos, porque existe o sentimento de “desresponsabilização” absoluta. Quando recebemos os processos administrativos, autuamos os veículos de comunicação por propagandas irregulares, e a resposta constante, o argumento de defesa mais comum é este: *“Vendi o espaço publicitário mas não tenho nada a ver com isso. Não distribuo, não tenho nenhuma responsabilidade com isso.”* Mas eles têm, e como têm!

Tem sido muito difícil promover esse tipo de sensibilização porque há muitos ganhando dinheiro com isso, com a liberação desse tipo de informação. Temos discutido várias estratégias e instrumentos, dos quais a educação é o mais importante, para tentar sensibilizar os cidadãos a manter uma postura racional diante dessa propaganda e evitar esse tipo de abuso. Mas tem sido muito difícil trabalhar com os comunicadores, repito. Muito difícil mesmo. Espero que no futuro eles possam realmente incorporar essa concepção da ética na mídia, o que tem sido difícil. Todo dia há um desgaste tremendo.

O SR. JOÃO FREIRE - De que tipo de produto você está falando?

A SRA. SYDMA AGUIAR DAMASCENO - Os mais problemáticos são os medicamentos, mas atualmente temos monitorado a propaganda de alimentos, saneadores e defensivos agrícolas.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Encerremos então este primeiro bloco. Depois faremos uma nova rodada. Está bom?

O SR. SÓLON EDUARDO ANNES VIOLA - sou o Prof. Sólon Viola. Participo da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e faço parte do

Comitê Nacional que está discutindo esse plano. Quero fazer um comentário e depois uma sugestão.

Primeiro, acho que não podemos lançar para a mídia um olhar ingênuo. A mídia não é assim simplesmente porque é assim. A mídia é assim porque tem um projeto de ser assim. A novela passa os valores que passa porque são os que se quer passar. Há um projeto de passar esses valores. Não é um acaso. A publicidade que vende esses produtos não os vende por acaso. Há um projeto.

Creio que este não seja um painel voltado para discutir a origem da mídia nem o que ela quer, mas acho que não podemos ficar na leitura ingênua de que o jornal tem um corte “x” ou “y” por acaso. Ele é assim porque é planejado para ser assim. Ele está produzindo essa cultura.

Há uma situação que seria importante retomarmos. Primeiro, eu acho que uma outra mídia é possível. Não é só um outro mundo que é possível, mas também uma outra mídia. Essa outra mídia possível nós precisamos criar e construir de alguma maneira. Como alternativa da sociedade civil, a mídia pode ser repensada. Hoje pela manhã alguém disse que a mídia nacional é dominada por 10 famílias. Ora, 10 famílias dominam a nossa mídia, 10 famílias dominam a informação! E 5 agências internacionais dominam as notícias internacionais e selecionam as imagens que vão para o ar e as que não vão. Precisamos, portanto, pensar efetivamente na construção de um outro tipo de mídia, uma mídia vinculada à sociedade civil nos espaços possíveis, por meio do Estado.

Recordo que houve um tempo em que a *TV Câmara* era algo bom de se ver. Havia todo o entusiasmo de ensinar o que fazer sobre direitos humanos. Temos de utilizar essa mídia mas também criar uma outra, junto às universidades, aos diferentes setores, e não ficarmos esperando muito da grande mídia. A grande mídia não quer saber de direito humano. Ela faz críticas severíssimas aos direitos humanos. Ela não tem essa preocupação. Então, eu gostaria de sugerir que não sejamos muito ingênuos pensando só no que se pode encontrar. Não! Somente abrindo espaços chegaremos lá, mesmo quando os direitos humanos se tornarem um tema de maior vulto na cultura das sociedades.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

O SR. RICARDO HENRIQUES - Vou tecer duas observações, e depois gostaria de fazer um comentário mais geral, que me privei de fazer no início.

Considero todas as perguntas extremamente ricas, mas quero fazer uma observação sobre a questão da vigilância sanitária, sobre medicamentos. Temos que, em alguma hora, incorporar nas nossas conversas esse tema, que está au-

sente. Quando isso foi abordado, eu quase levei um susto, porque nunca parei para pensar sobre o assunto. Sempre olhamos para a questão da economia, da manipulação, da publicidade etc., mas não olhamos para o seu conteúdo violador. É algo muito interessante.

Bem, Romeu, sobre a informação de professores eu falei de forma muito breve. Esse certamente é o nosso maior desafio no Ministério da Educação. Acho que alguns movimentos são necessários, como o de institucionalidade, que estamos tentando construir basicamente via secretarias, representações e concessões. É onde temáticas desse gênero podem ser incorporadas — aí, não é só a educação em direitos humanos — na rotina. Evidentemente, se não conseguirmos comprometer os Secretários, será muito difícil, dado que é em regime de colaboração que chegaremos aos diretores de escola. Podemos sensibilizá-los por outros caminhos, mas para podermos chegar aos diretores temos de fazer com que os gestores também entrem nesse processo. O curioso é que precisamos internalizar essas questões via gestores para poder facilitar esse processo.

Diretamente, temos a agenda de informação, que precisa ter 2 eixos. Há o caminho de um retorno de curto e médio prazos, dada a escala que temos. Lembramos que temos milhares de professores que não têm sequer formação. Não conseguimos nem cumprir a lei ainda. Há professores que não têm nem ensino superior. Isso piora no Ensino Médio.

Impressiona-me e deixa-me incomodado ver que hoje nas escolas indígenas, dos 7.500 professores que há, mais ou menos 7 mil são indígenas realmente e metade não têm Ensino Médio. Então, temos um problema enorme de formação inicial.

Podemos trabalhar com educação à distância para haver um retorno mais rápido, mas o que precisamos fazer — e temos discutido isso, sobretudo com as universidades federais — é compatibilizar algumas informações à distância hoje para quem já está na rede, mudando porém os conteúdos de formação das pedagogias e licenciaturas. Temos que ser capazes de enfrentar isso. É óbvio que, diante da autonomia universitária, é uma discussão a ser travada, algo que temos de enfrentar. E enfrentar com o nosso projeto.

O conteúdo da disciplina Educação em Direitos Humanos é um absurdo! Todos os que aqui estão, mesmo os mais jovens, os recém-formados, em momento algum cumpriram disciplinas cujo conteúdo apresentava alguma tecnologia sobre mediação de conflitos. Dá-se aula hoje em uma favela da periferia urbana sem se estar municiado com técnicas. E há tecnologia para isso. Se é boa, se é ruim, se tem limitações é outro assunto. Então, para a mediação de

conflitos há um manual que orienta: faça isso, ou faça aquilo, dependendo disso faça aquilo outro. No entanto, esse fato é omitido. Os professores não fazem a menor idéia disso. Resistem a incorporar essa questão.

Então, há desde conteúdos mais gerais sobre meio ambiente e educação em direitos humanos até conteúdos específicos sobre racismo, sobre preconceito, sobre orientação sexual, que estão banidos da estrutura curricular das pedagogias, das licenciaturas. O estudante de Comunicação faz o curso, mas quando se forma não só não tem conteúdo como nunca teve ambiente.

Neste ponto cabe discutir o porquê das diversidades étnico-raciais dentro da universidade. Por que essa discussão de cotas? Cotas não é uma ação para negros. A visão para a qual usei a expressão “movida pela culpa” é um equívoco como projeto de sociedade. Cotas é para a sociedade. Se nos últimos longos 21 anos tivéssemos formado profissionais de comunicação que tivessem convivido com a diversidade étnico-cultural do País nas salas de aula, suas matérias seriam pelo menos despidas de preconceitos. Se tivéssemos uma população com fragilidade de renda na universidade, provavelmente o comunicador que está ali, colega de Washington, teria em algum momento freqüentado uma favela. Este público é relativamente uma exceção, porque muitos devem ter entrado em favelas por motivos profissionais, mas isso nada tem a ver com sua trajetória de vida. Em minha história de vida nunca entrei em uma favela a não ser pelo fato de estar trabalhando com isso. A par do trabalho nessa área, isso não tem a ver com a minha trajetória em termos de percurso familiar, de percurso de estudante.

Portanto, quanto à formação dos professores, que pode o MEC fazer? Formação continuada, formação à distância. No entanto, na formação de profissionais há uma outra agenda a adotar. Deve-se fazer uma discussão paralela sobre o vício louco de a sociedade brasileira ter profissionalizado o sistema de ensino. Nós acabamos com a noção de universidade. Não há formação universitária neste País. Existem formações profissionais, e as corporações profissionais é que definem conteúdos universitários. Não há saber universitário. Este País não tem saber universitário. Nosso conteúdo universitário é semelhante ao conteúdo dos *colleges* americanos, que são segmentados, definidos por corporações, por determinados saberes constituídos. E aí está o nosso horizonte de saber da nossa profissionalização.

Não estou, de forma alguma, querendo ser evasivo. Do ponto de vista de fundo, temos isso a enfrentar. Do ponto de vista empírico, o Ministério da Educação tem a responsabilidade de mudar a institucionalidade, acelerar a

discussão de educação à distância e de formação continuada dos professores para ver se esses conteúdos entram.

Outro aspecto que posso comentar é o apresentado por Oto. Acho que é uma das questões mais complicadas mesmo. Estamos falando em formar professores, comunicadores, profissionais de comunicação, e agora formar atores públicos como policiais. E aqui entra o Ministério Público e toda a agenda que ele tem.

Trabalhei com isso um pouco com Luiz Eduardo Soares, no Rio de Janeiro, que tem toda essa agenda de como se trabalha com policiais. Toda vez que eu dei aula para policial foi uma loucura. Eu não sabia nem como entrar no tema, porque qualquer descuido provoca o que se disse aqui. O conteúdo está ali. Vai-se do ponto 1 ao 53 e quando se chega ao 51 não houve uma vírgula, não teve uma frase sobre aquilo tudo de que se falou. Está tudo arrumadinho, tudo bonitinho, tudo superinteressante, mas não entrou nada.

Talvez tenhamos de discutir o assunto sob a ótica dos princípios de Paulo Freire sobre alfabetização. E foi nisso que evoluímos. Creio que temos o mesmo dilema. Evidentemente, o problema não ocorre só com policiais. Essa discussão deve ser travada com os profissionais do sistema penitenciário visando a medidas socioeducativas. É como se estivéssemos num ambiente de analfabetismo radical em termos de conteúdos sobre direitos humanos. Então, toda a metodologia de educação popular que temos que acionar tem que de alguma forma traduzir esses conteúdos para relações de proximidades cotidianas do ambiente desses profissionais. Enquanto não fizermos essa tradução, nosso conteúdo de educação em direitos humanos será de um formalismo incapaz de ser absorvido e assimilado criticamente, ou mesmo acriticamente, por esses fatores.

Portanto, temos um enorme problema. Se não fizermos essa tradução — e é puro Paulo Freire esse processo — para trabalhar conteúdos a partir das motivações, dos encantos, das seduções e dos interesses do público que vai utilizar na sua prática cotidiana esses conteúdos de educação direcionante, não vamos conseguir chegar lá.

Quando entramos hoje com medidas socioeducativas e trabalhamos com jovens e profissionais, evidentemente há um complô de multimídia, que vai acabar na televisão. Eles são impermeáveis a esses conteúdos e têm 400 horas/aula sobre direitos humanos. Aí acho que estamos errados, e incluo o MEC nesse rol. Os militantes desta discussão ainda estão errados, porque não estão sempre avançando. As experiências são boas, mas totalmente residuais, porque não entram com o radicalismo necessário. Podemos chegar a este estágio, fazendo tudo certo, mas não acontece nada. Esse é o desafio.

Quero fazer uma observação mais geral, que me furtei de fazer na primeira intervenção por estar falando na qualidade de Secretário do MEC. Washington trouxe algumas questões, mas é importante agregar um pouco mais. Sólon mencionou um ponto sobre o qual quero falar. Há que se fazer uma seqüência de questões; não vou fazer as mesmas, com a mesma densidade que Washington fez, mas pergunto: o que legitima a mídia? É vital que de algum modo enfrentemos essa discussão, que não é só nacional. O que concede legitimidade à mídia em todas as suas formas? Ela tem o poder de acesso e de transformação porque opera no campo do encanto, da sedução, da libido. Não acho que o instrumento milenar do teatro deixe de ser incentivado. É absolutamente genial. Os elementos da mídia que operam a partir do encanto e que têm na linguagem teatral a sua forma de expressão são maravilhosos. O problema são os conteúdos.

Não devemos ser ingênuos, mas não temos que endemoninhar a mídia. Ao contrário, como trabalhamos a partir da mídia? Se perguntarmos o que a legitima, talvez entremos na questão dos compromissos. Quem somos nós, os atores que a legitimamos? Não é só o grande capital que financia suas publicidades. São os atores e espectadores desse processo. Assistimos à cena “x” ou “y” e quais foram os comentários? Absolutamente nenhum! A sociedade de alguma forma é submetida a essa engrenagem, a essa engenharia, que é de extrema sofisticação.

Quando falamos de compromissos daqueles que a legitimam, entramos em uma questão que estava tentando descobrir como pensar, mas não consegui, e fiquei nessa superficialidade. O compromisso da mídia tem a ver com um cardápio tolerável, dado que é legitimada. Mas como não é tacaña, como é sofisticada, como não resulta simplesmente de um ato unilateral de definição de valores pretéritos, busca um cardápio que possa ser tolerável e que passa evidentemente por toda a idéia de busca no senso comum, na opinião média e em todas essas brincadeiras de IBOPE.

Estava lembrando-me de um texto sobre a sociedade do espetáculo, em que todos os atores estão na sociedade. Então, estamos nós nessa sociedade de alguma forma legitimando e sendo legitimados a oferecer esse cardápio.

Esse cardápio tolerável parece-me que tem a ver com o senso comum e internaliza certa cultura da violência e um acordo social. Esse acordo torna natural aquilo que é o maior desafio nosso: a desigualdade social. Ao fazer isso, a relação com a desigualdade como um todo, a tolerância do cardápio da mídia, por exemplo, permite que se trabalhe com meninos de rua — pobreza é um tema —, permite que *Carandiru* e *Cidade de Deus* falem de algumas coisas também. Mas o que é determinante daquele processo é interdito porque não é

toleráveis. Não se tolera na mídia nada, porque não se tolera na sociedade nada que seja efetivamente questionador do acordo social perverso que o Brasil gerou. Não somente os significados como também os significantes associados a essa matriz produtora e que se alimenta da desigualdade são interditos. Todas as vezes que discutimos com os roteiristas de cinema e televisão, com os editores que estão trabalhando, vamos até um ponto.

Por exemplo, na área de educação discute-se qualidade educacional? Sim, mas não se discutem — e a retórica é sofisticada —, por exemplo, processos discriminatórios. Quando se discute racismo, vai-se até determinado ponto. Quando o debate radicaliza, a mídia vem, de forma muito alegórica, dizer que o Ministério da Educação é portador de racismo em função da discussão das cotas. Ela tenta, de forma aparentemente ingênua, inverter o processo e dizer que quem defende cotas está dentro de uma matriz biológica de percepção da questão racial. Fala de determinismo biológico que nutre a defesa das cotas e, portanto, do conservadorismo daqueles que querem ser defensores da intolerância racial. É esse o tipo de argumentação que surge na discussão do racismo.

A questão de identidade de gênero e orientação sexual permite alguma reflexão sobre a aparição de lésbicas no cinema. Quando há aquela palhinha, faz-se a pesquisa de opinião pública a respeito do que é tolerável. Há até critérios de gradação. Beijo “c” pode; beijo “d” não pode. Para além de beijo, só se for abraço “y”. Aí forma-se um processo. Na cama, com inclinação “h”. Se passar disso, não pode. Isso gera a tolerância a partir de um interdito em que não se permitem questões mais profundas, todas ligadas à educação em direitos humanos, mas que têm a ver com valorização das diferenças.

Maria Elisa levantou um assunto que foi discutido hoje pela manhã. Trata-se do último passo nesta discussão a respeito de legitimidade, compromisso, tolerância, desigualdade: o direito à informação. O que é tolerável num cardápio comunicável pela mídia impressa e televisiva, por qualquer mídia, em geral, diante de uma postura onde não há protagonismo da sociedade, é a recuperação da velha matriz da mídia que foi inovadora décadas atrás e que hoje é estritamente perversa, mas vê naqueles que são a audiência e que dão o perfil médio a posição só de receptores. Isso foi discutido pela manhã, mas a questão chave é: se sairmos da armadilha da recepção e conseguirmos pensar que essa audiência é emissora e protagonista, voltamos à questão da diversidade. O ator emissor e protagonista é aquele que passa a ter o seu saber local valorizado.

Valorizou-se o saber local do jovem da periferia urbana, que hoje até grafite e *hiphop* pode incluir, e 3 anos atrás não podia, mas dar-lhe uma câmera

e deixá-lo produzir um filme ainda não pode. Esse é um processo dinâmico de conquista. Dar protagonismo a essa juventude que não seja pelo exótico ou íntimo ou dar protagonismo para o transexual ou a prostituta não faz parte de um cardápio tolerável numa mídia que não reconhece o direito à emissão e ao protagonismo pelos atores sociais, que só lhes reconhece o direito à recepção. Se só lhes reconhece o direito à recepção, a única coisa que importa é opinião média, que me dá esse cardápio tolerável e o retroalimento, que é legítimo.

Se não quebrarmos essa cadeia, nesta discussão nossa sobre educação em direitos humanos e comunicação e mídia, iremos até determinado limite tolerável e não vamos fazer mais nada. Vamos ter mais dez como Washington, mas não vamos entrar na questão da mídia que manda, dos grandes canais de comunicação.

A SRA. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Assisto também à novela, até porque, como educadora por profissão e mãe educadora que vive na sociedade, se não assisto à televisão, torno-me obsoleta. Os alunos chegam com linguajar e gestos novos, com modas que estão postas na televisão. Realmente, não é nenhum demérito. Devemos ter condições de dialogar e trabalhar com essa contracultura.

Focalizamos muito mais a mídia televisiva, do rádio e dos jornais, mas também há toda uma questão do mundo midiático de que muitas vezes não nos damos conta, que são os programas infantis e os *videogames*. Muitas vezes esses jogos trazem uma conotação de discriminação, de violência e de poder tão forte que vai sendo reproduzido, vai ficando no imaginário das nossas crianças e jovens, e depois no dos adultos. Isso é muito forte, e também é pouco tratado. E quando nos rebelamos contra isso somos os diferentes, somos ETs nesta sociedade que na verdade está valorizando todo esse conjunto de programas.

Washington perguntou se essa é a mídia que nós queremos. Ora, quando dizemos nós, não é a sociedade como um todo. E não é porque a sociedade queira de fato essa mídia, mas porque ela não teve a possibilidade de refletir sobre uma outra. Uma população que não tem acesso a outro tipo de informação e a outro tipo de cultura, que opção tem? Então, vai gostar de música baiana, ou pernambucana, ou clássica, porque foi acostumada a ouvir aquela música. O mesmo acontece em relação aos programas de rádio. Então, acho que somos ainda muito poucos para dizer que para determinado público essa não é a mídia que queremos. Mas para o grande conjunto da sociedade...

E não é por questão de classe social ou econômica. Vemos isso nas diversas camadas da sociedade que essa mídia favorece, a que está atendendo. Não à toa que o IBOPE está aí mostrando isso. Ela alimenta aquilo que Ricardo

demonstrou. Nossos amigos fazem parte mais diretamente do Comitê e podem ajudar-nos.

Sólon perguntou se outra mídia é possível. É claro que temos de acreditar que é possível, sim. Se não acreditássemos, até não estaríamos aqui. Agora, é uma ação utópica, naquele sentido que Paulo Freire diz, da possibilidade de uma luta que é cotidiana e diuturna, porque está tão impregnada no dia-a-dia que todas as nossas ações, sejamos da sociedade civil ou políticos, nos diferentes espaços, têm de estar no confronto com esse cotidiano, como disse Ricardo.

Um colega perguntou como aprender em direitos humanos se nada muda no comportamento. Reporto-me a um trabalho de que participei na Polícia Militar do meu Estado, precisamente na cidade de Recife. Encontrei os policiais indignados. Notei que o clima não permitia nem chegar à porta, quanto mais falar de educação em direitos humanos. Tentei descontraí-los um pouco e perguntei sobre o curso. Disseram que até aquele momento não tinha valido nada, porque só fizeram decorar o ECA, e perguntaram-me se não havia outra forma diferente de trabalharmos.

Então, a nossa grande preocupação é desenvolver uma educação que nos vá impregnando desde o processo da sensibilidade, da incorporação, e leve-nos a uma ação. Não adianta apenas sabermos que esses conhecimentos existem. É preciso realmente transformá-los em práticas do cotidiano.

Desenvolvemos hoje um trabalho na Universidade Federal de Pernambuco, com muito custo e trabalho. É uma luta todo semestre para manter a disciplina Educação em Direitos Humanos nos cursos da pós-graduação, mestrado e doutorado. Um dos critérios com que trabalho é o de que essa disciplina é acadêmica, porque está dentro do espaço acadêmico, mas é também política, no sentido de que nos permite sair com projetos alternativos de intervenção na sociedade. Então, o trabalho é fazer com que esses conteúdos vivenciados durante um período de carga horária possam ser traduzidos em projetos, propostas, ações junto à Secretaria de Estado e de Município, na sociedade civil, em ONGs, em instituições as mais diversas. Com que ação eu posso traduzir esses conteúdos para que possamos ter aquilo de que Maria Vitória Benevides trata, que é a nossa cidadania ativa? Como faço para que essa cidadania ativa seja de fato vivenciada nesses processos educativos?

Há um ponto que não tocamos, extremamente polêmico. De fato, quem dá as concessões aos canais de televisão e de rádio? Quem regulamenta isso? É papel do Estado, sim. E o Estado não está cumprindo aquilo que determina a Constituição brasileira. Ficaria muito feliz se conseguíssemos chegar ao ponto

em que o Estado cumprisse a sua obrigação, que é justamente a de fazer valer a nossa Constituição. Que as concessões deixassem de acontecer por meios políticos e politiquieiros e na verdade obedecessem a critérios. Isso não vai dar-se por acaso, com esse corpo que temos de políticos em nosso País. Só vai dar-se exatamente pelo processo da educação.

E voltamos para o papel da educação. Uma educação conscientizadora e uma consciência que permeiem esse conjunto de informações é que podem de fato levar a sociedade civil organizada a fazer com que o Estado cumpra isso. É uma via de mão dupla, um processo que se dá pelos dois lados. Não é somente o Estado, como organizador desse conjunto de ações, que é o responsável, mas a sociedade também deve cobrar isso. Mas a sociedade só vai cobrar se de fato sentir que essa mídia não é a que nós queremos. Isso é para a maioria da população brasileira.

A regulamentação da mídia é mais do que necessária. E essa regulamentação de fato tem de ser objeto do conteúdo das nossas ações de capacitação. Essa ingenuidade que meu amigo Sólon aponta aparece exatamente por não termos esse conjunto de informações, por não termos uma formação que se dê com a história de vida e também com os processos de formação continuada, não somente no campo formal, mas no dia-a-dia, no conjunto da nossa sociedade.

Maria Elisa aponta o fato de que há certa dessensibilização a partir da mídia. É isso que nós poucos conseguimos ter, porque o restante sequer chega a verificar isso.

Termino dizendo que é preciso trabalhar mesmo, Washington, com a educação, ouvido, olhos, coração, sentidos e compromisso com outro modelo de sociedade. Se não tivermos esse compromisso, olharemos e veremos, mas nosso modelo de sociedade também será outro. O que eu quero como sociedade? O que eu quero como homem? O que eu quero como educação? Aí, sim, com esse conjunto, vou ter realmente um outro projeto de sociedade, mais justa, que diga “não” a essa mídia que está aí.

Muito obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Ainda temos quatro expositores. Lembro à Mesa que ainda teremos a fala de Washington e depois teremos mais quatro questões. Está garantida a fala dos senhores. Temos um prazo limite e gostaria que cada um agora tivesse um pouco de cuidado e fosse mais objetivo nas questões e nas respostas, por causa do tempo, para que todos possam participar.

O SR. WASHINGTON ARAÚJO - Acho que estamos realmente concluindo, e as idéias estão alinhando-se. Parece-me que é muito fácil tomar decisões — ou negro, ou claro —, mas no meio do caminho existe todo um *dégradé*.

Tudo é válido, tudo é importante, tudo é útil, principalmente para se trabalhar com a mídia. Não existe o caminho único, a verdade única, o postulado adequado, ideal, oportuno. Temos de aprender a trabalhar também com a idéia de que a mídia é diversidade. Existe também uma diversidade a ser trabalhada.

Obviamente, num espaço como este, não há tempo para abordarmos o lugar de fala, que era um ponto muito importante. Como a mídia se coloca? Quem está por trás de uma *TV Globo*, de um *SBT* ou de uma *BAND* quando eles falam? Qual é o mapa da mídia? E quem são os donos da mídia? Sabemos que são 10 famílias. E aí? Isso não quer dizer nada. Poderiam ser 5 ou 50, não se resolveria nada. O que resolve é: como estudamos o lugar de fala?

As duas abordagens recentes de Ricardo e de Aída deveriam levar-nos a discutir a necessidade de termos algum órgão da sociedade civil que trabalhe com a mídia nos seus primórdios, no seu início, tentando descobrir quais são suas teses. O que eles defendem? Ninguém tem essa mídia impunemente ou está pagando alguma coisa. Ou há alguém pagando para que isso aconteça?

A sociedade civil deveria ter algum tipo de controle, que é o controle da informação que a mídia nos repassa.

Essa é uma primeira questão que eu considero estar dentro do caudal que o Sr. Ricardo Henriques e a Sra. Aída Monteiro nos trouxeram.

A segunda e última observação que eu queria fazer é sobre os cursos de jornalismo. O curso de Comunicação Social envolve jornalismo, relações públicas, assessoria de imprensa, tudo isso. Nos anos 1980, eu fiz Direito, e, nesse início do século 21, eu fiz Jornalismo. Eu estou escrevendo um livro: *Vinte Anos depois Voltando à Faculdade* — e achei que melhor seria eu realmente voltar à faculdade. Voltei e terminei o curso em 2004. E o meu sentimento é de que os cursos atuais não têm preocupação em formar um jornalista ético. Existe uma disciplina, que é optativa, chamada Ética I e Ética II, tudo em oito semestres apenas. Não existem profissionais que vão debater a mídia, nem os professores, de forma transversal, trabalham as questões éticas no cotidiano.

Eu recupero, então, o tema escolhido pela Sra. Aída Monteiro. Por exemplo, quando o Gugu entrevistou um “cara”, que seria um seqüestrador e, depois, descobriu-se que não era, isso passou ao largo na universidade. Esse fato nem foi discutido na escola.

Então, o meu sentimento é de que existe uma natureza metafórica da realidade física. Isso significa dizer que muito por trás e além dos signos existe o componente chamado humano. Então, eu queria recomendar, e talvez possa surgir deste painel, a proposta de criação de um órgão que fosse ligado ao MNDH, ligado a alguma comissão ou a alguma coordenadoria do MEC. Mas seria importante que a sociedade civil estivesse nele representada, para trabalhar a questão “o que faz a mídia” e “como é que ela faz”? O Comitê Central do movimento *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, de que eu já participo há alguns anos, é muito pequeno. Ele foi criado por causa de um escândalo ocorrido no *Programa do Ratinho*, em que o apresentador ultrapassou os limites. Era como se fosse normal não estar fora dos limites.

Então, eu acho, em primeiro lugar, que a crítica da mídia deveria ser mais trabalhada. Em segundo lugar, deve-se cuidar do lugar de fala. Quem são os donos da mídia neste País e o que eles falam? Porque nós temos a impressão, Sr. Ricardo Henriques, de estarmos enxugando gelo. O que eu sinto é que a mídia é um negócio tão avassalador, que me lembra um polvo gigantesco! As pessoas são bombardeadas de todos os lados. Nós ainda não paramos para pensar qual é efeito disso sobre nós e o que nós pensamos sobre isso. É o caso do outro lado. Como é que fica o outro lado?

Então eu acho que seria necessário pensar em um canal Futura dos direitos humanos. Educação e direitos humanos devem passar por esse Futura dos direitos humanos. E, quando eu digo canal Futura, refiro-me a um protótipo em que devem participar todas as pessoas, principalmente as que sofrem ou sofreram violação, porque já estamos meio cansados de ouvir quem não sofreu violação falar de quem sofreu violação. Seria necessário abrir um canal, criar uma tribuna livre, um Hyde Park, para que essas pessoas possam vir e dizer: “*Olha, fizeram isso comigo ontem. Eu exijo meus direitos*”.

Os números 0800 de receber denúncias devem estar todos aninhados dentro de um canal para que, se alguém ligar, tudo vai se resolver. Hoje em dia, o 0800 é uma colcha de retalhos. Existe de todos os lados, mas não se sabe nem para quem ligar. Na hora do sufoco, ninguém se lembra. Na hora do vamos ver, ninguém sabe que 0800 é esse. E será que alguém vai atender? Ou será que, se atenderem, vai ter uma mensagem do tipo das que têm a VARIG, a Vivo, a TIM etc.? As recepcionistas respondem de modo tão metálico que eu não sei se é uma pessoa falando comigo ou se é uma máquina. De vez em quando eu pergunto, e me surpreendo que não há resposta. Então eu descubro que é máquina porque máquina não responde.

O SR. MÁRCIO MARQUES ARAÚJO - A esta altura, resta-me comentar as contribuições aqui apresentadas, de altíssimo nível.

Poderia dividir em grupos as proposições feitas sobre o que fazer para que a mídia se transforme. Uma é influir para que a mídia absorva e rompa com aquele interdito limitado, ao qual o Sr. Henrique se referiu, o mais rapidamente. Para isso temos de pressioná-la, para isso temos que recorrer ao conceito da responsabilidade social e cobrar tanto da mídia como dos anunciantes, cobrar de todo o complexo que faz a mídia ser o que é. A mídia custa, em 30 segundos, no programa *Jornal Nacional*, 250 mil reais. Se não houver mais uma empresa que financie o programa *Jornal Nacional* ele não continuará existindo. Se houver uma pressão legítima e transparente apresentada num contexto público, de acordo com a proposta do Tom Araújo, a pessoa tem como...

O SR. WASHINGTON ARAÚJO - Eu sou chamado de acordo com a personalidade, às vezes de Tom outras vezes de Washington. Mas é a mesma pessoa! (*Risos.*)

O SR. MÁRCIO MARQUES ARAÚJO - Tudo bem. Então, esse é um caminho, o da pressão para que a mídia se transforme, para que haja novos espaços de discussão. Está aí o Conselho Nacional de Comunicação Social, que é ligado ao Senado Federal, que pouco tem feito. Houve enorme resistência da mídia na tentativa de impedir que esse Conselho funcionasse. Mas agora é necessário que todos os que produzem mídia alternativa e têm interesse em questionar o que anda acontecendo se, unam em um espaço como o Conselho, como sugeriu o Sr. Washington Araújo.

Outro campo de atividades é o da nova mídia que está surgindo. E vejam que ela tem pelo menos um poder potencial fantástico. Como exemplo, temos a história de um jornalista do interior do Iraque que recentemente escreveu sobre um massacre ocorrido em sua cidade e disseminou a matéria pela Internet. Uma análise feita sobre a divulgação concluiu que essas matérias foram mais lidas do que outras divulgadas pela *CNN*. Creiam os senhores: um jornalista do interior do Iraque. Isso pode realmente acontecer. E por quê? Hoje há uma imensa comunidade que se comunica por meio da Internet, a grande rede mundial, que é um espaço e um instrumento extremamente potencializador desse tipo de comunicação que questiona o *status quo* e tenta caminhos diferentes.

Há também uma nova militância em comunicação e em direitos humanos que, aliás, está expressa neste evento. Temos aqui um pequeno exército de estagiários, de jovens jornalistas que estão transmitindo em tempo real os acontecimentos deste encontro. Ou seja, hoje a mobilização é muito maior.

Em relação aos professores, já temos um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos que está produzindo políticas nessa área. Temos a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, aqui representada, que tem preocupações inovadoras, e que tem trabalhado nessas questões como nunca aconteceu antes.

Então, nós temos razões para ser otimistas, embora estejamos vendo cotidianamente muitos problemas serem apontados. Mas temos como juntar em um só espaço tudo o que está surgindo de novo.

Atualmente há uma série de novos instrumentos como os *blogs*, por exemplo. Novamente, devo citar o *blog* do Sr. Washington Araújo, recentemente lançado. Há a Associação das Rádios Comunitárias. Se todos esses grupos se reunissem seria bom, mas, infelizmente isso não está acontecendo. A partir deste evento que estamos realizando podemos aperfeiçoar essa organização, juntar mais parceiros. Acredito que estamos em um tempo de avanço em relação aos direitos humanos, utilizando a comunicação em outro patamar. Este encontro é uma oportunidade excepcional para fazer avançar a luta pelos direitos humanos, que é essencial.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Concedo a palavra à Sra. Virgínia. Em seguida, terá a palavra a Sra. Elisa, e, depois, aquele senhor que está lá atrás.

A SRA. VIRGÍNIA CANEDO - Boa-tarde. Trabalho no Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Desenvolvemos, desde 1998, com as Polícias Militares do Brasil, um programa de ensino dos direitos humanos. Desde 1998 até 2003, quando se encerrou a última turma, formamos 1.020 instrutores. Esse trabalho foi uma tentativa de suprir uma reconhecida carência entre os profissionais da área de segurança pública. As aulas, que eram meramente teóricas, foram substituídas por aulas práticas, levando-se em consideração a proteção e a preservação da pessoa humana.

Há algumas regras que temos que levar em consideração no caso dos encarregados da aplicação da lei, os policiais, definidas no Código de Conduta Ética Profissional para o Policial Militar e nos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo. No nosso trabalho usamos o manual *Para Servir e Proteger*, que tem 16 capítulos. A idéia é mostrar ao policial a forma prática de aplicar o conhecimento teórico sobre direitos humanos.

Encerramos o trabalho de formação de instrutores em 2003 e estamos trabalhando, ultimamente, com o ensino transversal, interdisciplinar de direitos humanos. Queremos mostrar aos instrutores dos Centros Policiais de Ensino

que direitos humanos não é matéria somente de cursos de Direitos Humanos, mas disciplina que pode ser ministrada em todos os currículos, principalmente de Direito, Técnica Policial, Defesa Pessoal, Abordagem, Manutenção da Ordem, Gerenciamento de Crise etc. Então, estamos desenvolvendo esse trabalho em 12 Estados; já fizemos 20 seminários, e, até o final deste ano, estaremos completando eventos nos 27 Estados.

O trabalho iniciou-se com as Polícias Militares justamente porque a Polícia, constitucionalmente, é a encarregada de manutenção da ordem. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha tem um mandado muito específico, e não podemos ir além do que ele determina. Este mandado é regido pelas quatro Convenções de Genebra, pelos protocolos adicionais e pelos Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Isso limita o nosso trabalho.

A partir do ano passado, por solicitação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, começamos a trabalhar também com as Polícias Civas, especificamente do ensino transversal, interdisciplinar de direitos humanos. O treinamento, em si, de formação de instrutores foi feito somente com as Polícias Militares. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha não costuma divulgar esse tipo de trabalho. O de que mais temos notícia é aquele feito internacionalmente nas áreas de conflito. Mas o trabalho com direitos humanos tem resultados positivos. Há algumas polícias que foram à frente, com a formação dos primeiros instrutores. Elas criaram cursos específicos na própria Polícia, estão desenvolvendo trabalhos de formação e difusão dos direitos humanos em conjunto com a Polícia Civil e, algumas vezes, com as Guardas Municipais.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Quero informar que o seu tempo já está esgotado.

A SRA. VIRGÍNIA CANEDO - Só mais um instante.

Com relação à imprensa, principalmente porque estamos percorrendo todos os Estados, que é lamentável o desserviço que fazem em relação ao trabalho do policial, como em alguns programas na mídia, como o do Ratinho, que aqui já foi mencionado.

Vou deixar com a Comissão material que trouxemos sobre o trabalho que estamos fazendo com as polícias, a disposição de quem tiver interesse. Obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Só temos mais 10 minutos para ouvir a Sra. Elisa e os senhores que aguardam oportunidade para falar. Peço aos participantes que façam suas intervenções dentro do tempo estipulado.

A SRA. MARIA ELISA BRANDT - Boa-tarde a todas e a todos.

Vou ser breve. Vou tentar falar a partir do que o Márcio, o Washington e a Virgínia disseram.

Há grande demanda dos colegas a respeito de formação de profissionais e do conteúdo da educação de direitos humanos por toda a sociedade. Eu, por exemplo, desconhecia esse tipo de formação realizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha. E, como o Márcio, sugiro também que o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, se puder, articule esses atores interessados nessa temática para formar um grupo de discussão, pensando nos processos específicos de formação em direitos humanos. É importante lembrar que a educação em direitos humanos tem metodologia específica que se pode apoiar nas tecnologias de educação popular, nas ferramentas de comunicação. No entanto, os profissionais de comunicação não têm sido envolvidos na discussão dessa metodologia. Há documentos internacionais que em parte orientam a discussão sobre educação em direitos humanos e as metodologias adequadas. Existe um material elaborado pela UNESCO que está aplicado em cinco países, como projeto piloto.

O que é a formação em direitos humanos? Essa formação tem de ter um lado de sensibilização e de elaboração em metodologias como psicodrama, para que o curso não seja apenas teórico e aja no sentido de transformar o indivíduo ao longo de um processo de formação mais consistente. A minha sugestão é no sentido de que os grupos interessados em discutir essa temática se reúnam com o Comitê Nacional. Obrigada.

O SR. PEDRO JARBAS - Boa-tarde a todos. Meu nome é Pedro Jarbas; sou advogado e represento a OAB do Maranhão. Gostaria de fazer um comentário sobre a fala do Prof. Washington. Ele disse que existe uma distância entre a intenção e o gesto. Eu vou mais além; entendo que existe um reino abissal. É, por exemplo, extremamente difícil trabalhar com direitos humanos, em especial no meu Estado, Maranhão, que tem os mais baixos indicadores sociais do País.

Eu gostaria de fazer uma ponderação no tocante aos Municípios. Entendo que toda essa conscientização deve começar no Município. Vou rapidamente falar sobre um quadro: dos 10 piores Municípios do Brasil, todos os 10 estão situados no Maranhão; dos 100 piores Municípios do Brasil, 83 são do Maranhão. Estou falando do Maranhão porque, infelizmente, ele é exportador de mão-de-obra escrava, de mão-de-obra desqualificada que vem, por exemplo, para Brasília e para os grandes centros.

Então pergunto aos senhores se não haveria uma maneira de o Ministério da Educação, através até do FUNDEF, ou de algum outro programa, estimular os Prefeitos e os Secretários de Educação para que premiassem os Municípios que criassem programas de educação em direitos humanos. Dessa forma estaria fortalecendo a cidadania, com reflexos até na política. A realidade nossa é muito dura, e sempre esquecemos os Municípios, que sempre passam ao largo. E, no meu entendimento, tudo começa no Município.

Outra coisa que gostaria de comentar a respeito da mídia, que chega a muitos lugares. Ocorre que em muitos desses lugares há somente uma escola de formação básica, quando há. Mas a mídia chega lá. Aí ressalto a importância da comunicação na educação em direitos humanos. Esta é a minha ponderação.

Outro detalhe. Muitas vezes somos discriminados pela própria sociedade constituída, que diz que somos defensores incondicionais de presos, como se os direitos humanos só servissem para defender presos. Não é nada disso. Lutamos pelo fortalecimento da cidadania. Seria importante divulgar isso.

Eram essas as observações que eu queria fazer.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Obrigada.

Com a palavra o próximo participante.

O SR. LUIZ LINHARES - Boa-tarde a todos. Sou Luiz Linhares, jornalista. Trabalho na Editoria de Meio Ambiente do *Jornal do Brasil*.

Minha pergunta está mais fundamentada no fórum de igualdades raciais do que no fórum de direitos humanos, mas ela não foge ao debate dos direitos humanos, muito menos ao debate dos direitos constitucionais.

Estive observando há poucos dias as três maiores emissoras de televisão durante o horário nobre, que vai das 17h até as 22h. Pude comprovar a inexistência, a total ausência de comerciais com atores negros.

Vou pegar uma carona no que disseram o Ricardo e a Aída, para perguntar à Mesa o que é que nós podemos fazer para mudar esse quadro. O CONAR, que é o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, é conivente com o atual modelo? O que podemos fazer para garantir os direitos constitucionais dessa parte da sociedade brasileira que vê seus direitos ofuscados?

Quanto ao que disse o Washington sobre o triste e lamentável episódio de falta de ética do apresentador Gugu, eu gostaria de acrescentar um exemplo ainda pior, que acabou com a vida de pessoas. Refiro-me ao caso da Escola Base, em São Paulo.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Obrigada.

Concedo a palavra à Profa. Margarida, última inscrita.

A SRA. MARGARIDA GENEVOIS - Serei breve, Sra. Coordenadora.

Fiquei encantada com tudo o que ouvi aqui. Há tanta coisa para comentar, mas, infelizmente, nos falta tempo.

Como vocês sabem, sou uma militante arcaica dos direitos humanos. Depois destas batalhas todas em que me meti, sempre com muito empenho, cheguei à conclusão de que o trabalho mais importante que eu tinha a fazer era educar para os direitos humanos. Não adiantam boas leis, bons governos, se a sociedade não tem espírito de cidadania, não colabora. Podemos até ter uma boa Constituição, mas no Brasil as pessoas não a conhecem, jamais a lêem, não sabem do que ela trata, não sabem quais são seus direitos. Grande parte não sabe nem mesmo que é gente.

A educação em direitos humanos é que vai ensinar a dignidade, vai mostrar que todos têm direitos iguais. Isso é revolucionário, porque uma pessoa que toma consciência do seu valor e dos seus direitos pode partir para a ação, pode mudar a sociedade.

Mas tudo isso é teoria. Já discutimos bastante o histórico dos direitos humanos, as várias declarações etc. Essa fase já passou. Estamos agora na etapa da ação, que é a mais difícil.

Temos de viver os direitos humanos em cada minuto do nosso dia. Digo sempre que se trata de uma espécie de estado de espírito, de uma predisposição de aceitar o outro, de lutar pela justiça etc.

O Prof. Alfredo Bosi sempre insiste em suas palestras que o primeiro passo para aprender direitos humanos é a sensibilização. Os direitos humanos entram pelo coração e pela mente. Só com o raciocínio não conseguimos ser bons militantes de direitos humanos. É preciso trabalhar com amor, compreensão e tolerância. Estão um pouco fora de moda esses sentimentos, mas ainda acreditamos neles.

Outro ponto. Nós vemos na televisão, na rua, por toda parte, a sabedoria das propagandas. Por que não usamos a propaganda nos meios de comunicação para insinuar os direitos humanos?

Temos de trabalhar nesse sentido.

O Perez Aguirre, grande educador uruguaio, um dos nossos formadores, dizia que se pode ensinar a arte da cozinha, a Matemática, a Geografia e a História com conteúdos de direitos humanos. Todos os assuntos nos permitem

falar em direitos humanos. Deveríamos, quem sabe, até pedir o auxílio de algum especialista em comunicação. Usemos os meios modernos para transmitir aquilo em que acreditamos. Estamos experimentando, mas só boa vontade não resolve. Hoje em dia há técnica para tudo. Quem sabe não devemos procurar uma técnica de educação em direitos humanos.

Acho formidável a idéia do Washington de criarmos essa ONG — tenha o nome que tiver. Isso é imprescindível. Temos de unir esforços. Sozinhos não fazemos nada.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Antes de passar a palavra aos membros da Mesa, quero lembrar a todos que, assim que for encerrada esta sessão, nós nos reuniremos nos grupos de trabalho para discutir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Gostaria de saber onde se reunirá o grupo de trabalho que discutirá a questão da comunicação. (*Pausa.*) Muito bem. No plenário nº 10, logo aqui em frente.

Vamos agora discutir a construção do plano. Logo mais abriremos a palavra para o debate.

Para encerrar este painel, tem a palavra o Washington Araújo.

O SR. WASHINGTON ARAÚJO - Se observarmos bem, direitos humanos talvez seja uma das grandes matérias em que tudo está interrelacionado. Tudo o que é humano interessa aos direitos humanos. Não podemos vê-los como algo estanque, separado, em partes. Toda uma transdisciplinaridade permeia essa coisa chamada direitos humanos.

Alguém falou sobre o caso da Escola Base. A cada dia cresce o sentimento de repúdio pelo que a mídia fez quando massacrou tantas reputações. Semana passada houve mais ganhos de causas na Justiça. As vítimas conseguiram recuperar seus direitos, é verdade, mas de uma coisa eles não conseguirão se recuperar tão cedo: do trauma, da mágoa, do ressentimento, da hipocrisia da mídia.

Há algum tempo eu estive com a Juíza Eliana Calmon, do STJ, participando de um debate sobre direitos da mulher. Pode-se reparar os direitos de uma mulher que foi espancada, mas nunca se consegue apagar as marcas que ela leva na alma. Eu fui o único homem convidado para falar naquele 17º Encontro Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica.

A mídia faz coisas que, depois, por mais que tente, não consegue desfazer. Uma delas é acabar com a reputação de pessoas inocentes. Realmente, não há como reverter isso.

Estou bastante feliz por perceber que minha proposta está recebendo guarida. Várias pessoas já se manifestaram favoravelmente a que um dos vários

tópicos a serem colhidos deste Encontro Nacional de Direitos Humanos seja: quando a mídia invade a privacidade de uma pessoa, viola o seu direito, qual o caminho a seguir, como reaver o direito violado?

Outra questão abordada foi a participação do negro na mídia. Sou daquele tipo que acha que não é só a doença que contagia; a saúde também contagia. De certa forma, o Brasil tem mudado muito nos últimos 3 ou 4 anos. Em *outdoors*, em revistas, nas propagandas — pelo menos na oficial —, temos visto sempre crianças negras junto com loiras e morenas. Mas eu concordo com o colega do JB. Ainda é muito tímida essa mudança, muito incipiente, e essa onda tem de vir para ficar.

Nós deveríamos melhor nos posicionar a esse respeito.

Nessas propagandas do Brasil para Todos, se observarem bem, naquilo que se vê pela Internet, há muito senso de justiça em relação à população afro-descendente. É algo positivo, mas ainda é muito pouco. O colega do JB destacou a mídia particular, privada. Não sei se os senhores observam, mas, às vezes, em encontros como o nosso decidimos uma série de coisas, mas as empresas levam mais uns 10 anos para colocarem essas coisas em prática. Lembrome de que, em 1977, eu já falava da inclusão do negro na publicidade oficial, mas só há 2 anos comecei a ver o resultado disso. Debatíamos esse assunto em salas como estas, e, de repente, começamos a perceber isso. Mesmo assim, ainda estamos muito longe daquele segundo contexto.

Relativamente à terceira alocação, sobre a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho — a primeira cristã e a segunda islâmica —, o meu sentimento, às vezes, querida Margarida, é de profunda solidão quanto aos direitos humanos do Brasil. Sinto uma solidão, uma falta de gente... Como dizia uma amiga minha, psicóloga, temos carência. É como se todos nós estivéssemos fazendo o que temos de fazer. Como disse Rainer Maria Rilke: “*Só saberá que é não um escritor quem conseguir viver sem escrever*”.

Penso que os militantes dos direitos humanos só saberão que são militantes se conseguirem se indignar com qualquer tipo de violação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É essa força de indignação que move pensamentos e idéias. Então, o meu sentimento é de que devemos nos aglutinar novamente.

Saúdo a querida Herilda Balduino, baluarte da luta pelos direitos humanos no País nos últimos 40, 50 anos, membro do nosso comitê.

A questão da mídia deve ser observada de acordo com os seguintes enfoques: como desenvolver o senso crítico; sob o enfoque do Alfredo Bosi, levanta-

do pela Margarida Genevois, a questão da sensibilização pelo coração; e, finalmente, como faremos parcerias entre a sociedade civil e os Governos Municipal, Estadual e Federal, nas questões da ética e cidadania e da diversidade?

Não sei se os senhores observaram, mas hoje em dia já não se trata tanto de enxugar gelo. Direitos humanos já passaram a ser uma prática comum, mais corriqueira. Ainda está muito longe, mas, como disse o Dr. Ricardo Henriques, mostra a realidade. Na verdade, o Ricardo Henriques não está passando por um conflito de dupla personalidade. Na condição de militante dos direitos humanos e de quem trabalha no MEC nessa área, está tudo amalgamado, as duas coisas significam a mesma vocalização. Há tempo para tudo. O tempo, agora, é de unir esforços pela defesa dos direitos humanos.

Fiquei muito feliz com a sua fala, não tanto pelo conteúdo — que eu já conhecia de outros carnavais, e sempre o aprovei e incentivei, porque gosto sempre que me dão subsídios para pensar —, mas principalmente pela sua atitude. Eu não sei quando termina o militante de direitos humanos, Ricardo Henriques, e quando começa o representante do MEC. Para mim, essa dicotomia acabou. Com a sua fala de hoje, as duas coisas estão em uma só. Isso é ótimo!

A SRA. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Eu gostaria de fazer um comentário sobre o que disse nossa amiga Margarida. Discordo dela quando diz que é uma militante conservadora, na perspectiva tradicional. Eu diria que é uma militante histórica, comprometida. Feliz de nós se conseguirmos florir este Brasil com as Margaridas que temos! (*Palmas*). Se tivermos Margaridas assim por este Brasil afora, com certeza nosso País será diferente.

De certa maneira, foram trazidas várias sugestões — como as do meu amigo Washington —, e não vou repeti-las. Mas alguns pontos precisam ser destacados. A colega Maria Elisa Brandt se referiu à necessidade de articulação não somente neste espaço, mas também no trabalho, nos nossos espaços de atuação. De que forma podemos pensar nessas articulações internas?

Através do micro é que vamos atingir o macro, para, justamente, forjarmos essa nova sensibilização, essa motivação, e aprendermos o conteúdo.

Como o Ricardo Henriques disse, nós estamos sendo alfabetizados nessa área, porque, historicamente, esse conteúdo nunca foi prioridade nos nossos currículos escolares. Em matéria de Brasil, há coisas muito interessantes, mas ainda muito pontuais, diante de tudo o que há por fazer.

Parece-me que o trabalho junto aos Municípios é mais do que urgente, porque é a célula mais próxima da sociedade. Deixo um desafio para os colegas do MEC — também é um desafio nosso, do Comitê —, para que façam urgente-

mente um encontro com os colegas das Secretarias de Educação. Inicialmente, dever-se-ia reunir os gestores. Se eles não estiverem envolvidos, será difícil permeanar a capilaridade dos sistemas de ensino. Trabalharíamos com os gestores no âmbito dos Municípios e dos Estados para alcançarmos os conteúdos.

Nos encontros estaduais — dissemos *en passant*, mas deve ser o 12º ou 15º Estado que percorremos no País, de junho a agosto, discutindo o plano — eu me surpreendi com a presença de poucos Secretários de Estado. Em alguns Municípios eles estavam mais presentes. Mas, na maioria das vezes, quando participavam, era na condição de convidados; chegavam para fazer parte da Mesa e depois simplesmente iam embora. Penso que o MEC tem papel articulador, aglutinador. Ainda temos essa cultura de que, quando vem de um órgão gestor, parece que é mais verdade do que quando vem por outros caminhos, por outros campos.

Proponho a realização de uma reunião, de um encontro em que pudéssemos discutir o tema.

O colega que me antecedeu perguntou o que podemos fazer quando o próprio Conselho viola a questão dos direitos humanos. Parece-me que é exatamente na organização da sociedade que vamos arranjar força, fazer pressão e nos indignar. A indignação, para o militante de direitos humanos, tem de ser permanente. Não dá para conviver com tudo isso que estamos vivendo, desde o macro até o micro, e acharmos que tudo está tudo bem. Que possamos, neste GT, discutir não somente essas concepções, ou seja, qual o conceito de educação e mídia que queremos, mas também que ações podemos empreender quanto às políticas públicas.

Quando me refiro à política pública, não é somente em termos oficiais, mas em termos de organização de trabalho, algo mais amplo para que possamos avançar na construção de uma sociedade democrática.

A última observação que faço é em relação ao disse o Prof. Putmann, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Ele disse que uma das maiores responsáveis pela involução moral chama-se televisão. As pesquisas estão mostrando isso. Eu diria que não é só a televisão, mas também todos os meios de comunicação aqui citados. Com o que esses meios de comunicação podem contribuir positivamente? Temos de trabalhar na perspectiva da positividade.

Era isso que eu gostaria de trazer à reflexão, na expectativa de continuidade do nosso trabalho. Muito obrigada a todos vocês.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO HENRIQUES - Diante de uma hipótese conservadora sobre a reprodução, temos 46. Então, se nós conseguirmos confirmar e traduzir essa conversa toda em algumas ações, elas serão sinalizadas aqui.

A pergunta do Pedro Jarbas é a seguinte: “*Se algum dia conseguirmos chegar lá, o MEC terá cada vez mais de ser um órgão normativo, regulador e gerador de incentivos*”.

Ele está muito longe disso. Então, temos tentado estimular e incentivar alguns desenhos; por exemplo, estímulo aos Municípios que assegurem continuidade entre alfabetização e educação de jovens e adultos dá para fazer e temos feito.

Falou-se em FUNDEF. Estamos passando para o FUNDEB, que é educação básica. Se for aprovada a PEC e se, além do valor significativamente maior, ela tiver *per capita*s diferenciadas em função de público alvo, vai nessa direção.

Ainda estamos muito distantes de obter incentivos que passem por conteúdos, incentivos na linha de prêmios. Evoluímos na direção de aumentar incentivos que são indiretos, via formação de professores, premiação de práticas e procedimentos que consigam melhorar a *performance* de professores a partir de critérios a e b.

Então, a sugestão me remete para o Ministério. Podemos avançar nisso: como conteúdos de direitos humanos podem ser incentivados a partir de Municípios? Acho que devemos chegar a esse processo, que coincide com aquilo que afirmei antes. E ao chegar agora nas propostas, tem a ver como se faz.

Alguém fez uma pergunta sobre isto: é preciso entrar pelos gestores. Não basta entrar só pela agenda de formação de professores; tem de entrar pelos gestores.

Fizemos uma experiência na educação indígena e rural, e as duas foram singulares. O tema foi pauta da reunião ordinária do CONSED. Nunca se juntou tantos Secretários Estaduais de Educação para discutir educação indígena, e conseguimos fazer isso.

Então, com os Secretários, a UNDIME e o CONSED pudemos abrir a pauta e fazer uma sessão voltada para educação e direitos humanos. E posso me comprometer a construir isso.

Parece-me que foram abordadas pelo menos quatro questões muito concretas, inclusive a que eu me comprometi a tentar obter com os gestores. Reforço que a Nazaré está falando do GT. Seria muito bom que o GT pegasse, porque há também essa coisa do gás; estão todos aquecidos.

Então, seria importante comentar a sessão de mídia do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O que o Washington falou desse órgão merece ser decantado para formatar a experiência acerca dessa indignação...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO HENRIQUES - Sim, a respeito do programa *Diga não à Baixaria*. Quer dizer, a experiência da baixaria pode ajudar, mas você está propondo uma coisa mais radical: uma institucionalidade nova para isso. Seria muito importante discutir isso aqui, porque é mais amplo e obviamente vai compor também a questão da baixaria na mídia. Mas vai ser uma parte. Seria muito interessante a gente caminhar nesse rumo.

Por fim, a proposta da Maria Elisa seria a chave, pois despertou com a experiência das várias gradações de vermelho da Cruz Vermelha. E aí, Nazaré, você poderia organizar isso, porque tem a ver com a questão do Oto. Estamos pensando em formação de profissionais, educadores, profissionais da Polícia Militar, comunicadores. Se conseguíssemos criar imediatamente uma troca de *e-mails* para fazer isso... E o comitê deveria trazer para si a responsabilidade, mapear quais são as tecnologias que temos de informação, trazer a Cruz Vermelha, o pessoal do Oto, para ver como se está fazendo, trazer as várias experiências, e daí criarmos um glossário dessas experiências. Isso pode ser muito útil, porque uma das coisas que temos na invisibilidade que está sendo levantada não é só a do olhar; há desconhecimento do que é feito, e já bem feito. Tem a ver com a solidão. Mas há muitos pontos solitários.

Talvez o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos possa criar algum campo, para, pelo menos existencialmente, reduzimos nossas solidões — nossa solidão vai ficando um pouco menor. O que se pode produzir aí tem a ver com o que a Maria Elisa lembrou: a questão da UNESCO, algo já testado, que já funcionou, etc. e tal. Sabemos que há limite aqui e lá, mas talvez pudéssemos pegar esse receituário, esse leque de experiências e nos comprometer a recirculá-los. Dizer assim: “*Olha, o Oto tem um problema*”. Se não puder resolver o problema do Oto, vai se dizer assim: *Olha, Fulano, Beltrano e Sicrano fizeram melhor assim. Aqui tem essa experiência bem feita.*” É ir nessa linha, sobre o que o Comitê pode trazer para si. O que o comitê do MEC pode fazer é mapear as boas práticas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO HENRIQUES - É isso: certificar e acervar. E aí, na verdade, como já fizemos toda uma discussão do acervo... Tem até todo um arquivo da Profa. Margarida que a Comunidade Bahá'í estava levantando, que

o MEC estava financiando. Mas, além da literatura, seria importante esse acervo das práticas da formação dos vários profissionais. Então, o que as pessoas tiverem, se o colega da comunicação tiver, que o diga: “*Olha, já fizemos isso, não sei onde, e tal*”.

Enfim, se pudermos mapear tudo isso seria muito importante.

A SRA. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Ricardo, deixe-me só acrescentar que esse levantamento também está trazendo as práticas de educação em direitos humanos do Brasil inteiro. Então, quem quiser contribuir, por favor, o faça.

O SR. RICARDO HENRIQUES - E acho que você, Aída, poderia coordenar isso. Trata-se de comitê. Você é a chefe; então, por isso, deve coordenar.

Mas essa quarta parte, talvez de tudo que estamos falando, tem resultado imediato. Se tivermos esse acervo de boas práticas, e não só dos bons textos, acho que poderemos ir nessa direção, na busca desse equilíbrio difícil a que a Profa. Margarida estava se referindo. Como guardarmos conosco isso tudo, e continuarmos indignados, de mau humor? Assim as coisas não andam. Se não ficarmos muito revoltados, esse negócio não vai andar.

Era só isso. Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Maria de Nazareth Tavares Zenaide) - Vamos encerrar este painel, lembrando a todos que vamos ter um grupo de trabalho em que vamos discutir o Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos com relação à mídia. Convido a todos para que continuem participando do grupo de trabalho.

Eu não gostaria de encerrar esta Mesa sem antes falar sobre algumas questões muito bem levantadas, principalmente no que se refere ao fato de que a educação em direitos humanos passa pela prática, pela sensibilidade, pelo envolvimento, pela vivência prática.

Na condição de professora universitária do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, acompanhei várias experiências no processo de formação do pessoal da área de comunicação. É importante destacar para vermos com vocês o que existe. Há muitas coisas que precisam ser “lincadas”.

Há vários jovens fazendo pesquisa sobre cultura, subjetividade, representações sociais. Eles repassam toda uma reflexão a respeito. Há jovens da área de comunicação social fazendo todo um trabalho de memória histórica das lutas dos povos indígenas, dos movimentos sociais. Sabemos que grande acervo de memória das lutas sociais nas universidades públicas são de alunos

da área de comunicação social. Seria importante resgatarmos essas grandes contribuições.

Há jovens discutindo sobre identidades de grupos vulneráveis, de grupos de comunidades, vamos dizer assim, de beira de praias, quilombos, indígenas, ribeirinhos. Essas questões são importantes.

Temos jovens estudantes de comunicação social também contribuindo com ONGs e movimentos sociais com vistas à construção de jornais comunitários. Acompanhamos várias experiências dessas. Há também jovens no exercício da formação profissional contribuindo com programas de mídia para trabalhar o ECA de forma lúdica, nas comunidades, por intermédio da experiência das rádios comunitárias. Temos jovens fazendo trabalho de assessoria junto a algumas ONGs e, é importante destacar, recebendo prêmios importantíssimos

Há experiências que mostram que a formação, quando envolve pesquisa, ensino e extensão, tudo isso articulado, como vocês disseram muito bem, com a vivência e a prática, quando o jovem se envolve, vive o problema, é de excelente resultado. Porque ele resgata a memória como um trabalho político, de capacitação e da própria formação dele. É assim que entendemos a educação em direitos humanos.

Antes de encerrar, além de agradecer a todos, quero lembrar que em todos os Estados o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, juntamente com a Secretaria e o MEC, vem realizando encontros de educação em direitos humanos. Como são cinco áreas do Plano, estamos sempre envolvendo a mídia. Isso é importante porque nos encontros que já realizamos estamos vendo a fragilidade desses atores, a pouca participação do setor mídia. Temos que investir mais nessa aproximação.

Estamos desenvolvendo esse trabalho na área de segurança e justiça, nas academias de polícia, nas academias de Ministério Público e nas escolas de magistratura. No tocante ao ensino superior, trabalhamos nas universidades públicas e privadas, e nas universidades comunitárias também. Estamos, na parte do ensino básico, envolvendo escritórios da UNDIME, Secretários de Estado, sindicatos de professores, a rede pública etc. Na parte da sociedade civil, ONGs e movimentos sociais que lidam com a questão dos direitos humanos.

Quando falamos que é importante continuar o processo de articulação nos encontros estaduais é porque estamos criando os comitês estaduais de educação em direitos humanos. É fundamental nossa participação ativa nesse coletivo estadual para darmos continuidade a todo esse trabalho.

Há também o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que desde os anos 1970 vem lutando por essa causa e que tem grandes dificuldades de criar comitês estaduais. É outro meio de fortalecermos esse fórum, que envolve muitas associações e entidades, e que vem de toda uma luta histórica no Brasil.

Temos também de fortalecer a campanha contra a baixaria, sim; trata-se de uma das práticas importantes que temos destacado e que precisamos estar reforçando. E eu gostaria de ver se há possibilidade de maior mobilização. O fórum de entidades está articulando esse encontro. Ressaltamos também a importância de que esse tema sempre permaneça na discussão das conferências de direitos humanos.

Vamos passar para a Sala nº 10, para darmos início ao grupo de trabalho em que vamos discutir o Plano. Solicito que cada participante pegue os documentos que foram reproduzidos, porque é justamente o que vamos discutir agora no GT.

Muito obrigada. Agradecemos aos componentes da Mesa a qualidade das intervenções, assim como agradecemos aos demais participantes. (*Palmas.*)

Painel 3

Gênero, raça e etnia na comunicação

17/08/2005, às 14 horas

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Boa-tarde a todos.

Meu nome é Ana Guerra, sou Deputada Federal, suplente na Comissão de Direitos Humanos e fui convidada para coordenar este painel.

Feita a minha apresentação, declaro abertos os trabalhos do presente painel *Gênero, Raça e Etnia na Comunicação*.

Convido para compor a Mesa os expositores Nilza Iraci, do Geledés — Instituto da Mulher Negra, e Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia, e os debatedores Camilla Valadares, do CFEMEA, e Iradj Roberto Eghrari, Comunidade Baha'i. (*Palmas.*)

A mídia parece desconhecer que a variável raça promove desigualdades entre brancos e negros, mas é necessário dizer que a mídia não está só no que se refere a essa miopia. Estudiosos e estudiosas também não olham esse aspecto com a devida nitidez. A mídia sabe cobrir o poder, sobretudo no plano político.

Cobre Brasília, partidos políticos e reduzida parcela institucional da sociedade. Mas, quando está na pauta debate sobre educação e saúde, poucos na redação pensam em procurar lideranças comunitárias para que exponham propostas inovadoras desenvolvidas País afora. Isso significa que o mapa da sociedade civil não está na redação. E, quanto a esse ponto, é preciso acrescentar que o mapa com os recortes de gênero e raça também não está nos veículos de comunicação.

Iniciando o Painel *Gênero, Raça e Etnia na Comunicação*, concedo a palavra a Sra. Jacira Melo.

A SRA. JACIRA MELO - Boa-tarde.

Começo falando sobre gênero — e vou me restringir à questão racial, porque me parece ser ela muito urgente em relação aos meios de comunicação.

De forma genérica, poderíamos pensar que hoje o protagonismo da mulher não está inteiramente refletido na mídia. O protagonismo feminino é muito maior do que o retratado. Hoje a participação da mulher na sociedade brasileira é muito mais ampla e tem muito mais impacto do que é retratado na mídia. Os meios de comunicação de massa têm mostrado enorme dificuldade para entender como ator legítimo tudo o que escapa ao tradicional. Tudo o que escapa ao poder político tradicional tem uma enorme dificuldade de entendimento da mídia.

E, quando falo de poder político tradicional, refiro-me ao Legislativo, ao Judiciário e ao Executivo. O máximo que a mídia consegue fazer é ir ao encontro dos partidos e dos sindicatos. Dessa forma, não consegue o real mapa da sociedade civil brasileira. E, se a mídia tem essa dificuldade com os atores da sociedade civil, a dificuldade é maior quando esse ator é do sexo feminino, e ainda maior, se é negra.

Então, no cotidiano, quando aparece como protagonista de acontecimentos importantes uma mulher é porque aquela é a única ou a primeira mulher a fazer algo. Essa é a perspectiva da mídia. E um aspecto que gosto de apresentar para entendermos essa perspectiva de gênero e raça na mídia é o seguinte: se contarmos as fotos de homens e mulheres publicadas nos jornais diariamente, vamos ver o quanto fica claro o desequilíbrio de gênero, o quanto é menor o número de fotos de mulheres, o número de fontes mulheres, o número de mulheres assinando artigos. Agora, vamos dizer claramente: há menor número de mulheres em relação aos homens? Há menor número de mulheres negras em relação às brancas e um menor número de homens negros em relação aos brancos? Quer dizer, há essa gradação o tempo todo.

Em se tratando da mídia informativa, temos essa disparidade, principalmente nas fontes. Então, quando procuramos a fonte de informação de uma matéria importante vemos que ela é sempre masculina.

Nos últimos 2 anos, quando se discute na mídia, seja na imprensa, seja na televisão, seja no rádio, a questão de cotas na universidade para a população afro-descendente, as fontes, no geral, são masculinas e brancas. Não há contraponto. Não se vai buscar também um professor ou uma professora universitária afro-descendente. É comum vermos essa discussão ser feita apenas por pessoas de pele branca. E esse equilíbrio deveria ser preocupação da mídia.

É possível dizer que a mídia está muito atrasada em relação à agenda da sociedade, que, entre outras, inclui as questões relacionadas aos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais e ao meio ambiente. A mídia sempre vai atrás dos acontecimentos, mas está atrasada em relação aos acontecimentos justamente pela razão que expus para os senhores.

No que concerne à desigualdade racial, vou comentar o sistema de comunicação brasileira quanto à supremacia branca. Sinto-me muito à vontade para dizer isso, porque estudo o tema e sei que vale a pena pensar sobre a situação atual do Brasil. Trouxe alguns exemplos que vão mostrar o quanto a mídia brasileira tem uma supremacia branca.

O debate sobre a questão racial na mídia é quase que exclusivo dos movimentos negros. Os movimentos negros é que trazem esse debate, pois não há outros movimentos sociais preocupados em debater a questão racial. Há uma ou outra pessoa, aqui ou acolá, mas, em termos de movimento, não se vê essa preocupação. Estou falando de todos, seja o movimento feminista, seja o movimento ecológico, seja o de direitos humanos etc. e tal. Quem traz o tema desigualdade racial e mídia são os movimentos negros. Isso é muito importante, porque vivemos num País racista, e o racismo é uma preocupação que deve ser da sociedade.

Fizemos, no processo da Conferência Nacional Contra o Racismo, em 2001, enorme esforço para pautar o evento na mídia. É preciso reconhecer que o mito da democracia racial não tem mais sustentação na mídia brasileira ou, pelo menos, perdeu a sustentação que tinha há uma década. E precisamos ver isso como avanço, porque não só especialistas, teóricos, professores universitários, pesquisadores e pesquisadoras, mas até articulistas da própria mídia confrontam e derrubam essa idéia de que o Brasil é uma democracia racial. Então, isso é um fator positivo.

Outro fator positivo que vemos em relação à questão racial é relativo ao fato de que tanto institutos da área governamental, quanto das principais universidades do País têm incentivado e gerado pesquisas. Os números e as pesquisas têm conseguido alcançar as principais manchetes dos jornais e dos programas televisivos.

Quando vemos uma pesquisa — do IBGE, do IPEA, de universidades como a UnB ou de outras instituições importantes no Brasil — sempre vemos o resultado dessa pesquisa como uma notícia relevante nos grandes telejornais, nos principais jornais, o que representa um avanço para o Brasil.

Essas estatísticas têm conquistado as primeiras páginas dos jornais. Mas, mesmo de posse de todos esses números, que, de forma contundente, demonstram como a questão racial é séria, urgente e abrangente no nosso País, podemos dizer que o reconhecimento do racismo, no Brasil, ainda é estatístico, é virtual. Por que estatístico e virtual? Porque não temos correspondente ao lado da constatação desse problema, não temos propostas e ações para o enfrentamento das desigualdades da sociedade civil propostas pelos movimentos sociais ou pela mídia. E as ações governamentais, mesmo as do Governo Lula, são tímidas e localizadas — e isso é o mínimo que nós podemos dizer.

O racismo se expressa em várias dimensões da vida social brasileira: no mercado de trabalho, na área de saúde, na educação e também e principalmente na mídia e por seu intermédio. O Brasil sempre teve como ideologia afirmar-se como um país branco. E a mídia televisiva expressa, como nenhum outro mecanismo, esse projeto de nação.

A ação afirmativa, por exemplo, da Rede Globo, emissora de maior audiência no País, continua firme e forte. Qual é a ação afirmativa da Rede Globo? Em cada telenovela, ao longo dos últimos anos, há um núcleo de atores negros. São, no máximo, entre seis ou dez atores negros, num elenco formado por mais de 100 personagens.

Se pensarmos que a população negra no Brasil é de 44%, esses seis ou dez atores, num universo de 100, representam nada. Estamos falando de algo muito aquém da nossa realidade.

Vindo para cá, eu me fiz a seguinte pergunta: quem tem medo de ver o negro na televisão brasileira? Por que todo esse trabalho enorme que nós temos visto? Quem tem medo de ver o negro na televisão brasileira, com criatividade, com dignidade, com perfis diversos, com pluralidade? Nós temos, no geral, um personagem que nunca faz falta à trama: as empregadas domésticas, sempre mulheres negras. A propósito, valeria a pena fazer um estudo sobre o modo

como se relacionam os personagens na novela com os empregados. Ninguém pede por favor, ninguém diz “muito obrigado”. E a televisão é uma forma de educação da população. Isso é algo que valeria a pena ser estudado.

Para que os senhores entendam o que eu estou dizendo, ressalto o fato de que se olharmos as relações entre homens e mulheres, como feminista, com toda a certeza, concluiremos que há 30 anos a telenovela brasileira nos tem dado inestimável ajuda. Não há uma novela, nos últimos 30 anos, que não tenha questionado a relação entre os sexos, a relação entre homens e mulheres. Isso tem sido muito positivo para nós. Existem problemas? Sim, alguns. Mas, no geral, trata-se de uma ação positiva, que contribui para a construção civilizatória brasileira.

Coisa igual não é possível afirmar quando nos voltamos para o universo dos negros. As questões raciais, os conflitos entre negros e não-negros não aparecem na telenovela. As tensões que há na relação entre negros e não-negros não está na nossa dramaturgia, na nossa telenovela.

Por que a telenovela? Porque ela é o produto televisivo mais assistido no País; porque, por dia, atinge mais de 60 milhões de brasileiros; porque tem papel fantástico de influência na construção do imaginário dos brasileiros. Bom, nos últimos 30 anos várias questões sociais vêm sendo discutidas nas telenovelas, como, por exemplo, as relações entre homens e mulheres. Isso tem sido positivo para o Brasil, para as mulheres e para os homens.

Agora, se a questão da desigualdade racial está ausente desse espaço, que tem tanta influência sobre a construção do imaginário de homens, mulheres e crianças, é uma falta importante. E devemos começar a falar mais a respeito.

Eu já falei um pouco sobre esse assunto, e alguém já me disse que ultimamente cada vez mais há personagens negros nas telenovelas. Há, sim, uma inclusão, subordinada. São personagens secundários, de falas secundárias, de emoções secundárias. Então, os personagens negros continuam no mesmo lugar que as pessoas reais nessa sociedade, na relação entre brancos e negros. Os personagens negros gravitam na lógica dos personagens brancos.

Indiscutivelmente, o eu hegemônico branco está expresso na mídia. Temos de encarar esse fato e começar a falar a respeito, porque só vamos resolver esse eu hegemônico branco quando começarmos a olhá-lo de frente e discuti-lo.

O negro na televisão é um ser incompleto. Por quê? Porque ou é a mulher empregada doméstica, ou é o motorista, ou é um auxiliar, ou é esse que fica sempre na subalternidade. No entanto, os negros têm dado enorme con-

tribuição cultural e social para este País. Quando se trata de negros, porém, a diversidade de personalidades e de perfis não aparece ou, quando aparece, é tão caricato, que não sabemos o que pensar.

Para não ficarmos com um raciocínio conspiratório — porque eu tenho dificuldade de olhar a mídia como responsável pela inclusão de outros sujeitos e culturas no processo civilizatório brasileiro —, vamos lembrar o passado. Já tivemos novelas sobre a saga dos italianos, dos portugueses, dos japoneses, dos árabes etc., em relação aos negros, porém, não passamos de *A Escrava Isaura*. Tanto não passamos que a regravam, e ela fez enorme sucesso novamente.

Então, nos últimos tempos, em relação à mídia, adotei a seguinte fala: queremos, sim, cota de participação de negros nas telenovelas. Queremos cota, sim. A participação dos negros na sociedade brasileira é de 44%, nós queremos 44% de personagens negros nas telenovelas. Quando isso vai acontecer, não sabemos, mas vamos começar a discutir, principalmente com a Rede Globo.

O que está por trás dessa dificuldade de debater cotas? A defesa do *status quo*. Os brancos não querem discutir cotas, porque a política de cotas tira poder. Sempre tivemos cotas. Quando eu estudava Filosofia na Universidade de São Paulo, chamou-me o fato de que havia uma única mulher negra lá, a Sueli Carneiro. O que acontecia o tempo todo que estudei lá? Os brancos tinham 100% de cotas. Todo esse reboleio é por causa disso. Os brancos estão com 100% de cotas. Nós, brancos — e essa cor aqui dá privilégio —, precisamos ter noção e capacidade de falar sobre isso, porque, só quando a sociedade não-negra assumir o racismo, com reflexão e coragem, vamos enfrentar o problema para valer e mudar a história do País.

Vou dar outro exemplo importantíssimo em relação aos negros. Vivemos, no Brasil, uma grande guerra silenciosa: um verdadeiro extermínio de jovens negros. Falamos muito sobre isso. E os números nos mostram que a situação é muito mais séria do que a encontrada em países que estão em guerra declarada. Esse problema cresce há mais de uma década, mas não é a principal notícia no *Jornal Nacional* e também não está estampado nos grandes jornais impressos do País. A negritude sob o signo da morte não figura nas manchetes dos jornais. Não é preciso haver, portanto, por parte da mídia, racismo explícito — e essa é a dificuldade no Brasil: o racismo nunca é explícito —, basta abandonar a população negra à sua própria sorte, à impunidade e ao olhar complacente sobre a violência.

Por exemplo, a última chacina do Rio de Janeiro me chamou muito a atenção, porque o olhar da câmara de tevê sobre os corpos imitava e estimu-

lava o olhar indiferente da sociedade. Quando estava escrevendo sobre isso, esforcei-me para lembrar das imagens da chacina do Rio de Janeiro. Veio-me à memória a imagem de um seqüestro de uma jovem branca de classe média alta de Brasília. Se os senhores me perguntarem, ainda posso descrever a casa dela e como ela foi morta. Sabem por quê? A diferença é que a mídia percebeu essa morte como importante, como a morte de alguém que tinha de ser protegida na sociedade brasileira, enquanto as vítimas da chacina eram pessoas que moravam na favela. Aquelas pessoas não tinham história, não tinham o que contar. Portanto, sei mais sobre a moça de classe média alta, branca, assassinada dentro da sua própria casa, em Brasília, porque isso me foi mostrado à exaustão.

Ela tinha família, mãe, pai etc. E aquelas figuras da chacina? Eu não sei nada sobre elas. Sabem por quê? Porque a televisão não me mostrou nada, a não ser imagens naturalizando aquelas mortes, insinuando que aquilo era algo que iria acontecer mais cedo ou mais tarde. E essas imagens não foram exibidas de forma exaustiva. Portanto, não ficam na minha memória de indignação, porque a mesma forma do olhar posta pelo cinegrafista naqueles corpos será a forma com que vou captar essa imagem. A última chacina do Rio de Janeiro é um exemplo muito forte e importante para nós.

Vou dar outro importante exemplo, para fixarmos o que significa a mídia construir e reconstruir momentos importantes, emblemáticos, como ela deixa na nossa memória e como borra imagens que não quer nos ajudar a perceber e a fixar.

Vou falar da última morte que vimos. A mídia celebrou a morte do Papa, como espetáculo e, é claro, mostrou um personagem puro, santo e generoso. Isso é o que nos foi passado. Era um homem que tinha história, havia nascido não sei onde e estudado não sei onde. Mesmo quem não é católico ou quem não quisesse saber muito a respeito ficou sabendo tudo sobre ele.

O que a mídia fez? Trabalhou aquele personagem, exaustivamente, e nos compôs sua pessoa. Portanto, ficamos com essa imagem forte e viva. Mas é essa mesma mídia que mostra a chacina do Rio de Janeiro com grau de naturalização perverso, em que só nos resta virar a página, mudar de canal, mudar de idéia, como se fosse apenas mais uma notícia.

Quando vejo a mídia brasileira sob o ponto de vista de mulher branca e feminista, penso que ela tem evoluído. A trancos e barrancos, tem evoluído. Quando vejo sob o ponto de vista de mulher feminista, branca, preocupada com a questão racial, porém, penso: temos de fazer, com urgência, um debate contundente no Brasil, porque a mídia o está devendo tudo, muito pouco ou

quase nada no que diz respeito ao debate sobre a desigualdade racial. E, quando me refiro à mídia brasileira, estou falando especialmente de televisão.

Estudos mostram que nenhum outro lugar do mundo possui uma televisão tão forte e tão influente quanto a nossa. E temos de brigar em relação às telenovelas, à publicidade e tudo o mais.

Baseada nisso é que quero terminar dizendo que precisamos refletir e debater, como estamos fazendo agora. No entanto, primeiramente, devemos pesquisar e monitorar. Temos de chamar a atenção dos diretores da Rede Globo, de diretores de novelas e de autores para a ausência de negros na tela e lhes mostrar a percepção que temos do negro na publicidade etc. Vamos pesquisar, vamos estudar, vamos revelar tudo isso.

Outra coisa importantíssima, sobre a qual provavelmente o Iradj e a Camilla vão comentar, é a campanha *Onde você guarda seu racismo?*. Essa importante campanha está circulando desde o ano passado, e a considero um caminho em que devemos investir muito mais energia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Antes de dar continuidade aos nossos trabalhos, informo que vamos ter um grande painel conclusivo no final da tarde. Seria interessante que alguém se propusesse a ser relator do que está sendo discutido aqui. Isso é importante para que possamos mostrar mais tarde, na grande plenária, às 17h, pelo menos o resumo do que se discutiu aqui. Alguém se dispõe a ser relator? É fundamental que tenhamos isso para que os senhores possam apresentar tópicos interessantes aqui tratados. (*Pausa.*)

A relatora será a Sátira.

Com a palavra a Sra. Nilza Iraci, que disporá de até 20 minutos para sua exposição.

A SRA. NILZA IRACI - Boa-tarde a todas e a todos.

Sou a Coordenadora-Executiva do Geledés — Instituto da Mulher Negra, uma organização não-governamental feminista de mulheres negras sediada em São Paulo. Sou comunicadora social e trabalho com comunicação ou a importância dela desde sempre.

Vou pedir licença aos senhores para ler um texto, porque sou muito dispersa. Este texto, na realidade, é uma provocação que venho repetindo nos diferentes espaços em que tem sido discutida a temática da comunicação, chamando a atenção para a importância de se discutir gênero e raça, quando se discutem políticas, o que não é muito tranquilo. Aborda também a importância de organi-

zações da sociedade civil incorporarem cada vez mais a questão da comunicação, não como um instrumento, mas como objeto de reflexão sobre o que significa comunicação para a vida das pessoas, para a sociedade, para a democracia.

Eu tenho feito isso no âmbito do movimento de mulheres e, mais recentemente, no âmbito do movimento negro, que tem despertado cada vez mais para a importância dessa discussão, ao sair da denúncia para uma posição mais proativa. O entendimento é de que só a denúncia não adianta. Ela deve ser feita, deve ser visível, os abusos, as violações a direitos humanos da população afro-descendente e das mulheres devem ser denunciados nos meios de comunicação, mas também temos que pensar em propostas para mudar este quadro.

É fato incontestável que somos constantemente assaltados por uma infinidade de informações que concorrem, cada uma com suas particularidades e especificidades, para a disseminação do conhecimento nos dias de hoje. A produção do saber mostra-se ajustada aos reordenamentos da sociedade de informação.

Em cenário cada vez mais globalizado, fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais se transfiguram; novas relações entre Estado e cidadãos se estabelecem; informações transitam mundialmente de maneira mais fácil, rápida e com mais livre acesso, através dos meios de comunicação, especialmente em decorrência da revolução tecnológica da Internet; contatos interpessoais, relações de trabalho e negociais sofrem modificações na era globalizada.

As representações hegemônicas constituem hierarquias sociais legitimadas pelas diferenças, transformadas em desigualdades e na estigmatização do diferente, que invariavelmente nos leva a ver o outro como um estranho, colocando-o no seu devido lugar.

Como principal espaço de construção simbólica, os meios de comunicação alcançam uma relevância social e um poder de influência sem precedentes, chegando inclusive a determinar uma nova forma de exclusão social, que afeta diferentes segmentos sociais, como negros, mulheres, indígenas, através da veiculação de imagens estereotipadas, folclorizadas, como também deturpadas em seus conteúdos ou, como também é bastante comum, através da sua invisibilidade.

O horizonte cognitivo da maioria da população é determinado, quase completamente, pelo conteúdo veiculado nos meios de comunicação.

Esses meios de comunicação vêm-se constituindo, cada vez mais, em espaços de interferência e agendamento de políticas do movimento social, em especial do movimento de mulheres negras, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza sistematicamente estereótipos e

estigmas que prejudicam em larga escala a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo.

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstróem, no interior da sua lógica de produção, os sistemas de representação, concluímos que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra.

Eu estou falando da mulher negra porque é o campo no qual eu mais atuo.

O importante é refletirmos como as relações de poder que envolvem classe, gênero, raça, etnia, idade e localização geográfica produzem complexas desigualdades relativas às mudanças sociais, em geral, e às mudanças produzidas pelas tecnologias de informação e comunicação em particular. Pensar sobre como as desigualdades sociais se refletem no desenvolvimento do acesso e do uso das novas tecnologias é importante. É preciso compreender as relações de poder na sociedade, ter consciência das desigualdades entre mulheres e homens, negros e brancos, norte e sul, ricos e pobres, campo e cidade, pessoas com e sem conexão, na comunidade local, em países soberanos, em âmbito internacional. No momento em que o desenvolvimento tecnológico cria imensas possibilidades e se democratizam a produção e a distribuição de informações, cresce a dificuldade de acesso e participação da população nesses meios. Colocar o foco na mudança social significa iniciar um processo que relaciona a iniciativa de novas tecnologias com um contexto social, político, cultural e econômico mais amplo, para entender como esse contexto afetou a iniciativa das novas tecnologias, e vice-versa. Trata-se de um processo que exige flexibilidade e sensibilidade para responder às questões que forem aparecendo no decorrer do trabalho com a comunidade.

A Internet pode ser usada, por exemplo, para realizar campanhas públicas sobre problemas nos grupos de base, para dar conhecimento a um público internacional acerca da difícil situação de comunidades em conflito, para apelar por solidariedade e apoio, entre outras coisas. Entretanto, há que se considerar que, na medida em que as novas tecnologias se tornam uma realidade na vida das pessoas, elas também aumentam o abismo entre os chamados analfabetos digitais. E acho que essa é uma discussão que temos de fazer com urgência, temos de pensar sobre quem são fundamentalmente os analfabetos digitais.

“Os direitos humanos na sociedade da informação devem ser vistos como indissociáveis da noção de que todos devem ser beneficiados pelos novos conheci-

mentos, pelas tecnologias que venham a ser desenvolvidas”, diz um companheiro comunicador.

Com base no campo em que atuo, quero dizer que existe crescente consciência entre mulheres negras de que os processos relacionados à globalização e à nova ordem mundial requerem novas formas de ação. Nesse sentido, tratar a comunicação como nexos de empoderamento tem sido fundamental para garantir-lhe positiva representação, bem como visibilidade do processo de mobilização de suas lutas. Isso tem sido traduzido através de um trabalho efetivo para articular as mulheres negras em torno do tema, estimular sua participação qualificada nos meios, capacitá-las para utilizarem as novas tecnologias. Significa dizer o seguinte: não damos computador para as mulheres. E tenho encontrado resistências e até comprado algumas brigas com organizações voltadas para a chamada capacitação da população de baixa renda, ou das comunidades carentes de Internet, porque, como tenho dito, não basta dar computador e ensinar a usar a Internet.

Tenho brincado muito com essa idéia de as organizações distribuírem computador. A minha dúvida é seguinte: não sei se as organizações que distribuem computadores e dão curso de capacitação aprenderam com o projeto Criança Esperança, da Rede Globo, ou se esta aprendeu com aquelas. Porque, tanto nos projetos apresentados pelas ONGs quanto nos exibidos pela *Globo*, o que vemos é sempre um jovem negro em situação de risco. Dizem: *“Ele estava à beira da marginalidade, das drogas, na favela, na comunidade. Nós lhe proporcionamos um curso de informática e hoje, vejam, ele virou um excelente office-boy”*.

Essa é uma medida que vem sendo adotada em todos os níveis, quando se fala em direitos humanos para a população afro-descendente. É como se resolvêssemos o problema do acesso, da visibilidade e da capacitação ensinando *Excel* e *Word* e dizendo: *“Estamos capacitando”*. Isso é muito parecido com o analfabetismo funcional: ensina-se a escrever o nome próprio e a somar 1 mais 2, e diz-se que não há mais analfabetos. Temos de pensar nessas coisas.

O desafio é, portanto, conseguir chamar a atenção para questões vitais no campo da comunicação para a transformação da sociedade. Só assim conquistaremos uma atuação efetivamente qualificada e participante.

Decorre desse princípio uma intervenção dos movimentos sociais, organizações não-governamentais e governamentais e demais instituições que atuam nas fronteiras das relações raciais.

Como disse a Jacira, essa discussão sobre a representação racial ainda está na mão do movimento negro, do movimento dos afro-descendentes. Ela

não chega sequer ao movimento dos direitos humanos; sequer chegou ao movimento de mulheres, com raras e honrosas exceções. Essas organizações vêm dispensando certa atenção às formas de visibilidade e noticiabilidade da imprensa, conhecendo-a como uma aliada estratégica na superação do racismo e de outras formas de discriminação. Ou seja, vêm buscando, a duras penas, furar bloqueios e pensar na mídia não como um bloco homogêneo, mas como alguma coisa com que ainda podemos nos relacionar. A imprensa é vista não apenas como instrumento de visibilidade, mas como nexos vital capaz de reverter o problema do racismo, da discriminação racial e do preconceito.

Hoje, muito mais do que pensar em inclusão digital, precisamos ter a clareza de que outras inclusões são tão ou mais necessárias, como a inclusão tecnológica, a inclusão social dos cidadãos e cidadãs, a inclusão de setores discriminados na sociedade etc. Todos são partes de uma engrenagem que precisa funcionar em absoluta harmonia, até porque nos movemos cada vez mais entre o mundo real e o mundo virtual.

A sociedade tem informação, e as novas tecnologias são realidades presentes no mundo de hoje que não podem ser tratadas como algo metafísico. Pelo contrário, temos a obrigação, como cidadãos e cidadãs, de pensar em como podemos nos apropriar desses meios para atuar no sentido de buscar melhorias para o nosso bairro, a nossa cidade, o nosso Estado, o nosso País, o nosso Planeta.

Para as organizações da sociedade civil, a comunicação é uma demanda latente. Várias são as reivindicações e formas de protesto, com mais variados fins, que esbarram no poder da mídia, mas não se valem do uso estratégico da comunicação. Ao mesmo tempo, existem limites para a produção de veículos eficientes de comunicação, tanto voltados para ativistas mais próximos como para a população em geral.

Esse é tema para outra discussão, do Adilson Cabral, um outro comunicador que vem trabalhando muito essa questão.

Para encerrar, eu gostaria de registrar as palavras de um jovem negro comunicador, o Márcio Alexandre, que trabalha exaustivamente para que os diferentes movimentos sociais pensem na comunicação como um direito humano:

“Pensar em comunicação como direito humano é, antes de tudo, imaginar que as maravilhas da sociedade da informação precisam ser compartilhadas com todos: pobres e ricos, ne-

gros e brancos, urbanos e rurais etc. Esta é a premissa básica: incluir os que estão de fora”.

A questão é que o atraso da universalização no Brasil direciona o raciocínio imediato de dirimir as distâncias de excluídos e incluídos. Torna-se vital, sem deixar o imediatismo em segundo plano, promover um debate amplo com a sociedade para se definir os alicerces estratégicos para a consolidação de programas de inclusão digital e de uma nova lei de concessões de rádio e televisão para a inclusão efetiva dos diferentes na mídia.

Construir essa alternativa é o nosso grande desafio. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Vou transmitir alguns comunicados dos organizadores do evento. Às 17 horas, começam as reuniões dos grupos de trabalhos. Os relatórios e conclusões serão apresentados amanhã às 14h30min. A Relatora deverá apresentar seu relatório resumido na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, hoje, depois das reuniões dos grupos de trabalho. Finalmente, a assembléia do Fórum de Entidades Nacionais dos Direitos Humanos foi transferida para amanhã, às 9h, na lanchonete do Anexo III.

Vamos dar continuidade ao nosso painel, convidando o Sr. Irad Eghrari, da Comunidade Baha'í.

O SR. IRAD EGHARRI - Muito boa tarde a todos. Deputada, muito obrigado por conduzir esta sessão. É importante ter a presença do Poder Legislativo, para que possa ouvir o que temos a dizer e se sensibilizar com relação a determinados aspectos fundamentais para que as discussões que foram levantadas pela Sras. Jacira Melo e Nilza Iraci possam reverberar dentro desta Casa.

Uma delas decorre do Estatuto da Igualdade Racial. É um projeto de lei que tramita tanto no Senado como na Câmara Federal. O projeto tem uma série de aspectos controversos. A sociedade civil encontra-se plenamente mobilizada e favorável à conclusão positiva dessa iniciativa que inclui, por exemplo, a questão de quotas na área da publicidade, prevista no Estatuto da Igualdade Racial; a questão da “visibilização” do negro nas expressões artísticas, seja nas artes cênicas, seja na televisão.

Foi apresentada uma primeira demanda referente a invisibilidade do negro. E, quando se trata da mulher negra, essa invisibilidade é dupla, pois ela é invisível na sua verdadeira centralidade e dignidade como ser humano. Ela é simplesmente coisificada. A mídia — a televisão principalmente — coisifica a mulher negra. Ela se torna simplesmente um objeto, como disse a Jacira Melo,

a quem não é preciso dizer “ *muito obrigado*” nem “ *por favor*”. Simplesmente ela passa a ser uma das peças da mobília do cenário televisivo.

Queria começar meus comentários a partir desse aspecto da lei. A existência de um Estatuto da Igualdade Racial, sem dúvida, acrescentaria à construção de uma política nacional de valorização da população negra brasileira, de reconhecimento do seu papel histórico e do reconhecimento do que significa — eu não quero dizer o que no passado significou — a população negra na construção desse País, o que é também, mais uma vez, totalmente invisibilizado.

Então, começando com aquilo que seria o dever de casa desta Casa, que é trabalhar o Estatuto da Igualdade Racial e ver como isso pode e deve ser levado adiante, principalmente no capítulo referente à comunicação, eu quero recordar um fato que aconteceu aqui nesse ambiente, que não tinha essa cara, quando era ainda o Zumbi dos Palmares. E, a propósito faço uma segunda crítica: por que o nome desapareceu? Por que não pode ser auditório da *TV Câmara*, Espaço Zumbi dos Palmares? Desaparecer com o nome “Zumbi dos Palmares” é mais um movimento de invisibilização de conquistas importantes na história deste País.

Auditório de televisão também pode ter nome, e poderia ser Auditório Zumbi dos Palmares. Está parecendo puxão de orelha, Deputada. Mas nós vamos chegar ao momento de parabenizar a Câmara dos Deputados. (*Risos.*)

Uma ação da Câmara que merece felicitação foi, no ano 2000, o seminário Mídia e Racismo, que contou com a participação de algumas organizações da sociedade civil. Este seminário teve duas edições uma aqui em Brasília e outra no Rio de Janeiro. A de Brasília foi de iniciativa do Geledés — Instituto da Mulher Negra, do então Escritório Nacional Zumbi dos Palmares e da Comunidade Bahá'í. E a idéia era a seguinte: a menos de 1 ano da Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, em que se trabalhou diferentes aspectos do significado de discriminação, racismo e intolerância associados à questão racial, o Brasil simplesmente não noticiava nada a respeito da conferência mundial.

Conseguimos trazer naquela oportunidade as principais expressões da mídia impressa. E uma delas foi o então *ombudsman* da *Folha de S.Paulo*, Bernardo Ajzenberg, que participou desse debate. Ele mesmo fez um *mea-culpa* de como a mídia impressa representava o negro e também como a *Folha de S.Paulo* o fazia em suas páginas. Um dos aspectos que o jornalista levantou — e é interessante destacarmos isso — foi o de como a *Folha de S.Paulo* até então representava pequenos enquetes do que havia acontecido num assalto, a partir do relato da vítima que havia sido assaltada, ou sofrido violência, ou havia sido

atacada por 2 homens. O corpo da matéria se referia a 2 homens. Agora adivinhem a cor dos 2 homens no desenho. Eram 2 negros. A matéria não se referia a 2 homens negros, mas obviamente o desenhista não via outra opção a não ser confirmar que, sem dúvida eram negros.

A partir dessa autocrítica forte que a *Folha de S. Paulo* fez e da percepção de que estava, sim, invisibilizando toda a discussão da Conferência de Durban, a mídia brasileira, aproveitando o passo adicional de um tempero que foi bastante atrativo, a discussão de cotas, a discussão da questão racial brasileira, começou a tomar espaço. E começou, conforme observou a Jacira, a fazer mais do cotidiano da mídia brasileira, destacando determinados aspectos estatísticos, fazendo algumas pequenas análises, indo além daquilo que estávamos acostumados a ver.

Então, o encontro de Durban teve um impacto muito grande principalmente no Brasil. E eu gostaria de aproveitar este momento para que utilizássemos essa discussão para recuperar alguns dos avanços que Durban propôs no campo da mídia, do tratamento da mídia, do papel da mídia.

A Sra. Nilza destacou muito bem o papel da mídia na função de educadora, a comunicação com nexos de empoderamento. Então, se eu quero realmente utilizar a comunicação como esse elemento de empoderamento, a mídia tem esse papel fundamental de transformação de relações na sociedade. Durban não somente especifica, como exemplifica também.

E o Governo brasileiro que talvez tenha sido um dos mais sensíveis a alguns avanços a partir de Durban, não tem utilizado os avanços conseguidos dentro da questão da comunicação e da mídia. E eu dou um exemplo bem claro. Nós que estivemos em Durban vimos pela televisão ou nas ruas em que passávamos alguns *outdoors*. Um dos mais instigantes e contundentes dizia assim: “*Você não é racista, é?*” A pergunta é, num país tão racista como o nosso — esse é outro aspecto que precisamos tratar em profundidade, aceitar a dor do reconhecimento do nosso racismo —, qual o papel que a Secretaria de Política de Igualdade Racial e a Secretaria de Comunicação de Governo desempenham para o lançamento de uma campanha nacional para a promoção da igualdade racial? A televisão brasileira está absolutamente amadurecida neste aspecto. Quem fez isso? E agradeço à Jajá por ter nos recordado o assunto, nos dando ensejo de falar um pouco sobre a campanha. Foi a sociedade civil que se levantou, sem recurso algum, apoiada por alguns recursos de agências de financiamento, para que lançássemos uma campanha chamada *Onde você guarda o seu racismo?* É possível que muitos de vocês tenham visto essa campanha. Como já passou a algum tempo, talvez nem todos se lembrem mais. Entre dezembro

e janeiro a *TV Globo* veiculava uma campanha em que era lançada aquela pergunta. Quem se lembra disso? Alguém viu na televisão? Quem viu levante a mão só para fazermos uma enquete. (*Pausa.*) Muita gente viu.

Quem fez a campanha? Não foi o Governo. Esse é o papel do Estado brasileiro. Nem me refiro ao Governo, mas ao Estado brasileiro, que tem a responsabilidade de fazer uma campanha dessas e que a sociedade civil fez sem gastar um tostão. Conseguiram uma agência de publicidade, que gratuitamente desenvolveu a campanha, negociaram com a Rede Globo de Televisão espaços publicitários, inclusive em horários nobres — não era só à meia-noite ou às 2h da manhã que passava.

Se o Estado tem o papel de regulador, de monitorador da qualidade da mídia, como é que não se levanta para fazer uma campanha que está atrasada, que já deveria ter sido feita? O tempo passou e a campanha não veio. Então, onde você guarda o seu racismo hoje? Convido a todos para visitarem o *site*, porque vale à pena: www.ondevoceguardaoseuracismo.org.br.

Vejam o que podem fazer na condição de cidadãos para participar ativamente da superação do racismo no Brasil.

Quero, a partir da fala da Jacira e da Nilza, levantar uma questão referente ao papel da universidade na formação dos futuros profissionais de mídia. A Jacira muito bem destacou que a mídia parte de um paradigma, o da inferioridade do negro. Isso é tido como um fato. Por que valorizar uma situação de vida de alguém que é inferior? Valorizo a posição do branco. Pode ser um pouco contundente e agressiva a minha ponderação, mas quero chamar atenção para o fato de que movimentos inconscientes e aquilo que habita o nosso subconsciente são tão fortes que nos guiam sem que saibamos o que estamos fazendo.

Então, o papel da universidade é formular uma nova percepção do profissional da mídia. Todos sabemos que seu papel social é fundamental.

Faço aqui outro *mea-culpa*. Sou professor universitário, responsável pela disciplina de Direitos Humanos, no curso de Relações Internacionais, e não tenho nada a ver com o curso de Jornalismo. A sala da coordenadora do curso de Jornalismo fica ao lado da minha e nunca fui perguntar: “*Você tem uma disciplina de direitos humanos na sua grade curricular? Acho que não tem. E se não tem, já teve alguma preocupação mais específica em relação à representação dos diferentes segmentos da sociedade brasileira na televisão?*” Ou seja, uma televisão que nos faz rir a partir de situações que envolve o homem negro, sempre objeto de piada; a mulher negra, sempre objeto de adoração sexual; e o índio como sendo aquele do Programa de Índio. O que posso esperar das crianças

ou dos adolescentes ao serem formados dentro desse ambiente? Falo de mim. Sou um neófito na luta pela superação do racismo neste País. Estou envolvido nisso há 5, 6 anos, o que é zero se comparado aos grandes ícones do País que estão nessa luta.

Percebi que a minha ficha tinha caído no momento em que uma piada sobre negro me irritou — nem foi o fato de não me fazer rir, mas porque começou a me irritar. Neste momento digo: começamos a superar o paradigma da televisão. Naquele programa horrendo da *TV Globo*, no sábado à noite, e no programa *A Praça é Nossa*, do *SBT*, há várias situações de pseudopiadas. Todos caricaturam o homossexual; a mulher negra como boazuda, gostosa, objeto de adoração sexual; o homem negro; a loira. Tudo isso passa despercebido para nós. Assimilamos as piadas como sendo parte do paradigma válido da sociedade.

Qual o papel do profissional de mídia? Qual o papel do profissional de *marketing*? Qual o papel do profissional de publicidade?

Vou até um pouco mais além na crítica.

O Governo Lula, sem dúvida, avançou em termos de publicidade oficial. Porém, há nessa publicidade — prestem bem atenção — uma plasticidade que nasce da cabeça de quem não acredita em igualdade racial. Não é natural a presença do negro e da negra, não faz parte da nossa percepção de negritude brasileira como meu amigo, meu irmão, meu familiar. Notem bem, a publicidade do Banco do Brasil e da Caixa Econômica é plástica, não tem naturalidade. A decisão que nasce lá em cima é muito boa, mas o profissional que vai executá-la não o sabe, porque ele não tem idéia de como fazê-la. Primeiro, porque ele não vive a questão da igualdade racial. Talvez ele seja uma pessoa, como eu fui, que ri de piada de negro, que acha engraçadinha.

Enquanto eu não vivo na alma a dor, o que significa eu ser “invisibilizado”, não serei capaz de colaborar pela visibilidade de forma natural.

Tratamos, aqui, de vários aspectos da comunicação. Vejam, por exemplo, o aspecto da “invisibilização” da mulher negra nas revistas de moda. Convido vocês a irmos em uma banca de jornal comprar a revista *Cláudia* e computar quantas fotos de mulheres negras há. Vale até anúncio. Não as encontrarão nem em anúncios nem nas matérias.

Foi levantada aqui a importância da pesquisa e do monitoramento. Temos, ainda, um déficit muito grande em pesquisa. Convido, por exemplo, aqueles que não conhecem o trabalho do Joelzito, um documentário sobre o negro na televisão brasileira, a darem uma olhada. Temos de nos “empoderar” para aprender a criticar a televisão brasileira. Caso contrário, não saberemos

interpretá-la. Na novela *Porto dos Milagres*, ambientada na Bahia, com texto de Jorge Amado, a atriz que fazia o papel de governanta era branca, assim como vários protagonistas, mas no texto original ela é negra. Como interpreto isso? Como interpreto Ilhéus com uma governanta branca? Isso não existe, não faz parte da realidade histórica deste País.

Para concluir, comentarei as estratégias de como se dá visibilidade ao negro e à negra de forma natural.

Senti-me muito honrado — acho que não deveria ter sido convidado para isso — por fazer parte do conselho editorial de uma nova revista, chamada *Brasil Agora*, que trabalhará na área de economia, finanças, empreendedorismo, enfim, uma revista de negócios. Só que os proprietários são negros. A idéia deles é a seguinte: da mesma forma, em qualquer situação natural, quando se vai falar em economia, consulta-se um especialista daquela área, e a fotografia que sai na matéria normalmente é a de um branco; agora, vai ser incluída a de um profissional negro. Assim como se buscam referências de uma família, por exemplo, ao se examinar determinado aspecto da realidade social brasileira, existe também uma família multirracial ou negra. O problema é que ainda não aceitamos isso.

A Nilza fez uma crítica à idéia do outro como um estranho e colocado no seu devido lugar. Quer dizer, eu não posso mais ver o negro ou a negra brasileira como um estranho. Eles fazem parte da nossa realidade, da nossa existência. Por outro lado, a Jacira argumentou: quem tem medo de ver o negro na televisão brasileira? Somos nós mesmos, os brancos.

O que tenho de fazer, então? Tenho que pactuar um novo acordo social, em que eu reconheça o papel histórico, o protagonismo da comunidade negra brasileira na formação deste País. No momento em que eu conseguir estabelecer esse pacto, abrirei espaço para uma nova possibilidade. Todas as considerações apresentadas são um pequeno estímulo para que a audiência se envolva no debate. Conseguiremos avanços, realmente. Mas enquanto não houver esse pacto da percepção, da introjeção da igualdade racial, continuaremos sendo brancos e negros, cada um no seu devido lugar — obviamente o negro em seu devido lugar — e vamos continuar sendo a sociedade branca que teme a aparição do negro em qualquer veículo de mídia.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Dando continuidade ao painel, concedo a palavra à Sra. Camilla Valadares, representante do CFEMEA.

A SRA. CAMILLA VALADARES - Sou Assessora de Comunicação Política do CFEMEA e tentarei dar alguma contribuição. Fiquei pensando sobre o que posso acrescentar. A Jajá, em sua fala, abordou assuntos sobre os quais conversamos antes e a respeito das quais vale a pena pensar, sobre como essa situação se estruturou e a necessidade urgente de mudá-la.

Quando entrou o novo Governo, houve a sinalização de um caminho para que as questões sociais passassem a constar, cada vez mais, da agenda da sociedade e da política brasileira. Assistimos a uma corrida nas redações para saber quem cobriria os temas sociais.

Existe a tradição, na comunicação, principalmente no jornalismo, de os grandes jornalistas em geral voltarem-se para as áreas de política e de economia. E quem trabalha as questões sociais? Aparece, então, um pouco desse despreparo, que reflete muito a falta de visibilidade da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Não estou afirmando que todos os jornalistas são despreparados, obviamente que não, mas existe uma história, também nas faculdades, de que o debate não é esse. Quantos jornalistas conhecem as convenções, as plataformas discutidas nas reuniões da ONU? Quantos conhecem Durban, Beijing? Isso vem crescendo, vem se fortalecendo, e os profissionais trabalham cada vez mais essa questão. Isso também reflete muito a falta de saber como lidar com o movimento social, de saber quem ouvir. Aqui mesmo, já se sabe mais ou menos quais serão as perguntas; já se sabe mais ou menos qual a linha política da área econômica. Quanto a trabalhar a questão social, as desigualdades, o enfrentamento, as novas instâncias que surgem, as Secretarias Especiais, vejo que está havendo, como disse antes, uma corrida até mesmo para se apropriar desse conhecimento.

Como Assessora de Comunicação, recebo essa demanda dos comunicadores e comunicadoras, que perguntam: *“Você tem alguma coisa para me mandar sobre Beijing? Eu queria entender melhor como é, o que mais posso aprender sobre isso?”* Portanto, eu sinto que isso está acontecendo, mas não é suficiente.

Há também o agendamento das questões de raça, de etnia e de gênero na mídia como um todo, que tem muito a ver com a maneira como se dá a relação entre sociedade e mídia. Tivemos uma reunião, em São Paulo, sobre mulher e mídia, da qual a Jajá e a Nilza também participaram, e pudemos ver os dois lados. Do lado do movimento social, se questionava *“vocês não ouvem a gente!”*, ao que o outro lado respondia *“a gente não sabe onde vocês estão”*. Então, tem

essa interlocução de utilizar não só a grande mídia, mas outros veículos de comunicação, os comunicadores que estão trabalhando temas sociais.

É a questão do diálogo. Vemos a importância do diálogo, por exemplo, no *Big Brother*. Quando apareceu a questão dos homossexuais, houve um bombardeio de votos, bombardeio de *e-mails* do movimento LGBT, dizendo: “*Vamos votar, gente! Vamos lá, vamos ligar, porque isso aí é importantíssimo*”. Não estou dizendo que todo mundo tem que sair desesperadamente fazendo tudo, mas temos um papel importante. Quando houver alguma coisa ruim, temos que reclamar: olha, isso não é assim.

A Nilza tocou em um ponto muito importante, que é mostrar os aspectos propositivos; mostrar o que estão fazendo o movimento de mulheres negras ou o movimento negro como um todo. Mesmo quando existe esforço do lado do movimento, há uma certa dúvida: “*Mas como é que a gente vai dizer isso?*” Então, falta um pouco de diálogo e de abertura de mídia nesse sentido.

Conversei antes com a Jajá que roteiristas, por exemplo, são pessoas extremamente inteligentes e abertas, mas têm um fio guiado. Então, como podemos dialogar com as pessoas? “*Espera aí, esse personagem não era para ser um negro, uma mulher negra?*” Como podemos fazer essa aproximação? Realmente é difícil. Estávamos tentando lembrar quantas foram as protagonistas negras nas novelas. Lembramos de *Xica da Silva* e da personagem da novela *A Cor do Pecado*, a Taís Araújo. Mas não conseguimos lembrar de outros protagonistas, personagens do núcleo principal.

Outro ponto que vou destacar diz respeito aos próprios veículos de comunicação. Quem são os donos, hoje, da comunicação no País? Vemos, então, o reflexo da desigualdade como um todo, porque os donos da comunicação são homens brancos. Apesar das faculdades de Comunicação estarem lotadas de mulheres, essa situação ainda se mantém.

É muito ruim ficar falando sozinha, portanto vou encurtar minha intervenção. Queria apenas deixar alguns temas para refletirmos e, depois, partirmos para o debate. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - De acordo com a nossa programação, haverá um pequeno intervalo, de 10 minutos, para um café. É uma oportunidade de vocês conversarem entre si, porque acredito que, em um painel como este, além das verdadeiras aulas dos nossos convidados, também é importante a participação efetiva de todos.

Convido todos a tomarem um café e, quando voltarmos, haverá o debate, que é sempre salutar em questões como estas.

A SRA. JACIRA MELO - Peço desculpas a todos, mas tenho que embarcar em um voo às 17h. Infelizmente, foi o único voo que encontrei para voltar hoje, e preciso ir embora. Perdoem-me.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Vamos dar continuidade à programação deste painel.

Vamos abrir inscrições para perguntas aos nossos debatedores, levando sempre em consideração o tempo. Para cada pergunta vamos dar 2 minutos, e os expositores terão 3 minutos para responder, mesmo porque os grupos de trabalho se reúnem às 17h. Portanto, temos pouco tempo. É importante reconhecer que não basta só assistirmos aula; é preciso interagir. Então, é fundamental a presença dos senhores.

Gostaria de solicitar aos inscritos que façam a pergunta aqui na frente para que possa ser registrado.

Há, também, o DVD do Bernardo. Quem tiver interesse em adquirir o material de todo este encontro pode entrar em contato com o Bernardo no endereço aretevideofoto@terra.com.br.

Quanto às perguntas, não é preciso se inscrever de antemão; basta chegar aqui na frente e fazer a pergunta a qualquer um dos nossos convidados. Peço apenas que a pessoa se apresente, para que fique registrado seu nome, e indique para quem é a pergunta.

O SR. RAFAEL - Meu nome é Rafael e gostaria de fazer uma pergunta para os brancos da Mesa.

Vocês estão discutindo a causa negra, e achei isso curioso, porque os dois que achei mais extremistas, com uma visão mais radical, são brancos. Por que não há mais negros falando da sua causa aqui? Será que não são os brancos metendo muito o bedelho numa causa que não é deles? É isso.

A SRA. NILZA IRACI - Vou responder a essa pergunta, mas talvez, depois, fosse melhor responder em bloco.

As negras e os negros vêm discutindo sua causa desde sempre, e desde sempre dizemos para os brancos que essa é uma causa de todas e de todos, que não pode ser uma causa só dos negros. O que foi denunciado aqui é que só negros se ocupam do racismo, como se o racismo fosse um problema deles. Não inventamos o racismo. O racismo é uma invenção do branco. Portanto, caberia até ao branco resolver isso. Para nós é importantíssima a participação de brancos aqui, nesta Mesa, discutindo, mas isso não significa que não tenhamos negros.

Disse, em outro momento, que o movimento de mulheres negras vem discutindo a questão da comunicação, vem se qualificando para intervir, mas é fundamental que brancos passem a discutir esse tema como sendo coletivo, não algo que diga respeito a um grupo específico. Afinal, estamos falando de 45% da população brasileira. Então, não é um problema nosso, mas de todos, e para nós isso é fundamental.

Quando pensamos sobre este painel, a idéia era exatamente que, se as pessoas brancas, ao longo desse processo, tomassem conhecimento de como o racismo é ruim para si, para a democracia, para o País, elas poderiam trabalhar junto aos negros no sentido de derrubar esse horror. A campanha que pergunta “*onde você guarda seu racismo*” nasceu da sociedade civil, em que as organizações da sociedade civil, negras e brancas, se juntaram.

Essa discussão não é feita sem tensões. Enfrentamos, a todo o momento, novas tensões, mas temos conseguido avanços bastante significativos.

No texto, optei por qualificar a discussão, teorizando um pouco, e deixar, evidentemente, a parte de denúncia para o Iradj, para a Jajá, porque quis conceituar um pouco mais. Até tive que cortar um pedaço do texto.

Há muitos negros trabalhando sobre essas questões e, para alegria nossa, há muitos brancos hoje envolvidos. Espero que, a partir desta discussão, todos se engajem nessa luta anti-racista, que deve ser de todo o povo brasileiro.

O SR. IRADJ EGHARI - Posso fazer um comentário?

A SRA. NILZA IRACI - Claro.

O SR. IRADJ EGHARI - Pegando carona na intervenção da Nilza, um dos aspectos que a Comunidade Bahá'í defende é que o racismo é uma doença, e uma doença que tem cura, mas tem que ser trabalhada. Da mesma forma que uma doença tem um vetor e tem aquele que sofre — não quero usar a palavra “vitimizado”, mas, enfim, é aquele que sofre as conseqüências desse vetor —, o racismo também tem que ser trabalhado, como a Nilza está dizendo, tanto por aquele que é o provocador da situação como por aquele que sofre com a situação. Ou seja, só a partir do momento em que esses dois dialogarem é que conseguiremos a solução. Enquanto não houver esse diálogo, profundamente estabelecido, não tem solução.

Aliás, quero fazer uma correção. O *site* de que tinha falado antes, na verdade, é www.dialogoscontraoracismo.org.br.

Os diálogos foram exatamente o resultado de uma percepção que organização negras e não-negras tiveram em Genebra, no ano 2000, em um processo preparatório para a Conferência Mundial, quando vimos que as grandes

organizações que estavam à frente na luta contra o racismo no Brasil eram as organizações negras; as grandes organizações não-negras não estavam envolvidas. Para ser bastante objetivo, só havia duas organizações não-negras envolvidas em Genebra, e uma terceira depois se incorporou. As duas primeiras eram o CFEMEA e a Comunidade Bahá'í; depois o IBASE se incorporou. Começamos uma discussão perguntando onde estava o Movimento Nacional de Direitos Humanos; ele também se incorporou. Daí começa uma discussão mais ampla. Acho que agora temos solução.

É interessante também rompermos alguns paradigmas. Por exemplo, num encontro de mulheres, é importante que os homens estejam presentes e participando, por representarem os outros 50% da sociedade brasileira, e num encontro em que se discute negritude, os brancos têm que estar presentes, não é?

Finalizo citando uma situação quase cômica. Tenho uma ligação profunda com o Geledés, em que atuo, às vezes, como consultor. Fiz uma visita à Embaixada da Itália representando o Geledés e dei meu nome: Iradj Eghrari. Quem vai descobrir o que é isso? Pode ser qualquer coisa: nome de homem, de mulher, de uma negra africana, de alguma tribo. Então, me colocaram em uma sala que tinha 4 portas.

Estava sentado sozinho, esperando a Conselheira Cultural, que ia me receber. Ela abre a porta, olha e fecha a porta. Ela deve ter pensado: *“Bom, não deve ser ‘ela’.”* Ela volta, abre a porta de novo, olha e fecha. Na terceira vez, eu perguntei: *“A senhora está procurando Iradj Eghrari?”* *“Sim, onde ela está?”* *“Sou eu.”* (Risos.) *“Eu esperava uma mulher negra representando o Geledés, não um homem branco.”* *“Pois é, estamos rompendo alguns paradigmas, exatamente para mostrar que a luta contra o racismo envolve todas e todos.”*

O SR. ROBERTO ARAÚJO - Boa-tarde. Sou Roberto Araújo e represento a Subsecretaria dos Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência.

Foi uma pena ter chegado um pouco atrasado ao painel, mas assisti algumas pessoas falando a respeito de comunicação. Acho que poderíamos voltar nossa temática para a contextualização da comunicação sob o aspecto de gênero, raça e etnia. É de primordial importância que se discutam hoje essas questões.

Minha pergunta é dirigida à Mesa. Todos poderiam respondê-la. Ela diz respeito à atual conjuntura de comunicação no mundo, principalmente no Brasil; o avanço que tem havido com o processo da comunicação.

Constitui-se grande violação de direitos quando a comunicação não é bem passada, ou quando não é bem estruturada, ou quando os meios utilizados não são adequados para o repasse dessa comunicação. Essa violação tem nos

causado seriíssimos problemas na Secretaria, em termos da grande quantidade de denúncias que têm chegado, principalmente contra a questão racial.

Está embutida na questão racial a subquestão da religiosidade de matriz africana, que são violações do direito de a pessoa exercer sua liberdade religiosa, de culto, demonstração de fé etc. Minha pergunta é se não seria necessária uma discussão um pouco mais ampla não só sobre a comunicação voltada para a mídia, porque só se pensa em mídia. Porque a mídia é um meio, em todo o mecanismo sistêmico, que envolve a comunicação, pois a comunicação começa pela fonte. Onde os comunicadores ou nós, que fazemos comunicação no dia-a-dia, vamos buscar as informações? Que fonte temos?

Depois vem para o transmissor. Quem são nossos transmissores? Quem são os responsáveis nas instituições que transformam os dados dessas fontes em informação para utilização desse canal? Coitado. O canal é o mais vilipendiado, é o mais sacrificado no processo. Mas o canal é o meio. Quando o canal é mal utilizado, a responsabilidade é da mídia. Não sou defensor da mídia, mas acho que temos outros componentes do sistema que poderiam ter sido repensados.

Será que não poderíamos abrir uma discussão sobre quais alternativas poderíamos utilizar para que os outros segmentos do sistema também possam ser envolvidos na questão da comunicação, e não só os meios?

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Concedo a palavra à Sra. Sílvia Pimentel.

A SRA. SÍLVIA PIMENTEL - Obrigada, Deputada.

Sou militante feminista há 3 décadas e aprendi com feministas como Nilza Iraci a importância de levar nossa luta a partir deste recorte: gênero, raça e classe, obviamente. Estou há 4 anos no CEDAW, o comitê da mulher na ONU, e sempre que tenho oportunidade trago a luta da mulher negra brasileira para o espaço internacional, como algo paradigmático.

Em segundo lugar, gostaria de me referir ao que esse jovem branco trouxe. Quando participo de encontros como este, seja escutando de sua parte, seja de outras pessoas negras daqui, eu quero é aprender. Achei muito interessante ele haver mencionado essa questão. Conheço o movimento de mulheres negras como conheço o movimento negro. O que ele disse é algo provocativo, mas ao mesmo tempo interessante, pertinente. Estamos aqui ouvindo vocês, que são especialistas da área da comunicação, da imagem, do simbólico. Tudo o que foi dito aqui é perfeito. Posso até fazer uma certa autocrítica ao nosso movimento. Se me permitem, quero dizer que há muitos anos tenho notado que ainda não conseguimos abrir com esse debate, que é de gênero, e que nem por isso

pode ser resolvido. Acho que já estamos no momento de amadurecimento para podermos escancarar o nosso convite de agentes políticos para que homens se somem e busquem conosco estratégias e caminhos renovados. No meu entender, em termos de igualdade e respeito, estamos caminhando muito devagarinho. Acho que o grande ponto que está faltando é exatamente esse.

E, para terminar, quando disse que gostei do que o jovem disse, é porque eu acho, e quero escutar vocês, que vale a pena ficar registrado o que ele falou. Para mim é perfeito vocês aqui. Ele teve a sensibilidade de perceber que é preciso diálogo, como você disse, entre brancos, negros e outras diversidades. Seria importante. Na minha percepção, e isso agradeço a você, meu amigo, é que tivesse (*ininteligível*) da situação. Ou pelo menos 50% de componentes negros. Se a Jajá já trouxe aqui a crítica exatamente que os meios de comunicação como a *TV Globo* etc. não estão respeitando esses 45%, acho que maior esforço ainda será muito importante que nós, e eu me permito falar em nós, porque me sinto francamente parceira do movimento negro nessa luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. ORLANDO FERNANDES - Sou fundador de algumas associações, cujo trabalho é cuidar da imagem do povo brasileiro não-branco. Não gosto de utilizar a palavra negra porque, para mim, que conheço um pouco a história da humanidade, todos nós somos negros. O nosso pai e a nossa mãe, nossos ancestrais nasceram na África, um lugar onde as condições de vida na época não permitiam que se tivesse outra cor de pele, para resistir às condições daquela época.

Por que razão perdemos essa cor ao longo do tempo. Se você tiver condições de acesso à história real da humanidade, verá que nós, homens, só conseguimos ser diferentes dos nossos ancestrais que vieram de outras categorias porque desenvolvemos uma força cósmica recebida da natureza, pelo nosso cabelo encaracolado natural. E essa energia captada durante séculos de vivência não podia ter outra cor, não podia ter outro tipo de cabelo, porque não havia condições para isso.

Nós todos somos pais, somos filhos, somos netos de um ancestral negro. Não havia pessoas de cor não-negra, no início da humanidade.

Costumo fazer esse intróito porque sei bem que o racismo é poderoso instrumento de conquista e de manutenção de poder, além de pessoas que evidentemente têm todos os motivos para evitar que a grande maioria da população tenha acesso a uma coisa chamada auto-estima.

E se o negro tem hoje uma participação um pouco mais ampliada em termos de comunicação, em termos de imagem, é porque lá pelos anos 70 alguns brasileiros tiveram a coragem de fundar uma instituição chamada Instituto de Pesquisas Culturas Negras, do qual sou sócio número 2, fundador, e depois disso algumas outras instituições no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife e em algumas outras cidades brasileiras que eu não me lembro. Para quê? Para trabalhar a imagem do homem e da mulher na sociedade para que tivessem mais visibilidade.

Por que fiz esse esforço muito grande? Porque, como profissional, eu fui várias vezes discriminado. Há até uma situação que eu gostaria expor, não sei se esse é o local apropriado. Ao me qualificar como comunicador em primeiro lugar num curso de propaganda da Associação Brasileira de Propaganda, eu fui tentar ser profissional numa área bastante bem remunerada, a de pesquisa do mercado. Só que na ocasião em que eu tentei fazer isso fui barrado por um exame psicotécnico, instrumento fabuloso na mão daqueles que querem separar o joio do trigo, ou melhor, o trigo do trigo, no caso, exatamente, porque não havia condição de me contratar como pesquisador para uma área extremamente delicada no mercado, que é o contato com o público.

Uma empresa norte-americana, instalada aqui no Brasil, estava contratando pessoas para fazer pesquisa, mas não era bem uma pesquisa de mercado no amplo sentido da palavra, era uma experiência de espionagem para saber quanto as empresas estavam gastando com publicidade. E eu não fui classificado no exame psicotécnico porque não tinha a cor recomendada pela matriz americana dessa empresa. Eu só fiquei sabendo disso alguns meses depois, quando um colega que havia feito o curso comigo e foi classificado em terceiro ou quarto lugar me encontrou e disse: *“estranhei você não ter entrado nesse trabalho da empresa, porque o homem da psicologia disse que você não tinha a cor recomendada pela empresa americana”*.

Aquilo me fez lembrar que, no momento em que estávamos fazendo uma tentativa de trabalhar naquilo que aprendemos, fomos barrados porque não tínhamos a cor que deveria ter a pessoa que se apresentaria para o público, no caso.

A minha pergunta é o que se deve fazer hoje em dia — e aqui estou falando também em nome da minha filha, que é estudante de Psicologia — para que não sejam utilizados esses sistemas de escolha que discriminam, os exames psicotécnicos, as pesquisas, instrumentos utilizados ainda hoje na sociedade

brasileira para discriminar aquelas pessoas que não têm a cor determinada por padrões preestabelecidos?

A SRA. BERNADETE - Boa-tarde. Sou de Palmas, Tocantins, da Casa da Mulher 8 de Março, e também estou aqui representando a articulação de mulheres brasileiras.

Achei muito pertinente as intervenções da Jacira e da Nilza, já as conheço bem, concordo com o posicionamento de cada uma delas, mas quero fazer um questionamento para a Mesa a respeito de duas frases ditas por ela.

A primeira pergunta: quem são fundamentalmente os analfabetos digitais? A segunda diz respeito ao que ela disse sobre ter a imprensa um nexos vital que pode reverter a lógica da discriminação, da exclusão e da desigualdade.

A partir desse comentário e uma vez que a Internet é um meio tão veloz para se propagar tanto informações boas quanto, e principalmente, negativas, pergunto se não seria interessante, por meio das ONGs e dos movimentos de mulheres, tentar preparar as mulheres, principalmente as jovens, para se apropriarem desse meio que é a Internet, a fim de tentar a incrível tarefa de reverter a lógica da discriminação. Temos visto coisas horríveis propagadas pela Internet na velocidade de luz.

A Jacira também comentou bastante sobre as novelas, das mulheres e dos homens negros. Parece-me que as novelas e a programação da TV em geral reforçam o sentimento de invisibilidade, de apagamento, de minoria. É exatamente essa cota pequena que reforça esse sentimento de minoria.

Tenho um filho negro de 5 anos muito ativo, risonho e brincalhão, não é de forma alguma uma criança apagada, e nem é para ser. Assim que começou a falar, por ser muito vivo, logo vieram comentários de que era hiperativo. Ele, inclusive, já saiu de 3 escolas, está na quarta escola. E aí um dia ele começou a fazer um comentário que não sei de onde surgiu, porque somos só eu e ele, e eu nunca verbalizei para ele nada com relação a racismo. Um dia ele me disse: “Mamãe, eu queria tanto ser branco”. E isso várias vezes. Perguntei a ele por que ele queria ser branco, se era tão lindo, alegre e inteligente. “*Mas eu quero ser branco*”, ele disse novamente. Perguntei-lhe quem havia dito que não era bom ser negro. Ele disse: “*Eu vi no espelho*”. Mas esse espelho é referência de alguma coisa. Ele se vê negro no espelho, mas ele não se vê branco em espaços que comunicam a ele que a negritude não é boa — e isso logo cedo, mal começou a falar.

Então, penso que também esses espaços e esses instrumentos de comunicação estão prestando um desserviço à formação das crianças, que não se

vêm, não se encontram. Não se trata apenas de mim, que estou educando meu filho, mas de toda a sociedade, da TV, da escola, enfim, de todos os meios.

Entendo que nós, como movimento, devemos fazer gestão sobre a cota para as crianças na TV, assim como devemos fazer outros tipos de reflexão, ou empreender outras ações para combater esse tipo de informação que, transmitida por esses veículos, serve para apagar, para tornar invisível, para criar sentimentos negativos com relação à cor.

Obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Os expositores vão responder às perguntas feitas e, em seguida, iremos para o último bloco de perguntas.

Com a palavra a Sra. Nilza Iraci.

A SRA. NILZA IRACI - De alguma maneira as perguntas se entrecruzam.

Em relação aos painéis, estavam previstos 2. Este era destinado fundamentalmente ao debate de gênero com recorte racial; ele não foi pensado como espaço para se discutir especificamente a questão racial.

Em função do trabalho que vimos realizando desde muito, e que a senhora conhece, foram convidadas a participar essas pessoas. Obviamente eu faria o contraponto racial na mesa sobre a questão de gênero, e contraponto com pessoas com as quais vimos dialogando desde sempre sobre essas questões.

A rigor, não era para ser um painel. Haveria um outro painel para discutir a questão do racismo especificamente, que obviamente também teria um recorte de gênero ao contrário. Ele foi conformado dessa maneira. Não tinha a intenção de discutir apenas o racismo, senão teríamos tomado esse cuidado, com certeza.

Vou tecer comentário sobre o que disse o Sr. Roberto. O que tenho dito todo o tempo é que temos de ter ações propositivas e não alterar. A Jajá falou em monitorar. Para o monitoramento da mídia tem-se de capacitar para reagir, tem-se de alguma maneira mostrar para a população como, mais do que ver, ela pode ler uma notícia, uma propaganda. Penso nesse lado da mulher negra. Vimos frisando isso há alguns anos e entra também na discussão sobre capacitar mulheres adultas e negras para utilização de novas tecnologias de comunicação.

Quem são os analfabetos digitais? No meu texto, coloquei a questão geográfica, geracional etc. São fundamentalmente mulheres adultas que moram no Norte. A Internet não foi feita para essas mulheres.

Para dar um exemplo muito claro, vejamos as mulheres negras que a vida inteira foram empregadas domésticas. No momento em que se discute uma legislação que pense em melhorar a vida das empregadas domésticas, as mulheres negras estão sendo afastadas porque não foram treinadas para lidar com novas tecnologias, ou seja, com essa parafernália toda de microondas, fax e etc. Então, elas estão sendo substituídas até nesse nicho no qual elas amargaram o tempo inteiro. Quando começa a melhorar o mercado, elas são excluídas.

Chamo a atenção para o analfabetismo digital porque ele cria abismos, pois a velocidade corre com rapidez.

E o que estamos fazendo? Capacitando mulheres negras adultas para trabalhar as novas tecnologias. E mais, não estamos ensinando-os apenas a digitar. Estamos ensinando, e aprendendo também, essas mulheres a trabalhar com as novas tecnologias, a fim de que elas se apropriem dessa ferramenta para transformar a sua vida, a vida da sua comunidade e aprendam a lidar com o trabalho que fazem, porque elas nunca saberiam que é tão bom. É para aproximar os trabalhos.

Vimos fazendo isso em vários Estados com as empregadas domésticas. Hoje a Dona Raimunda, quebradeira de coco, me ligou no meio do *Programa do Ratinho* para dizer: “*Olha, ele está sendo racista, ele está sendo sexista*”. Ou seja, ela passou pela capacitação. Lembro quando fizemos a Conferência da Mulher e ela disse para o (*ininteligível*): “*Olha, estou muito atenta ao que você diz, porque tenho prestado muita atenção. Eu aprendi comunicação e estou muito atenta a tudo o que vocês fazem para cobrar*”. Quer dizer, ela quase (*Ininteligível*). É um trabalho (*ininteligível*), porque o Governo não leva nada a sério.

Há telecentros espalhados, e capacitamos pessoas por telecentro em um determinado Governo. O problema é que uma política de Governo não é política de Estado. Mudou o Governo, em São Paulo é traço: os telecentros estão sempre fechados, colocaram pessoas para monitorar se as pessoas estão vendo pornografia ou não. Esse não é nosso papel. Nosso papel é dizer para as pessoas como elas podem utilizar melhor essa ferramenta. Se eles transgridem ou tergiversam, não é nosso papel ser policial e dizer que não devem.

Então, é todo um trabalho que vimos fazendo, de capacitar mulheres negras em novas tecnologias de comunicação e mídia (*Ininteligível*).

Essa pergunta que você fez sobre o papel da mídia é furar bloqueios, é imaginar que mídia, e os meios de comunicação como um todo, não é um bloco homogêneo. Existem pessoas sensíveis e você tem que detectar e trabalhar. Pressionar a mídia a seu favor não é nada fácil. Mas, na medida em que você

está capacitada, você consegue encontrar caminhos. E, por meio do monitoramento, em especial pela Internet, temos reagido.

Há uma lista de mulheres negras. Já processamos a Melissa e a Assolan por propaganda racista contra a mulher negra. Todas estão com processo no Ministério Público, feitos fundamentalmente por advogados e advogadas negras.

Tudo por causa da observação. As pessoas anotam, manifestam-se. Nesse sentido, a Internet tem sido muito eficaz, muito rápida. Não tenham dúvida de que estamos reagindo com muita rapidez a todas essas propagandas. Por exemplo, desodorantes para as mulheres que têm cheiro mais forte. Às vezes a mídia noticia; às vezes não. Mas temos acumulado algumas vitórias e pretendemos, cada vez mais, trabalhá-las. Não temos conseguido dar a devida divulgação, até porque os processos são longos. Mas o bom é saber que muitas pessoas estão se mobilizando, lendo melhor, entendendo e interferindo nas situações. Interferir, interagir e monitorar são as saídas que temos, porque somos vampiros em relação à mídia. É como um vampiro diante do espelho, a imagem não é refletida.

Tem aumentado o número de afro-descendentes, de negros na mídia. Agora, como tínhamos dito, não pode ser a qualquer preço. Cidadão, sim; consumidor, não. Não interessa também eles encham os programas e digam: nós temos uma cota. Queremos uma participação qualificada, decente e que retrate a situação com dignidade. Até porque é dessa maneira que seu filho vai se ver.

Lá no Nordeste constatamos vários casos — o problema do cabelo é crasso, porque todas as meninas querem jogar os cabelos —, a história do cabelo ruim, do cabelo de Bombril, a música do Tiririca. Nós o processamos e ele virou o grande culpado. Toda vez que entramos com uma queixa, os comunicadores, autores, diretores de novela, publicitários dizem que estamos tentando acabar com a liberdade de expressão. Somos totalmente a favor da liberdade de expressão, porém com responsabilidade. E temos sido acusados de querer reeditar a censura toda vez que entramos com um processo.

E tivemos muitos casos. Um dos mais graves foi o de uma garotinha linda, que quebrou o dentinho da frente. Ela tentou mesmo quebrar o dentinho, porque ela queria o dentinho quebradinho, separadinho, igual ao dentinho da Xuxa. São muito graves os casos.

Agora, temos que fazer um longo trabalho de capacitação nos meios de comunicação e nas escolas. E essa tarefa não é apenas dos negros. Os professores brancos têm de ter consciência de que as crianças são iguais, na hora de separar quem vai ser o anjinho da procissão e quem vai ser a noiva da festa caipira, pode ser uma negra ou uma branca com potencial para desempenhar

aquele papel. Se eles estiverem capacitados, resolverão o problema do seu filho, dos meus e de tantas outras pessoas.

Há muitos anos enfrentei um problema: nunca consegui ser anjinho de procissão. E eu fui criada na Igreja Católica. É verdade, eu esperava com ansiedade a escolha, e eu nunca conseguia o papel. Nunca consegui entender direito a situação. Precisei crescer um pouco mais. Um dia fantasiei-me de anjinho afro, fui a um encontro feminista, tomei um porre e nunca mais tive esse problema. *(Risos.) (Palmas.)*

Definitivamente, temos de evitar que crianças tenham esse sentimento de inferioridade.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - A Sra. Camilla Valadares quer aproveitar a fala da professora Nilza Iraci.

A SRA. CAMILLA VALADARES - Conversa-se muito sobre a violência simbólica que a mídia está perpetuando. Não vemos as apresentadoras de programas infantis de TV falar da questão racial. Outro aspecto é o gênero forte, como é usada a imagem da mulher. Da mulher negra nem se fala. Historicamente, é hipersexualizada como aquele corpo feito para o sexo: a mulata brasileira. E todos esses símbolos.

Não podemos perder de vista como os comunicadores esquecerem o seu papel fundamental de formar opiniões na sociedade. Quando eles negam esse papel dizendo que não são educadores perpetuam todos os estereótipos de machismo, racismo e desigualdade existente País e mantêm situações como a de crianças que se sentem inferiorizadas. Elas dizem: *“Ah! Eu não tenho aquele corpo escultural. Nunca o Reinaldo Gianecchini vai olhar para mim”*. Trata-se de uma violência simbólica contra todas as mulheres, principalmente as negras.

E não é apenas a violência simbólica da presença equivocada e preconceituosa das mulheres negras na mídia, mas também a nossa ausência lá.

Temos aqui um exemplo muito forte em relação à mulher. Historicamente, tivemos apenas homens poderosos na televisão, no *Globo Repórter*, *Jornal Nacional* Nos outros jornais, sempre eram homens. Hoje, temos a Ana Paula Padrão, uma mulher que se destacou. São poucas. Elas são fortes, a presença delas é importante, mas algumas pessoas ainda enfrentam preconceito e dificuldades no meio. A violência simbólica perpetuada pela mídia é muito forte. Inclusive, há mais Parlamentares homens do que mulheres, mas são mulheres de baixo poder com posicionamentos muito fortes. E vemos como elas são apresentadas em alguns momentos.

Uma jornalista da *Folha de S.Paulo* fez o seguinte comentário num encontro: “*Eu fico aqui nos corredores correndo e vejo que, quando uma Parlamentar chora, pessoas dizem: ‘É mulher, é chorona’. Agora, quando um homem chora, todos dizem: ‘Que lindo! Olha, ele se emocionou. É fantástico isso.’*” Quando não é feita uma reflexão, seja do jornalista, do roteirista da novela, acabamos perpetuando a situação. E aquilo fica no imaginário das pessoas. É como disse a (*Ininteligível.*): é fundamental pensar, conhecer e construir essa nova imagem. A mídia precisa rever sua postura e nós temos de vigiar.

Quando uma propaganda te agride, você pode acessar o *site* do CONAR e registrar sua denúncia. A Nádia Rebouças, integrante do Conselho, disse que funciona mesmo. Recebemos 5 denúncias (*Inteligível.*)

Então, é importante usarmos nosso poder em relação ao nosso. Estamos mandando para o editorial e eles mandam ler na cartinha. “*Olha, essa matéria que você publicaram e isso assim, assim...*” É claro que a espaço deles para errata deles é único. Mas trata-se de um exercício importante de cidadania que devemos fazer em relação à mídia. Temos de ter essa visão crítica de mídia, e os movimentos sociais devem fortalecer a visão crítica reflexiva da sociedade. Têm organizações que trabalham com crianças e adolescentes. Tem o Cala-Boca Já Morreu, em São Paulo, que coloca o (*ininteligível*). Com isso vemos (*ininteligível*) crítica. Eles assistem televisão: “*Ah, menina, está vendo, coroa, fica parecendo que ele é mal porque ele está assim e tal*”. São exercícios importantes que temos de divulgar na sociedade.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Obrigada.

Precisamos ser rápidos porque há ainda 3 inscritos e já são 17h07min.

O SR. IRAD EGHARI - Farei rápido comentário sobre o que disse o Roberto e a Bernardete: o atual papel da comunicação na sociedade e do comunicador. Não estamos educando para a comunicação, não estamos educando em comunicação e não estamos educando a comunicação.

Roberto, quando você falou a respeito da fonte, do transmissor e do receptor, trabalhar o receptor é fundamental. Sou dirigente de outra ONG, a ÁGILE, que tem como parceira a ONG Comunicação e Cultura, que trabalha a educomunicação. Será promovida na Câmara dos Deputados, juntamente com a Comissão de Educação, audiência pública a respeito do papel do educador na sociedade. Como posso desenvolver essa tarefa na escola, no coração e na mente das crianças e dos jovens? O papel do educador hoje é fundamental. Do mesmo jeito que uma escola precisa de um professor de História, Geografia, Português etc., precisa de um educador. Não faz parte da

política pública do Estado brasileiro o papel de educador. No momento em que existir, começaremos a trabalhar melhor o papel do receptor e aí, sim, a criança começará a se tornar crítica daquilo que vê e entenderá por que não se vê representada, por exemplo, num desenho animado que só tem gente branca e ela não aparece por ser negra.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Ouviremos agora 3 participantes. Serão feitas 3 perguntas que serão respondidas pelos expositores. Em seguida, vamos encerrar essa parte e passar aos grupos de trabalho.

A SRA. ANA SUELI - Sou estudante de comunicação do CEUB.

Pergunto: quantas instituições existem no Brasil contra o racismo? E os ônus, os que não são negros ou brancos? Quero também discutir a relação de não ter um negro na bancada. Acredito ser importante ouvirmos o ponto de vista de um negro sobre o tema em pauta.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Nossos negros estão todos nas CPIs. (*Risos.*)

A SRA. ANA SUELI - Outro assunto diz respeito à inclusão digital que tem prejudicado muito o Brasil. Quero saber quantas instituições pregam a inclusão digital e se o Brasil tem investido realmente nisso.

Por último, algo que todos falaram e que está bem claro no Brasil é a mídia preconceituosa. Falamos de novelas. Há muitas novelas que possuem negros. Mas, se pararmos para analisar, geralmente os papéis são inferiores. Nunca assisti, por exemplo, telejornais com apresentadores negros.

Obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Mas existe.

Com a palavra a próxima inscrita.

A SRA. PRISCILA CARVALHO - Boa-tarde. Sou da Assessoria de Comunicação do CIMI, Conselho Indigenista Missionário. Trabalho a questão indígena. Acho que é mais um tema que ainda não conseguimos trazer para esse debate sobre diversidade — e eu já disse isso em outros espaços — e é muito relacionado à questão de raça e a toda a discussão que o movimento já faz com muita propriedade, mas há também outras peculiaridades e precisamos conseguir avançar nisso.

Como comunicadora, dentro desse debate sobre raça e gênero, sempre fico com a impressão de que falamos muito de furar bloqueios que já existem nos veículos de comunicação. E considero esse um caminho importante, o trabalho das assessorias de imprensa, das denúncias, da discussão de conteúdo. A questão da comunicação não é simplesmente um problema de furar bloqueios

ou de conseguir mais ou menos espaço dentro da Rede Globo. Podemos conseguir todo espaço na Rede Globo, e ainda assim não seremos representados como sociedade civil ou como gênero, raça dentro da emissora.

Eu fico me perguntando muito como conseguimos, como sociedade civil, pessoas que pensam ter direito à comunicação, a construir outros caminhos para brigarmos pelos meios de comunicação, não só dentro deles, desses latifúndios. Esse debate é uma reforma agrária no ar e a Internet não resolve isso, as pessoas continuam ouvindo muito mais rádio do que acessando a Internet. E essa situação tem de ser pensada. Trata-se de um latifúndio e não adianta só entrarmos nele. Temos de criar formas de também termos nossos veículos, especialmente porque estamos num espaço que se propõe a debater direito à comunicação, que é não só o direito de receber comunicação, mas também de ter espaço de produzir e, se a comunicação é vista como um direito humano, ela precisa ser garantida pelo Estado, que precisa garantir inclusive a subsistência de veículos público e não comerciais que possam abrir espaço para essas outras visões de mundo e aí também responder às questões simbólicas.

Minha pergunta para Mesa é a seguinte: como podemos, dentro de todos esse movimentos, nos colocar nesse debate como produtores de informação e conseguir espaços para produzir informação e não ficar apenas brigando para conseguir ser mais bem vistos dentro da Rede Globo, o que, pessoalmente, considero ser uma briga sem futuro?

O SR. ISAÍAS SANTANA - Sou Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos e integro também o Fórum Estadual de Entidades Negras do Espírito Santo.

Sobre o que disse a companheira que me antecedeu, este encontro tem de discutir comunicação como política pública, mas existe o controle social. Estamos em busca de uma proposta política mais estruturada dos meios de comunicação, além das formas de comunicação alternativas e outros meios.

Como essa forma de comunicação é complicada! Tivemos uma demarcação de território no Espírito Santo, onde a Aracruz Celulose tem uma empresa muito poderosa, e o tempo todo os meios de comunicação falavam da invasão dos índios naquela área. Eles são donos da região em que a Aracruz se instalou e plantou eucalipto, fizeram uma demarcação das terras que foram tomadas e os invasores são os índios. Tivemos de ir para a porta da Rede Gazeta lá, que é filial da Rede Globo, para esculhambá-los, porque quem invadiu as terras foi a Aracruz.

Não vou fazer perguntas, apenas destacar 2 pontos: primeiro, nós, do Espírito Santo, estamos trabalhando duas importantes prioridades no que se refere ao combate ao racismo e pela auto-estima do povo negro, a educação e a imagem na mídia. Isso é que pode fortalecer a nossa luta.

Outra reclamação, até para ligar essa comunicação com a atual conjuntura. Estamos sendo agredidos pela *TV Câmara*, pela *TV Senado*, pela *TV Globo*, pela *TV Bandeirantes*, nesse teatro que está se fazendo aqui em Brasília. Não que eu não queira que seja apurado a fundo tudo o que está acontecendo aqui, mas não da forma como está sendo passado para a população do País. Trata-se de uma agressão, porque a notícia está sendo passada de forma irresponsável. Li hoje, no avião, o jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, que trazia a seguinte manchete: *Um bilhão para acabar com a crise*. Isso é de uma irresponsabilidade sem tamanho.

Outra coisa que deu corte de gênero foi a pergunta de um Deputado ou Senador a uma senhora, cujos nomes não me lembro, chamando-a de cafetina. Isso é um desrespeito. Não sei qual a linha de trabalho daquela senhora, mas achei uma falta de respeito. Quero reclamar.

A SRA. CAMILLA VALADARES - Não sei responder quantas organizações são contra o racismo. Pode ser que, talvez, Nilza tenha uma visão mais ampla sobre o assunto do que eu. Contando as que trabalham diretamente a questão racial e as que não, não sei as que se declaram.

Em relação a furar o bloqueio, entendo ser fundamental, principalmente no âmbito desse encontro. É claro que, no Brasil, é fundamental uma revisão sobre como estão distribuídos os meios de comunicação. As ondas de rádio são um bem público e estão sendo manipuladas por poucos. Evidentemente, temos de aproveitar os espaços alternativos. Rádios comunitárias fechadas são um absurdo, mas, por outro lado, não seria somente o fato de aproveitá-las; é algo muito anterior. É preciso revisar tudo. Quem disse que uma pessoa tem o direito de ficar tantos anos com esse canal de televisão? Esse poder é muito grande. Isso é fundamental para a democracia no País, em vários aspectos, para incluir as mulheres, os negros, as negras, enfim, todos, além de ficar sofrendo o bloqueio, como foi dito.

Em relação às agressões que acontecem neste Congresso Nacional, sabemos que isso acontece freqüentemente. É uma falta de respeito. Pedem nossas respostas em relação a isso. Se um Deputado ou Senador parte para a agressão a outro Parlamentar no âmbito pessoal, ele não tem condições de manter o discurso no âmbito político. Isso é um problema. Como pode representar o povo,

se não consegue manter um diálogo no âmbito político e parte para a ofensa pessoal? É complicado. A mídia tem uma visão muito boa do CFEMEA como fonte para trabalhar essas questões. Volta e meia eles nos procuram para nos contar o que disseram a alguma Deputada ou Senadora e o que pensamos sobre o assunto. Mas não é só isso. Já chega. Como pode um representante do povo, eleito também por mulheres, agredir uma mulher? O problema é muito sério.

A SRA. NILZA IRACI - Respondendo sobre a ausência de um negro, o Deputado Federal afro-descendente da Bahia, Luiz Alberto, foi convidado a participar desta Mesa e deve estar enrolado em alguma CPI da vida. Como obviamente são poucos os negros, eles têm de dar conta de muitos compromissos. Agradeço à Deputada Ana Guerra por estar conosco dividindo este espaço.

Sempre voltamos à questão da educação e da comunicação, que são fundamentais. Há algo que podemos fazer, a curto prazo, que já começará a surtir efeito; por exemplo: escrever cartas. Não importa se publicam pedaços da carta, mas eles têm nos jornais, na própria televisão, um departamento para contabilizar esses assuntos. Nós lotamos o *e-mail* deles com cartas. Outro fato: temos o hábito de criticar. Temos elogiado, cada vez que acontece alguma coisa legal em relação à mulher e ao negro. Mandamos aquelas cartas elogiosas dizendo “que bom”, “que maravilha” etc. Isso também tem um efeito para quem fez. Então, é fundamental. É simples, isso dá para começar a fazer, dá para fazer quotidianamente, e tem efeito de verdade.

Temos, sim, que contar com meios alternativos, no caso as rádios. Agora, e os lugares? O Governo está nomeando um grupo de trabalho interministerial para discutir a Lei Geral de Comunicações. Temos de estar lá. Discutimos sobre mídia, mas temos que estar nos espaços onde se definem as situações. Temos de brigar pelas concessões, ou seja, temos muito o que fazer. Vamos fazendo o que dá, furamos bloqueio, capacitamos.

Por que capacitar mulheres negras? Tenho dito que é o direito a ter direito. Na primeira aula de capacitação de mulheres negras em novas tecnologias, digo: isso é um computador, ele não grita com você, ele não explode, ele não briga, porque essas coisas não foram feitas para essa população. Na medida que você traz essa população e a capacita, aumenta-se o espectro de pessoas antenadas. Ainda somos poucos. Temos de utilizar os meios alternativos, temos de brigar muito, em especial neste Governo, para que não aconteça o que está acontecendo em relação às rádios comunitárias. Mas também temos de ocupar os grandes meios. São muitas tarefas.

Temos também de discutir dentro das universidades qual o papel desses jovens que estão saindo da universidade. Deve-se exigir que tenham aula de Direitos Humanos com recorte de gênero e raça, para poder discutir sobre violência contra mulher, o que é uma pauta sobre racismo, e não cometer as barbaridades que temos visto.

É um grande barato estarmos aqui. Deveríamos nos reunir muito mais vezes. Acho fantástico que desta vez o Encontro Nacional de Direitos Humanos tenha se debruçado sobre esse tema. Eu e vários comunicadores temos dito que a comunicação tem que ser tratada como qualquer outro item, como saúde, educação, violência, e não como apêndice de outros temas. Estou otimista. Começamos a dar maior importância ao assunto. Esperamos sair daqui bastante comprometidos.

Em relação às organizações negras, devo dizer que elas estão em todos os Estados do País. Acho que no *site* dos diálogos vocês vão encontrar um grande número. Para qualquer dúvida ou outras informações a respeito dessas organizações, deixarei o meu cartão.

Obrigada.

O SR. IRAD EGHARI - Sra. Suely, quanto ao seu interesse de pesquisar mais sobre as organizações negras, recomendo que entre no Yahoo Groups. Há um grupo chamado Mulheresnegras, tudo junto, e outro grupo chamado Discriminação racial, também tudo junto. São duas listas de discussão onde você vai encontrar muita coisa sobre a discussão de racialidade no Brasil. E vale bastante se aprofundar.

Adorei essa proposta da reforma agrária no ar. Acho que precisamos realmente, Priscila, fazer essa reforma agrária. Há certas iniciativas, por exemplo, que partem do próprio movimento negro, que é a utilização de tevê comunitária para programas específicos direcionados à questão racial. Mas também há algumas estações de rede a cabo, como a Futura, por exemplo, que está com um programa excepcional na área de racialidade e que vale a pena conferir.

No sábado passado foi transmitido o primeiro programa, mas se entram na grade da *TV Futura*....

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. IRAD EGHARI - É *Cor da Cultura*, isso. A partir de março? Está bem, não estava sabendo disso, é que recebi o primeiro anúncio sobre o sábado passado.

Então, há várias iniciativas interessantes, mas cabe a nós, sociedade civil, divulgar, porque as nossas redes não sabem o que está acontecendo.

Participando dessa lista de discussão Mulheresnegras e Discriminação racial é que apareceu a informação de que, no sábado, haveria alguma coisa, senão jamais saberia. Obviamente, como você disse, a *Globo* não está interessada em furar esse bloqueio nem se deixar permear por isso.

Também é importante a consideração do Isaias Santana sobre o controle social, que a Nilza também citou, na qual estamos um pouco fracos no que diz respeito à racialidade.

Aproveito para agradecer o convite que me foi feito para ser debatedor. Foi bastante rico ouvir Jajá e Nilza fazerem suas apresentações. Agradeço à Deputada a oportunidade de estarmos juntos.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Embora já tenhamos avançado no tempo, não posso deixar de atender ao pedido de Relatora. Ela se ofereceu para ser Relatora do painel de hoje. Não fazia parte da nossa programação termos uma relatoria. Esse tema de gênero, raça, etnia e mídia é tão importante que é preciso termos um relatório deste nosso encontro para que ele possa ser divulgado e também incluído nos Anais deste Encontro dos Direitos Humanos.

Por isso vou conceder a palavra a Satira, que quer falar na condição de jornalista negra.

A SRA. SATIRA - Fiquei pulando todo o tempo para poder expor a situação dos negros. Peço paciência a vocês.

Não apenas o Movimento Negro é antigo neste País, mas a imprensa negra também. A imprensa só chegou no Brasil depois de 30 anos de publicados jornais da imprensa negra. Naquela época, já havia manifestações de comunicadores negros, pois não existiam jornalistas, e que resistem até os tempos de hoje. São ativos, reúnem-se e tentam preencher todos esses espaços, abertos às vezes pela boa vontade dos brancos, para que possamos trazer essa discussão para população em geral.

O Irad falou uma coisa muito interessante sobre essa nova perspectiva em relação ao racismo, como uma doença. O que acaba acontecendo? Acabamos descobrindo que somos racistas também, porque nos ensinaram ser racistas: "*Quero ser branco, não quero ser negro*". Então, essa relação é muito complexa e precisa ser realmente desmontada.

Para colaborar com vocês, existem negros na mídia, só que às vezes aqueles negros que conseguiram chegar lá não querem tocar em assuntos de raça ou cultura negra; querem abafar qualquer tema abordado pelo Movimento

Negro, para não serem discriminados também. Isso acontece nas redações, nas televisões. Sabemos disso.

Quem tiver oportunidade, deve ler o livro *Mídia e Etnicidade*, de autoria de Fernando Conceição, que faz uma reflexão justamente sobre pesquisa da *Folha de S.Paulo* feita em 1995, *O Racismo Cordial*, desconstruindo mais ainda o mito da democracia racial no País e fazendo uma citação da Comissão Kerner, que, em relação ao Relatório MacBride, falava, na década 60, nos Estados Unidos, que o Presidente Lyndon Johnson instituiu uma comissão de 8 brancos para fazer um relatório sobre como a mídia estava cobrindo as manifestações em favor dos direitos civis nos Estados Unidos. Só a partir desse relatório, que dizia que imprensa estava prejudicando a imagem do negro em relação aos direitos civis, foi que muita coisa mudou na mídia americana.

Sou do Sul e estou cansada de ouvir que não existem negros lá. Segundo o IBGE, 13% da população do Rio Grande do Sul é negra — é claro que existem outras pesquisas —, e nos Estados Unidos, 12%, mas lá o negro aparece. Em reportagens sobre o Rio Grande do Sul aparecem imigração italiana, alemã, tudo, menos negro.

Por todas essas questões, este momento é especial, uma caminhada que está começando. É claro que temos toda uma tradição, mas é preciso muito mais momentos de reflexão sobre o assunto para que cheguemos a algum lugar.

Por exemplo, agora o José de Paula Neto, o Netinho, recebeu uma concessão de TV, a *TV da Gente*. Os brancos com quem falo dizem: “Ah, mas aí vai separar tudo”. Então, já vemos a resistência. Na verdade, foi preciso ter uma TV negra no Brasil para ver se conseguimos transmitir a cultura e colocar a religião afro-brasileira na TV sem ser discriminado completamente. Então, muitas variantes precisam ser resolvidas. Posso também citar alguns sites, como o Afro Press ou o Portal Afro, que possui bastante informação.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Ana Guerra) - Quero agradecer a todos os que participaram deste encontro e também ao companheiro e Deputado Luiz Alberto a presença, que acaba de chegar e de quem tive o prazer e a honra de ficar no lugar para participar deste evento. É preciso levar em consideração que o Deputado Luiz Alberto tinha outras obrigações hoje à tarde na CPMI. Quando me disseram que eu tinha de vir coordenar o Painel 3, que falava sobre gênero, raça e etnia na comunicação, eu disse que estava enquadrada em todos pela condição de mulher.

O papel da mulher no Congresso Nacional ainda é infinitamente hipócrita, não somos a representação do País. Não se pode imaginar que aqui

vivamos uma situação de igualdade. Não, somos discriminados e muito no Congresso Nacional. Falo com muita propriedade porque fui Vereadora em uma cidade do interior de Minas Gerais, onde era a única mulher.

Quando cheguei a esta Casa, em fevereiro deste ano, pois eu era suplente e portanto cheguei às vésperas da eleição do Severino, vinha de uma história também fadada no tripé do preconceito. Nasci na Paraíba, moro em Minas Gerais e represento aquele Estado. Quando cheguei a Minas Gerais para trabalhar na política, havia um tripé muito grande de discriminação: o fato de ser nordestina no Sudeste, o fato de ser mulher em um universo masculino no interior de Minas Gerais e o fato de ser petista, que tinha à época, e agora volta a ser infelizmente, uma pecha de preconceito. Estamos sofrendo um preconceito estrondoso dentro desta Casa, por intermédio dos meios de comunicação, em relação ao nosso partido, que historicamente é responsável pela abertura da democracia e todos os avanços. Hoje a imprensa tem tratado os membros do Partido dos Trabalhadores como bandidos da sociedade.

Então, quando eu vim para cá, no lugar do meu companheiro Luiz Alberto, disse assim: *“Estou nessa porque sofro várias situações na questão do gênero, da raça, da etnia e da comunicação”*.

Toda vez que a Comissão de Direitos Humanos faz reuniões como esta e debates como este saímos mais ricos. Saímos mais ricos quando aprendemos com a Jacira, que aprendi a chamar de Jajá, que precisamos pesquisar e monitorar todo tempo o preconceito; com a Nilza, que precisamos cada vez mais do empoderamento das mulheres negras e que esse empoderamento só vai acontecer quando tivermos uma sociedade que caminhe junto, pois não adianta colocarmos as mulheres e os negros se não colocarmos os brancos e os homens no meio dessa discussão. O empoderamento passa pela comunhão na luta.

Sinto-me mais feliz, por exemplo, quando escuto a Camilla falar da importância de ampliar a informação e saber atuar dizendo “sim” a ações propositivas e dizendo “não” denunciando ao CONAR.

Gosto também quando o professor Irad diz da importância que temos, enquanto Parlamentar, no Estatuto da Igualdade Racial. Esse é um compromisso que assumo com vocês.

Outro aspecto fundamental que eu não sabia: esta sala era do nosso pai, Zumbi dos Palmares. Tenho uma relação direta com Zumbi, pois, no meu primeiro mandato, em 1993, sofri todas as discriminações, inclusive porque defendia muito os direitos humanos (*Ininteligível.*) e também os negros. Consegui, em Poços de Caldas, uma cidade de interior, fazer uma praça do Zumbi dos

Palmares, com uma estátua enorme dele, em que a comunidade negra foi por fim reverenciada pelo Prefeito de então, que era do PFL, homem preconceituoso. Nesse dia de festa, tive o prazer de vê-lo dizer axé para o Zumbi.

Como tenho uma relação direta com Zumbi, aceito a sugestão do professor e vou lutar nesta Casa junto ao Presidente Severino Cavalcanti para que essa sala volte a se chamar Zumbi dos Palmares, seu nome original.

No mais, agradeço a todos, porque com certeza com essa grandeza que escutamos e com a ampliação dessa riqueza que cada um nos traz nos transformamos em verdadeiros militantes dos direitos humanos em prol de um mundo bem melhor.

Obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

Às 17 horas, começam as reuniões dos grupos de trabalho, mas o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos foi transferido para amanhã, às 9 horas, na lanchonete do Anexo III.

Está encerrada a reunião.

Painel 4

Estado Federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos

17/08/2005, às 14 horas

O SR. COORDENADOR (Deputado Geraldo Thadeu) - Boa-tarde a todos.

Dando seqüência ao Encontro Nacional de Direitos Humanos de 2005, iniciaremos o Painel 4, para debate do tema *Estado Federal e a Implementação dos Tratados sobre Direitos Humanos*, proposição do Sr. Romeu Olmar Klinch, Assessor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Convido o Sr. Eugênio Aragão, do Ministério Público, e o Dr. José Francisco Sales, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, a tomarem assento à Mesa.

Passo a palavra ao Dr. Eugênio Aragão.

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO - Boa-tarde a todos.

Tentarei ser breve, a fim de termos mais tempo para debater, já que o tema — a federalização da proteção dos direitos humanos — é bastante polêmico.

Na verdade, desde 1988, logo após a promulgação da Constituição, nós do Ministério Público, na Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos e na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, e hoje na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ocupamo-nos desse recorrente tema.

Procurarei alinhar as razões deste debate.

Em primeiro lugar, temos de considerar que a proteção internacional de direitos humanos se projeta, antes de mais nada, sobre um instituto do Direito Internacional chamado responsabilidade internacional dos Estados. Significa que o Estado que viola direitos humanos é tido como responsável pelos atos violadores.

Deixo isso bem claro porque a responsabilidade internacional do Estado em Direito Internacional Público e a responsabilidade individual penal daquele que é o agente que desencadeia o ato violador são duas coisas bem distintas. Por isso, é complicado dizer, em direitos humanos, que o indivíduo violou direitos humanos. Quem viola direitos humanos é o Estado. O conceito, desde o início — pelo menos na proteção internacional —, é vinculado à atividade estatal.

Indivíduos podem desencadear atos, eventualmente, sob a disciplina também do Direito Internacional Penal, quando se tratar, por exemplo, de crimes contra a humanidade e de tortura, previstos em tratados internacionais, que o Estado é obrigado a perseguir. Mas a responsabilidade internacional do Estado se projeta, exclusivamente, sobre a ação do Estado. Ou seja, a proteção internacional dos direitos humanos diz respeito à responsabilidade internacional do Estado.

É importante salientar que a responsabilidade do Estado decorre da sua vinculação à norma do Direito Internacional que prevê a proteção dos indivíduos. Essa norma pode ser, na maioria das vezes, de duas naturezas: um tratado ao qual o Estado aderiu por sua vontade; ou uma norma costumeira internacional.

Hoje, alguns princípios de proteção de direitos humanos têm natureza claramente costumeira, ou seja, são tidos como norma de direito costumeiro internacional. Significa que não depende de um Estado aderir ou não a um tratado para se vincular a certas normas protetivas, a exemplo da proibição da tortura. Não precisamos, portanto, de tratado internacional para proibir a tortura. Mesmo os Estados que não assinam os tratados, que não são parte dos tratados internacionais que proíbem a tortura, estão vinculados à proibição da tortura.

No que diz respeito às normas de tratados, vale sempre a máxima de que um Estado não pode violar norma de tratado alegando impossibilidade de implementá-la por conta de normas de seu Direito interno. Esse princípio

está cristalizado no art. 27 da Convenção de Viena. O Estado não pode alegar que sua norma de Direito interno impede a execução de um tratado, porque é obrigado a implementar os tratados de boa-fé. Quando subscreveu e aderiu ao tratado, ratificou-o e já deveria ter pensado nisso e ter-se adaptado.

Isso é muito importante para o tema que discutiremos.

Por outro lado, no que diz respeito ainda à responsabilidade internacional do Estado, é importante salientar que ele é responsável no seu todo. Cada órgão é solidário dentro do Estado. Por exemplo: se um policial dá margem a que ocorra violação de direitos humanos — não estou dizendo que ele viola —, por meio de um ato de tortura, ele compromete o Estado como um todo, ou seja, os Governos Federal, Municipal, Estadual e, ao mesmo tempo, não só a Secretaria de Segurança Pública, mas também o Governador do Estado, enfim, todo o sistema de governo. Hoje, essa regra está esculpida, ou seja, é reconhecida em direito costumeiro internacional e, de alguma forma, está redigida em projeto da Comissão de Direito Internacional da ONU, sobre responsabilidade integral do Estado, no art. 4º do *Draft Articles*.

É interessante a tensão existente entre implementação federal e implementação estadual dos direitos humanos. Quando o Estado-membro viola os direitos humanos, é a Federação como um todo que pratica a violação. Isso significa, em outras palavras, que a violação atribuída a uma fração do Estado contamina-o como um todo.

Exatamente por conta dessa formulação sobre a responsabilidade internacional do Estado, existe na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos — em seu art. 28, salvo engano — cláusula federal que estabelece a obrigação do Governo Central da União, num Estado Federado, de tomar as medidas necessárias para garantir que os Estados-membros se adaptem ao cumprimento das normas internacionais de proteção dos direitos humanos.

Isso é curioso. Há uma obrigação específica, cláusula federal, de determinado órgão do Estado em relação ao Governo Central, de garantir, de acordo com as normas constitucionais, que os Estados-membros se ajustem ao cumprimento das normas de proteção internacional de direitos humanos.

Diante desse quadro, parece-me evidente que pode existir perfeitamente uma tensão entre a distribuição constitucional de competência dos diversos entes que formam a Federação e a obrigação internacional de implementar normas de proteção dos direitos humanos de forma uniforme dentro do Estado. Pode haver uma tensão entre essas duas obrigações. E este é o objeto do nosso debate: como resolver essa tensão?

Parece-me que a proposta de entregar a proteção ao Governo Central não é nova. Podemos ver que, nos próprios Estados Unidos da América, existe sempre um caminho judicial para o caso de serem violadas as garantias fundamentais da *Bill of Rights*, da Constituição Federal e suas emendas, para que haja sempre a possibilidade do *habeas-corpus* federal. Ou seja, federaliza-se a questão, joga-se para a Justiça Federal americana a tarefa de cuidar da violação da garantia fundamental. Esse é um remédio típico do Direito americano.

Mas não podemos confundir as coisas, porque nos Estados Unidos da América, diferentemente do Brasil, as ordens jurídicas estaduais e federais são estanques: cada Estado tem seu próprio ordenamento jurídico, com suas próprias leis, que não necessariamente se comunicam com as leis federais. Elas devem estar necessariamente subordinadas, mas o Estado é muito mais estanque do que no Brasil. Aqui há um Direito nacional, ao qual se integram as normas jurídicas do Direito Federal, do Direito Estadual e do Direito Municipal. Mas é um sistema jurídico nacional, bem diferente do sistema americano.

Isso significa também que, no Brasil, de certa forma e em última análise, toda questão jurídica pode ser federalizada. E de que jeito? Na medida em que ocorrem recursos que permitem que, da Justiça de 1ª Instância Estadual, a questão desemboque no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, órgãos que, apesar de fazerem parte da dita Justiça Nacional, pertencem ao âmbito administrativo federal.

A federalização, no Brasil, de acordo com o nosso Direito Nacional, é sempre possível a todas as questões. Claro que existem dificuldades para se levar uma questão ao Supremo Tribunal Federal, pois, além dos altos custos envolvidos, há a demora. Logo, não é tão fácil assim. Chegar ao STJ ou ao Supremo demanda muito tempo.

Portanto, há essa tensão em relação a um tratado internacional, ao qual o Brasil adere por força de decisão tomada — diga-se de passagem — no âmbito do Governo Federal, porque a Constituição distribui as competências de tal sorte que as relações internacionais são competências da União.

Por outro lado, aos Estados compete garantir, por exemplo, a segurança pública e individual. Há uma atribuição do Estado, implementadora; e outra atribuição ou competência de iniciativa da União. E elas devem ser contrabalançadas: quando a União se compromete, sabe que a responsabilidade internacional passa a ser do Estado como um todo. Se o Estado descumpri-la, não fica mal apenas o Estado, mas também a União.

Os mecanismos que permitem à União, na forma do art. 28 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, garantir que o Estado venha a cumprir as normas internacionais de proteção dos direitos humanos são extremamente fracos e pobres. A Federação brasileira, no que diz respeito à segurança individual, é extremamente pulverizada. É um fato. Isso significa que é difícil o canal de comunicação entre Estado e Federação na hora de garantir o cumprimento das obrigações internacionais às quais o Brasil se submeteu, ao assinar e ratificar um tratado internacional.

Inicialmente, vou tentar alinhar os sistemas já cogitados para resolver esse problema.

Creio que os senhores se lembram do Pacote de Abril, a Emenda Constitucional nº 7, salvo engano, promulgada pelo general Geisel, que simplesmente se utilizou do Ato Institucional nº 1 para decretar o recesso do Congresso Nacional. Impôs, com isso, uma reforma constitucional.

No art. 114 da Emenda Constitucional nº 1, repetindo o dispositivo da Constituição de 1946, havia uma norma interessante que dizia competir à Justiça Federal processar e julgar os crimes definidos em tratados internacionais. O Pacote de Abril colocou-lhe um rabicho: quando o crime fosse cometido no estrangeiro e seu resultado ocorresse no Brasil ou vice-versa. A cláusula exigia caráter transfronteiriço do *iter criminis*. Então, o crime definido em tratado internacional passava a ser julgado pela Justiça Federal somente quando houvesse essa circunstância transfronteiriça.

Houve para isso uma razão muito simples: o tráfico internacional de entorpecentes. A Justiça Federal, à época, era muito pequena. Então, se deixassem esse rabicho de fora, significaria que, com a Lei nº 6.368, de 1976, a Lei de Entorpecentes, a Justiça Federal seria praticamente responsável pela implementação da Lei Antitóxico, mas não tinha condições para isso. Então, ficou resolvido que, normalmente, seria a Justiça Estadual, e somente quando o tráfico fosse internacional a responsabilidade seria da Justiça Federal.

Isso afetou um monte de outras coisas. Apesar de a proteção internacional dos direitos humanos se projetar sobre a responsabilidade internacional do Estado, os atos que desencadeiam a violação são individuais e definidos como crimes internacionais: tortura, crimes contra a humanidade etc. A responsabilidade individual, que de alguma forma desencadeia a responsabilidade internacional do Estado, tem duas formas: o ato individual leva à violação, pelo Estado, do direito internacional; e, se o Estado deixa de persegui-lo, viola mais uma vez o direito internacional, porque tem a obrigação, diante de crimes

internacionais, de iniciar a percepção penal. Se ele deixa de iniciá-la, se deixa impune o crime, está violando mais uma vez a proteção internacional dos direitos humanos.

E quais eram os crimes internacionais? Na época, o trabalho escravo, o *apartheid*, por exemplo. Automaticamente recairiam sobre a jurisdição federal. Mas depois foi incluído o rabicho, que os deixou de fora. Então, nem todo crime definido em tratado internacional, por si só, é da competência da Justiça Federal.

Começamos a trabalhar na Procuradoria um pouco depois, no final da década de 80, com crimes praticados contra populações indígenas e os relativos ao trabalho escravo. Tentamos atrair a competência da Justiça Federal, sob a alegação de interesse federal, porque o inciso IV do art. 109 da Constituição, que define a competência da Justiça Federal, diz claramente que o julgamento de crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União é de responsabilidade da Justiça Federal.

Tentamos dizer que o interesse da União se justificaria porque havia assinado o tratado. Logo, teria interesse primordial, preferencial, sobre a sua implementação. Não colou. A verdade é que o Supremo Tribunal Federal fulminou a nossa argumentação de que o trabalho escravo era crime contra a organização do trabalho. O voto do Ministro Moreira Alves foi em sentido contrário. Aquela Corte também não aceitou a tese do interesse federal simplesmente pelo fato de que se tratava de crime definido em tratado. A Justiça foi extremamente conservadora em relação ao aumento da competência da Justiça Federal.

Em função disso, surgiram as primeiras exigências internacionais para que o Brasil tomasse providências, a fim de garantir que os Estados em que a maior parte das violações de direitos humanos ocorriam se adequassem aos tratados internacionais. À época, em 1990, recebemos a visita de representantes da Anistia Internacional, da *Americas Watch* e de várias entidades internacionais que faziam sempre esta mesma pergunta ao Procurador-Geral da República: “*O que vocês fazem para garantir que os Estados se amoldem a uma obrigação de ordem internacional que o Governo Federal assumiu?*” Dizíamos que não havia muito a fazer, mas que poderíamos pensar em reformar a Constituição de modo a permitir que a Justiça Federal atuasse dessa forma.

O conceito que se elaborou na época foi o de restabelecer um rol de crimes internacionais de competência da Justiça Federal. Seria, portanto, uma competência permanente. Isso não se concretizou, pois a resistência foi muito grande.

A segunda saída veio em 1992, com a proposta do Deputado Hélio Bicudo de federalizar pontualmente, ou seja, criar novo mecanismo de intervenção ju-

risdicional federal para atrair para a Justiça Federal determinados casos. Foi a reforma que acabou passando agora, com a Emenda Constitucional nº 45.

É interessante porque, de alguma forma, o texto da emenda repete instituto que já existia na Constituição, mas muito mal formulado: a intervenção federal para a garantia dos direitos humanos (art. 37). O problema dessa formulação é que a Constituição não diz em que consiste a intervenção federal, no caso dos direitos humanos. O único caso em que se tentou decretar a intervenção federal foi o Matupá, no Supremo Tribunal Federal, que não deu em nada.

Na verdade, o que se tentou com o novo mecanismo foi robustecer a intervenção federal, só que judicializando-a de modo mais claro. Sabemos todos que essa tentativa sofreu inúmeras críticas e resistências. Mas não acho razoável discutir se valeu ou não a pena. Vamos verificar ao longo do processo.

Por enquanto, tivemos um único caso: o da Irmã Dorothy. O Superior Tribunal de Justiça estabeleceu alguns princípios sobre o cabimento dessa ação. Mas, pelo menos, não a descartou de antemão. Porém, no caso concreto, entendeu que o Estado estaria realmente agindo para a perseguição criminal e que, portanto, não haveria motivo para retirar-lhe a competência sobre a causa.

É verdade que a medida de intervenção sempre será uma ferida dentro do sistema federativo. Por isso a resistência. É sempre uma ferida porque a intervenção só se dá quando o Estado é incapaz ou não tem vontade política de levar uma perseguição penal adiante. A situação se assemelha à do Tribunal Penal Internacional, ou seja, é preciso haver uma falha do sistema estadual para que a questão seja analisada pelo sistema federal. A assunção do caso pelo sistema federal significa uma censura ao Estado que falhou. Essa é a grande ferida que tal intervenção gera.

Devemos, necessariamente, discutir alternativas. Mas, em primeiro lugar, devemos deixar bem claro que os Estados são o esteio natural de todas essas causas. Evidentemente, só podemos pensar em proteção internacional de direitos humanos no Brasil, se tivermos essa proteção garantida a partir da base. O Estado precisa se democratizar a partir da sua base até a cúpula. Devemos estimular o Estado a respeitar os direitos humanos, e não que seja expropriado na sua competência pela União, que, com isso, definitivamente se tornaria incapaz de gerir seus próprios conflitos. É uma forma de paternalismo extremamente lesivo para a Federação.

Parece-me que, no caso da Irmã Dorothy, a simples perspectiva de federalização fez com que a Justiça Estadual trabalhasse muito acima do seu padrão

normal, ou seja, com rapidez enorme. Houve estímulo e ganho porque, de alguma forma, a simples perspectiva já fez a Justiça trabalhar com mais eficiência.

Não deve ser apenas o porrete sobre a Justiça — por assim dizer — o determinante para que o Estado trabalhe com mais eficiência. Acredito que um importante papel tem sido desprezado nesta discussão: o da sociedade civil. É muito mais importante oferecer alternativas à ineficiência da Justiça com ação da sociedade civil do que empurrar a responsabilidade para outro órgão do Estado.

Por exemplo: no projeto do Deputado Sigmaringa Seixas sobre prevenção da tortura foi prevista, no caso de o Ministério Público não propor ação em tempo hábil, a ação subsidiária privada. Em vez de se passar para a vítima, passa-se para uma organização não-governamental. Nesse caso, garante-se o mecanismo de judicialização da violação; não pela federalização, mas pela sociedade civil. Isso estimula, certamente, a democratização na base do sistema, muito mais eficiente do que jogar isso, paternalisticamente, para a cúpula.

Essa questão deve ser debatida com muito mais vigor, não por considerarmos a federalização uma solução necessária, o que talvez, isoladamente, pode até ser importante. Vimos no caso da Irmã Dorothy como se estimulou a Justiça a trabalhar. Não podemos também desprezar o impacto dessa medida. Mas devemos, no Estado Democrático de Direito, pensar em outras alternativas. E a alternativa que considero, em primeiro lugar, é a de aproveitar mais a disposição da sociedade civil organizada para cooperar na judicialização de violações graves de direitos humanos do que simplesmente jogar a responsabilidade para outro órgão do Estado, o que, às vezes, pode ser uma solução autoritária.

Isso é o que tenho a dizer apenas para o debate. Temos outros elementos, mas encerro por enquanto. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Geraldo Thadeu) - Agradeço ao Dr. Eugênio Aragão e o parabênizo pela belíssima apresentação.

Anunciamos a presença entre os integrantes da Mesa da Dra. Flávia Piovesan.

Convido o Dr. Romeu Olmar Klinch a assumir a presidência dos trabalhos. S.Sa. também participará dos debates.

Agradeço aos expositores e aos demais presentes. Peço desculpas, mas tenho de me retirar, pois estou sendo convocado para a reunião da CPMI.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Com a palavra a Dra. Flávia Piovesan.

A SRA. FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN - Boa-tarde.

Inicialmente, gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e às demais entidades organizadoras a honra do convite para participar deste Encontro Nacional de Direitos Humanos.

Cumprimento os membros da Mesa, o meu estimado amigo Prof. Eugênio, os Srs. Romeu Olmar, José Francisco Sales e os demais presentes.

Reitero a importância desta discussão, cujo principal objetivo é a reflexão sobre o Estado Federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos. Início a minha exposição com alguns dados pertinentes à excelente intervenção de Eugênio, para podermos avançar nesta discussão.

Hoje, contra o Brasil há 3 casos na Corte Interamericana de Direitos Humanos e 2 casos pendentes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos: o de Gilson Nogueira Carvalho, referente à denúncia de assassinato do defensor de direitos humanos por grupo de extermínio no Rio Grande do Norte, encaminhado em 19 de janeiro deste ano; e o caso Damião Ximenes Lopes, referente à denúncia de morte por espancamento em clínica psiquiátrica no Ceará, encaminhado à Corte em outubro do ano passado.

Além desses 2 casos pendentes de apreciação, o do Presídio Urso Branco, Estado de Rondônia, chegou à Corte em razão de denúncia de morte e de maus-tratos de detentos. A Comissão encaminhou à Corte pedido de medidas provisionais, em virtude da extrema gravidade e da urgência do caso.

Esses são dados do final de janeiro de 2005.

Além disso, temos o legado de 68 casos pendentes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Segundo pesquisa que realizei, esses 68 casos poderiam ser classificados em 8 grupos: violação de direitos dos povos indígenas; violências rural e policial; violação aos direitos de crianças e adolescentes; violência contra a mulher; discriminação racial; violência contra defensores de direitos humanos, e assim por diante.

Em relação a esses 68 casos há outro dado que merece realce: 2 deles apontam a responsabilidade direta da União. Refiro-me ao caso José Pereira, de trabalho escravo, objeto de solução amistosa; e o da morte de indígena macuxi em delegacia de Roraima, à época Território Federal. Quanto aos demais casos, 97% são de responsabilidade do Estado.

Como lidar com essa problemática à luz do que disse Eugênio? Como enfrentar a responsabilização no campo dos direitos humanos, o cumprimento das decisões internacionais, tendo em vista a esfera federativa? Há casos em vários Estados. Citaria o caso Gilson, do Rio Grande do Norte, em que há docu-

mento oficial, que cheguei a ver, no qual autoridades estatais não reconhecem qualquer legitimidade de órgão alienígena como a OEA, por meio da Comissão Interamericana da Corte, para tratar de assuntos dessa natureza. Esse é o grande impasse. Não se trata de invenção; não é ficção. É o Brasil real, de janeiro de 2005. Temos um problema e um desafio a enfrentar.

Além desses, há outros problemas sobre os quais falarei mais à frente.

Vou trabalhar com essa questão a partir de duas indagações: como compreender o desafio da implementação, pelos Estados da Federação, dos *standards*, parâmetros e obrigações internacionais de direitos humanos? Qual é o alcance da responsabilidade internacional dos Estados em matéria de direitos humanos? Finalmente, quais os mecanismos internos criados pelo Brasil e por outros Estados latino-americanos para responder a esse desafio? Quais as propostas e as perspectivas para aprimorar e fortalecer a implementação desses parâmetros de direitos humanos no âmbito brasileiro?

Passo à análise da primeira questão. Como compreender esse desafio da implementação, pelos Estados, dos parâmetros protetivos internacionais? Qual o alcance da responsabilidade internacional dos Estados no campo dos direitos humanos?

Começo frisando que os tratados internacionais de direitos humanos permitem, de um lado, a humanização do Direito Internacional; de outro, a internacionalização dos direitos humanos. Há dupla vocação em relação aos tratados de direitos humanos. Sabemos que eles projetam a visão de que os direitos humanos são temas de legítimo interesse da comunidade internacional, não se restringindo à exclusiva competência nacional. O sistema internacional é fruto do pós-guerra: nasceu como resposta à barbárie totalitária. Esse piso mínimo que costumo chamar de mínimo ético irreduzível, pavimentação ética mínima, tem instrumentos jurídicos normativos, procedimentos a um grau cada vez mais sofisticado de institucionalização do sistema normativo internacional de proteção de direitos humanos.

Falar da proteção de direitos humanos hoje é falar da proteção, no âmbito do Brasil, dos sistemas nacional, regional e global e não de maneira estanque. Mas é avaliar o impacto do global no local, e o impacto do local no global.

Por exemplo: ontem, nesta Casa, foi apresentado projeto de lei, pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, sobre a violência doméstica, que busca o adequado enfrentamento de uma violência que vitima as mulheres. Setenta por cento das mulheres morrem no Brasil vítimas da violência doméstica. Qual é a motivação? Quem consultar o projeto de lei vai ver

o caso de Maria da Penha, que chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e condenou o Brasil.

É muito estratégico o uso da litigância internacional por meio de articuladas, inventivas e ousadas atuações das organizações internacionais para conquistar ganhos que simbolizem avanços internos. A litigância internacional no campo dos direitos humanos deve ser vista sob essa perspectiva. *“Vamos lá fora porque esgotamos as vias internas. Não há mais esperança. Queremos que o ganho internacional traduza progressos e avanços internos”*. Exemplo claro disso foi a apresentação, ontem, desse projeto de lei.

Como dizia, há os sistemas global, regional e local e a interlocução desses sistemas. Para que possamos falar dos tratados de direitos humanos, é importante fixarmos 4 dimensões.

Quando se fala em tratado de direitos humanos, seja ele sobre tortura, seja sobre abolição de pena de morte, seja sobre direitos de crianças e mulheres, seja sobre direitos econômicos, sociais e culturais, enfim, seja qual for o objeto, podemos extrair uma vertente ou feição estrutural deles: todos simbolizam o piso mínimo e não o teto máximo de proteção. Isso nos dá hermenêutica própria. Quem interpreta o tratado de direitos humanos tem de pensar que o Estado está além e jamais aquém dos parâmetros mínimos. Parâmetro mínimo é o piso e não o teto.

Segunda dimensão: todos os tratados de direitos humanos se movem numa dupla gramática. A partir deles, nós indivíduos ganhamos direitos; os Estados contraem deveres, obrigações jurídico-vinculantes. Não há direito que não traduza um dever para o Estado.

O Sr. Eugênio mencionou o direito de não ser submetido à tortura. Esse direito, por sua vez, demanda do Estado políticas públicas para prevenção, investigação, processo, julgamento e reparo da tortura.

Terceira dimensão: os tratados criam órgãos de proteção e mecanismos de monitoramento. E cada vez mais há “justicialização” do Direito Internacional. O que quero dizer com isso? O grande drama e o desafio do Direito Internacional foi sempre o de adquirir garras e dentes, ou seja, capacidade sancionatória. Hoje, a atuação da Corte Interamericana é crescente; recentemente foi instalada a Corte Africana de Direitos Humanos; e diretamente à Corte Européia de Direitos Humanos, a partir de novembro de 1998, qualquer pessoa física, qualquer organização não-governamental ou grupo de indivíduos pode submeter denúncias.

Está cada vez maior o aprimoramento da esfera internacional do sistema normativo de proteção dos direitos humanos no âmbito internacional, o que me faz fechar esta primeira parte lembrando a observação do Prof. Cançado Trindade, ao alertar que o futuro da proteção internacional dos direitos humanos depende, em grande parte, da adoção e do aperfeiçoamento de medidas nacionais de implementação.

Costumo dizer aos meus alunos que o Direito Internacional não é o Direito de Marte, de Júpiter ou de Saturno. Ele nasce pelo consenso e dissenso dos Estados e se aplica nos Estados. Portanto, de nada adianta — e esse é o meu chamado nesta primeira parte — termos ampla sofisticação no âmbito internacional, com cortes, procedimentos, comissões, cartas, direitos, se os Estados simplesmente desprezam ou se mostram indiferentes a essa normatividade.

Fiz o levantamento de todos os casos que chegaram à Corte Interamericana e constatee que ela decidiu, até hoje, 75 casos e 58 medidas provisionais. Há casos contra a Argentina, o Brasil e outros tantos. As decisões têm de ser cumpridas em cada um dos países. E como?

Passo à segunda e última questão: quais mecanismos internos temos para responder a esse desafio? E quais são as propostas e perspectivas para aprimorar e fortalecer essa sistemática?

Primeiramente, eu penso no chão histórico. É extremamente recente a incorporação dessa normatividade internacional no Cone Sul, na América Latina. Por quê? Porque a incorporação é reflexo e resultado do processo de democratização da região. E aí temos o diálogo entre democracia e direitos humanos.

No caso brasileiro, há o direito pré e o direito pós 1988. Foi com a Carta de 1988 — e estamos em 2005, portanto, menos de 20 anos — que o Brasil passou a ratificar os principais tratados internacionais. Foi em 1998 que o Brasil acolheu a jurisdição da Corte Interamericana. Foi em 2002 que o Brasil acolheu a jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

Ontem participei de uma conferência regional dos advogados do Paraná sobre o impacto da reforma do Judiciário no campo dos direitos humanos. Na oportunidade, trabalhamos 3 grandes legados: a federalização dos crimes contra os direitos humanos; o reconhecimento constitucional do Tribunal Penal Internacional, pelo § 4º do art. 5º; e a nova sistemática pertinente aos tratados de direitos humanos (§3º).

Em suma, há uma abertura da Constituição à ótica internacional. Há, de certa maneira, a internacionalização do Direito Constitucional, que passa a dialogar com o Direito Internacional, e, ao mesmo tempo, a constitucionaliza-

ção do Direito Internacional, que passa cada vez mais a ser positivado, baseado em tratados, em procedimentos, em órgãos de monitoramento, etc.

Destaco a atuação do Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, que consolida o que eu chamaria de constitucionalismo regional, na medida em que a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos foi ratificada por 25 Estados. Se passarmos os olhos pelo padrão de litigância internacional, pelo que chega a esse Sistema, pelas grandes e mais graves violações de direitos humanos da nossa região, vamos nos deparar com a nossa fragilidade democrática no que tange à universalização dos direitos. Se passarmos os olhos por todos os casos da Corte e da Comissão, veremos que maioria significativa envolve violação de direitos civis, especialmente à vida e à integridade física.

Destacam-se as denúncias de execuções sumárias, de detenções ilegais e arbitrárias, de julgamentos injustos, de desaparecimentos forçados, de impunidade em face à incapacidade do Estado de investigar, processar e punir, bem como grave padrão de violação aos direitos dos grupos socialmente vulneráveis: mulheres, crianças, adolescentes, povos indígenas, populações afro-descendentes e assim por diante.

Diante desse quadro marcado por graves e sistemáticas violações a direitos humanos, basta ver o que ocorre nesta Casa, hoje; as democracias em fase de consolidação, que buscam romper denso legado de regimes autoritários e suas práticas; e o crescente monitoramento internacional dos direitos humanos. E indago: quais os mecanismos que temos no Brasil para resolver os nossos casos?

A Sra. Renata Pelizon, que está aqui, pode me corrigir. Tenho acompanhado esse tema, que me interessa muitíssimo, e sei que houve poucas soluções amistosas no Brasil. Recordo-me de 2 casos: de José Pereira e do 42º Distrito Policial — Parque São Lucas —, quando 18 detentos foram mortos por asfixia no seu interior. O então Governador de São Paulo, Mário Covas, autorizou o pagamento de indenização aos familiares. Por quê? Conforme de nota de rodapé, porque havia interlocução entre os âmbitos federal e estadual. Coincidentemente, havia interlocução: quem estava na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos era José Gregori; e quem estava na Secretaria de Justiça do Governo de São Paulo era Belisário dos Santos Júnior, militantes na área de direitos humanos. Houve diálogo. O êxito foi obtido por isso.

O que me preocupa muitíssimo é que esses 2 casos demonstraram que ainda não há um sistema. Na verdade, há respostas ainda amadoras e episódicas em relação a soluções amistosas. Não temos um sistema institucionalizado.

Há alguma lei a respeito no Brasil? Não. O que há é projeto de lei apresentado a esta Casa há anos pelo então Deputado Marcos Rolim, reapresentado pelo Deputado José Eduardo Cardozo, que disciplina os efeitos jurídicos das decisões proferidas por organismos internacionais de direitos humanos.

O projeto é extremamente simples e contempla 3 disposições. A primeira delas, no meu entender, é importantíssima: as decisões internacionais produzem efeitos jurídicos imediatos no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro.

Ainda estamos discutindo no Brasil se é necessária a homologação de sentença estrangeira. Parece-nos óbvio que não se trata de sentença estrangeira, mas internacional, proferida por um organismo que o Brasil anteriormente acolheu no campo da jurisdição. Mas, até a reforma do Judiciário, cabe ao Supremo Tribunal Federal homologar sentença estrangeira. Com a reforma, nos termos do art. 104, § 1º, inciso I, cabe ao STJ. Estamos ainda nessa discussão, e é um ganho afastar a eventual homologação pelo Judiciário local de uma sentença que não é estrangeira, mas internacional.

Lembro que, à época, o projeto de lei do Deputado Marcos Rolim recebeu parecer desfavorável porque se entendeu que feria a soberania nacional. Como a decisão alienígena produz aqui efeitos jurídicos imediatos?

Segunda disposição do projeto: as decisões de caráter indenizatório estarão sujeitas à execução direta contra a Fazenda Pública Federal, contra a União.

Terceira disposição: o cabimento da ação regressiva da União contra o Estado, pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, responsáveis direta ou indiretamente pelo ilícito.

Parece-me que o projeto é relevante e pode ser aprimorado, sim, mas nas suas previsões já significariam avanço qualitativo. Pelo menos teríamos a certeza de que haveria produção de efeito imediato de sentença internacional aqui. Quem paga a conta é a União; depois, ela é ressarcida: o doente causou a lesão.

Seguindo a linha do que dizia Eugênio, a responsabilidade lá fora é do Estado brasileiro. A responsabilidade é una e indivisível. Ele mencionou o art. 28 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. O Governo do Brasil não pode chegar a uma audiência da Comissão Interamericana e dizer: *“Desculpe, mas não temos nada a ver com o que ocorre em Rondônia, no Presídio Urso Branco. Na verdade, é o Estado. Vivemos numa Federação, mas não temos qualquer responsabilidade em relação ao caso”*. Isso porque, no âmbito internacional, a cláusula federativa ou da separação dos Poderes não pode afastar a responsabilidade internacional do Estado, una e indivisível.

Avaliando outros Estados, lembro-me de ter apresentado um trabalho a respeito disso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, numa *work session* ocorrida há 2 anos. Havia legislação de alguns países da nossa região, como Peru, Honduras, Venezuela, Costa Rica, Colômbia, e um projeto de lei da Argentina. Qual é o resumo dessas legislações? O que extraímos delas? Todas elas preocupam-se em conferir execução imediata às decisões internacionais.

Penso que a mais progressista é a legislação da Costa Rica, segundo a qual as decisões da Corte Interamericana têm a mesma força obrigatória das decisões do Poder Judiciário nacional. E prevê ainda dotação orçamentária específica destinada ao cumprimento das decisões da Corte, o que é mais um problema. De onde sai a verba? Haverá que se respeitar a ordem dos precatórios ou não?

Lembro que esse é um desafio, que as respostas são escassas, recentes e não apresentam o mesmo formato, mas insistem em expressamente reconhecer que as decisões internacionais têm eficácia imediata e força obrigatória no âmbito interno.

Encerro lançando 7 propostas que me parecem importantes para aprimorar e fortalecer a implementação, pelos Estados, desses parâmetros internacionais.

A primeira proposta é a de cooperação com os organismos internacionais, seja a ONU, seja a OEA, para que sejam viabilizados programas de ampla capacitação em Direito Internacional na área de direitos humanos, em todas as esferas de governo: nos Municípios, nos Estados, na União, nos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Temos de endossar que as ações e as omissões dos agentes públicos de qualquer esfera podem causar impacto no âmbito internacional.

O Legislativo tem o dever de harmonizar o Direito interno à luz desse mínimo ético irredutível. No caso do Poder Judiciário, seria fundamental que decidisse em conformidade com os parâmetros internacionais. O Executivo, de igual maneira.

A segunda proposta é a de reconhecer expressamente que as decisões internacionais em matéria de direitos humanos produzem efeitos jurídicos imediatos. Temos de garantir isto no Brasil: efeitos jurídicos imediatos e obrigatórios. Insisto que não podemos cair na armadilha de acreditar que uma decisão internacional se equipara a uma sentença estrangeira proferida por Cortes do Peru. É diferente. É uma decisão internacional proferida por um órgão reconhecido pelo Estado.

A terceira proposta é a de adotar disposição normativa e mecanismos internos que disciplinem a execução e o integral cumprimento, no âmbito interno, das decisões internacionais. Não podemos continuar a depender da boa vontade, do amadorismo e do improvisado que imperam atualmente nesse campo. Temos de imaginar uma resposta institucionalizada.

A quarta proposta — já apresentada à OEA — é a de adoção de diretrizes internacionais que orientem os Estados no cumprimento dessas decisões.

A quinta proposta é a de reforçar nos Estados Federados a responsabilidade da União na execução e no cumprimento dessas decisões, cabendo a ela responsabilizar o ente violador. Penso que é fundamental também encorajar os entes federados a cumprirem suas obrigações internacionais.

A sexta proposta é a de estreitar e fortalecer a interlocução entre as diversas esferas federativas, ou seja, entre as instâncias do próprio Governo. Dou um exemplo: nas audiências da Comissão Interamericana que tenho tido a chance de acompanhar, comentei isso abertamente, de forma muito construtiva, transparente e crítica a colegas, conhecidos e companheiros do Itamaraty. Parecia-me haver contraditório assimétrico, porque as ONGs, felizmente, estão cada vez mais articuladas e capacitadas, litigando muito bem. No pólo passivo, estão lá numa grande mesa oval os comissionados da Comissão Interamericana, os petionários, de um lado; e, de outro lado, o Estado. Via de regra, quem representa o Estado são 2 ou 3 diplomatas. E, por mais brilhantes que sejam, muitos nem têm formação na área jurídica. O debate é difícil, muitas vezes técnico. Nós mesmos que atuamos na área do Direito temos de nos dedicar ao seu estudo para entender esse jogo.

Sempre disse que era insuficiente. O contraditório está assim. O Brasil tem política defensiva e não pró-ativa, não propositiva. Sempre critiquei isso e fiquei muito feliz em ver mudanças que penso devem ainda ser aprimoradas. Sempre defendi que as autoridades locais também estejam na mesa de negociação com os entes federados. É preciso que haja articulação no campo da defesa, não só técnica, mas também política. É preciso que haja prestação de informações, que as autoridades estaduais sintam nos seus ombros o vexame, o constrangimento da responsabilização internacional por suas ações ou omissões. Temos de fomentar essa co-responsabilização dos entes federados.

Lembro também a importância de se aprimorar o sistema sancionatório internacional. Cito o caso que penso ser o mais avançado, o do sistema europeu, que prevê inclusive a possibilidade de exclusão do Estado do próprio sis-

tema por descumprimento das decisões dos órgãos internacionais de direitos humanos. O Conselho da Europa pode impor sanções dessa natureza.

Concluo realçando a importância do sistema internacional. Tenho-me dedicado muito a esse estudo porque acredito que esses sistemas têm assumido extraordinária relevância. Eles constituem especial *locus* para a proteção dos direitos humanos.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos tem salvado muitas vidas. Ele tem contribuído de forma decisiva para a consolidação do Estado de Direito e da democracia na nossa região; tem combatido a impunidade; tem assegurado às vítimas a esperança de que a Justiça seja feita e de que os direitos humanos sejam respeitados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Sobre um dos nossos debatedores, o Sr. Jaime Benvenuto, a informação que nos chega é de que não conseguiu embarcar no Aeroporto de Recife para participar deste debate conosco.

Entretanto, consultamos rapidamente alguém que tem-se dedicado à implementação, principalmente à análise, dessa questão, a Dra. Renata Pelizon, sobre se concordava em substituí-lo. S.Sa. aceitou prontamente. Por isso, convido-a a integrar a Mesa. Assim, poderemos iniciar o segundo momento deste painel, com a exposição de 2 debatedores. Na seqüência, o próprio Plenário poderá manifestar-se sobre o assunto.

O Deputado nos informava o fato de termos feito essa proposta no Comitê Organizador do Encontro Nacional dos Direitos Humanos de 2005 exatamente por conta de debate que muitos de nós travamos, no ano passado, sobre a construção de um sistema nacional de direitos humanos. Infelizmente, o segmento passou por dificuldades e muito se acumulou naquele momento, gerando consenso sobre a necessidade de se dar um passo institucional na luta pelos direitos humanos no Brasil.

Muitos dos senhores participaram do diálogo que realizamos em janeiro. A grande questão era saber qual institucionalidade precisávamos no plano nacional para, de fato, implementar as obrigações de direitos humanos já reconhecidas pelo Estado brasileiro, mas que não se multiplicam nas suas unidades federadas. Surge aí, Flávia, a preocupação quanto à possibilidade de o Estado dizer perante a Comissão Interamericana que não tem responsabilidade sobre aquilo que a unidade federada fez. É o que ocorre em nosso País neste momento: a unidade da Federação diz que não ratificou o tratado internacional e, portanto, não tem a obrigação de cumpri-lo.

Cito alguns casos recentes. Comentei com Eugênio e Flávia o fato de autoridades estaduais, Governadores, não reconhecerem isso. O Judiciário Estadual não está aceitando mecanismos convencionais de fiscalização do cumprimento de obrigações. Há esse mal-entendido. Quando a Relatora de Direitos Humanos da ONU, Asma Jahangir, anunciou que recomendaria a visita de um relator para averiguar a independência de juízes e advogados, houve reação no Brasil. A situação está muito mal resolvida.

Mas o processo é novo. O Sistema Internacional já tem mais de meio século e hoje talvez tenha formato consolidado, mas ainda em processo de reforma, que se anuncia. No plano nacional também. Há menos de 10 anos o Brasil reconheceu a competência desses órgãos com caráter contencioso. E os casos começam a chegar. Como vamos trabalhar? De que mecanismos necessitamos dentro do pacto federativo para dividir as responsabilidades entre os Estados da Federação?

Vou passar a palavra à Sra. Renata Pelizon, que chegou agora e foi pega de surpresa. Mas há recomendação do próprio Francisco Sales para que ela inicie o debate.

A SRA. RENATA PELIZON - Obrigada, Olmar.

Boa-tarde a todos. Peço desculpas por não ter exposição pronta, pois fui pega de surpresa pelo Romeu Olmar. Então, vou apresentar uma visão prática sobre os assuntos em pauta.

Cumprimento a Dra. Flávia, o Dr. Eugênio, o Dr. Francisco Sales e todos os componentes da Mesa.

Início dizendo que a Dra. Flávia realmente apresentou o panorama real do que existe. E a prática que temos parte do ponto de vista do que se passa aqui dentro, pelo menos na Assessoria Internacional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A mesa é composta por pessoas ilustradas do ponto de vista do Direito Internacional. E, no âmbito estadual, muitas vezes o que se vê é a falta de saber sobre o tema, o desconhecimento total por parte das autoridades de certos Estados. Como o Brasil é vasto, esse nível ou desnível de saber é variado. Há Estados que colaboram mais com o Governo nesse sentido, outros em nada contribuem.

O conhecimento sobre o sistema internacional de ONGs e outras entidades é de certa forma focado, centralizado. As entidades mais atuantes nessa área estão localizadas no Sudeste; no Nordeste, haveria uma ou outra; e há Estados que simplesmente não têm entidades representativas.

Verificamos concentração do saber dos 2 lados. Deveríamos tentar modificar não apenas o lado das autoridades, mas também o das entidades.

Concordo com Flávia, quando diz que se trata de processo histórico. O Brasil aderiu a esses instrumentos há pouco tempo. Portanto, precisa de tempo para amadurecer e constituir instituições mais sólidas nesta área.

Temos conversado muito com representantes estatais da Colômbia, do México e da Argentina, países que enfrentam problemas semelhantes ao nosso. A Colômbia não, mas a Argentina e o México, fundamentalmente, têm atuação muito mais avançada do que a nossa nesses fóruns internacionais. Podemos citar o caso da Argentina, que aderiu ao Sistema Americano há mais tempo do que o Brasil. O que eles nos contam hoje é muito importante. Não há um cidadão argentino, genericamente falando, que não tenha conhecimento. Esse é o Sistema Americano. Pessoas comuns passam pela rua, e todo mundo conhece. Esse sistema tem sido usado de maneira muito contundente por todos eles. Mas, como já dissemos aqui, trata-se de um país que aderiu ao sistema há mais tempo e, portanto, tem outra prática.

Tivemos a chance de participar de um curso organizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em março deste ano, e pudemos assistir às audiências. Numa delas, a Colômbia estava sendo acusada de tortura; um caso impressionante. Conversando com as autoridades colombianas, soubemos um pouco desse caso. Era conturbado, e havia provas realmente contundentes de que o Estado tinha violado os direitos humanos de um indivíduo colombiano. E, de forma muito emocionante para quem estava presente, o Estado colombiano resolveu assumir a responsabilidade integral por aquele ato. Os representantes colombianos que lá estavam cumprimentaram a própria vítima e lhe pediram desculpas pelo que o Estado tinha feito com ela. Nunca vimos atitudes como essa aqui. Ainda não tivemos condições de agir de forma semelhante no Estado brasileiro.

Vou falar agora sobre as 7 estratégias delineadas por Flávia. A primeira refere-se à cooperação com organismos internacionais. Mas não se trata apenas disso: é necessária também a cooperação com outros Estados que já têm prática mais avançada. Temos tentado promover esse tipo de diálogo na Secretaria e junto a organismos internacionais. A boa novidade da semana passada foi reunião extensiva, em Washington, com representantes da Comissão Interamericana.

Seria importante que os próprios membros da Comissão promovessem seminários com representantes do Brasil, da Argentina e do México, a fim de propiciar a troca de informações. Assim, poderemos obter algumas idéias.

A retórica da não-adesão é manifestada por grande parte dos Estados. Tentamos passar uma visão mais avançada e progressista quanto ao fato de que os Estados aderiram ao tratado internacional por vontade própria, num ato soberano. Isso parece muito lógico. O discurso ficaria muito fácil se fosse apenas assim. Já que o Estado, por vontade própria, aderiu a esses tratados, precisa estar pronto para implementá-lo. Não adianta aderir, se, depois, não modifica suas estruturas internas, tanto do ponto de vista legal quanto administrativo, para implementar as mudanças. Pelo que temos observado, isso não ocorre.

Há que se dizer que esse problema não é apenas dos Estados. Na esfera federal também há muito a avançar. Houve iniciativa que considero positiva, tomada desde o ano retrasado, com base na solução amistosa do caso José Pereira, já mencionado aqui — depois falarei sobre soluções amistosas; os 2 casos mencionados por V.Sa. não são os únicos de que sabemos.

No primeiro caso, tivemos de encaminhar projetos de lei para pagar as indenizações. Houve avanço desde o caso José Pereira, de 2003, se não me engano. Conseguimos uma solução amistosa. A partir daí a Secretaria conseguiu rubrica orçamentária com previsão de pagamento de indenizações, em relação a obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro. Foi um grande avanço.

Há outro caso federal, ocorrido em Roraima, referente à morte do índio Ovelário Tames. Na realidade, não se trata de solução amistosa, mas, sim, de termo de cumprimento de recomendações, porque esses casos já existem, como o Relatório nº 51, já publicado.

Para o pagamento de indenizações, conseguimos outro avanço: um parecer da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, confirmando que, uma vez que já temos a nossa rubrica orçamentária — e repito: foi um avanço —, e tendo como base o próprio texto internacional da Convenção Americana, a lei máxima sobre o assunto, não seria necessária outra lei específica para pagamento de indenização, uma batalha nossa.

A passos demorados, vamos avançar mais ainda nesse processo e fazer as autoridades federais e estaduais conhecerem um pouco mais sobre o funcionamento dos sistemas internacionais — o americano e o da ONU. Assim, poderão entender um pouco mais a motivação que há por trás disso e mudar suas práticas, se for o caso.

Só para esclarecer, devo dizer a todos que a única e exitosa solução amistosa assinada até hoje foi relativa ao caso José Pereira. Sobre o outro caso citado por Flávia, o da 42ª DP, do Parque São Lucas, em São Paulo, a solução amistosa teve início, mas, pouco depois, foi paralisada pela incapacidade do Estado

brasileiro de cumprir todos os itens. Ali, na verdade, houve retrocesso. O que temos hoje em relação ao caso foi publicado no relatório de mérito. Agora, em relação ao caso Ovelário Tames, vamos fazer um acordo de cumprimento de recomendações.

Além dessas, posso citar, sem consultar as fichas, o caso dos meninos emasculados no Maranhão, em que a solução amistosa ainda em negociação, ou seja, o processo não foi encerrado.

Cito ainda o caso da Penha, na Paraíba, em que a solução amistosa tramita há algum tempo, bem como o caso Wagner dos Santos, um dos mais emblemáticos, em que há também solução amistosa pelo menos nos últimos 5 anos.

Do ponto de vista do Governo Federal e no que compete a nós, temos dado todos os incentivos aos Estados. Realmente, discute-se o quão útil são as soluções amistosas. As pessoas têm conhecimento de que há indenização e, no caso, isso seria o mais importante. Sempre tentamos passar a idéia de que não é. A indenização é apenas um aspecto desses casos. O mais importante é conseguir, por meio de um caso, avançar em termos de legislação, a fim de beneficiar todos. Quando buscamos a solução amistosa, tentamos convencer os Estados a aderirem a ela e passamos todos esses aspectos para eles.

Do ponto de vista da Assessoria Internacional, temos tentado fortalecer o diálogo com os Estados. Na reunião realizada em Washington, conseguimos um grande feito, pois contamos com a presença de representantes de 3 Estados diferentes, convidados para essa primeira etapa porque tinham mais casos no sistema. Isso foi muito importante. Compareceram representantes de São Paulo, do Paraná e do Rio de Janeiro. Lá mesmo acordamos sobre a realização de reuniões em Brasília a cada 2 meses, entre representantes do Governo Federal e dos Estados, a fim de que não se perdesse o diálogo iniciado.

Não há como negar a existência de um vácuo muito grande entre a prática e o discurso da política externa brasileira na área de direitos humanos, além do que verificamos internamente. Repito que isso ocorre não só nos Estados. Quero deixar isso bem claro porque acho que há necessidade de adaptação e de conhecimento do ponto de vista federal.

Por outro lado, houve avanços, como mencionei nos últimos minutos, que, embora lentos, são pontuais e importantes. Como sugestão, em relação ao GT que será instalado depois deste painel, deveríamos pensar sobre os mecanismos mais imediatos — talvez por meio de leis — e como fazer fluir essa questão de maneira mais rápida. Não tenho dúvidas de que um dia todos esta-

rão realmente capacitados e sensibilizados para isso. Só temo que esse tempo, se deixarmos simplesmente ao sabor da história, seja muito prolongado.

Entendo a necessidade de buscarmos novos mecanismos. De outro lado, há uma grande complicação: já temos no Brasil mecanismos juridicamente viáveis, mas inviáveis do ponto de vista político. É aí que a complicação está. Talvez o GT possa se fixar um pouco mais na análise dos mecanismos possíveis do ponto de vista político e não apenas jurídico.

Em relação ao precatório, sei que às vezes é a grande dificuldade. Ouvimos muito a seguinte pergunta, que reflete a falta de conhecimento: para que serve o sistema? Ouvimos autoridades dizerem que a Comissão, a Corte e os entes internacionais têm de entender que tudo tem sido feito de acordo com as regras e a ordem jurídica brasileiras. Por exemplo: em relação aos precatórios, há uma fila imensa; e não há nada de ilícito nisso. Ao contrário, isso simplesmente segue a normativa interna brasileira. Falta entender que não está bom, ainda que essa seja a nossa normativa interna. Há necessidade de se alterar isso. Precatário é apenas um exemplo do que enfrentamos.

No nosso entendimento, deveríamos criar lei que desse preferência aos casos em que o Estado tivesse sido condenado. Entendemos que deve haver ordem preferencial, se não elas essas vítimas serão colocadas no final da lista, e o Sistema Internacional se tornará ineficaz, como já é o interno. Mas esse processo de conhecimento é muito difícil, justamente porque temos de elaborar conceitos muito novos para situações já solidificadas internamente.

Eram esses os meus comentários iniciais. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Obrigado, Renata.

A seguir, passarei a palavra ao Dr. Francisco Sales, recentemente eleito Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, responsável por articular o Ministério Público brasileiro, de que participam o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.

Recentemente, por ocasião do Fórum Social Mundial, criou-se grupo de direitos humanos coordenado por Francisco Sales, que já elaborou documento com algumas prioridades. A importância está no fato de se pensar de forma descentralizada a implementação dos direitos humanos.

No plano federal, principalmente para nós que estamos em Brasília, o Programa Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos têm desempenhado fundamental papel, mas ainda não se multiplicou à altura nos Estados. Aliás, essa institucionalidade no plano federal é tão vulne-

rável que, a cada momento, a cada conjuntura, adquire uma forma: nacional, estadual, especial, subsecretaria. Dependendo da conjuntura, vai-se ajustando na estrutura do Executivo Federal. Hoje, 18 Governos Estaduais já têm secretarias, subsecretarias, coordenadorias, gerências, para tratar dos direitos humanos.

Com a palavra o Dr. Francisco Sales.

O SR. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE - Em primeiro lugar, cumprimento os colegas da Mesa e todos os participantes deste seminário.

Agradeço à Comissão o convite, em nome do Ministério Público de Pernambuco e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União.

Desejo firmar o posicionamento do Conselho, que, desde o início, foi contrário à federalização, por alguns argumentos que aqui tecerei. À época, quando levamos à Conferência Nacional essa proposta, ela foi aprovada. Mesmo assim, o Governo Federal insistiu em manter a emenda e em remetê-la ao Congresso Nacional, a fim de que a federalização fosse aprovada. Ou seja, desde o início, o Governo desobedeceu a uma conferência deliberativa.

Do ponto de vista histórico, esse registro é importante porque o cumprimento da normativa internacional passa também pelo cumprimento das deliberações que por acaso venham a ser tomadas pelas conferências.

Naquele momento, mais do que a federalização, estávamos na realidade centralizando e unificando competências em torno da União. Num Estado Federado, as competências residuais deveriam ser, como são no Brasil, dadas aos Estados ou aos entes federados. Temos visto de maneira desarticulada a jurisdição ir no caminho inverso ao da Constituição da República, que define 2 princípios muito importantes: o da participação e do controle social e o da descentralização das políticas públicas.

Entendendo direitos humanos como uma das grandes políticas públicas, pela transversalidade que tem com todas as outras políticas, essa mais do que todas deveria sofrer o influxo da descentralização e não o da centralização. Discordávamos desde o início da semântica. O sentido que se tinha de que ser federal referia-se à União tirava o aspecto mais importante: a necessidade de que esse tema, de maneira difusa, penetrasse no âmago da sociedade. Não imagino que exista na normativa internacional a confiança que deve existir no Direito nacional ou doméstico.

Aliás, excelente livro sobre a inexistência do Estado de Direito na América Latina traz frase muito importante: quando o Direito Penal nacional não é apli-

cado, dificilmente buscamos o devido socorro, com a qualidade e a intensidade de que precisamos, no Direito Internacional. E por vários motivos.

Como disse Flávia, o futuro da proteção internacional dependerá do grau de aplicação e de implementação dos tratados pelos sistemas jurídicos nacionais. Não entendo que possamos buscar normativa internacional — como no caso específico de Irmã Dorothy — sem exaurir, até como forma pedagógica, a institucionalidade nacional. Nesse caso específico, da forma como foi discutida a federalização, ela trazia imanente, imantada na idéia, a preconceituosa desconfiança com relação à Justiça das unidades federadas. Mais do que tudo, esse preconceito é danoso. Pode-se até imaginar um mecanismo, mas jamais trazer em si a idéia preconcebida de que a inércia da União se dá por vários motivos, seja de competência, seja de ética, seja de melhor formação dos homens da União e das instituições federadas, da Justiça Federal, do Ministério Público Federal. Seriam esses os motivos? Não.

Vamos buscar nos escritores que aqui estão esses motivos. Os concursos para provimento desses cargos são tão ou mais difíceis quanto o de outras carreiras. Somos dos mesmos Estados, convivemos nas mesmas unidades federadas e somos formados nesse mesmo tecido social. Ninguém cai de Marte no Brasil para ser Procurador da República, Promotor de Justiça, Juiz Federal ou Juiz Estadual.

Esses são alguns dados do ponto de vista histórico da federalização. Trouxe ainda outros, objetivos, de que falarei rapidamente para os senhores. Existem 5.507 Municípios e 2.452 Comarcas no País. Segundo dados do Supremo Tribunal Federal, há 11 milhões, 939 mil e 606 processos tramitando na Justiça Comum, e 1 milhão e 700 mil, na Justiça Federal de Primeira Instância. Desses que tramitam na Primeira Instância da Justiça Federal, 43% dizem respeito a executivos fiscais na Justiça Federal.

De todos esses juízos, ainda há dados, obtidos por meio do recente relatório elaborado por Maria Tereza Sadek, referentes às Defensorias Públicas. De 5.507 Municípios e 2.452 Comarcas, temos defensores públicos em apenas 839 Comarcas. Eu ficava imaginando como falar de institucionalidade que permita, de maneira horizontal, num Estado federal, cumprindo legislações de 3 ordens, a difusão do que entendemos de implementação de direitos humanos.

O caso Dorothy foi importante, porque na peça do Procurador-Geral da República há dados interessantes, que chamam a atenção de nós todos, quando diz que a causa determinante do homicídio tinha sido a questão fundiária.

Passei a verificar todas as causas que, em tese, foram levantadas como grave violação dos direitos humanos.

Como disse a Flávia, quase todos são direitos civis. Temos o direito à vida, à incolumidade física. Eu não gostaria de entender como grave violação dos direitos humanos prevista ali, apenas e tão-somente isso, porque retira uma das coisas pelas quais viemos lutando. E fala aqui um militante de direitos humanos, não um Procurador-Geral de Justiça, porque antes de ser procurador e promotor fui militante.

Se estamos na linha do dia-a-dia tentando afirmar a integralidade dos direitos humanos, estamos, no caso específico do Brasil, tentando federalizar apenas e tão-somente o crime. Quem escreveu sobre isso — e tenho dados interessantes — considera essa questão como sendo de Processo Penal, ou seja, todo mundo a considera penal: tortura, execuções sumárias.

No mais das vezes, essas coisas ficam como fundamento de uma causa. Não se tem, em momento nenhum, essa discussão, que, às vezes, está no suporte de uma petição, no Ministério Público Federal, de Cláudio Fontelles, com quem discutimos — inclusive com a Dra. Ela — esse problema no grupo nacional. É importante que tenhamos essa visão. Essa a primeira crítica.

No mais das vezes, o que queremos quando buscamos a normativa interna ou internacional? A cessação do ilícito e o retorno à normalidade. Artigo recente da Flávia traz dados, que ela relatou aqui, de que no período de 1985 a 2003 houve 1.003 crimes relativos a conflitos de terra. Vamos federalizar todos esses homicídios? Ou vamos resolver o problema da terra? Vamos ter uma política agrária que fere, hoje, os direitos humanos.

No Estado de Pernambuco, o INCRA teria de assentar 8.800 famílias, mas não assentou ninguém, o que se repete em quase todo o Brasil. Não há reforma agrária. Essa é a causa última da violência no campo. Sempre foi e continuará sendo. Então, vamos levar para a órbita internacional todas as questões que digam respeito às mortes de camponeses.

Execuções sumárias. No meu Estado devem morrer até o final do ano, na capital, 800 pessoas. Qual é o mais importante desses homicídios no sentido de federalizar? Antônio José, o Promotor de Justiça que foi assassinado agora e sobre o qual não temos esclarecimentos, o outro que perdeu o olho, uma promotora que foi assassinada há 4 anos e também não temos esclarecimento algum? São iguais.

Eu daria outro dado. De 145 policiais militares julgados, apenas 2 foram condenados. Aí, volto à questão. O que o Governo Federal fez no que se refere

à definição específica com relação às Polícias? Deu um recuo imenso, abandonou seu projeto de reformulação das Polícias, deixou a cargo dos Estados, como quis. Repassou dinheiro do Fundo Nacional para Estados que não tiveram o menor compromisso com os direitos humanos.

Como poderia ter sido feito? Ora, o Estado não faz ajuste fiscal para que Estado federado pague tantos por cento de sua receita corrente líquida? Por que não impor na Lei de Diretrizes Orçamentárias que as unidades federadas só receberão recursos da União se, e somente se, cumprirem isso, isso e isso, e mediante determinado atestado? Indicam as instituições que farão o monitoramento daquela unidade federada com relação a algumas dessas questões que têm de implementar nos respectivos Estados.

E aí vem a sociedade civil, que perdeu do Plano Nacional para cá. Em 1998, vários Estados fizeram seus planos estaduais sem nenhum monitoramento. Logo depois entrou num compasso que não entendemos. Foi como o Estatuto da Criança e do Adolescente: teve força implementadora inicial e, depois, a inércia e a passividade.

Ainda hoje, depois de 15 anos do ECA, estou processando Prefeitos porque não têm os Conselhos Tutelares, sendo que existe, no Ministério da Justiça, um grupo pró-Conselhos. Mas todos os Ministérios da área social continuam repassando recursos para esses Municípios.

Faço essa abordagem para firmar 3 premissas iniciais. Primeiro: entendemos que a federalização vai na contramão da descentralização das políticas públicas. Direitos humanos têm de ser entendido no Brasil como política pública, senão nunca conseguiremos fazer com que esses direitos sejam implementados no País.

A segunda é que temos esse paradoxo de chamar de federalização o que, no meu entender, são os entes federados, não o Estado Federal, a União. Penso na capilaridade que algumas instituições podem ter.

Quando o Olmar falou no Sistema Nacional de Direitos Humanos, olhei para nós mesmos, o Ministério Público. Somos 13 mil membros dos Ministérios Públicos Estaduais nas 2.452 Comarcas. O Ministério Público Federal tem em torno de 750 membros em todo o País. E vemos jurisdição concorrendo com outra. Hoje não temos complementariedade de jurisdições. Aí vem a segunda crítica. A política de centralização está indo para um canto e a jurisdição para outro.

Revi um artigo do Eugênio muito interessante, que diz o seguinte:

“De nada adianta modificações em texto legais se não houver transformação da cultura que suporte as violações.”

Não imagino que não tenhamos uma política de educação para direitos humanos no País, que se vem tentando implementar desde 1996 e não se consegue.

Essas crônicas violações em nenhum momento serão resolvidas se as duas jurisdições não se articularem de maneira tal que se reforce a Federação. Quando digo Federação são os entes federados, as unidades federadas do País.

Temos grande preconceito histórico com relação aos entes federados. Entendíamos, em outra época, que há a tacanhice do interior, ou seja, que no interior todo mundo é imbecil. São incapazes de introjetar essas ordens. Diria que deveríamos ter uma política forte e, ao mesmo tempo, fazer com que essas estruturas componham o sistema nacional, que hoje é de maneira difusa, feito pelo Ministério Público.

Digo isso sem vaidade maior porque, desde 1985, quase 90% das ações civis públicas deste País na área ambiental, de defesa da cultura, do patrimônio histórico, de proteção do patrimônio contra a corrupção especificamente, da defesa da criança e do adolescente, recentemente do idoso, que já se faziam antes, todas essas relações de consumo, da rigidez das relações mercantis, 90% delas, são propostas por promotores de justiça.

Há uma infinidade de ações coletivas de proteção aos interesses e direitos da sociedade que nada mais são do que direitos humanos com o nome de direitos difusos e coletivos.

Então, é necessário que legitimemos e reforcemos essa ordem interna, a fim de que ela se dê de maneira simétrica dentro da Federação, da União e dos Estados, cada um com seu papel, com punições evidentes para esses Estados. Aí, sim, eu diria que a União poderia ter um instrumento normativo de direito regresso contra as unidades federadas. Que a União seja punida, mas que ela tenha, na órbita interna, constitucionalmente, o direito de regressivamente obter do Estado a indenização eventual, que ela venha a pagar de alguma forma.

Outra forma de monitoramento é a que já antecipei, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias: não permitir que o Estado-membro receba transferências voluntárias da União, pois é o que entope o caixa dos entes federados de dinheiro, sem que implementem suas políticas locais de promoção e defesa dos direitos humanos, tanto os Estados quanto os Municípios.

A terceira é para que o sistema nacional seja articulado, para que o que foi definido no Plano Nacional de Segurança Pública possa ser implementado no País. Houve um recuo flagrante com relação à segurança pública no País.

Digo, sem sombra de dúvida, que 80% das violações aos direitos humanos neste País dizem respeito à tortura, execuções sumárias, homicídios não esclarecidos. E uma ou outra coisa, pois isso vem com a questão racial, com a discriminação contra a mulher e contra homossexuais. As outras violações são, em termos quantitativos, ainda sombreadas, subnotificadas ou, às vezes, vêm numa complementariedade, ou seja, se a pessoa é morta, ou é negro e jovem, ou é mulher, espancada e negra. Enfim, vem sempre de algumas violações pretéritas.

Quando vamos num acampamento de sem-terras para uma desocupação, vemos pessoas pobres e negras que não têm acesso a trabalho e nem educação. Quando fazemos o primeiro senso nos acampamentos de assentamentos, a primeira coisa que vemos são crianças fora da sala de aula. Direito humano e educação e direito humano e saúde estão juntos. Poderia hoje passar o dia enumerando as violações ocorridas no meu Estado, que não são tidas nem de longe como graves violações aos direitos humanos.

Para finalizar, diria que estamos discutindo aqui um mundo e muitas vozes, e esse é um tema com muitas visões. Esse processo deve seguir. Daria algumas sugestões.

Acho que não deveríamos, nesse processo de definição do que é grave violação dos direitos humanos, privilegiar a questão dos direitos civis e políticos. Teria que ter uma visão específica sobre a integralidade desses direitos, trazendo a questão dos déficits.

Outra sugestão é de que isso ficasse apenas nos casos de repercussão internacional, sobre os quais a mídia define qual será a jurisdição. Talvez isso pudesse ser uma exceção num país extremamente diversificado como o nosso. Talvez pudéssemos discutir, nesses casos específicos, quando a própria União não garante as políticas públicas, como no caso da reforma agrária, que hoje é uma grande indutora de violações no campo.

Então, recapitulando, dentro das possibilidades estão a ação regressiva, não repassar os recursos voluntários aos Estados e aos Municípios e necessidade de implementação urgente do Sistema Nacional de Direitos Humanos, fazendo dele uma rede cooperativa simétrica entre os órgãos e as instituições federal, estaduais e municipais, sem perder de vista a capacitação e o controle social sobre todos esses organismos do Estado, o que talvez rendesse melhores frutos do que a federalização tão-somente.

Em resumo, são essas as minhas ponderações. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Muito obrigado, Sr. Sales. Já há algumas inscrições. Faremos outro bloco. Quando ele se fechar, a palavra volta aos expositores, que farão os debates com o Plenário.

Concederei a palavra à Sra. Carolina. Em seguida, usarão a palavra o Sr. Westei e o Sr. Fábio. Se houver mais alguém, poderemos fazer um bloco de 5.

Com a palavra a Sra. Carolina. Peço aos senhores que digam seu nome e origem.

A SRA. CAROLINA DE CAMPOS MELO - Boa-tarde a todos. Meu nome é Carolina de Campos Melo. Trabalho na Assessoria Internacional da Subsecretaria de Direitos Humanos, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Eu gostaria de fazer 3 ponderações e uma proposta. Considero importante o que o Dr. Francisco expôs em sua fala, e lembro que estamos num campo de direitos humanos, no qual as perspectivas são várias. Não vou entrar na questão da federalização, mas, na minha perspectiva, a excepcionalidade da federalização, que foi reiterada pelo STJ — sem que eu faça qualquer juízo de valor em relação a essa decisão —, reitera a importância do Ministério do Trabalho, do Ministério Público Estadual, da Polícia, do Poder Judiciário. É nesse sentido que vou fazer as ponderações dessa coordenação em relação a Estado e à União.

Alguns dos senhores estiveram presentes, em maio deste ano, ao Seminário Sistema Interamericano de Direitos Humanos, realizado pela Advocacia-Geral da União, pelo Ministério das Relações Exteriores, Conselho de Justiça Federal e Secretaria de Direitos Humanos. Nesse evento, tivemos a participação de ilustres convidados, palestrantes que colaboraram com o trabalho desses órgãos, e também a presença de representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

É importante reiterar que tudo indica — já foi feito o convite durante o próprio Seminário, por parte do STJ — que a Corte venha a funcionar em março do ano que vem no Brasil. É claro que não é para examinar casos brasileiros.

É importante que se diga que não se trata aqui do fato de a União saber mais do que os Estados ou estes saberem mais do que a União, ou se a universidade sabe mais, a sociedade civil sabe menos, ou coisa que o valha. Não é isso.

Conforme disseram todos os palestrantes, o importante é a progressividade. Este é um sistema recente, que vem galgando passos. Eu acredito que o funcionamento da Corte será um passo fundamental para que os operadores do direito — aqueles que trabalham com direitos humanos, com movimentos

sociais — dêem, no funcionamento da Corte no Brasil, oportunidade para que outros atores sejam sensibilizados no sentido da importância do sistema e do funcionamento da Corte.

O segundo ponto a que quero referir-me é sobre a existência de uma verba orçamentária já garantida no Orçamento Geral da União para pagamento de indenizações. Alguns devem pensar que, a partir de agora, tudo vai ficar mais fácil, porque já existe previsão orçamentária. É importante dizer que a previsão orçamentária está dentro de um contexto de cooperação entre os Estados da Federação e a União Federal. A previsão orçamentária não significa que a União Federal, ao ser acionada no âmbito internacional, pagaria por alguma violação, até porque isso feriria o caráter pedagógico do sistema. Conforme bem disse a Sra. Flávia, dentro da apreciação da divisão de atribuições nessas violações — não especificando o crime — de direitos humanos, há perspectiva de que, muitas vezes, os Estados, por meio dos órgãos, são violadores. E não estou me restringindo aos Poderes Executivo Legislativo e Judiciário, ou Ministério Público.

É claro que, nesse sentido, a Secretaria vem atuando dessa maneira, para obter um convencimento de que o pagamento da indenização não é certamente a principal questão em andamento.

Por que digo isso? É importante mostrar que, nos casos específicos de indenizações já pagas, como o acordo amistoso citado aqui, do Zé Pereira, em que a atribuição e competência era da União, assim como o caso Ovelário Tames, em que a competência também era da União, uma vez que Roraima naquele momento era Território, esses pagamentos de indenização e todas as composições amistosas que estão em andamento são feitos num diálogo com o Estado. Não significa que a União, a partir do momento em que tem uma dotação orçamentária, resolverá o caso no âmbito internacional, porque certamente isso teria um caráter absolutamente não pedagógico, e o diálogo com o Estado é absolutamente necessário. Esse pagamento de indenização também é negociado com o Estado. Estou dizendo no caráter preventivo mesmo; não estou me referindo a uma ação de regresso no futuro ou de uma condenação, mas no atual estado.

Quando digo que o pagamento de indenização é apenas um dos pontos, é porque vemos cada vez mais que os Estados que já têm uma experiência maior perante as instâncias internacionais, por mais que isso cause estranheza num primeiro momento, dizem que, em regra, a indenização até é paga, mas se falarmos nos 5 elementos contidos em todas as decisões, um deles certamente

é a reparação *lato sensu*, que não é necessariamente a indenização. Estamos falando, por exemplo, sobre a reparação simbólica, que não necessariamente se dá por meio dos cofres públicos, mas por meio de atos, de reconhecimento de responsabilidade, de construção de um busto, de uma praça, de um determinado ato que dê à vítima e aos seus familiares a sensação de restabelecimento da sua honra, daquilo que foi violado. Esse é um ponto que, muitas vezes, a União não pode realizar, no âmbito internacional, se não houver um trabalho conjunto com o Estado da Federação.

Por outro lado, a justiça *lato sensu*, como se diz, se dá desde o primeiro momento da violação, da investigação primeira, até o último recurso, num processo judicial. Todos sabemos que a maior parte das violações ocorrem, muitas vezes, no âmbito da investigação, da apresentação da denúncia, do julgamento por parte do Judiciário. São situações em que necessariamente o comprometimento do Estado em todos os seus órgãos se torna fundamental. Falamos também em mudanças estruturais.

É importante chamar a atenção para o fato de que trabalhar com direitos humanos é trabalhar precisamente com aquele campo em que um contencioso pode significar mudanças na realidade.

Eu sou advogada da União. Estamos acostumados a fazer a defesa dos interesses da União Federal, mas defendo institucionalmente, dentro da Advocacia-Geral da União, que defender o Estado em direitos humanos é defender o Estado numa perspectiva de alteração da realidade. E é isso que estamos falando no que diz respeito às chamadas reparações estruturais, que podem ser mudança da lei, mudança administrativa, e daí por diante. Certamente, mais uma vez, há necessidade de conjugação, harmonia e cooperação com os Estados.

Por fim, o chamado reconhecimento por meio da reparação simbólica. A Flávia levantou a questão da dificuldade da defesa ou, pelo menos, da apresentação das reuniões nas audiências da CIDH, de ter os petionários e 2 diplomatas. Isso ocorre ao longo do tempo, não é de agora. É importante dizer que, nas últimas audiências, os Estados estavam presentes e é fundamental para o que acabei de dizer: a possibilidade de alteração da realidade por meio desses mecanismos, dessa presença e a participação do Estado, o que vem sendo garantido.

Por fim, gostaria de fazer uma proposta. Acredito fundamental termos aqui não só o Presidente do Conselho dos Procuradores-Gerais de Justiça, como o coordenador do grupo de direitos humanos, como o senhor mesmo disse, que é um militante dos direitos humanos.

O representante do Ministério Público do Paraná esteve presente, na semana passada, na reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A participação do Ministério Público é fundamental nas investigações, na reabertura de processos, nas denúncias, e daí por diante.

Proponho, Dr. Francisco, o envio, até pela inauguração dos trabalhos do grupo, de todos esses casos perante o Sistema Interamericano. É necessário o conhecimento, por parte do colegiado dos direitos humanos, desses casos. De que forma é possível sensibilizar, por intermédio desse colegiado, os Ministérios Públicos Estaduais, para que possam, por meio do seu trabalho e da sua tarefa constitucional, auxiliar, não porque uma vítima é melhor do que a outra, ou que valha mais, e sim por termos um comprometimento institucional de fazer do Sistema Interamericano um sistema de modificação da realidade.

Essa é a proposta que faço. Não posso ficar neste grupo de trabalho, porque tenho de ir para outro, mas já deixo uma proposta de encaminhamento, que considero um bom produto das discussões desta tarde. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Agradeço à Carolina a participação.

Concedo a palavra ao Westei Condey.

O SR. WESTEI CONDEY MARTIN JÚNIOR - Westei Condey, Promotor de Justiça no Estado de Pernambuco.

Inicialmente, gostaria de parabenizar os expositores e debatedores e dizer à Profa. Flávia que concordo que não se trata de homologação de sentença estrangeira, até porque são decisões, e as decisões que advêm de instância internacional não necessariamente são sentenças. Existem as quase sentenças, as que vêm, por exemplo, da Comissão Interamericana. Ademais, são decisões que emanam de organizações internacionais e não de um Estado soberano, razão pela qual não devem passar pelo crivo do STJ em função da reforma.

A questão da complementariedade da instância internacional está claríssima para nós. Falamos em fazer cumprir as decisões internacionais, mas, em verdade, o que se quer é que se observem os direitos humanos no âmbito da jurisdição interna.

Nesse sentido, a criação e fortalecimento do Sistema Nacional de Direitos Humanos já se faz mais que necessária. Há sempre uma cobrança em relação aos Estados e às instituições, neste diálogo que estamos travando — já estou careca de falar sobre isso — sobre a questão da capacidade investigatória de matéria criminal pelo MP. Não há uma assunção, no âmbito do direito interno, dessa questão, levando-se em conta que, na maioria dos casos, estamos diante

de torturas e execuções sumárias perpetradas por agente do Estado e por suas forças públicas. E até aqui também, para o fortalecimento do sistema nacional, não se tem essa assunção. A sociedade civil não assume isso como sendo uma conquista sua. Não é uma questão do Ministério Público. Depois, as cobranças internacionais ou mesmo da própria secretaria vêm para nós: no caso da tortura, o que foi feito? No caso dos índios tucai, o que foi feito? São ofícios aos montes. Dr. Sales, mais do que ninguém, pode falar sobre isso. De fato, isso tem de ser assumido nesse diálogo entre as autoridades e a sociedade civil.

Encaminho uma terceira observação como proposta. Se já tiver sido encaminhada, obviamente a retiro. A exemplo do PL nº 4.559, a que a Flávia se referiu, que prevê a criação de juizados especiais para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, a dinâmica da discussão do PL, cuja Relatora é a Deputada Jandira Feghali, no seminário que houve ontem aqui, foi muito interessante. A discussão se deu através de diversas audiências públicas em que verdadeiramente houve participação popular, de um consórcio de ONGs, do próprio Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Mulher, e agora está se dando no âmbito da Câmara dos Deputados.

Farei um paralelismo entre o PL do Deputado Marcos Rolim e a substituição que está posta. Não sei em que pé está a questão de se criar a lei interna que dê eficácia às decisões emanadas do sistema de proteção dos direitos humanos. Que se adote essa dinâmica também, porque, como a Dra. Renata mencionou, muitas vezes há um completo desconhecimento, mas já há um acúmulo. Se é verdade que há um desconhecimento, há várias entidades e instituições aqui que já têm um acúmulo de conhecimento sobre essa questão e que poderiam contribuir. Não adianta nada participarmos de um seminário como esse referido pela pessoa que me antecedeu, no âmbito do STJ, e não dialogar com a Câmara dos Deputados.

Encaminho a seguinte proposta do GT de hoje e desse encontro: que se proponha ao Deputado que está à frente da relatoria que converse e colha informações, para que de fato essa lei contemple as preocupações muito bem apresentadas.

A ação regressiva virá, sem sombra de dúvida, para reforçar a idéia da excepcionalidade da própria federalização. Só o fato de ter uma ação regressiva — não em todos os casos — tornará mais e mais excepcional essa possibilidade.

Eram essas as minhas considerações.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Na seqüência, ouviremos o Fábio, o Bruno e a Beatriz.

O SR. FÁBIO DOS SANTOS - Boa-tarde a todos.

Sou do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, Estado onde ocorreu o caso do Gilson Nogueira.

Inicialmente, quero dizer que votei contra a federalização na pseudo-conferência deliberativa. Digo pseudo porque foi a única conferência que sequer foi para o papel. Todas as outras foram publicadas: da mulher, da criança, do meio ambiente, da saúde, das cidades; todas, menos a de direitos humanos.

Quero corroborar com a Flávia sobre a capacitação não só dos Estados, mas do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público. São poucas as ONGs que trabalham na área do sistema internacional ou regional, como na OEA. É preciso haver capacitação com desdobramentos, por exemplo, no caso do Legislativo.

Isso é fundamental para que não tenhamos respostas absurdas — como às que você fez referência. E quase morri, porque era do meu Estado. Estava ao lado, queria que não fosse daquele jeito, mas, enfim, fui voto vencido.

Como disse Francisco Sales, temos trabalhado muito os direitos civis, o que é legítimo, mas nosso discurso e nossa prática fica no campo da indivisibilidade.

O procurador falou a respeito dos DESCAs — Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. São poucos os casos de DESCAs na OEA.

É preciso ter claro que a maior parte das violações no caso de militância é a tortura, caso da irmã Dorothy. Ela foi morta porque militava na área do meio ambiente, da cultura, enfim, dos direitos sociais.

Ainda a respeito do repasse. No início do Governo animamo-nos com o SUSP, seus princípios, objetivos e etc. Ficamos animados porque pensávamos que os repasses seriam feitos desde que cumpridos aqueles objetivos. Mas não, o repasse ficou diretamente ligado à governabilidade. E vimos no que deu a tal governabilidade: não adianta saber se o Estado está cumprindo ou não a Declaração dos Direitos Humanos, mas quantos Deputados apóiam o Governador, como se dará a votação encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional.

O tempo está esgotado, não vou poder continuar. Mas acho que os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais têm que ser bastante trabalhados.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Muito bem, Fábio. Passo a palavra ao Bruno.

O SR. BRUNO - Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa e o faço na pessoa da Profa. Flávia. Não sei se ela se recorda de mim. Meu nome é Bruno,

sou assessor da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Espírito Santo. E a professora tem uma história muito interessante conosco...

Fui Presidente do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal. Batalhamos lá por longos anos para tentar incluir a disciplina Direitos Humanos em nossa grade, e não conseguimos.

Levamos a Profa. Flávia ao Espírito Santo para ver se convencíamos o Departamento de Direito, e nem assim conseguimos, professora. Isso já faz uns 4 anos, e até hoje não foi implantada essa disciplina.

E é sobre isso que queria falar e provocar a Mesa.

O Sr. Sales se referiu, *en passant*, ao aspecto da educação em Direitos Humanos. Tenho ficado muito inquieto, na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, devido ao amadorismo com que o Espírito Santo lida com o tema dos direitos humanos. Não há nenhuma especialização no Espírito Santo em Direitos Humanos; temos apenas uma faculdade, entre tantas faculdades de Direito no Estado, que ministra a disciplina Direitos Humanos; os cursos de formação dos Oficiais e dos próprios Agentes de Segurança Pública e Justiça não têm a disciplina Direitos Humanos; a própria militância de direitos humanos passa por um problema de amadorismo. E, a meu ver, não há como implementar, Profa. Flávia, o que não se conhece.

A verdade é esta: temos batalhado e discutido como implementar normas internacionais e sequer conhecemos as normas nacionais. Não há como discutir isso sem passar pela implementação urgente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que está posto, e a Profa. Flávia sabe disso, porque participou do comitê organizador. Discutimos o tema no Espírito Santo, e acho que todo o Brasil vem fazendo essa discussão. No final do ano, vamos nos reunir em Brasília para falar sobre isso. Quero ouvir um pouco os componentes da Mesa a respeito disso.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Obrigado, Bruno.

Vou passar a palavra para a Beatriz e depois para a Flávia. Com a fala da Beatriz, encerramos as inscrições. Aí a palavra voltará aos expositores e debatedores, para que façam suas considerações finais, quando encerraremos o painel.

A SRA. BEATRIZ - Boa-tarde. Sou Beatriz, diretora do escritório do CGIL no Brasil.

Primeiro, quero desculpar-me com toda a Mesa porque não pude estar presente por problemas no aeroporto, mas percebi, pelas considerações, que foi

muito boa, bastante rica, a discussão. Peço desculpas por não ter estado presente. Por isso, não vou poder fazer nenhuma pergunta.

Na verdade, fui provocada e quero fazer 2 esclarecimentos. Um diz respeito à fala da Carolina, que me chamou atenção em relação aos 2 casos que o CGIL levou ao sistema interamericano.

Pelo que pude perceber aqui, 2 casos foram citados: o de Ovelário Tames e o de José Pereira. Não sei se já foi dito, porque ficou a dúvida quando a Carolina se referiu a eles, que esses 2 casos estão em fases bem diferentes de solução. Mesmo porque, em relação a um deles, já houve uma decisão da Comissão Interamericana: o de Ovelário Tames. O CGIL entende ser muito importante que o Governo brasileiro, de fato, regularize as recomendações propostas pela Comissão Interamericana. Isso vai ser muito significativo quanto ao respeito e à aceitação do sistema interamericano pelo País. Ou seja, esse caso já recebeu um relatório da Comissão Interamericana, onde vieram recomendações.

É o primeiro caso desse tipo de reparação específica referente não só à comunidade de Direitos Humanos como um todo, mas às entidades que trabalham em defesa dos direitos indígenas e à violência institucional, como a violência policial de que foi vítima, infelizmente, Ovelário Tames. Todas elas vão estar vencendo uma batalha importante.

Ainda assim é muito importante especificar. Vale dizer que também no caso do José Pereira saiu a reparação, o que foi muito importante, não há dúvida. Agora, outros pontos, tão importantes quanto o que diz respeito a esse tipo de violação, precisam ser mais bem-estruturados — no que diz respeito ao que disse a Carolina, a reformas estruturais, em que não se reparam só os direitos violados individualmente daquela vítima, mas se consegue mudar a estrutura para que outras pessoas não sofram as mesmas violações.

Inversamente, participamos de uma negociação animada — não é Renata? — tentando conseguir uma indenização para a família do Ovelário Tames.

São 2 casos importantes que merecem ser citados. Porém, infelizmente, nos 2 casos, ainda não conseguimos a complementariedade da aceitação dessas recomendações pelo Estado. Vamos continuar tentando. Com a ajuda do Estado, sem dúvida, temos realizado um trabalho importante.

Outro ponto em que também me senti provocada foi a menção à existência de projeto de lei nesse seminário internacional de que participei, que tratou exatamente dos segmentos e das recomendações nos sistemas internacionais — seja o sistema interamericano, seja o sistema global da ONU.

Vim animada para chamar as entidades e, enfim, se houver uma melhor organização do grupo de trabalho, para marcar uma reunião com o Relator, Deputado Orlando Fantazzini, e com o autor do projeto, Deputado José Eduardo Cardozo. Conversei com os dois, adiantei-me e perguntei se estariam dispostos a nos encontrar nessa oportunidade. Iria passar pelas pessoas e perguntar quem estava disposto para eles explicarem um pouco qual foi o primeiro projeto, o que mudou e o que a sociedade civil tem interesse de fazer. Lógico que se houver um grupo de trabalho melhor ainda. Mas, de qualquer forma, já me comprometi a fazer essa ponte. O Deputado Orlando Fantazzini não está bem, está tendo crises renais, infelizmente, e não sei se vai poder estar aqui amanhã. Hoje, telefonei para ele, e ele disse que é possível.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Com a palavra Flávia.

A SRA. ANA FLÁVIA ROCHA - Bom-dia. Meu nome é Ana Flávia, trabalho na ABRANDH, como Relatora Nacional para Direito Humano e Alimentação. Parabenizo a Mesa.

Quando soube do tema Implementação dos direitos humanos, sinceramente, não consegui pensar em implementação dos direitos humanos sem o instrumento da exigibilidade e judicialidade dos direitos humanos.

No âmbito internacional, tudo bem, o Estado ratificou e ratifica vários tratados de direitos humanos. Mas, “fio terra”, no dia-a-dia, ali no Município onde há recorrentes violações de direitos humanos, em que, várias vezes, até pelo Estado, por falta de políticas públicas adequadas e tudo, de quem exigir? Ou seja, há todo esse mecanismo para implementação, mas não há um mecanismo de exigibilidade, muito menos de monitoramento desses direitos humanos.

Então, de repente, esse é o grande desafio. Não sei se se trata de formulação de lei ou não, mas o Estado precisa começar a identificar atores a quem a população possa, sim, recorrer. Quem é? Se o meu direito à saúde foi violado, vou atrás de quem, com quem vou falar?

Isso também passa pelo Judiciário que, muitas vezes, ao tomar decisões, diz que os DESCAs não são auto-implementáveis; portanto, dependem de políticas públicas — eu também “não tenho nada a ver com isso”. Vemos um jogo de “isso não é comigo” e “isso também não é comigo”.

As violações estão cada vez mais recorrentes, e o povo cada vez mais sem saber o que fazer e até acomodado. Acredito que muita gente esteja acomodada: é normal não ter um posto de saúde, não ter alimentação escolar; enfim, passa a ser uma coisa normal.

Então, era esse tipo de necessidade que queria levantar, até com uma recomendação para o GT, de estar identificando, cada vez mais, mecanismos de monitoramento e identificação de pessoas para que haja, de fato, uma forma de exigir os direitos que são, sim, garantidos não só nos tratados internacionais, como também na nossa Constituição.

Era isso, obrigada.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Obrigado, Ana Flávia.

Voltamos a palavra para os componentes da Mesa. Pretendemos encerrar este painel às 17h15min e retomar, no GT, as propostas, o que estará acontecendo no Plenário 12, na seqüência.

Vou sugerir 5 minutos para o Eugênio; 5 minutos para a Flávia, para os respectivos comentários, e 3 minutos para cada um dos debatedores.

Com a palavra o Sr. Eugênio Aragão.

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO - Vou iniciar com essa questão do vácuo entre a política externa e a prática doméstica nos direitos humanos, algo que não se refere apenas aos direitos humanos. A política externa brasileira, durante muito tempo, tem sido relegada a determinados setores da diplomacia estatal e com pouca influência sobre outros setores da sociedade. Parece-me que esse processo vem mudando.

Hoje, pelo menos nos debates travados sobre o Estatuto de Roma, observamos que a sociedade civil efetivamente tem participado, talvez não o suficiente, mas tem participado das grandes discussões a respeito da adesão do Brasil a tratados internacionais. É algo que se vê, pelo menos, como tendência, mesmo que ainda em grau não suficiente.

Outro aspecto discutido é a disseminação dos direitos humanos, um problema também relacionado à sua efetividade. A falta de cursos de direitos humanos e de programas educativos nessa área ainda são um problema real no Brasil. Há alguns cursos de pós-graduação de direitos humanos, ainda que muito pontuais, como pós-graduação *lato sensu*, e também mestrados em direitos humanos no Brasil, na USP, na Universidade Federal da Paraíba e na Federal do Pará, que vêm desenvolvendo programas, inclusive, com financiamento da Fundação Ford nessa área. Mesmo assim ainda é muito pouco. Realmente direitos humanos ainda parece ser mais um discurso político do que uma elaboração acadêmica no Brasil, infelizmente.

Ainda somos incipientes, mas isso será mudado aos poucos. É um processo que vai durar mais tempo. Por isso é importante nossa contribuição.

Outra questão levantada que merece algum comentário é o problema da justiciabilidade dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Nesse ponto, faço uma crítica ao colega Francisco. Quando ele diz que realmente só analisamos o tema, na maioria das vezes, do ponto de vista do processo penal, tem muito a ver com a realidade das violações aos direitos humanos no Brasil. Como ele mesmo disse, 90% das nossas violações a direitos humanos são consideradas graves. Tais violações se confundem, muitas vezes, com determinados tipos penais, ainda mais se levarmos em consideração o agente que as desencadeou, como tortura, extermínio, desaparecimento forçado etc.

Esses tipos de violações de direitos humanos estão claramente vinculados a crimes que implicam uma responsabilidade individual. E a conexão entre a responsabilidade do Estado e a do indivíduo se faz através da obrigação de perseguir, uma obrigação dos Estados. E, por corresponder à grande maioria das nossas violações, é o que, na verdade, está em discussão quando se fala em federalização.

Na verdade, é realmente apenas o aspecto penal, ou seja, a transferência da competência penal sobre casos da Justiça Estadual para a Justiça Federal. Eu mesmo não acho que seja uma solução para o problema; realmente não é. Mas não podemos negar que há um caráter sistêmico nisso. Fico, às vezes, preocupado com o medo que as pessoas têm da federalização, nos termos como a expressão é utilizada hoje, da mesma forma que a Justiça brasileira, ou seja, tem medo do Tribunal Penal Internacional.

Todas as vezes que conversamos com juízes a respeito do Tribunal Penal Internacional é indisfarçável aquele torcer de boca, aquela insatisfação com “lá vem aquele modismo de novo”. Ao mesmo tempo, é interessante observar como a sociedade civil, principalmente os setores acadêmicos, tem discutido ultimamente no Brasil o Tribunal Penal Internacional. Fico impressionado com o número de acadêmicos interessados nesse fenômeno, apesar de ele ser muito remoto em nosso País.

Há determinadas constelações de violência no Brasil, como, por exemplo, a pistolagem no sul do Pará, que chegam muito próximas dos crimes contra a humanidade. Outras constelações também chegam muito próximas dos crimes contra a humanidade, como, por exemplo, a criminalidade urbana através de organizações criminosas, ou seja, crimes praticados de forma organizacional. Há algumas constelações parecidas. Portanto, não considero tão absurda a idéia de um caso brasileiro no TPI, apesar de remota. E o interesse da sociedade é muito grande.

É curioso que, quando se fala de federalização, o mecanismo é muito parecido. Vejam bem, o mecanismo de federalização é de complementariedade específica, assim como a competência do TPI. Não se fala em buscar para a Justiça Federal toda a plêiade de violações de direitos humanos dos Estados. Isso, sim, iria contra o princípio da descentralização. A intenção é permitir à vítima mais um foro, um foro mais distante. Não é que a Justiça Federal seja melhor do que a Estadual, absolutamente, como demonstrei no meu texto, as culturas são próximas. Tenho até receio de que ficarão muito mais próximas com a interiorização da Justiça Federal.

Daqui a pouco vamos correr o risco de federalizar um caso, digamos, de Marabá, retirar da Justiça Estadual para ir para o cartório do lado, da Justiça Federal de Marabá, onde haverá também um Juiz Federal. E, afinal de contas, esse juiz será tão influenciado pela comunidade quanto o outro, o estadual. Então, qual é o ganho ao se retirar de um cartório e jogar para outro? Realmente é um problema. Por isso a federalização, do ponto de vista prático, não irá solucionar o problema — pode solucionar um caso ou outro.

Considero interessante, mas acho que esse medo, e vou qualificá-lo como um medo essencialmente corporativo, quanto à federalização não vai acontecer. A federalização não vai ocorrer no dia-a-dia, pode acontecer em um ou outro caso, muito raramente. Talvez seja a solução para ele ou não. Temos de analisar a situação com muita cautela.

É interessante que esse receio, que de alguma forma tem a ver com a vergonha da eventual qualificação da falha estadual, pode, no entanto, ser um motor para que o Estado haja, vamos dizer assim, como os países que hoje estão empenhados em melhorar sua legislação para evitar que casos cheguem ao Tribunal Penal Internacional. Por que não termos esse processo em âmbito estadual? Vamos evitar, por todos meios institucionais, legislativos estaduais para dizer à Justiça Federal que eles não têm nada a nos ensinar, que sabemos fazer o nosso dever de casa. Se conseguirmos isso, já terá sido uma vantagem.

Não faço questão de ter casos estaduais na Justiça Federal. A Justiça Federal tem vocação um pouco diferente da Justiça Estadual e temos de levar isso em consideração. Se a Justiça Federal assumisse hoje os casos estaduais, não iríamos ter um quadro muito melhor de direitos humanos no Brasil. A Justiça Federal, provavelmente, tem algumas fraquezas que a Justiça Estadual não tem. A capilaridade da Justiça Federal é muito menor.

Tudo isso tem de ser levado em conta efetivamente. Mas se o sistema não pode deixar de reconhecer um mecanismo como o TPI, também não pode

deixar de achar razoável o deslocamento estadual federal isolado quando há determinadas causas muito remotas de complementariedade. Não significa uma melhora; significa apenas uma mudança de paradigma na análise de um determinado caso. É só isso. Não vejo isso como um descrédito da Justiça Estadual. Hoje, bem pelo contrário, como disse o Dr. Francisco, a Justiça Estadual tem feito muito, principalmente na questão dos interesses difusos e dos direitos coletivos. E isso tem de ser honrado, sem dúvida alguma.

Isoladamente, vejo muitos casos, porque o Brasil é muito diverso. Não se pode dizer que em Pernambuco, em São Paulo, no Rio Grande do Sul as realidades sejam iguais — há lugares remotos no Brasil, que talvez nem devam ser Estados. Deveriam ser ainda Territórios Federais, porque ali há uma profunda disfuncionalidade do poder local; disfuncionalidade essa que já vem sendo registrada na literatura política brasileira desde Oliveira Vianna e outros mais, com diversas explicações sobre a centrifugalidade da República, como uma perda de substância à medida que, às vezes, se joga para a periferia problemas que originalmente eram centrais.

Então, não vejo isso como um ponto definitivo, mas como idéia, como concepção. Não vejo isso como uma questão muito absurda, apesar de, longe de mim querer assumir, na Justiça Federal, casos da Justiça Estadual. Esta não é a vocação da Justiça Federal, mas pode ser necessário, pontualmente. Não se deveria temer essa discussão; é muito importante que o Estado use todo seu esforço para aprimorar as instituições e a legislação para que isso venha a ocorrer. Se isso acontecer, a reforma constitucional terá valido a pena.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Com a palavra a Sra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN - Organizei minha fala em 3 eixos. O primeiro é sobre educação e direitos humanos, preocupação já externada pelo Fábio, pelo Bruno e de certa maneira pela Ana Flávia. Concordo plenamente com essa preocupação. É fundamental criar uma infra-estrutura de direitos humanos no País. É fundamental implementar um plano de educação em direitos humanos, porque o direito à educação é um direito humano por si e pressuposto para o exercício dos demais direitos. E isso significará, como disse a Ana Flávia, ao mostrar sua inquietude, um maior grau de provocação do Poder Judiciário, por exemplo, no tocante à gramática dos direitos humanos, uma maior perspectiva de implementação dessas normas nacionais e internacionais.

Penso também que, em razão da nossa história, as organizações não governamentais e a sociedade civil brasileira, na voz plural dos movimentos

sociais, trabalharam a ótica dos direitos humanos pelo viés político por muito tempo, e agora agrega a gramática jurídica. Estamos, ainda, ensaiando e aprendendo quais são os limites e as potencialidades da gramática jurídica, das normas, dos procedimentos, das instâncias de proteção nos âmbitos interno e internacional.

O segundo eixo se refere ao projeto de lei e tem a ver com a fala da Carolina e do Westei. Penso que este é um momento estratégico para que posamos caminhar no que tange à discussão do projeto de lei voltado à implementação das decisões internacionais. É uma discussão sofisticada, não é uma discussão que consegue tocar as massas. É uma discussão técnica, difícil, e acredito que teremos de otimizar espaços como este para, de um lado, como muito bem propôs o Westei, dar maior visibilidade, maior participação a esse debate, e com isso ganhar mais legitimidade. A idéia das audiências públicas me parece fabulosa, e isso poderá, à luz da iniciativa da Beca, ser tratado também com os Deputados Orlando Fantazzini e José Eduardo Cardozo.

Em relação ao terceiro eixo, quero fazer um comentário em razão da intervenção do Dr. Francisco. Sinto-me no dever, por pelo menos um minuto, de trazer a posição que defendo a respeito da federalização, que muito se assemelha à externada pelo Eugênio. Penso que, no Brasil, temos que dar chance para que novos institutos sejam devidamente testados. Quer dizer, qual é o impacto, hoje, da federalização? Não sabemos. Por quê? Porque a emenda foi promulgada no dia 31 de dezembro de 2004 — quer dizer, somente 8 meses de vigência do instituto da federalização e um *leading case*, um caso. Em suma, não temos acúmulo necessário para avaliar se o impacto é positivo ou negativo.

Não obstante a decisão do STJ, fiquei com a impressão de que houve um poder simbólico pedagógico no pedido do Procurador-Geral da República, porque as instituições locais funcionaram como nunca haviam funcionado antes. Da mesma maneira, costumo fazer esse paralelo entre a relação do Tribunal Penal Internacional e dos Estados e o instituto da federalização.

Ao concluir, defendo a capacidade de a federalização, potencialmente, — quiçá esteja certa —, criar um sistema de concorrência institucional que permita reforçar e aprimorar as instituições nacionais para o combate à impunidade e para garantir mais justiça.

Vejo que a responsabilidade primária e originária remanesce das instituições estaduais. São elas que devem investigar, processar, punir, reparar. Mas se as instituições nacionais se mostrarem omissas, ineficazes, insatisfatórias, aí sim, parece-me, haverá a possibilidade do instituto da federalização.

Acredito que se os Estados bem atuarem, como ocorreu e está ocorrendo no caso da Dorothy, falta hipótese para o deslocamento de competência. Vamos aguardar e dar tempo ao tempo para que esse instituto possa ser experimentado pelas instituições. Agora, creio que ele já tem apresentado impacto positivo, pelo menos nesse primeiro caso.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Agradeço à Flávia a participação.

Comunico que a organização trouxe à Mesa 11 reais, que alguém perdeu. Não sei se caiu de alguma mala, acredito que não, porque as malas aqui têm notas maiores de 50 reais (*risos*). De qualquer forma, proponho que, caso o dono não apareça, ou se sensibilize, que doe para a cotização do cafezinho e do lanche que estará à nossa disposição ao final desta reunião.

Há um aviso sobre a assembléia do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humano. Ela estava prevista para o início da noite de hoje, mas foi remarcada para amanhã, na lanchonete do Anexo III da Câmara dos Deputados.

Sugiro que as propostas sejam encaminhadas à Sandra, uma das relatoras do Grupo de Trabalho, que está conosco e que acompanhou todo o debate, pois ela é responsável por essa organização. Assim, o Grupo de Trabalho poderá ter, com essas propostas, mais subsídios.

Com a palavra a Sra. Renata, para suas considerações finais.

A SRA. RENATA PELIZON - Quero apenas esclarecer para a Beatriz que, quando fiz referência à diferença processual entre o caso do Zé Pereira e do Ovelário Tames, queria dizer que realmente havia sido feito um acordo. Como você havia dito, alguns pontos desse acordo ainda estão sendo monitorados, porque carecem de implementação, mas acho natural que qualquer acordo, ou solução amistosa, preveja metas de cumprimento imediato, de médio e longo prazos. Enfim, não temos como, de uma hora para outra, implementar mudanças estruturais tão grandes como as que esse caso prevê. Portanto, é natural a existência de pontos pendentes.

Acho que o caso do Ovelário Tames não é de solução amistosa mas, sim, de um acordo e cumprimento de recomendações para implementar o relatório de mérito emitido. Diria que não existe risco de esse caso não ser fechado, apesar de termos sido pegos de surpresa com a mudança estrutural interna da Secretaria. Por isso, a solução do caso atrasou um pouco.

Em relação ao famoso projeto de lei mencionado pelo Dr. Westei e outros, quero apenas esclarecer que ele não é solução final para o problema. Ele trata especificamente de indenização, que, entendemos, é o ponto mais fácil.

Por outro lado, não há mecanismo que trate, por exemplo, da implementação de obrigações de fazer. Considero um dos pontos mais complexos e densos a obrigação de o País investigar de modo imparcial e seriamente todos os atos velados. Se pensarmos nisso literalmente, teremos de encontrar uma forma, por exemplo, para desarmar inquéritos, sem a existência de fato novo, ou, talvez, entender que o caso na instância internacional seria um fato novo. Como disse a Flora, isso seria extremamente denso, complexo. É algo que vem sendo debatido nos últimos 5 anos. Até hoje não conseguimos chegar a uma fórmula jurídica e politicamente viável.

Entendo que o debate deva ser realmente aprofundado e que esse projeto de lei é importante. Será um avanço, mas ainda existe um longo caminho a trilhar, com discussões ainda mais densas do que a que ele trata.

Em relação à visibilidade e à sugestão de realização de audiências públicas, puxando um gancho com o item anterior, o do projeto de lei, quero dizer que as audiências públicas deveriam tratar também da ratificação de novos instrumentos internacionais. Minha impressão é que, quando ocorre o debate, ele fica muito localizado em Brasília, especialmente no que se refere à ratificação de novos instrumentos, e nunca chega aos Estados. Entendo a resistência cultural de algumas entidades estaduais que dizem não ter nada a ver com isso, não fizeram parte desse processo. O exemplo concreto que trago é muito nosso, bem presente, do protocolo opcional à convenção contra a tortura. O CGIL promoveu um seminário internacional sobre esse tema há um mês em São Paulo. Foi um seminário muito interessante. Fiquei com a impressão até, Beatriz, que as entidades estavam muito focadas em um único objetivo.

Vamos fazer um esforço para que o protocolo seja ratificado no Congresso. Entendo que não basta apenas isso. O esforço é necessário, mas esse protocolo é especificamente complicado porque vai instituir um subcomitê internacional, mas ainda prevê um mecanismo nacional. Tal mecanismo, se não for negociado por meio de audiências públicas nos mais variados Estados, de maneira que os Estados tenham chance de refletir sobre ele antes de o texto passar, temo que, se esse debate não for feito antes, poderá ser mais um instrumento internacional a ser ratificado e ficar em vão. Posteriormente, na hora da implementação interna, enfrentaremos as mesmas dificuldades.

Propus, no seminário internacional do CGIL, que as entidades cobrassem da nossa Secretaria e também do NJ, os 2 entes federais, no meu entender, responsáveis por esse tema, a tortura, a realização de audiências públicas em todos os Estados e o fórum de debates sobre o tema, para que as autoridades e

a sociedade civil, também dos Estados, possam se acostumar com a idéia e ter um tempo para refletir e apresentar sugestões sobre como deve ser esse mecanismo nacional.

É a minha última sugestão. Isso vale para todos e serve para aumentar a visibilidade e diminuir a queixa de que as pessoas não conhecem os tratados. Isso também tem a ver com educação, no sentido de uma educação mais ampla.

Para finalizar, Dr. Sales, e já havia dito isso umas, duas ou três vezes, quero dizer que essa falha não ocorre apenas em âmbito estadual, mas federal também. Estamos num momento até frágil para dizer isso. A Secretaria acabou de perder o *status* de Ministério. Sei que cada um tem uma opinião a respeito disso. Para mim foi um equívoco.

Tudo isso é para dizer que há falhas não apenas em âmbito estadual. Realmente os espaços vazios, as falhas, a necessidade de melhorias residem nos 2 níveis: federal e estadual. Logo, nenhuma fala nesta reunião teve o intuito de culpar um ou outro, “isso é do Estado, isso é da União”. O Estado brasileiro tem que agir como um só corpo, e não evidenciar falhas. Quando se admite a necessidade de aperfeiçoar, mostra uma postura mais positiva do que se negasse a falha. Admitir que realmente existe esse lapso, esse vácuo, é um jeito construtivo de ver tudo o que vem acontecendo.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Com a palavra o Sr. Francisco Sales.

O SR. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE - Começando do fim, concordo com a fala da Renata sobre assumir o que não fomos capazes de fazer. A assunção disso pelos entes federativos, a forma como deve ser dada a amostra à população, não deve ser jogada para a platéia. Digo sempre, a relação entre a União e os Estados federados tem que deixar de ser o que sempre foi. Temos uma federação do faz-de-conta, professora, em que o Presidente da República baixa um decreto e muda toda jurisdição da Federação. Hoje, um simples decreto do Presidente da República muda a competência de um órgão jurisdicional, em que o simples interesse de alguém da União, em qualquer caso, desloca a competência de um juízo para outra definida constitucionalmente. Isso ocorre quase todos os dias.

Digo isso porque temos enfrentado esse problema em Pernambuco, mas vou até o fim. O Supremo Tribunal Federal pode continuar decidindo até que se vincule tudo, mas acho isso um absurdo em relação à Federação. O Presidente da República baixa um decreto fixando o valor *per capita* de um aluno do FUNDEF

e a competência passa a ser federal. Ele aumenta o valor de um aluno, de quanto custa para a rede pública de ensino, e a competência deixa de ser da Justiça do Estado e do Ministério Público local e passa a ser da União. É um absurdo do ponto de vista de uma Federação, mas é o que temos visto diuturnamente no que se refere à Federação brasileira. É um faz-de-conta, uma federação que não se sustenta do ponto de vista das suas competências tributárias. A União pega todas as contribuições e tira do bolo da transferência pública aos Estados e Municípios, ou seja, faz a sua DRU, a sua desvinculação de receitas; e os Estados, em vez de contestar isso, como os dois agora tiveram coragem de fazê-lo, passam a querer fazer a sua própria DRE. Um faz a DRU e o outro quer fazer a DRE. Além disso, querem desvincular receitas que também podem ser gastas. Sabemos disso, mas não acreditamos, porque, na realidade, todos os Governadores deveriam ter entrado com ações contra o Presidente da República, desde sempre, alegando que S.Exa. não poderia desvincular essas receitas, porque elas fazem falta para o Ministério Público. O Ministério Público é essencial nos Estados até 2%. É o que definiu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Depois disso ele deixa de ser essencial. A Justiça local é essencial até 6%. Passou daí não é mais essencial. E assim tenho 151 cargos vagos no Ministério Público de Pernambuco. Outros Estados têm 140. É algo que não dá para discutir com a justificativa de que se vai resolver o problema com a federalização. Não vai. Baseio-me no artigo do próprio Eugênio e numa frase bem arretada daquele texto: *“Vende-se a idéia de que federalizando a tutela jurisdicional dos direitos humanos todos os problemas de efetividade das garantias estariam resolvidos. Mais uma vez se enche o cidadão de esperanças sem que haja indícios concretos de que o Judiciário Federal ou outro se desempenharia melhor do que o estadual nessa matéria”*.

A normatividade internacional também não vai resolver nossos problemas locais. De maneira alguma. Será o País, de alguma forma, e sem criar essa concorrência. Permita-me, professora, mais uma vez discordar de V.Sa., quando diz que a decisão tem um poder simbólico pedagógico que cria um sistema de concorrência entre as instituições. Não é válido. O que tiramos, enquanto Ministério Público, disso que foi feito com o Ministério Público do Pará, não foi bom para as 2 instituições, nem para o Ministério Público da União, nem para os Ministérios Públicos dos Estados. Entrou-se numa concorrência em vez de uma cooperação. O Ministério Público de lá deveria ter criado uma forma pacificada, como ocorreu, agora, por exemplo, com o assassinato do promotor. Reconheço, na condição de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, que a institucionalidade da polícia do meu Estado pode não es-

clarecer de imediato o que poderia ser um crime contra um agente do Estado que defende os direitos humanos.

Então, oficiei ao Governador para que solicitasse ao Ministro da Justiça a interferência da Polícia Federal na investigação, porque eu posso denunciar qualquer um de lá e o Poder Judiciário local pode julgar. A meu ver, criar o sentimento cooperativo é muito melhor do que o concorrencial. Ele não vai resolver. Vai-se repetir o que aconteceu no Pará. A Procuradoria da República deu um tratamento diferenciado a São Paulo e ao Pará. Em São Paulo, o Procurador-Geral da Justiça teve o direito de ser notificado e prestar esclarecimentos. E o Ministério Público do Pará — digo isso porque fui ao Pará, estive *in loco* como Vice-Presidente do Conselho Nacional — não foi ouvido em momento algum, não houve sequer uma ligação.

Para quem representa um Ministério Público de um Estado, por mais grave que seja a situação, isso não pode acontecer em momento algum; não permitir a presença de nenhum outro órgão do Governo Federal, até porque somos feitos do mesmo barro, temos os mesmos defeitos e as mesmas qualidades. Não tenho inveja de nenhum órgão da União Federal. Não discuto ética, se tem mais ou menos; por mais que tenha é igual a minha. Não faço essa discussão em relação ao Ministério Público de Pernambuco. Tenho orgulho do Ministério Público do Estado de Pernambuco, como muitos outros têm. Agora, quanto à questão específica temos de focar, e talvez seja a razão pela qual os Procuradores, à unanimidade, criaram, no âmbito do Conselho Federal, a Comissão Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e o GENECOC — Grupo Nacional de Combate à Criminalidade Organizada. Este grupo conta com a participação de todos os Ministérios Públicos, inclusive do Ministério Público da União nos seus vários ramos.

O sentimento cooperativo tem agregado muito mais do que o concorrencial e à vista da nossa experiência com o GENECOC, vamos constituir o Grupo Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Os 26 Estados e o Distrito Federal já sinalizaram positivamente, e essa discussão será encaminhada para o encontro de São Paulo, para, talvez em Pernambuco, bater o martelo no dia 9 de setembro, quando tomarei posse.

Só para finalizar, quero dizer que, talvez, nosso grande desafio seja trazer a discussão do tema direitos humanos para o cotidiano, para que saia do imaginário coletivo que direitos humanos é direito de bandido, como sempre foi visto.

Podemos até ter essa indivisibilidade, tentar lutar, porque, por mais que possamos levar isso para a órbita internacional, é necessário, de alguma forma,

que o Estado brasileiro possa ser responsabilizado, por exemplo, por uma violação grave, qual seja a inexistência de uma reforma agrária neste País, bem como de uma reforma urbana. Não se tem. Isso é um vetor e motivo de inúmeras violações diárias do direito à alimentação, do direito à água e à terra. Inúmeras violações são cometidas diariamente pela ausência de acesso aos bens produzidos coletivamente. Mantém-se essa situação via medida provisória. É algo caquético. A força do trabalhador está na ocupação. Nessa área, a institucionalidade do Governo Federal está no INCRA; mas, da forma como está estruturado, ele não consegue, e não é má vontade, fazer aquilo que está previsto.

É necessário que uma nova institucionalidade para fazer face a essa democratização das relações sociais seja elaborada por nós todos, uma institucionalidade interna que faça face a essa demanda da sociedade brasileira. Esta seria a segunda questão.

A terceira seria o monitoramento do resultado das conferências e/ou também das recomendações dos relatores internacionais. Nigel Ridley e Asma Jahangir fizeram recomendações ao Estado brasileiro, mas nenhuma delas foi cumprida. Ou seja, no que diz respeito à perícia oficial, a poderes investigatórios do Ministério Público e a outras recomendações, o Estado brasileiro está tranqüilo. Agora, nessa questão, que é fator de violação dos direitos civis, o Estado brasileiro deu uma recuada — e grande —, principalmente no que diz respeito à violência no campo e à violência urbana.

Por fim, vale destacar que a discussão em que celebramos um convênio com a Plataforma DESCA, em Pernambuco, com as relatorias nacionais de direitos humanos à alimentação e à terra, foi extremamente importante para o Ministério Público. Como se fosse, vamos dizer assim, o empoderamento da sociedade civil, dos relatores nacionais e do Ministério Público. Mas nós também temos o poder e o dever de implementar e fiscalizar a legislação, e de defender o regime democrático. Para isso é necessário que haja uma força social por trás dos promotores — por trás não —, do lado, porque não é fácil implementar leis num País com diferenças abissais de renda, com orçamentos inexistentes do ponto de vista de responsabilidade fiscal e com péssima qualidade no gasto público.

Só para citar mais um exemplo: temos 3 relatórios produzidos pelo Governo Federal. O relatório-diagnóstico do Poder Judiciário, o relatório-diagnóstico da Defensoria Pública do País e o relatório-diagnóstico do acesso à Justiça através de sistemas alternativos. Onde está o diagnóstico do Ministério Público? Inexiste. Se não o fizermos, tanto faz, porque o Poder Central não

tem nenhuma boa vontade com a instituição ministerial. Não tem. Nunca teve. Os Estados também não têm. É defeito de origem, é como se nós estivéssemos nos intrometendo nas políticas públicas: “Não, vocês não podem tirar o gestor porque é eleito pelo voto. Não, vocês não podem requerer ao Judiciário para que se construa uma escola porque você está mexendo na autonomia dos Poderes”. Ora, amigos, se já se aprovou uma lei, se existe um Plano Plurianual, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e um orçamento determinando a construção da escola e que a criança é prioridade constitucional, onde está a autonomia dos Poderes para que não haja uma ordem, uma judicialidade desse conflito, para que se peça uma medida judicial e que ela seja positiva? Não existe e é o que temos enfrentado no dia-a-dia.

Tínhamos solicitado à Secretaria de Direitos Humanos, ainda quanto a essa ausência, mais um tempo. E o que o Westei disse ali, professora? Que vem um relator internacional e que a partir disso se dispara um ofício da Secretaria Nacional de Direitos Humanos para todos os Procuradores-Gerais, solicitando informações, tendo em vista a visita do relator, sobre o número de inquéritos, de processos, de ações penais e a fase em que se encontram. Dá vontade de você dar uma resposta, mas não pode. Aí somos todos parceiros. Aí você liga e diz: Amigo, não existe nenhum *software* padronizado no Ministério Público brasileiro que possa lhe dar essa resposta com a agilidade que você quer. E lembre-se que lhe pedi há 2 anos viabilizar recursos para que, com um *software* nacional, pudéssemos padronizar ações de monitoramento de tortura, de todos os tratados e convenções de que o Brasil é signatário. Então, faça você um *software* adequado e o doe aos Ministérios Públicos, porque aqui ninguém tem dinheiro nem para alimentá-lo, muito menos para você ter acesso. A sociedade precisa ter acesso a esses dados, mas até hoje nada.

Temos de fazer o que já se fez recentemente com os Tribunais de Contas, isto é, implantar um projeto de modernização. Foi tomado um empréstimo com aval da União de quase 50 milhões de dólares — 38 milhões de dólares, se não me falha a memória, para modernização dos Tribunais de Contas. Por que não fazer o mesmo com as Justiças Estaduais, os Ministérios Públicos dos Estados e as Defensorias Públicas? Não. Para isso, simplesmente, não há recurso.

É necessário buscar uma institucionalidade forte para defender os direitos humanos sob pena de levarmos de alguma forma todos nossos conflitos para o âmbito internacional sem grande resolubilidade ou efetividade no plano interno.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, em nome do Conselho Nacional de Pernambuco. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Romeu Olmar Klinch) - Declaramos encerrado este painel e, na seqüência, após o cafezinho, iniciaremos, no Plenário 12 do Anexo III, o painel 12, com o Grupo de Trabalho e a mesa redonda para aprofundar e sistematizar as propostas. Todos os grupos estarão trabalhando no plenário das Comissões.



RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHOS

Grupo de Trabalho 01 **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de** **discriminação contra a mulher**

Relato geral

Esse GT pretende identificar a real situação das mulheres brasileiras, em especial daquelas em desvantagem social - negras, índias, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras - e avaliar a eficácia das ações e políticas do estado brasileiro em cumprimento à CEDAW e às recomendações do Comitê CEDAW de 2003. Pretende também apontar medidas necessárias e adequadas ao pleno e efetivo cumprimento da Convenção para eliminar a discriminação contra mulheres nas esferas pública e privada e assegurar a igualdade entre mulheres e homens.

O Grupo de trabalho não chegou a identificar e analisar a real situação das mulheres brasileiras, pois o quorum estava bastante reduzido, com a representação da GELEDÉS, AGENDE, CFEMEA, ADVOCACI, Coturno de Vênus, Casa da Mulher 8 de março - TO, Promotoras Legais Populares - DF, Articulação de Organização de Mulheres Negras e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e estudante de Comunicação da PUC.

Os trabalhos iniciaram-se conduzidos por Marlene, que coordenou os grupos informando sobre os objetivos do GT que são os de identificar e avaliar as ações do Estado Brasileiro no cumprimento à CEDAW e suas Recomendações. Relata que em 2003 foi apreciado o primeiro Relatório Nacional Brasileiro que pela primeira vez e de forma consolidada (elaborado relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001) foi apresentado ao Comitê CEDAW. Também foi elaborado e apresentado o Relatório da Sociedade Civil, (Relatório Alternativo à CEDAW), que contribuiu para análise do relatório enviado pelo governo brasileiro, apresentando a contribuição democrática do movimento de mulheres, com o propósito de consolidar e efetivar a implementação dos direitos humanos das mulheres e a consolidação da cidadania feminina. O Relatório Governamental Brasileiro de 2001- 2004 está pronto e entrará no rol de apreciação do Comitê CEDAW.

A sociedade civil e o movimento feminista e de mulheres está se articulando com vistas a elaboração do Relatório Alternativo à CEDAW 2005. Foi realizada uma reunião em abril, com redes e articulações nacionais de mulheres e organizações feministas e especialistas em direitos humanos das mulheres, onde decidiu-se criar um Grupo Impulsor com a participação das redes e articulações e organizações de feministas envolvidas no processo e ainda um Grupo Gestor, com o papel fundamental de garantir a viabilidade do processo de construção desse relatório. Foi definido como responsabilidade do grupo impulsionar o processo de construção do relatório, definir prioridades e metodologia. A Dra. Silvia Pimentel, que é a primeira mulher a ser eleita como membro do Comitê – CEDAW, como vice-presidente do Comitê CEDAW. Fez um breve relato de sua participação na elaboração do 1 relatório Governamental Brasileiro e do primeiro Relatório Alternativo à CEDAW.

Fundamentada nesta experiência e exercício de seu mandato no Comitê CEDAW sugeriu que o relatório seja funcional, claro na comunicação e na linguagem. Além disso deve ser sintético e objetivo, sendo elementar seguir os artigos de conteúdos da Convenção, com atenção especial às mulheres para as questões de raça, etnia, orientação sexual, geracional e classe social.

A referência do Relatório Alternativo tem que ser o do Relatório apresentado pelo Governo Brasileiro à CEDAW e as Recomendações feitas pelo Comitê CEDAW ao Estado Brasileiro, em 2003. Evidenciou que ao elaborar um Relatório Alternativo de forma clara e objetiva, facilitará a análise do Comitê CEDAW, que fará perguntas ao governo brasileiro sobre a situação das mulhe-

res em nosso país. Por fim, ressaltou que seu mandato é participativo e que só ocupa essa função por ser do movimento de mulheres.

Apesar de um número pequeno o grupo de trabalho conseguiu apontar questões chaves para a confecção do relatório sombra, as quais serão levadas ao comitê gestor, que terá a tarefa de trazer essas vozes para construir um documento que retrate a real situação das mulheres .

Como primeira tarefa para o grupo de trabalho foi distribuído o formulário contendo questões importantes para subsidiar a elaboração do relatório.

6. O Governo Brasileiro ainda não disponibilizou para a sociedade civil o Relatório 2001-2004, entretanto o mesmo já foi enviado ao Comitê CEDAW, o que não pode ser obstáculo ao nosso trabalho. O movimento deve se focar nas análises de políticas públicas de direitos humanos, além daquelas destinadas às mulheres.
7. É importante fazer a discussão com o movimento de mulheres e distribuir o formulário e que na elaboração do Relatório Alternativo tenha como base o Plano Nacional de Política para Mulheres.
8. Devemos também aproveitar as pesquisas, dados e diagnósticos existentes, produzidos pelas universidades, governos e sociedade civil.
9. Deverá ser apontado no Relatório Alternativo a crise de sustentabilidade financeira que vem atingindo as Organizações não governamentais feministas e de mulheres, que constitui um obstáculo à participação efetiva e organizada das mulheres.
10. Na falta de recursos financeiros o movimentos de mulheres deverá usar toda a criatividade para elaboração do relatório Alternativo.
11. Os anais das audiências públicas realizadas nos estados para debater o PL 4559/2004(Lei da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres), poderão ser utilizados como subsídios à elaboração do Relatório, além de ser um modelo metodológico que propicia a participação das mulheres na elaboração do relatório.

12. O Relatório deve ressaltar a discriminação que a mulher sofre na mídia e a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres.
13. O relatório deve conter as discriminações sofridas pelas mulheres lésbicas e transexual, bem como indicar que na elaboração das políticas públicas ainda não se considera a orientação sexual. A elaboração do relatório deverá ter a participação das lésbicas e transexual.
14. O Relatório deve conter, de forma efetiva, o olhar das mulheres que sofrem discriminações e incluir as mulheres em desvantagens sociais:
 - negras, índias, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras e prostitutas.

Também deverá ser levado em consideração os relatórios elaborados pelos demais grupos de trabalho desse encontro.

Grupo de Trabalho 02

Combate à tortura

Relato geral

O grupo foi coordenado pelo Dr. Eugênio Aragão Sub-Procurador da República, sendo relatoras Rosiana Queiroz - MNDH e Elaine pela CDHM.

Para iniciar e situar o grupo para formulações, foi feito alguns informes gerais sobre ações e iniciativas na área do combate à tortura. Em primeiro lugar, falou Eugênio Aragão que relatou a experiência do GT Contra Tortura, criado no âmbito da CDHM e coordenado pelo Dep. Luiz Couto, participando, ainda, organizações da sociedade civil, PFDC e outros organismos. Este GT vem atuando em duas frentes: uma legislativa, onde levantou os diversos projetos sobre o combate à tortura, tramitando no congresso, e indicou um novo projeto de lei que reuniu aspectos dos diversos projetos que vinham em curso na Câmara dos Deputados, este tendo como foco medidas preventivas e a criação de instrumentos e procedimentos de perícia. Ainda autoriza a criação de um órgão local de monitoramento. Um outro nível de ação, foi a elaboração de um relatório nacional, com denúncias de tortura, o qual foi entregue ao CAT/ONU.

Na seqüência, Rosiana Queiroz fez um informe sobre frentes de ação no âmbito da sociedade civil. Ressaltou a importância da campanha internacional e nacional pela ratificação e implementação do protocolo facultativo contra tortura, e informou que o mesmo está em tramitação na Câmara, tendo já sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores e esta semana já foi aprovado, por unanimidade, na CCJ, faltando apenas aprovação nas comissões CDHM e de Segurança. E em ambas já existem pareceres favoráveis pela aprovação. O que falta mesmo são estas Comissões se reunirem para deliberar a respeito. Mas, para que sua ratificação seja mais rápida, é necessário pressão da sociedade civil, que precisa buscar seus deputados cobrando pressa. Outro aspecto levantado ainda sobre o Protocolo foi a iniciativa de organizações da sociedade civil com atuação internacional – CEJIL e APT –, que realizaram seminário nacional para discutir meios concretos de implementação do Protocolo. Várias idéias foram indicadas e a experiência dos comitês estaduais contra tortura, vindos da campanha nacional contra tortura, foram neste seminário apresentado como indicativo, ou seja, como um possível modelo de mecanismo de monitoramento dos espaços de detenção. Ainda como ação da frente sociedade civil houve a realização de 11 oficinas TODAS CONTRA TORTURA nos estados, onde reuniu operadores do sistema de justiça e segurança, para discutir como lidar com o tema tortura em suas instituições (ação do MNDH, em parceria com a PFDC e a Secretaria de Direitos Humanos) e, por fim, falou das diversas atividades locais ainda sobreviventes da campanha nacional permanente contra tortura, através de 9 comitês que estão em funcionamento e 5 se rearticulando.

Depois a palavra foi dada a Pedro Montenegro, responsável na SDH pelas ações de combate à tortura. Pedro falou do Plano Nacional que está sendo concluído e elaborado a partir das experiências bem sucedidas, como a campanha contra tortura, levando em conta uma articulação e responsabilidade dos governos estaduais. O plano prevê, ainda, uma articulação com a sociedade civil, para que haja um monitoramento e controle social. Para viabilizar tudo isso, será promovido um encontro nacional para aprovar o Plano e um Manual para operadores do sistema de justiça e segurança, pois os mesmos precisam ser sensibilizados para saber como enfrentar o tema tortura. Um outro eixo deste plano são as ações de repressão e de reparação das vítimas, onde o plano procurará efetivar ações em conjunto com outras políticas já em andamento. Mas, Pedro, também, relatou que as atuais dificuldades da SDH que perdeu o status de Ministério atrasou e emperrou tudo, pois ainda não estão regulamentadas as

competências e o orçamento da nova SDH. Essa indefinição está gerando atrasos na apresentação do Plano à sociedade.

Após essas breves informações, foi aberta a palavra aos participantes do grupo que fizeram perguntas e proposições. Seguem as questões e propostas.

Proposições e moções

- Que os comitês contra tortura possam de fato adentrar nos espaços de detenção para fazer fiscalização;
- Porque foi encerrado o SOS TORTURA e não se colocou nada no lugar? Um instrumento de denúncia é preciso ser criado para que a população saiba para onde se dirigir;
- Tem se verificado que a prática de tortura física tem diminuído, mas, também, tem diminuído as sentenças de tortura na Justiça, ou seja, torturadores continuam sem punição. Neste sentido, é preciso pensar ações de pressão junto ao Judiciário;
- Que o crime de tortura possa ser enfrentado de forma mais ampla e integrada, levando em conta que a tortura tem rebatimento e está em vários momentos interligada às violações em DHESCAS. Foi citado do exemplo de SP que, semana passada, numa desocupação envolvendo sem tetos, a polícia agiu violentamente, causando graves violações que se aproximam em muito com a tortura. Sobre isso, foi esclarecido que a Lei brasileira é muito restrita e que talvez ampliá-la possa gerar dificuldades ainda maiores para julgar casos de tortura. Mas, o que se pode fazer, é utilizar, nesses casos que envolvem, além de violações em DHESCAS, violações em massa o que as convenções contra tortura da ONU e OEA que definem tortura e outros tratamentos, cruéis e desumanos e ainda abrem espaços para considerar que ataque a grandes manifestações com violência pode ser encarado como tortura. (art. 16 da convenção da OEA);
- Que os institutos periciais sejam independentes, para que os peritos tenham condições de trabalhar livremente e até adentrar aos locais de detenção para exames. Mas, também, se defendeu que os médicos precisam atuar e dar laudos que facilitem a investigação de tortura. Neste

sentido, foi informado que o Conselho Federal de Medicina era contra esta possibilidade, mas que já está revendo sua posição;

- Que exista uma instância maior para monitorar e coordenar processos de capacitação, porque a maioria dos profissionais da área pública não compreendem e nem sabem lidar com a Lei de tortura. É preciso articular recursos para os Estados avançarem neste caminho;
- Como a SDH pode mesmo na situação em que está agora ajudar os estados e as entidades locais no combate à tortura, mesmo antes do Plano Nacional ser aprovado? O grupo móvel, criado para averiguar e investigar denúncias de tortura, já pode ser acionado? Essas questões foram direcionadas ao Dr. Pedro Montenegro;
- Incluir no Projeto de Lei que trata das medidas de prevenção à tortura as ações que o Plano Nacional que a SDH está elaborando;
- Aplicar os meios necessários que a Lei prevê de responsabilização do Estado em casos de tortura e outros tratamentos cruéis e desumanos;
- Que se crie mecanismos para identificar e julgar casos de tortura psicológica e que seja revisto e questionado o RDD;
- Que as experiências dos comitês estaduais possam ser ampliadas, principalmente buscando atuar na capacitação dos policiais, agentes penitenciários e outros;
- Que se crie uma campanha de comunicação de massa para conscientizar a população de que tortura é crime e que direitos humanos não é direitos de bandidos, já que este encontro está tratando do tema comunicação;
- Que se crie, em nível da sociedade civil, um núcleo duro de enfrentamento à tortura, para fazer pressão ao governo federal e também aos governos locais nos andamentos de casos de tortura e, ainda, que oriente e amplie os comitês estaduais contra tortura;

Grupo de Trabalho 03

Violações de direitos humanos na mídia

Participantes

- Coordenador: Rogério Thomas – ABRANDH e Intervozes
- Relatora: Bia Barbosa – Agência Carta Maior e Intervozes

Ana Luiza (SOS Imprensa), Walisson (estudante de jornalismo no Iesb), Camila de Magalhães (jornalismo Iesb), Themis (chefe do monitoramento televisivo do Ministério da Justiça), Sátira (Associação Cultural de Mulheres Negras), Valéria (assessoria de comunicação da SEDH), Roberta (Associação Muda Mundo), Priscila Carvalho (assessora de imprensa do CIMI e membro do Intervozes), Renato (estudante de jornalismo Fastec),

Dioclécio Luz (Sindicato dos Jornalistas de Brasília), Josué (secretário executivo da Abraço Nacional), Cícilia Peruzzo (professora de comunicação), Fernando O. Paulino (professor UnB e Iesb) e Ernesto (Associação Baiana de Imprensa e ABI)

Relato geral

Contextualização das violações de DH na mídia

- Um dos gargalos principais da comunicação é o fato dos deputados e políticos, que são responsáveis por fazer leis, não regulamentarem o setor porque têm veículos de comunicação e preservam seus interesses.
- A comunicação é vertical e centralizadora. O eixo Rio-SP monopoliza a produção de cultura e conhecimento e sete famílias dizem o que o Brasil deve ouvir, ver, em que votar e o que é cultura e informação.
- Pratica-se censura no Brasil contra a informação que interessa. Se você tem um movimento social ocupando um determinado espaço, a imprensa não noticia o fato ou o sataniza.

- A má qualidade da grande mídia obriga as pessoas a assistir a programação de péssima qualidade. Isso significa privação da liberdade. Liberdade é quando você pode escolher.
- O tratamento da violência na teve é superficial e instigador da violência. Os apresentadores dos programas policiaiscos expõem o criminoso e instigam o ódio.
- Não podemos cair na crítica moralista. A ausência da sociedade brasileira na mídia é uma violação muito mais séria do que uma cena de sexo na novela.
- Dentro do Ministério da Justiça há um GT para subsidiar a classificação indicativa dos programas de TVs. Estão estudando uma maneira de deixar claro para o telespectador aquilo que ele vai “consumir” naquela programação. Estão aumentando as reclamações sobre homofobia e violação dos direitos dos negros e índios na teve. O Ministério da Justiça vai ampliar as categorias de denúncias.
- A Secretaria de Direitos Humanos deve implementar a partir do ano que vem um plano de educação em DH, que inclui a mídia.

Casos de violação

- Direitos da infância e adolescência: Nestlé é considerada a empresa mais irresponsável do mundo. Viola todos os códigos de conduta em relação à alimentação infantil, que não permitem propaganda com mães amamentando, bebês, etc. Uso de bebês em filmes e novelas (antigamente eram bonecos).
- Direitos das mulheres, gays e lésbicas: a representação que é dada a esses grupos em programas como Zorra Total.
- Programa Cidade Alerta: a partir da classificação indicativa do Ministério da Justiça, o MP conseguiu fazer com que o programa se adequasse ao horário. Depois, a Record tirou do ar o programa por vontade própria. Também foi citado o caso do direito de resposta que as TVs Record e Rede TV tiveram que conceder por ofenderem as religiões de matizes africanas.

- Novela “A Lua me Disse”: tirou os personagens homossexuais do ar depois de reclamações do movimento gay.
- Tentativa de revisão da história: novela “América”, da Rede Globo. Desvirtuou a música que falava de unidade na América Latina para uma adoração aos Estados Unidos.
- Jornalismo investigativo: tipo de prática que está se legitimando como correta e que prega violações como a invasão de privacidade e o furto de documento sob a justificativa de que a população tem que ser informada.
- A questão indígena: não existe índio no Brasil. Há 180 etnias, com 700 mil índios, que não aparecem de forma decente. Os indígenas são retratados na teve de forma imbecilizada e infantilizada. Isso é uma forma de alienação e censura da história. O negro só aparece em papéis inferiores.

Propostas

- Não adianta brigar por uma melhor representação nos grandes meios. É preciso garantir que os povos se apropriem dos meios. Temos que lutar por um Estado que garanta canais, acesso, financiamento, formação para que as pessoas trabalhem com mídia. Garantir isso enquanto política pública.
- Fazer mais pressão sobre os parlamentares de esquerda, para que não deixem vazios os espaços das comissões da Câmara e do Senado que tratam de comunicação.
- Aumentar o contato com as TVs estatais. Sob essas, se teria mais poder de intervenção. Mudar sua orientação e produção de conteúdo.
- Rever a legislação das rádios comunitárias, que é restritiva e excludente. Criar um fundo para as rádios e TVs comunitárias. Permitir que as TVs comunitárias operem em sinal aberto. Desenvolvimento de uma política de comunicação comunitária para o país, que não existe. Trabalhar em articulação com o Ministério Público, que é um dos colaboradores na repressão às rádios comunitárias, com base no artigo 70 do Decreto 236 de 1967. Pedir que o MP entre com ações contra deputados e senadores que têm emissoras, porque isso é ilegal. E que o Legislativo abra processos de cassação contra esses deputados que confrontam a lei.

- Avançar no controle público e social sobre o que existe, para cobrar de quem tem as concessões que o interesse público prevaleça sobre o interesse privado.
- Desenvolver formas de sensibilizar a sociedade para o debate das violações de DH na mídia, o que passa por educação em direitos humanos e educação para mídia. Educar as pessoas para mostrar para elas que a TV não está retratando a realidade.
- Proposta de moção para que o projeto do senador Pedro Simon, que propunha a criação obrigatória de um serviço de ouvidoria pública dos usuários de mídia – e que está arquivado desde 1995, seja reencaminhado.
- Ocupar espaços nas emissoras, que têm que veicular produções regional e independente.
- Aumentar o diálogo com a universidade para a formação de uma opinião pública mais consciente e de uma sociedade que exerça seu direito. Investir na formação dos profissionais de comunicação.
- No caso da representação dos negros na TV, garantir que as histórias sejam contadas do ponto de vista dos negros, e não dos brancos. Existe uma grande parcela de classe média negra formada por famílias felizes. Estimular um retrato positivo do negro na TV. Respeitar essa cultura, em sua memória, tradição e atualidade sem que os direitos humanos sejam violados na mídia. Que seja aprovado o Estatuto da Igualdade Racial.
- Moção de apoio às ações do MP Federal e Estaduais e de grupos/organizações de amparo às vítimas da mídia (como o SOS Imprensa) no que se refere à contínua construção e efetivação de formas de assegurar a responsabilidade social da mídia.
- Criação/expansão do direito de antena não apenas aos partidos políticos, mas também às organizações não governamentais e sindicatos, nas emissoras públicas.
- Estímulo à criação de conselhos de imprensa/comunicação locais.

- Divulgar que todo cidadão tem direito de mandar reclamações sobre a classificação indicativa de horário para o site www.mj.gov.br/classificacao. Trabalhar pela divulgação desses casos, porque se dependermos da grande mídia ninguém ficará sabendo de nada.

Grupo de Trabalho 04

Direito humano à comunicação: conceituação e indicadores

Relato geral

Conceituação

O conceito do direito humano à comunicação avança em relação à liberdade de expressão e ao direito à informação, abrangendo outros aspectos como a diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, o acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado e a expressão da diversidade cultural. Por ser um direito humano, constitui uma relação interdependente com os outros direitos humanos para a construção de uma sociedade igualitária e justa. Sua importância está ligada ao papel da comunicação na construção de identidades, subjetividades e do imaginário da população, bem como das relações de poder (econômico, social, ideológico, político e cultural).

Pensar a comunicação como um direito humano, fundamental e inalienável, portanto, implica reconhecer que ela deve ser alvo de políticas públicas construídas de forma participativa e democrática. Estas devem garantir o exercício do direito à comunicação e dos diversos aspectos relacionados a ele.

Uma questão importante é o limite da liberdade de informar e expressar-se. O exercício desta liberdade deve ser compreendido numa perspectiva individual e também coletiva, tendo como limite o respeito aos direitos humanos e baseando-se na igualdade de oportunidades no plano político, social e cultural dos sujeitos.

O direito humano à comunicação inclui também a liberdade de expressão, à informação, à diversidade, à pluralidade, direito à privacidade, à inclusão, à participação. A noção de que a comunicação produz uma subjetividade (mo-

dos de pensar, simbólicos, imaginários) implica a garantia da participação da diversidade dos atores nos processos comunicativos.

O relatório MacBride já trata de diversas questões. Conforme o relatório, a comunicação tem a ver com as questões sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas. A efetivação do direito à comunicação pode efetivar outras dimensões da cidadania?

Direito à comunicação é o conceito mais amplo possível, pois no fundo estamos nos referindo à construção de identidade. Desafio: dialogar com os movimentos de direitos humanos. Precisamos exemplificar; onde este direito se materializa na sua luta? A construção do conceito do direito à comunicação deve ser feita com as entidades.

Não podemos deixar de incluir a comunicação alternativa e a comunitária. É ilusório pensar a participação popular na mídia comercial. A participação cidadã deve ocorrer em todo o processo comunicativo. Os meios comunitários e alternativos podem oferecer esta possibilidade. É um caminho para a democratização, para a apropriação da comunicação.

A conceituação do direito à comunicação é fundamental. Papel de vanguarda que transcende os imediatismos do debate. Inserir a noção de público nas relações mediáticas. A noção de público deve ser a medida, a qualidade para definirmos a implementação do direito à comunicação. A mídia configura o espaço público

Indicadores

Para a efetivação do direito humano à comunicação é importante a criação de indicadores sobre a realização deste. Estes têm de ser objetivos, mas precisam levar em conta a complexidade da comunicação e da sociedade, e ter a preocupação também com as dimensões qualitativas. Os indicadores têm que ser resultado de um processo coletivo de modo a nortear para a atuação dos movimentos sociais.

Grupo de Trabalho 05

Educação e comunicação em direitos humanos

Relato geral

- A mídia não compreende adequadamente a questão dos DH e por isso não atua na divulgação do tema de forma sistemática e contínua.
- Os conceitos de DH precisam fazer parte do cotidiano para ser compreendido e assimilado pela população.
- A mídia precisa se focar na análise dos acontecimentos dando menor ênfase ao “espetáculo” dos fatos.
- A democratização do acesso aos meios de comunicação deve ser ampliada para permitir a livre expressão da população e o acesso às informações.
- A educação em DH deve ser feita de forma a respeitar às peculiaridades e diferenças regionais.
- Deve ser promovida a permeabilidade entre todos os canais da sociedade.
- Além dos agentes de segurança pública as ações de educação em DH devem atingir também a população carcerária.
- O conceito e as informações sobre DH devem ser adaptados à uma linguagem que seja acessível a população como um todo.
- Formação de grupos multidisciplinares, incluindo: professores, pedagogos, profissionais de comunicação, técnicos de TI, gestores públicos e integrantes de ONGs para trabalhar a adaptação dos conteúdos para as diversas mídias e a capacitação dos agentes de divulgação dos DH.

- Criar um certificado para ser concedido às emissoras, sites, jornais, rádios etc... que efetivamente trabalhem e contribuam para a educação em DH.
- Fortalecimento do programa contra a baixaria na TV – além do boicote, será realizado no dia 09/12/05 uma mobilização para que a população assista às emissoras públicas, que deverão ser estimuladas a transmitir neste dia, em especial, uma programação educativa de qualidade.
- Identificar os estados que possuem conselhos de comunicação, e estimular a criação naqueles que ainda não têm. Ainda há muita resistência por parte dos governos para a instalação deste tipo de conselho.
- Realizar links entre as diversas áreas de PNEDH, com vistas a articular com a mídia outras iniciativas de capacitação e educação em direitos humanos.
- Segurança pública: parceria com a mídia para estimular a conscientização da população acerca do trabalho de capacitação que está sendo realizado com as polícias em termos de EDH. Auxílio da mídia para o esclarecimento do papel de controle social exercido pela segurança pública: alertar população para os diferentes momentos da segurança pública: a abordagem policial, mesmo realizada com caráter técnico, muitas vezes é entendida pela população como violação ou intimidação. Realizar campanhas de esclarecimento sobre esses papéis.
- Criação de ouvidorias para que possam ser levadas as denúncias de violações por parte da população, para que possam ser investigadas.
- Os regulamentos da Segurança pública são ainda incompatíveis com os documentos de direitos humanos e com a CF 88. Adequar.
- Acesso às academias para a sociedade para que possa capacitar os agentes de segurança pública, inclusive conscientizando os agentes de seus próprios direitos, colocando-os como cidadãos.
- Clarificação dos papéis da segurança pública para que não se misturem a outras funções do Estado, como limpeza, transporte....

- Ameaça à democracia quando se cerceia o direito de expressão e reivindicação dos direitos dos professores e outros trabalhadores. Caso de Magé colocado em moção, em que policiais licenciados atuam como seguranças particulares da prefeita, ameaçando os professores. Apoio do GT à moção, inclusive, com indicação de que o caso seja encaminhado ao CDDPH.
- Formação de profissionais de comunicação em ética e ddhh, inclusive com reforma curricular; exibibilidade de ética em fotografia (uso de imagens).
- Convocar população em geral para o exercício da liberdade de expressão e ao direito à voz. Criação de grupo interdisciplinar para tratar deste tema.
- Democratizar o uso de todas as tecnologias de informação, não apenas de forma passiva como também ativas.
- Realização de encontros temáticos, cursos e seminários com enfoque na capacitação acerca dos diversos instrumentos de direitos humanos (ECA, Idoso, Igualdade racial, etc) para evitar a reprodução pela mídia das linguagens de poder, de exclusão.
- Criação dos fóruns estaduais de EDH, inclusive com interação com os Fóruns pela democratização da comunicação.
- Parceiras entre ONGs, governos e academia para aproximação da mídia com a temática dos DDHH.
- Pilar da promoção dos DDHH não é visibilizado pela mídia; normalmente a denúncia é mais valorizada.
- Recapitular lutas dos movimentos nas capacitações realizadas com a mídia.
- MEC e Ministério da Comunicação deverão apoiar iniciativas para levar práticas e para levar à população a informação com enfoque nos DDHH.
- **Prêmios para graduação e também para profissionais da área que tenham iniciativas de EDH. Mapeamento de experiências de capacitação para leitura crítica da mídia.**

Grupo de Trabalho 06

Avaliação de políticas públicas de direitos humanos

Relato geral

1. O Grupo de Trabalho recebeu a avaliação apresentada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos Inesc, realizada a partir de dados consolidados disponíveis no sistema da Câmara dos Deputados, apontando para uma baixa execução orçamentária em quase todas as atividades e ações do Programa Nacional de Direitos Humanos.
2. Na avaliação da Subsecretaria de Direitos Humanos há uma lacuna forte na comunicação com a sociedade sobre as ações governamentais.
3. A equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República apresentou esclarecimentos técnicos sobre a execução orçamentária de vários programas e, em especial, às ações relacionadas à infância e adolescência.
4. O diálogo estabelecido no GT reforçou a importância que a Comissão de Direito Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos está dando à organização de mecanismos, sistematização de metodologias e criação de instrumentos para a avaliação externa independente da política de direitos humanos, envolvendo as atividades da Subsecretaria de Direitos Humanos e outros órgãos governamentais.
5. As equipes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e da Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República firmaram entendimento sobre a necessidade de se criar uma agenda de trabalho para troca de informações entre governo e sociedade, estudo e definição de metodologia para alimentar constantemente o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos de informações sobre as atividades da Subsecretaria de Direitos Humanos.

6. Em todos os encontros, conferências e atividades congêneres do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados haverá espaço e condições para a avaliação de políticas públicas em direitos humanos.

Grupo de Trabalho 07

Estado federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos

Relato geral

A mesa do Grupo de Trabalho 8 do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 iniciou os trabalhos com a apresentação dos objetivos do GT pelo Coordenador e pelos relatores, que procederam à síntese dos debates havidos no painel sobre o respectivo tema e das proposições apresentadas pelos expositores e debatedores, bem como relataram acerca das vertentes teóricas e práticas relativas ao sistema federativo brasileiro a serem aprovadas e discutidas pelo plenário. Após os debates, os membros do GT concluíram que tanto no âmbito federal, estadual (e do Distrito Federal) e municipal devem ser implementadas ações de natureza político-administrativa e legislativa que viabilizem a efetivação não só dos tratados internacionais quanto das demais disposições normativas internas acerca dos direitos humanos. Em particular, no tocante ao cumprimento das decisões e recomendações dos organismos internacionais, seja no sistema regional, pela Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou no global, pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e dos Comitês específicos, o grupo conclui que é necessária a imediata elaboração, mediante amplo debate com a sociedade civil, de norma definidora de medidas adequadas para o cumprimento integral dessas decisões e recomendações, dentre as quais a possibilidade de criação de um fundo de reparação.

O GT reconhece as dificuldades estruturais do sistema de responsabilidade do Estado Brasileiro quanto às violações de direitos humanos perpetradas, muitas vezes, na esfera de competência dos Estados membros e Municípios. Reconhece que o sistema de precatório para o pagamento de eventual indenização a ser paga às vítimas de violações não é eficiente e acaba descaracterizando a

natureza de reparação imediata de uma recomendação no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e de medida condenatória no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos. No tocante à implementação de ações para a defesa e promoção dos direitos reconhecidos nos tratados internacionais e na Constituição, o grupo reconhece a necessidade primária de fortalecimento em matéria de educação em direitos humanos nos âmbitos federal, estadual (e DF) e municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, de forma a conscientizá-los de suas responsabilidades como portadores de obrigações. Para tanto, o GT reafirma a imprescindibilidade da construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos, conforme deliberado na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, com vistas a conferir capilaridade às ações de promoção e proteção desses direitos, tais como: a instituição de mecanismos de monitoramento de ações e programas a partir da ótica dos direitos humanos; a definição de instrumentos de interlocução entre as entidades federativas; a instituição de instrumentos de exigibilidade e justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais; a implementação de programas de capacitação de agentes públicos; a instituição de programas próprios de direitos humanos; a realização de audiências públicas para a promoção do debate; a promoção da participação da sociedade civil. Como medidas imediatas, o GT conclui pela aprovação do PL 4.715/1994, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Humanos e pela revisão, em conjunto com as assessorias dos Deputados Orlando Fantazzini e José Eduardo Cardozo, do PL 4.667/2004, que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos organismos internacionais de proteção dos direitos humanos, assegurando-se a participação efetiva da sociedade civil organizada na elaboração do substitutivo ao referido PL.

Grupo de Trabalho 08

Defensores de direitos humanos

Coordenador

- Darcy Frigo

Relator

- Isaias Santana

Relato geral

- Apresentação dos participantes
- Informes sobre o histórico do programa de Defensores de Direitos Humanos. Visita ao Brasil da ONU. Representante HINA JILANE. Consulta latinoamericana 03
- Comitê Brasileiro. Programa está em processo de elaboração, existem pessoas em proteção.
- Seminário para discutir metodologia de implementação do programa.
- Previsão de implementar em 03 estados, Pará, Pernambuco e Espírito Santo.
- Conceito: Quem são os defensores de direitos humanos? Grupos, entidades, autoridades, segmentos étnicos, lideranças.
- Caso do Pará – Irmã Dorathi e mais 70 pessoas.
- Questão fundiária e meio ambiente.
- Criminalização do defensores – Processos judiciais.

- Marco Legal que não tem.
 - Discutir o papel da união, estados e municípios. Capacitação dos agentes policiais.
 - A discussão tem que contemplar a questão do gênero, raça, etnias, realidades regionais.
 - Questões das políticas públicas que têm que estar vinculadas ao programa de proteção como medidas preventivas.
 - A investigação é importantíssima para coibir as ameaças; A proteção tem que estar vinculadas à solução das causas que o defensor está defendendo.
 - Questões de orçamento tem que ser discutidas e ser garantida.
 - Interlocução com a sociedade tem que ser contemplada
 - Incluir a implementação do programa no Estado do Rio Grande do Norte.
 - A implementação do programa para as diversas entidades do movimento popular. Ex. Conselhos de moradores, mov. de reforma urbana, negros, mulheres, etc.
 - Capacitação da sociedade civil organizada em relação ao programa.
 - Elaboração de propostas alternativas ou complementares que contemplem a realidade dos Estados e municípios.
 - Que o programa de proteção seja um programa de ação afirmativa.
- A interlocução do programa de defensores com os seguintes órgãos:

SENASP, Ministério das Cidades, Ministério de Reforma Agrária, Secretaria de mulheres e a SEPPPIE.



MOÇÕES APROVADAS NO ENCONTRO

Moção pelo reencaminhamento do Projeto de Lei que cria os serviços de ouvidoria pública nos canais de rádio e TV

Autoria: participantes do Encontro

Nós, participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005, reunidos em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto de 2005, pedimos que o Congresso Nacional coloque novamente em tramitação o projeto do senador Pedro Simon que determina a criação obrigatória de um serviço de ouvidoria pública nos canais de rádio e TV para os usuários de mídia. O projeto está arquivado desde 1995 e, se aprovado, criará um mecanismo fundamental de combate às violações de direitos humanos na mídia.

Moção em apoio às ações de amparo às vítimas da mídia

Autoria: participantes do Encontro

Nós, participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005, reunidos em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto de 2005, apoiamos fortemente as ações do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais e de grupos/organizações de amparo às vítimas da mídia (como o SOS Imprensa) no que se refere à contínua construção e efetivação de formas de assegurar a responsabilidade social da mídia.

Moção contra a tortura

Autoria: GT 03

Brasília, 18 de agosto de 2005

Os participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos reunido nos dias 17 e 18 de agosto, em Brasília, vêm reivindicar urgência do Congresso Nacional e da Presidente da CDHM - Deputada Iriny Lopes para aprovação de matérias importantes relativas a direitos humanos que estão em tramitação como: o Projeto de Lei que cria o novo CNDH; a Lei de proteção aos defensores ameaçados; a Lei de proteção a adolescentes em situação de risco; a ratificação do protocolo facultativo contra a tortura e ainda a PEC sobre trabalho escravo.

Moção de repúdio e pedido ou justiça sobre o assassinado cruel e covarde de sete pessoas que viviam em situação de rua no centro da Cidade de São Paulo

Autorias: GT 03, Pastoral Carcerária, Organização Civil de Ação Social, Rede Rua, INSP(Internjetion Network of Street Papers) e MNDH.

Brasília, 18 de agosto de 2005

Dia 19/08 faz um ano que o crime aconteceu e que ainda não se têm provas suficientes para a solução do crime. Pedimos investigação séria e isenta, uma vez que os indícios indicam envolvimento de funcionários da Polícia Militar e Civil do Estado de São Paulo e a revisão e possibilidade de federalização das investigações do crime que chocou a sociedade paulista.

Moção de repúdio às ações para inviabilizar inspeções e vistorias em delegacias e unidades prisionais

Autoria: Movimento Nacional dos Direitos Humanos

Brasília, 18 de agosto de 2005

Os participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 vêm manifestar seu repúdio às administrações estaduais que vêm sistematicamente inviabilizando as inspeções e vistorias feitas pelos órgãos da sociedade civil ou do poder político, com a finalidade de impedir que se tornem públicos os maus-tratos e a tortura a que são submetidos os presos recolhidos às delegacias e unidades nacionais de seus estados.



Direitos humanos devem ser prioridade

Após dois dias de Encontro, em que nós, militantes, defensoras e defensores de direitos humanos, parlamentares comprometidas(os) com as causas populares, servidoras e servidores públicos de instituições federais, estaduais e municipais, compartilhamos experiências e produzimos subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas a consagrar o direito à comunicação como direito humano fundamental e de fazer avançar a implementação do conjunto de direitos humanos; avaliamos o Encontro como um valioso momento de convergência e projeção de idéias para o planejamento e a construção de um sistema de comunicação livre e plural, que assegure a difusão das muitas vozes deste País.

Declaramos que:

10. A Comunicação é um direito humano que deve ser tratado no mesmo nível e grau de importância que os demais direitos humanos. O direito humano à comunicação incorpora a inalienável e fundamental liberdade de expressão e o direito à informação, ao acesso pleno e às condições de sua produção, e avança para compreender a garantia de diversidade

.....
* Documento final do Encontro Nacional de Direitos Humanos - 2005

e pluralidade de meios e conteúdos, a garantia de acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual; além da participação da sociedade na definição de políticas públicas, tais como conselhos de comunicação, conferências nacionais e regionais e locais. A importância do direito humano à comunicação está ligada ao papel da comunicação na construção de identidades, subjetividades e do imaginário da população, bem como na conformação das relações de poder.

11. O direito de ter voz e de se fazer ouvir vincula-se à necessária existência de um sistema que viabilize o exercício da liberdade de expressão mediante o acesso à uma mídia livre e pluralista que faça distinção entre opinião e relato dos fatos; respeite e incorpore as diversidades étnicas, raciais, sexuais, culturais, regionais e das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; que atue na educação em direitos humanos e na difusão de informações sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais de maneira veraz e ética, em processos institucionais que tenham efetiva participação da sociedade e controle social. O monopólio e o oligopólio em todas e em quaisquer partes dos ramos institucional e empresarial das comunicações é impedimento e barreira para o exercício desse direito humano.
12. É necessário o reconhecimento do racismo, sexismo, xenofobia, homofobia e lesbofobia, preconceito religioso e as outras formas de intolerância existentes na cultura brasileira, que se reproduz na mídia e nas instituições educacionais, para exigir mudanças radicais no estatuto das comunicações, na publicidade e nos instrumentos de difusão e educação. É imperiosa a presença efetiva, global e representativa da diversidade cultural e da riqueza intelectual e simbólica dos homens e das mulheres afro-descendentes e indígenas.
13. Verificamos que os direitos humanos ainda não estão considerados como base para a formulação das prioridades governamentais. E um conjunto significativo de atividades, ações e programas de direitos humanos essenciais para a sociedade não tem recebido prioridade na for-

mulação do orçamento da União, nem estão incorporados na preocupação dos dirigentes governamentais.

14. Consideramos atentados aos direitos humanos e à dignidade humana os atos de corrupção, desvio de recursos públicos, má aplicação do orçamento e a alocação de 70% dos recursos da União para o pagamento do serviço da dívida pública. A corrupção retira recursos que poderiam estar salvando vidas, garantindo futuro melhor a crianças e adolescentes, alimentação saudável, segurança pública, educação universal, saúde, empregos e as reformas urbana e rural. O controle e a participação social, o acesso à comunicação, à informação e aos documentos, bem como o Estado laico são fundamentais para a construção de políticas públicas que efetivem direitos. A superação desse quadro requer a construção de um novo modelo econômico e político, pautado na promoção dos direitos humanos.
15. A sociedade brasileira terá em outubro a grande oportunidade para reafirmar o direito à vida, sinalizando, com o voto a favor do desarmamento, que o Brasil pode ter políticas públicas que privilegiem a paz e uma cultura de não-violência. São jovens, na maioria negros, que estão perdendo as vidas, assassinados com armas de fogo e pelo acesso fácil a armamentos e munições. Votamos *Sim* e conclamamos todos e todas a votarem em favor da vida.
16. O rebaixamento da condição institucional da Secretaria Especial de Direitos Humanos representa simbolicamente a falta de prioridade dos direitos humanos na agenda governamental e dificulta a articulação programática do órgão dentro do Poder Executivo. Apelamos ao Presidente da República que reveja sua posição neste sentido e faça retornar a Subsecretaria de Direitos Humanos à sua condição política anterior.
17. Reafirmamos que é imprescindível a construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos conforme deliberação da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004.

Brasília, Câmara dos Deputados, 18 de agosto de 2005.



18/08/2005

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Não sei se todos estão sabendo, mas os 2 *spots* são da campanha *Diálogos Contra o Racismo*, que está sendo desenvolvida por várias ONGs e movimentos. Quem quiser usar o material e difundi-lo, basta entrar no *site* diálogoscontraoracismo.org.br.

Tivemos ontem 4 painéis, 2 deles trataram de aspectos relativos ao temário geral do encontro; os outros de aspectos relativos a questões da nossa militância de direitos humanos. Houve um painel muito importante de discussão sobre as questões de gênero e raça e direitos humanos; outro sobre a efetividade e implementação de acordos e protocolos internacionais ou decisões de cortes internacionais no Brasil.

Tivemos o painel sobre educação, mídia e direitos humanos e os grupos de trabalho, nos quais ouvimos excelentes relatos. Alguns grupos de trabalho avançaram bem à noite. Outro GT reuniu-se por toda a manhã e continuará trabalhando à tarde. A Sra. Bernadete Ferreira vai apresentar uma moção logo mais, pois ficamos devendo espaço para ela na parte da manhã. Logo em seguida vamos entrar nos relatos dos grupos.

Os componentes dos GTs vão resumir todo o debate. Os relatórios elaborados pelos grupos de trabalho ontem e hoje constarão na íntegra da publi-

.....
*Notas taquigráficas

cação que será produzida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. A Deputada Iriny Lopes nos garantiu que esse encontro vai para o papel, e os documentos que foram apresentados serão incorporados ao relatório.

Após a apresentação dos grupos de trabalho, vamos ler, discutir e votar a nossa declaração final — como sempre fazemos nos nossos encontros. Refiro-me à *Carta de Brasília*, que não vai necessariamente abordar todas as questões tratadas, apenas alguns pontos.

Com a palavra a Sra. Bernadete Ferreira.

A SRA. BERNADETE APARECIDA FERREIRA - Boa-tarde Ivônio, Deputada Iriny Lopes, não vou fazer uma moção, mas um pedido de adesão dos Estados ao Movimento de Direitos Humanos.

Nós, movimentos e fóruns de mulheres do Brasil, articulados pelas mulheres brasileiras, vimos a público divulgar o Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, que trata do combate à violência doméstica e familiar contra mulheres. Ele foi construído coletivamente pelo consórcio de ONGs, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelas Deputadas Federais e por movimentos. Foi apresentado à Câmara Federal pelo Poder Executivo e tem como atual Relatora a Deputada Jandira Feghali. O mesmo projeto de lei foi debatido por instâncias governamentais e sociedade civil em 10 audiências públicas realizadas nos Estados, onde foram acolhidas propostas e sugestões. Ele precisa ser divulgado e necessita da ampla participação de setores do Governo e da sociedade civil para sua aprovação, implementação e discussão em todos os Estados brasileiros.

Os trâmites do PL nesta Casa serão acelerados e foi proposta a promulgação da lei ainda no dia 25 de novembro deste ano. O projeto de lei propõe a retirada da violência doméstica da alçada dos Juizados Especiais por tratarem de crimes de menor potencial ofensivo. Ele propõe apenas alternativas e multas como reparação da violência doméstica praticada contra mulheres, a criação de varas especializadas da violência doméstica, medidas protetoras urgentes e preventivas da violência e postula a co-responsabilidade entre Estado, sociedade e comunidades no enfrentamento da violência e na promoção dos direitos das mulheres. Trata-se de um projeto revolucionário que incorpora principalmente os arts. 7º e 8º da Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana pela Erradicação de todas as Formas de Violência à Mulher.

Portanto, estamos aqui para reivindicar amplo debate e ampla divulgação na sociedade brasileira. Quem quiser conhecer o projeto na íntegra pode acessar o *site* da Câmara dos Deputados ou o *site* do CFEMEA — www.cfemea.org.br —, para produzir em seus Estados, o mais rápido possível, uma discussão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Houve uma moção que ficou pronta num grupo de trabalho justamente nos últimos momentos e não foi apresentada. Pediram-me que a apresentasse. Serei rápido.

“Os participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 — Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes, realizado em Brasília/DF, nos dias 17 e 18 de agosto, reconhecendo a importância da inclusão do § 3º no art. 5º da Constituição Federal por força da Emenda Constitucional nº 45, que dá status de norma constitucional aos tratados em matérias de direitos humanos, manifestam a necessidade de se aprofundar, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com participação efetiva da sociedade civil organizada e do Ministério Público, o debate acerca do impacto do referido dispositivo e sua relação com o acervo de Direitos Humanos já incorporado em nosso ordenamento jurídico, oportunidade em que sugerem seja o referido diálogo iniciado pela Secretaria de Reforma do Judiciário em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e as Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”.

Concordam? Alguém discorda? *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a palavra à Deputada Iriny. Há a forma em grego e a forma em português. Em grego, significa paz; em português deve significar moça que luta pela paz. Deve ser isso.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Obrigada, Ivônio. Apenas quero fazer um convite.

A Comissão de Direitos Humanos tem procurado montar uma agenda no Fórum Nacional das Entidades para dar sua contribuição ao referendo sobre desarmamento. Portanto, estamos disponibilizando, na rede, informações as mais diversas, que possam interessar a todos que estão participando ou que participarão da campanha do referendo. Entre as iniciativas que estamos tomando, queremos informar que vamos realizar 3 teleconferências sobre o tema, para troca de informações, socialização da agenda da campanha e para debate

de conteúdo que oriente e subsidie a militância de direitos humanos na questão do referendo.

As datas já estão definidas, mas sempre pode ocorrer algum problema. Então, não falarei das datas de setembro e outubro, porque podem ser alteradas, mas a data de agosto é dia 24, às 14h. As salas das teleconferências estão acertadas para funcionar nas Assembléias Legislativas. A participação não é exclusivamente de Parlamentares. Os movimentos e os militantes de direitos humanos podem se mobilizar livremente para participar das teleconferências. Portanto, a primeira está marcada para o dia 24 de agosto, às 14h, nas Assembléias Legislativas. A de setembro está marcada para o dia 22, e a de outubro para o dia 5, mas vamos confirmar essas datas depois. As agendas da Frente Parlamentar e da Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Fórum, podem ser alteradas.

Convido todos para o evento.

Em grego ou em português, dizia meu pai que somente temos paz depois de fazer uma boa guerra, e vencê-la. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Quero registrar a presença de Renato Simões, batalhador antigo dos direitos humanos.

Convido a Sra. Margarida Genevois para compor a Mesa. (*Palmas.*) É uma homenagem que gostaríamos de prestar-lhe e é uma homenagem que ela nos presta ao nos fazer companhia e equilibrar o gênero dos componentes da Mesa.

O plenário está vazio. Na verdade, o encontro tem estado muito vazio, porque não está presente entre nós o Mateus Afonso de Medeiros que, nos últimos anos, foi companheiro permanente, lutador da causa dos direitos humanos e coordenou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. No início deste ano, Mateus, num domingo, foi passear de bicicleta e um carro o matou. Agora, faz parte de uma estatística de milhares de outras pessoas iguais a ele, mas ele deixou este encontro para nós todos que o admirávamos, respeitávamos e o amávamos muito. Um companheiro lutador, brilhante, e achamos esse encontro muito vazio. E vai ser difícil, para muitos aqui, preencher esse vazio.

Então, esta é uma homenagem que prestamos ao Mateus.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorais, os amigos e algumas entidades, em fevereiro, fizeram um ato em homenagem ao Mateus, que também dá nome ao Prêmio Comunicação e Direitos Humanos, numa promoção da Secretaria de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social — ENECOS.

Vamos continuar prestando homenagens ao Mateus; há compromissos com sua memória que ainda não saldamos.

O GT 1 está presente? O GT 2 está presente? O GT 3 está presente?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Um relato breve. Pode ser no púlpito.

(Não identificado) - Boa-tarde.

O nosso Grupo de Trabalho reuniu-se e houve a participação de 17 pessoas. Inicialmente, fizemos um relatório para o grupo das atividades que temos desenvolvido com o grupo contra tortura; reunimo-nos também com o CAT e o pessoal da ONU que esteve aqui, num trabalho feito juntamente com esta Comissão e a sociedade civil.

O nosso grupo chegou a algumas conclusões — os senhores têm os papéis —, e gostaria de passar, imediatamente, para o final em que se encontram as nossas proposições ou moções:

“Proposições e moções apresentadas pelo GT de Combate à Tortura.

- *Que os comitês contra a tortura possam, de fato, adentrar nos espaços de detenção para fazer fiscalização”.*

Foi encerrado — essa foi a nossa grande discussão com o Dr. Montenegro, da Subsecretaria de Direitos Humanos — o SOS Tortura.

- *“Tem-se verificado que a prática de tortura física tem diminuído, mas também têm diminuído as sentenças de tortura na Justiça. Ou seja, torturadores continuam sem punição. Nesse sentido, é preciso pensar ações de pressão sobre o Judiciário.*
- *Que o crime de tortura possa ser enfrentado de forma mais ampla e integrada, levando em conta que a tortura tem rebatimento e está, em vários momentos, interligadas às violações (ininteligível)”.*

Já que os senhores têm em mãos esse documento, estou reduzindo, a fim de ser breve.

- “• *Que os institutos periciais sejam independentes para que os peritos possam ter condições de trabalhar livremente e até adentrar os locais de detenção para exames*”.

Isso foi uma discussão que fizemos, de que participaram a Subsecretaria e o Conselho Federal de Medicina, que fez uma resolução, proibindo esse problema dos peritos. Já está havendo entendimento. Mas, de qualquer maneira, a sociedade civil e a Comissão vão acompanhar essa questão.

- “• *Que exista uma instância maior para monitorar, coordenar processos de capacitação, porque a maioria dos profissionais da área pública não compreendem nem sabem lidar com a Lei de Tortura*”.

Como a Subsecretaria de Direitos Humanos, pelo problema de orçamento para desenvolver os programas na área da tortura, iria atuar daqui para frente? A nossa sensação é de que ficará muito difícil.

- “• *Incluir no projeto de lei, que trata das medidas de prevenção à tortura, as ações que a Secretaria está elaborando.*
- *Aplicar os meios necessários que a lei prevê de responsabilização do Estado em casos de tortura e outros tratamentos cruéis e desumanos.*
- *Que se criem mecanismos para identificar e julgar casos de tortura psicológica e que seja revisto e questionado o RDD.*
- *Que as experiências dos comitês estaduais possam ser ampliadas, principalmente para atuar na capacitação dos policiais e agentes penitenciários.*
- *Que se crie uma campanha de comunicação de massa para conscientizar a população de que tortura é crime e de que direitos humanos não são direitos de bandidos*” — já que este encontro está tratando do tema de comunicação.
- “• *Que se crie no âmbito da sociedade civil um núcleo duro de enfrentamento à tortura, para fazer pressão no Governo Federal e também nos governos locais diante dos casos de tortura e ainda para orientar e ampliar os Comitês Estaduais Contra a Tortura.*

Essa é a síntese de nosso relatório.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - GT 1.

A SRA. GLAYDE SELMA DA HORA - Boa-tarde. Meu nome é Glayde e meu grupo é o da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Todos estão de posse de cópia do relatório. Tendo em vista que houve alguns erros relativos a digitação, quero fazer uns reparos.

No que diz respeito aos participantes, tenho a dizer que o nosso grupo ficou um pouco esvaziado — éramos 9 pessoas. Isso enfraqueceu um pouco a discussão da temática. Tínhamos representantes da AGENDE, do CFEMEA, da ADVOCACI, do Coturno de Vênus, da Casa da Mulher 8 de Março, das Promotoras Legais Populares, da Subsecretaria de Direitos Humanos, da Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras e da GELEDÉS — e essa foi a que faltou. Peço desculpas, especialmente na condição de relatora que fui, por ter deixado de fazer essa inclusão.

Gostaria que no item 9, no verso do relatório, incluíssem também as palavras “e negras”, que faltaram.

Nosso grupo iria fazer uma análise das políticas públicas adotadas no País contra a discriminação à mulher. Na verdade, o objetivo principal era pensarmos como elaborar um relatório alternativo ao CEDAW. O Estado brasileiro já enviou o relatório oficial, mas a sociedade ainda não recebeu cópia dele. Então, a orientação que tivemos — por Silvia Pimentel, membro do Conselho da ONU, Vice-Presidenta do Comitê CEDAW — foi de que deveríamos fazer um relatório objetivo, pautado numa comunicação fácil, em linguagem simples e sintética, para que fosse melhor observado.

Dessa discussão um pouco frágil tiramos, então, 9 recomendações.

O Governo brasileiro ainda não disponibilizou para a sociedade civil o Relatório 2001/2004, entretanto o mesmo já foi enviado ao Comitê CEDAW, o que não pode ser obstáculo ao nosso trabalho. O movimento deve focar-se nas análises de políticas públicas de direitos humanos, além daquelas destinadas especificamente às mulheres.

É importante fazer a discussão com o movimento de mulheres, sobre o formulário que distribuímos, com mais ou menos 3 perguntas. Que na elaboração do relatório alternativo tenhamos como base o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Devemos também aproveitar as pesquisas, os dados

e diagnósticos existentes produzidos pelas universidades, pelo Governo e pela sociedade civil.

Deverá ser apontada no relatório alternativo a crise de sustentabilidade financeira que atinge as organizações não governamentais feministas e que constituiu obstáculo à participação efetiva e organizada das mulheres.

Na falta de recursos financeiros, o movimento de mulheres deverá usar toda a criatividade para a elaboração do relatório alternativo.

Os anais das audiências públicas realizadas nos Estados para debater a Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderão ser utilizados como subsídios para elaboração do relatório, além de ser modelo metodológico que propicia participação da mulher na elaboração.

O relatório deve ressaltar a discriminação que a mulher sofre na mídia e a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres.

O relatório deve conter as discriminações sofridas pelas mulheres lésbicas e transexuais, bem como indicar na elaboração das políticas públicas ainda que não se considera a orientação sexual. A elaboração do relatório deverá ter a participação das lésbicas e transexuais.

A elaboração deve conter de forma efetiva o olhar das mulheres que sofrem discriminações e incluir as mulheres em desvantagens sociais — índias, encarceradas, negras, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras e prostitutas.

Levamos em consideração que os relatórios elaborados pelos demais grupos deveriam também ser subsídios para a construção desse relatório.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Os representantes do GT 2 já estão presentes? (*Pausa.*) Não, ainda?

Então, o GT 4.

O SR. ROGÉRIO TOMAZ JÚNIOR. - Boa-tarde a todos. Sou Rogério Tomaz Jr., jornalista da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos — ABRANDH e militante do Intervozes. Coordenei o grupo de trabalho sobre *Violações de Direitos Humanos na Mídia*. Nossa relatora já voltou para a cidade dela, mas estou aqui para tornar público esse relato.

O grupo desenvolveu discussão muito boa, principalmente porque não nos restringimos a discutir as violações em si, cujos exemplos há em abundância. Foi interessante, porque o GT estava bem representativo em termos de segmentos que puderam contribuir para o debate. Conseguimos situar esse tipo de

prática dentro do contexto, da estrutura maior do problema da comunicação, e mesmo da sociedade brasileira.

Para não tomar muito tempo, vou discorrer logo sobre as propostas, que refletem um pouco a decisão que tomamos.

Não adianta brigar por melhor representação na grande mídia. É preciso garantir que os povos apropriem-se desses novos meios, enfim, meios contra-hegemônicos. Temos de lutar obviamente por um Estado que garanta canais, acesso, financiamento, formação, educação em direitos humanos, educação para a mídia, para que as pessoas trabalhem com mídia, apropriem-se dessas técnicas, linguagens, meios, etc., e garantir isso obviamente como políticas públicas.

Devemos fazer mais pressão sobre os Parlamentares de esquerda, para que não deixem vazios os espaços das Comissões da Câmara e do Senado que tratam da comunicação. Muitas vezes isso é notório para todos. Apesar de em vários campos da sociedade ela ser tratada como secundária, como um instrumental, apenas como ferramenta, no Congresso também se reflete nos partidos de esquerda, partidos contra-hegemônicos que também não dão muita atenção a esse assunto.

Aumentar o contato, a pressão sobre as TVs estatais, que, além de serem concessão pública, são patrimônio público. E no grupo acreditou-se que sobre esses veículos podemos ter poder maior de intervenção, de cobrança, etc.

Rever a legislação das rádios comunitárias, que é restritiva, excludente, é uma verdadeira camisa-de-força.

Entre várias, citamos as seguintes propostas:

- Criar um fundo para as rádios e TVs comunitárias, a fim de permitir que as TVs comunitárias operem em sinal aberto;
- Desenvolver política de comunicação comunitária para o País, o que não existe;
- Trabalhar em articulação com o Ministério Público;
- Contraditoriamente colaborador na repressão às rádios comunitárias — foi citado o principal artigo utilizado para repressão, o art. 70 do Decreto nº 236, de 1967;
- Pedir ao Ministério Público que entre com ações contra Deputados e Senadores que têm emissoras, porque isso é ilegal, segundo o Regimento Interno da Câmara, e que o Legislativo vá ao processo de cassação contra esses Deputados que confrontam a lei;

- Avançar no controle público e social sobre o que existe de política, para cobrar de quem tem as concessões que o interesse público prevaleça sobre o interesse privado;
- Desenvolver formas de sensibilizar a sociedade para o debate das violações de direitos humanos na mídia, o que passa pela educação em direitos humanos e educação para a mídia;
- Conseguir a reapresentação, por parte de um Parlamentar e por meio da Comissão, de proposta de moção de autoria do Senador Pedro Simon — S.Exa. tem um projeto que propõe a criação de serviços de ouvidoria pública nos meios de comunicação e nas concessões públicas, que está arquivado desde 1995;
- Ocupar espaço nas emissoras que têm de veicular a produção regional e independente;
- Aumentar o diálogo com a universidade para a formação de opinião pública mais consciente de uma sociedade que exerça seu direito;
- Investir na formação dos profissionais de comunicação;
- Garantir que as histórias sejam contadas do ponto de vista dos negros, no caso da representação dos negros na TV;
- Fazer moção de apoio às ações do Ministério Público Federal e Estaduais e de grupos e organizações de amparo às vítimas da mídia — foi citado o caso do SOS Imprensa, mas existem vários outros —, no que se refere à contínua construção e efetivação de formas de assegurar a responsabilidade social da mídia;
- Criar e expandir o direito de antena, um instrumento de controle público social, não apenas para os partidos políticos, mas também para as organizações não governamentais, sindicatos e movimentos sociais;
- Estimular a criação de conselhos de imprensa e conselhos de comunicações locais e regionais;
- Divulgar que todo cidadão tem o direito de mandar reclamações sobre a classificação indicativa de horário para o *site* do Ministério da Justiça, no www.mj.gov.br/classificacao, e trabalhar pela divulgação desses casos, porque, se depender da grande mídia, ninguém ficará sabendo de nada.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Esse foi o GT 4. Vamos para o GT 5.

O SR. JONAS VALENTE - Olá a todos. Meu nome é Jonas, também sou jornalista, militante do coletivo Intervezes. Trabalho na Agência Carta Maior.

Nosso grupo de trabalho teve como tema *Direito Humano à Comunicação: Conceituação e Indicadores*. Fizemos um debate mais sobre conceituação do que sobre indicadores. Nessa discussão sobre conceituação, trabalhamos com alguns aspectos que compõem o conceito de direito humano à comunicação, quais sejam, os 2 já consagrados de liberdade de expressão e de direito à informação, e mais alguns como a pluralidade e a diversidade de meios e conteúdos, o acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento, para que as pessoas possam apropriar-se de uma maneira autônoma e crítica em relação à mídia, e a expressão da diversidade cultural.

Reafirmamos o caráter interdependente do direito humano na comunicação com o conjunto dos outros direitos humanos, enfatizando que ele tem uma relação de diálogo constante para promover os outros direitos e ser promovido por eles também.

No grupo de trabalho tentamos caracterizar muito bem o que fora feito no painel, o porquê da importância do direito humano na comunicação. Como resultado do debate em nosso painel, com as mais diversas contribuições, desde a de psicólogos até a de advogados e comunicadores, concluímos que a comunicação trabalha no plano da construção das identidades, das subjetividades, do imaginário da população, mas também trabalha na construção e na conformação das relações de poder. Por isso sua importância, por isso ela tem de ser entendida como um direito humano.

Exatamente por ser um direito humano, ela tem de ser alvo de políticas públicas que garantam mecanismos de controle público e social. Chegou-se a citar instâncias e processos participativos, como é o caso de conselhos e conferências.

Fizemos um debate no roteiro deste encontro, que é o limite da liberdade de informar. Localizamos esse limite na realização dos direitos humanos. Então, a liberdade de expressão não pode atuar para ferir os direitos humanos.

Por último, no que se refere à questão dos indicadores, não conseguimos avançar, mas ratificamos a importância da existência deles para que se possa materializar o direito humano na comunicação e no seio da sociedade brasileira de hoje.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - O GT 6 trata de *Educação e Comunicação em Direitos Humanos*.

(Não identificado) - Boa-tarde. Nosso tema é *Educação e Comunicação em Direitos Humanos*. Reunimos ontem um grupo de mais ou menos 30 pessoas, numa discussão muito boa.

Relacionamos como principais sugestões as seguintes:

- A mídia não compreende adequadamente a questão dos direitos humanos e, por isso, não atua na divulgação do tema de forma sistemática e contínua;
- Os conceitos de direitos humanos precisam fazer parte do cotidiano para serem compreendidos e assimilados pela população;
- A mídia precisa focar-se na análise dos acontecimentos, dando menor ênfase ao espetáculo dos fatos;
- A democratização do acesso aos meios de comunicação deve ser ampliada para permitir a livre expressão da população e o acesso às informações;
- A educação em direitos humanos deve ser feita de forma a respeitar as peculiaridades e diferenças regionais;
- Deve ser promovida a permeabilidade entre todos os canais da sociedade;
- Além dos agentes de segurança pública, as ações de educação em direitos humanos devem atingir também a população carcerária;
- O conceito e as informações sobre direitos humanos devem ser adaptados a uma linguagem acessível à população como um todo.

Para tudo isso, devem-se formar grupos multidisciplinares que incluam professores, pedagogos, profissionais de comunicação, técnicos de tecnologia da informação, gestores públicos e integrantes de ONGs, a fim de trabalhar a adaptação dos conteúdos para as diversas mídias e a capacitação dos agentes de divulgação dos direitos humanos.

Propomos também:

- Criação de um certificado para ser concedido a emissoras, *sites*, jornais, rádios etc., que efetivamente trabalhem e contribuam para a educação em direitos humanos;
- Fortalecimento do programa contra a baixaria na TV. Além do boicote, que seria realizado no dia 9 de outubro, uma mobilização para que a população assista preferencialmente, nesses dias, a programas de emissão-

ras públicas que deverão ser estimuladas a apresentar especiais voltados para a educação em direitos humanos;

- Identificar os Estados que possuem conselhos de comunicação e estimular a criação desses conselhos naqueles Estados que ainda não têm. Ainda há muita resistência por parte dos governos para a instalação desse tipo de conselho;
- Realizar *links* entre as diversas áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com vistas a articular com a mídia outras iniciativas de capacitação e educação em direitos humanos.

Com relação à segurança pública, propomos:

- Parceria com a mídia para estimular a conscientização da população acerca do trabalho de capacitação realizado com as polícias em termos de educação em direitos humanos;
- Auxílio da mídia para o esclarecimento do papel de controle social exercido pela segurança pública. Alertar a população para os diferentes momentos da segurança pública. A abordagem policial, mesmo realizada dentro das técnicas adequadas, muitas vezes é entendida pela população como violação ou forma de intimidação. Devem ser realizadas campanhas de esclarecimento sobre esses papéis;
- Criação de ouvidorias para onde possam ser levadas as denúncias de violações por parte da população, a fim de que possam ser investigadas. Os regulamentos da segurança pública são ainda incompatíveis com os documentos de direitos humanos e com a Constituição Federal de 1988;
- Acesso às academias para a sociedade, para que possa capacitar os agentes de segurança pública, inclusive conscientizando os agentes de seus próprios direitos, situando-os como cidadãos;
- Clarificação dos papéis da segurança pública, para que não se misturem a outras funções do Estado, como limpeza e transporte.

Foi apresentada moção, hoje pela manhã, a respeito das ameaças que os professores do Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, estão sofrendo. Essa questão foi conversada um pouco no nosso GT, ontem. Decidimos incluir aqui como forma de apoio, por se tratar de uma situação muito grave de violação dos direitos humanos.

E também:

- Formação de profissionais de comunicação em Ética em Direitos Humanos, inclusive com reforma curricular;
- Exigibilidade de ética em fotografia (uso de imagens);
- Convocação da população, em geral, para o exercício da liberdade de expressão e do direito à voz;
- Criação de grupo interdisciplinar para tratar desse tema;
- Democratização do uso de todas as tecnologias de informação, não apenas de forma passiva como também ativa;
- Realização de encontros temáticos, cursos e seminários com enfoque na capacitação acerca dos diversos instrumentos de direitos para evitar a reprodução pela mídia das linguagens de poder, de exclusão;
- Criação dos fóruns estaduais de educação em direitos humanos, inclusive com interação com os fóruns pela democratização da comunicação;
- Parceiras entre ONGs, governos e academia para aproximação da mídia com a temática dos direitos humanos;
- Recapitulação de lutas dos movimentos nas capacitações realizadas com a mídia. Ministério da Educação e Ministério da Comunicação deverão apoiar iniciativas para levar práticas e para levar à população a informação com enfoque nos direitos humanos;
- Prêmios para estudantes e para profissionais da área que tenham iniciativas de educação em direitos humanos;
- Mapeamento de experiências de capacitação para leitura crítica da mídia.

Vou pedir licença à Mesa para um aviso muito rápido. Sou assessor da Coordenação de Direitos Humanos da Prefeitura de Palmas. Estaremos realizando na próxima semana, nos dias 25, 26 e 27, em Palmas, Tocantins, a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos, em que será elaborado o Plano Municipal de Direitos Humanos. Temos o apoio da Secretaria de Direitos Humanos e da Deputada Iriny Lopes, que também vai ser uma das palestrantes na conferência. Aqueles que tiverem oportunidade de participar serão muito bem-vindos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Quero registrar a presença dos Deputados Geovani Silva e Délio Iglesias, do Espírito Santo, e do Vereador

Márcio de Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Venécia, no Espírito Santo também. Obrigado por participar da nossa assembléia.

O próximo é o GT 7.

O SR. CAIO VARELA - Boa-tarde. Sou Caio Varela, do INESC e da Secretaria-Executiva do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.

O nosso grupo de trabalho, sobre *Avaliação de Políticas Públicas de Direitos Humanos*, teve a participação de cerca de 15 pessoas, entre organizações, sociedade civil e representantes do Governo Federal.

O grupo de trabalho recebeu a avaliação, apresentada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC, realizada a partir de dados consolidados disponíveis no sistema do Siga Brasil, apontando para uma baixa execução orçamentária em quase todas as atividades e ações do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Segundo avaliação da Subsecretaria de Direitos Humanos, há uma lacuna forte na comunicação com a sociedade sobre as ações governamentais.

A equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República apresentou esclarecimentos técnicos sobre a execução orçamentária de vários programas e, em especial, as ações relacionadas à infância e adolescência. Faço uma observação que não está no texto. Há uma certa dificuldade nas análises de todo o orçamento gasto nas políticas sociais, porque não há a liberação de todos os dados, não há um processo de total transparência para que possamos fazer essas análises.

O diálogo estabelecido no GT reforçou a importância que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos está dando à organização de mecanismos, sistematização de metodologias e criação de instrumentos para a avaliação externa independentemente da política de direitos humanos, envolvendo as atividades da Subsecretaria de Direitos Humanos e outros órgãos governamentais.

As equipes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e da Subsecretaria de Direitos Humanos firmaram entendimento sobre a necessidade de criar-se uma agenda de trabalho para troca de informações entre Governo e sociedade, estudo e definição de metodologia para alimentar constantemente o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos de informações sobre as atividades da Subsecretaria.

Uma decisão que saiu do grupo é que em todos os encontros, conferências e atividades congêneres do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados haverá espaço e condições para a avaliação de políticas públicas em direitos humanos.

Aproveito para fazer uma correção dirigida a quem teve acesso ou quem está com a nota técnica que o INESC distribuiu ontem. Na pág. 3, no quarto parágrafo, há uma correção importante a ser feita. Diz que no PPA 2000/2003 havia 887 programas. Foi um erro de digitação. O 8 saiu 2 vezes. Então, na verdade, havia 87 programas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - O GT 8 é o próximo.

O SR. BRUNO ALVES DE SOUZA - Boa-tarde a todos. Meu nome é Bruno. Sou assessor da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Nosso grupo foi sobre *Estado Federal e Implementação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos*.

Na realidade, um ponto central dos debates foi a problemática de como tornar efetivo, portanto, de como implementar as normas de direitos humanos oriundas dos tratados internacionais firmados pelo Estado brasileiro, bem como o próprio cumprimento das decisões da Comissão e da Corte Interamericana.

A estrutura do Estado brasileiro pressupõe em si mesma o conceito de repartição de competências entre os 3 entes autônomos da Federação: União, Estados e Municípios. O problema é como internalizar essas normas de Direito Internacional, como capilarizar o cumprimento dessas normas nos 3 entes da Federação.

A título de exemplo, essa questão é tão importante que, dos 68 casos brasileiros que estão correndo na Corte Interamericana de Direitos Humanos, 97% são oriundos de violação de direitos humanos pelos Estados federados, no âmbito da competência dos Estados federados, e não da própria União. Assim sendo, o GT 8 tentou contemplar no seu relatório as proposições que objetivam o envolvimento de toda a Federação brasileira com vistas à plena realização dos direitos humanos, especialmente aqueles advindos das normas de Direito Internacional.

Concluimos que nos âmbitos federal, estadual e municipal devem ser implementadas ações de natureza político-administrativa e legislativa que viabilizem a efetivação não só dos tratados internacionais, mas das demais disposições normativas internas acerca dos direitos humanos.

Em particular, no tocante ao cumprimento das decisões e recomendações dos organismos internacionais, seja no sistema regional, pela Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou no global, pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e dos Comitês específicos, o grupo conclui que é necessária a imediata elaboração, mediante amplo

debate com a sociedade civil, de norma definidora de medidas adequadas para o cumprimento integral dessas decisões e recomendações, entre as quais a possibilidade de criação de um fundo de reparação.

O GT reconhece as dificuldades estruturais do sistema de responsabilidade do Estado brasileiro quanto às violações de direitos humanos perpetradas muitas vezes na esfera de competência dos Estados-membros e Municípios.

Reconhece que o sistema de precatórios adotado pelo Estado para o pagamento de eventual indenização às vítimas de violações não é eficiente e acaba descaracterizando a natureza de reparação imediata de uma recomendação no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou de medida condenatória no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No tocante à implementação de ações para a defesa e promoção dos direitos reconhecidos nos tratados internacionais e na Constituição, o grupo reconhece a necessidade primária de fortalecimento em matéria de educação em direitos humanos nos âmbitos federal, estadual e municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, de forma a conscientizá-los de suas responsabilidades como portadores de obrigações. Para tanto, o GT reafirma a imprescindibilidade da construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos, conforme deliberado na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, com vistas a conferir capilaridade às ações de promoção e proteção desses direitos, tais como: a instituição de mecanismos de monitoramento de ações e programas a partir da ótica dos direitos humanos; a definição de instrumentos de interlocução entre as entidades federativas; a instituição de instrumentos de exigibilidade e justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais; a implementação de programas de capacitação de agentes públicos; a instituição de programas próprios de direitos humanos; a realização de audiências públicas para a promoção do debate; a promoção da participação da sociedade civil.

Por fim, como medidas urgentes, o grupo deliberou pela aprovação imediata do Projeto de Lei nº 4.715, de 1994, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, e pela revisão, em conjunto com a sociedade civil e com as assessorias dos Deputados Orlando Fantazzini e José Eduardo Cardozo, do Projeto de Lei nº 4.667, de 2004, que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos organismos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Tem a palavra o Dr. Isaías, do GT 9.

O SR. ISAIAS SANTANA DA ROCHA - Meu nome é Isaías. Sou Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos e também integro o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.

Nosso grupo debateu o *Programa de Proteção e Defensores de Direitos Humanos*. Fizemos um histórico sobre o que a sociedade civil acumulou durante os últimos anos, por meio de consultas latino-americanas e interamericanas, a respeito de defensores de direitos humanos e também das atividades do Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos.

Chegamos à conclusão de que o programa, no Brasil, está ainda em processo de elaboração. Mesmo assim, existem pessoas que já estão necessitando desse programa de proteção e estão utilizando-o, mas há necessidade da realização de um seminário para discutirmos a metodologia de implantação do programa no Espírito Santo.

Definimos que a experiência deve ser piloto, contemplando inicialmente 3 Estados: Pará, Pernambuco e Espírito Santo. Debatesmos um pouco a questão do conceito, a concepção acerca de quem são os defensores de direitos humanos. Levantamos alguns segmentos, mas reportamos isso também à própria Declaração da ONU sobre defensores de direitos humanos.

Mesmo assim, destacamos alguns casos. No Pará, houve a preocupação com o assassinato da Irmã Dorothy e também com pessoas que ainda se encontram em situação de ameaça — cerca de 70 pessoas estão extremamente ameaçadas.

Levantamos os motivos que ensejam essas ameaças e citamos os seguintes: questões fundiárias e de meio ambiente, criminalização de defensores, processos e ações, interpelações judiciais, tentando dificultar o trabalho no caso de defensores ou de pessoas que por qualquer situação de violência venham a denunciar.

O programa, nem em âmbito federal nem estadual, está mais avançado, ainda não se encontra com a questão do marco legal, embora existam iniciativas de projeto de lei, mas ainda não é uma questão consolidada.

Outra questão que tem de ser debatida é a do papel da União, dos Estados e dos Municípios quanto à preocupação com os defensores, bem como com a formação, tendo em vista que temos uma estrutura de justiça e segurança que ainda possui uma série de limitações. Portanto, a capacitação desses agentes, incluindo os policiais, para o trabalho com os defensores de direitos humanos.

Entendemos que essa situação deve ter um corte de gênero, de raça e de etnias, tendo em vista os conflitos com os quilombolas, com a população indígena no Brasil, que também sofre represália de setores conservadores da sociedade.

A investigação tem que se dar de forma a coibir as ameaças, bem como estar relacionada à causa a que esses defensores ameaçados estejam vinculados.

Outro ponto é a importância de se trabalhar isso de forma bem articulada, com todos os segmentos da sociedade, porque também foi levantada no grupo a questão das pessoas que desenvolvem trabalhos em favelas em grandes metrópoles do Brasil.

Foi levantada também a questão de orçamentos para efetivação desse programa, porque, para nós, não se trata de proteção de defensores, mas sim de uma política de Estado que vise à questão da garantia do trabalho dos defensores dos direitos humanos no Brasil.

Disseram que o programa deve ter caráter de ações afirmativas e que também deve perpassar não somente o Ministério da Justiça e a Subsecretaria de Direitos Humanos, mas diversas Secretarias, como o Ministério das Cidades, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Então, vários segmentos e órgãos do Governo devem estar envolvidos no programa de proteção aos defensores dos direitos humanos.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Obrigado.

Recomendo que façamos uma salva de palmas para os grupos de trabalho de ontem e hoje. (*Palmas.*) Esse trabalho todo vai ser publicado no relatório do encontro.

Agora vamos para o nosso documento final, a Carta de Brasília. Todos devem ter recebido. Vamos fazer a leitura da carta dos grupos.

Informo que se o relatório não está representando o debate feito no grupo de trabalho, pode ser feito um adendo. No entanto, aquele que não tenha participado do grupo de trabalho não poderá alterar o relatório do grupo, porque esse relatório tem a função de expor o que houve no grupo ontem e hoje.

Aceito a proposta de realizar um seminário para discutirmos melhor a radiodifusão educativa.

Vamos ler a carta. Depois da leitura, se alguém quiser fazer algum destaque, que levante a mão.

Nós vamos por partes, do preâmbulo a cada um dos 7 pontos. Se houver destaque a determinado ponto, que se levante a mão. Há a defesa de uma

modificação ou não. Se alguém discordar, pode se manifestar e colocamos em votação ou estabelecemos consenso no plenário:

“Direitos humanos devem ser prioridade

Após dois dias de Encontro, em que nós, militantes, defensoras e defensores de direitos humanos, parlamentares comprometidas (os) com as causas populares, servidoras e servidores públicos de instituições federais, estaduais e municipais, compartilhamos experiências e produzimos subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas a consagrar o direito à comunicação como direito humano fundamental e de fazer avançar a implementação do conjunto de direitos humanos; avaliamos o Encontro como um valioso momento de convergência e projeção de idéias para o planejamento e a construção de um sistema de comunicação livre e plural, que assegure a difusão das muitas vozes deste País.

Declaramos que:

A Comunicação é um direito humano que deve ser tratado no mesmo nível e grau de importância que os demais direitos humanos. O direito humano à comunicação incorpora a inalienável e fundamental liberdade de expressão e o direito à informação, ao acesso pleno e às condições de sua produção, e avança para compreender a garantia de diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, a garantia de acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual e a importância do direito humano à comunicação está ligada ao papel da comunicação na construção de identidades, subjetividades e do imaginário da população, bem como na conformação das relações de poder.

O direito de ter voz e de se fazer ouvir vincula-se à necessária existência de um sistema que viabilize o exercício da liberdade de expressão mediante o acesso à uma mídia livre e pluralista que faça distinção entre opinião e relato dos fatos; respeite e incorpore as diversidades étnicas, sexuais, culturais, regionais e que atue na difusão de informações sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais, de maneira veraz



e ética, em processos institucionais que tenham efetiva participação da sociedade e do controle social. O monopólio e o oligopólio em todas e em quaisquer partes dos ramos institucional e empresarial das comunicações é impedimento e barreira para o exercício do direito humano à comunicação.

É necessário o reconhecimento do racismo, sexismo, xenofobia, homofobia e as outras formas de intolerância existentes na cultura brasileira, que se reproduz nos meios de comunicação e nas instituições educacionais, para exigir mudanças radicais no estatuto das comunicações, na publicidade e nos instrumentos de difusão e educação. É imperiosa a presença efetiva, global e representativa da diversidade cultural e da riqueza intelectual e simbólica dos homens e das mulheres afro-descendentes e indígenas.

Verificamos que os direitos humanos ainda não estão considerados como base para a formulação das prioridades governamentais. E um conjunto muito significativo de atividades, ações e programas de direitos humanos essenciais para a sociedade têm recebido pouca prioridade na formulação do Orçamento da União e não estão incorporados na preocupação dos dirigentes governamentais.

Consideramos atentado aos direitos humanos e à dignidade humana os atos de corrupção, de desvio de recursos públicos e a má aplicação do orçamento. A corrupção retira recursos que poderiam estar salvando vidas, garantindo alimentação saudável, a segurança pública, a educação universal e a saúde. O controle e a participação social, o acesso à informação e aos documentos e o Estado laico são garantias fundamentais para a construção de políticas de efetivação dos direitos.

A sociedade brasileira terá, em outubro, a grande oportunidade para reafirmar o direito à vida, sinalizando, com o voto a favor do desarmamento, que o Brasil pode ter políticas públicas que privilegiem a paz e uma cultura de não violência. São jovens, na maioria negros, que estão perdendo a vida, assassinados com armas de fogo e pelo acesso fácil a armamentos e munições.

Votamos “sim” e conclamamos todas as pessoas, todos e todas, a votarem em favor da vida.

O rebaixamento da condição institucional da Secretaria de Direitos Humanos representa simbolicamente a falta de prioridade dos direitos humanos na agenda governamental e dificulta a ação de articulação programática da Secretaria dentro do Poder Executivo.

Apelamos ao Presidente da República para que reveja sua posição nesse sentido e faça retornar a Secretaria de Direitos Humanos à sua condição política anterior.

Brasília, Câmara dos Deputados, 18 de agosto de 2005”.

Vamos fazer por partes. Quem tem destaque no *caput*? (*Pausa.*) Há algum destaque no preâmbulo? (*Pausa.*) Há algum destaque no ponto 1?

A SRA. MYLLENA CALASANS DE MATOS - O destaque é simples. Ivônio, você não aprendeu a lição que nós lhe passamos hoje.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - É que sou homem, e homem aprende muito devagar.

A SRA. MYLLENA CALASANS DE MATOS - Incluir as servidoras públicas.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - A Myllena pede para colocarmos “servidoras” também. Então, fazemos essa redação.

Para o ponto 1, alguém mais tem destaque? (*Pausa.*)

Ponto 2, algum destaque?

A SRA. MARY CAETANA AUNE - Eu queria fazer acrescentar um parágrafo, depois do 2. Acho que está relacionado com isso. Eu fiz uma proposta de texto aqui e vou ler, porque acho que é a forma mais fácil de o pessoal atender.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Gostaríamos muito, mas muito mesmo, que essa vontade de acrescentar parágrafos fosse bastante comedida. Temos como experiência já nesses últimos 10 anos que é muito melhor fazer uma coisa em uma página do que fazer em 2.

A SRA. MARY CAETANA AUNE - Vai caber em 1 página.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Mas não adianta espremer a letra.

A SRA. MARY CAETANA AUNE - Não. Esse é um tema recorrente durante todo o encontro, foi discutido também entre as entidades do fórum.

Vou ler:

“Consideramos inaceitável que as informações referentes à conjuntura política nacional sejam apresentadas apenas com o enfoque de opinião. Veículos sérios devem dispor de 2 espaços distintos, o da informação e o da opinião. Os fatos precisam ser separados de pensamentos pessoais ou corporativos de editores e jornalistas. O direito à informação deve ser garantido plenamente de forma que o próprio cidadão tenha liberdade para receber os conteúdos criticamente e formar suas opiniões”. (Palmas.)

Estamos recebendo uma série de informações enviesadas com relação à conjuntura política, essas coisas todas. É muito difícil recebermos isso. Parece que estão enfiando isso goela abaixo e ninguém tem direito a retrucar. A mídia tem um papel muito importante nessa formação cidadã.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Alguém discorda? (*Pausa.*)
Têm certeza? (*Pausa.*)

(Não identificado) - Bem, se a questão é de rever o parágrafo, eu gostaria que não se eliminasse a opinião de jornalistas, mas que se fizesse plural a sensibilidade à mídia, porque se trata de democratizar e não censurar outra vez. Quer dizer, democratizar o acesso à mídia e democratizar, em conseqüência, a pluralidade de leitura dos fatos. Aliás, prefiro eliminar um pouco “opinião” e transformar em “leitura diferenciada dos fatos”.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Eu acho que devemos considerar o que ele diz. Você podia passar para o Márcio, para vocês verem a melhor redação? Se houver alguma alteração, retornar a redação para que possamos discutir com o Plenário e fazer a final. Eu não vejo como sendo questão de controle. É muito importante que os veículos deixem muito claro aquilo que estão noticiando como acontecimento e o que é posição editorial. Temos visto hoje uma mistura muito grande que torna difícil para o público entender exatamente o que aconteceu e o que é opinião do veículo. Então, acho que não precisa ser necessariamente todo aquele texto que ela colocou, mas esse detalhe específico do editorial e do informativo é muito importante.

O SR. JONAS - Primeiro, quero parabenizar todos pelo esforço de sistematização da Carta. Quero recuperar um debate feito nos 2 grupos de trabalho relativos à comunicação.

No texto que repassamos como subsídio, no § 2º, no momento em que se diz: *mediante ao acesso a uma mídia livre e pluralista e que respeite as diversidades étnicas, sexuais, culturais e regionais e que atue na difusão.* Nessa primeira

parte, eu proponho o termo “incorporar”. O respeito pode se dar mediante cota na Rede Globo, e isso não significa que as populações estarão se apropriando dos meios de comunicação, o que foi uma reivindicação que surgiu muito forte nos grupos. Quando você diz “incorpora”, está incorporando as diversidades tanto no conteúdo veiculado por outrem quanto no conteúdo produzido por esses próprios grupos que compõem essa diversidade.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Que respeite e incorpore a diversidade?

O SR. JONAS - Mas para, pelo menos, não deixar parecer que estamos apenas reivindicando dos meios que sejam mais legais.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Alguma discordância ou concordamos todos? (*Pausa.*) Passamos à frente?

O SR. JONAS - Aí há um segundo ponto. Ainda nessa frase: *que atue na difusão de informações sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais de maneira veraz e ética*. Desculpe, juro que minha intenção não é tumultuar. Mas, pelo menos nos debates que tivemos, tanto nos painéis quanto nos grupos, o valor da verdade e da ética não está sendo reivindicado, porque é um valor relativo. A construção estará de acordo com a compreensão da realidade, que não é a mesma, e a ética não é universal. Se for a ética dos direitos humanos, aí você qualifica o valor ético. Aí tenho acordo. Agora, deixar “verdade” e “ética” soltas, pode ser qualquer coisa. Então, minha sugestão é que se suprima isso, porque quando você diz que vai incorporar as diversidades na produção das informações, você está garantindo a pluralidade dessas informações.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Mas, Jonas, deixe-me fazer um contraponto, do ponto de vista da nossa tradição. Quando fazemos movimento pela ética na política, nós não estamos discutindo várias éticas. Então, quando falamos sobre ética, queremos falar sobre um tipo de ética. Não estamos querendo botar no mesmo barco todas as outras formas de verdade a que você está se referindo. Então, é muito pelo emissor, que somos nós. Quando falamos em ética, estamos falando sobre uma determinada ética e daquilo que compreendemos como os valores morais que compõem essa ética de que estamos tratando. Então, retirar, eu acho, é reduzir um pouco essa questão a uma preocupação filosófica que não está presente no cotidiano da nossa ação. Quer dizer, a nossa ação já mostra a opção que fizemos. Então, acho que é por aí. Não é porque vamos ficar discutindo qual é a ética... Estamos trabalhando, por exemplo, no outro tema, falando: consideramos a corrupção um atentado aos direitos humanos. Então, não é que tenhamos várias éticas aqui. Aqui não há.

Concordamos com o Jonas ou não? Retiramos “ética” ou mantemos “ética”? (*Pausa.*)

Ele retira.

Vamos para o destaque. Com a palavra o Rogério.

O SR. ROGÉRIO - No ponto 1, logo depois de “*a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual*”, a proposta é a inclusão de “*além da participação efetiva da sociedade na construção de políticas públicas*”. Posso até formular direitinho, mas é a questão da participação da sociedade na construção de políticas públicas e instrumentos de controle público e social da mídia. Mencionamos 2 coisas que foram bastante citadas nas discussões, nos painéis e nos grupos. Foram os conselhos, as conferências...

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Sim, mas aqui não está escrito “*efetiva participação da sociedade e controle social*”?

O SR. ROGÉRIO - É “*participação efetiva da sociedade na construção de políticas públicas e instrumentos de controle público e social da mídia*”.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Tá.

O SR. ROGÉRIO - Foi bastante citada a criação de conselhos locais, regionais e também os processos de conferências de comunicação, nacional e regionais.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Concordamos com o Rogério? (*Pausa.*) Perfeito.

Vamos para o item 3. Destaques.

Com a palavra o Fábio.

O SR. FÁBIO - Eu estou com 2. Na que recebi não havia xenofobia nem homofobia.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Ah, tá. É porque você recebeu antes...

O SR. FÁBIO - Não, eu estou com a sua original e com a que recebi do Márcio. Não há xenofobia e homofobia. Não sei se todo mundo tem. Digo isso com a preocupação de que esteja na Carta. E também acrescentaria uma questão muito importante: onde consta “*É imperiosa a presença efetiva*” (...), em relação aos afro-descendentes e indígenas, poderíamos acrescentar o preconceito religioso. Diariamente, a *TV Canção Nova*, da Igreja Católica, e as tevês pentecostais ficam endemonhando as religiões afro e outras expressões religiosas que não são cristãs. O preconceito religioso acontece todo dia.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Podemos incluir depois de “homofobia” ou deixar da seguinte forma: *representativa da diversidade cultural e da riqueza intelectual, simbólica e religiosa dos homens e das mulheres afro-descendentes e indígenas*.

O SR. FÁBIO - A minha proposta não é essa. A minha proposta é que, junto ao racismo, ao sexismo...

(Não identificado) - Depois de “homofobia”.

O SR. FÁBIO - É, exatamente. Imediatamente após “homofobia”.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Todos concordam com o Fábio? *(Pausa.)* Ótimo.

(Não identificado) - Eu acho bastante importante demarcar o preconceito religioso. A minha proposta também é que, nessa lista de coisas ruins, ali onde está “homofobia”, inclua-se também “lesbofobia”, porque é diferente e também demarca uma diversidade. Infelizmente, existe isso.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - A Deputada Iriny Lopes está me lembrando de que foi feito um destaque aqui também, no item 2, em que consta “*diversidades étnicas, sexuais, culturais e regionais*”, para incluir “*raciais*”, étnicas e raciais, separando as duas coisas. Alguém discorda?

A SRA. CRISTIANA - Quero levantar uma questão, voltando ao ponto 2. Participei do grupo de trabalho sobre educação, e sinto que a educação promovida pela mídia e desenvolvida nas escolas a respeito dos direitos humanos não foi mencionada. Acho que seria interessante acrescentarmos um item a respeito da educação relativa aos direitos humanos promovida pela mídia e pela educação pública, que foi um dos temas do grupo.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Fica complicado votarmos neste momento algo que não está escrito. Se você fizer uma proposta de redação, se possível melhorando alguns dos parágrafos já existentes, não incorporando um outro, leremos a redação e a submeteremos ao Plenário. Vamos passando os demais enquanto vocês trabalham nisso. Voltaremos a essa questão no final.

No item 4 está escrito “*afirmamos*”; eu li “*verificamos*”. Foi uma emenda sugerida pelo Omar no caminho para cá e eu só incluí. Na leitura, fiz uma emenda mudando “*afirmamos*” por “*verificamos*”, quer dizer, estamos verificando uma determinada situação.

A SRA. MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS - Ivônio, quando se diz “*tem recebido pouca prioridade*”, eu tiraria o “*pouca*” e deixaria só “*prioridade*”; “*não tem recebido prioridade na formulação do Orçamento da União*”.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - “*Não tem recebido prioridade*”. Todos concordam?

Você já tem uma redação?

A SRA. CRISTIANA - No item 2, na terceira linha, temos *diversidades étnicas, sexuais, culturais e regionais, e que atue na educação em direitos humanos e na difusão de informações sobre questões (...)*”.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Todos concordam com isso? Você vai passar a redação para o Caio, não é?

A SRA. CRISTIANA - “*Culturais e regionais, e que atuem na educação em direitos humanos*” (...). É só acrescentar isso (...) “*e na difusão de informações*” (...). Terceira linha.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Que atuem na educação em direitos humanos.

Maria Eliane.

A SRA. MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS - É só para chamar a atenção para o fato de que é preciso colocar “*não tem recebido prioridade*”, o “*não*” na frente. Senão, fica...

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Certo.

Vamos ao item 5. Há algum destaque?

Flávio Valente.

O SR. FLÁVIO VALENTE - Só gostaria de colocar que consideramos atentados aos direitos humanos e à dignidade humana os atos de corrupção... (*falha no microfone.*) ... públicos do Orçamento e... (*falha no microfone.*) ... de 70% do Orçamento para o pagamento de serviços da dívida.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Você poderia repetir, pois o microfone está falhando?

O SR. FLÁVIO VALENTE - Eu sugiro que se acrescente, depois de “*má aplicação do Orçamento*”, “*a alocação de 70% do Orçamento para o pagamento de serviços e juros da dívida*”, porque esse é o maior desvio de recursos públicos que existe, muito maior do que os decorrentes da corrupção e os outros que estão acontecendo.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Alguém discorda da proposta do Flávio? (*Pausa.*) Consideramos aprovada?

(Não identificado) - Eu não discordo, mas gostaria de ampliá-la. Acho que constatamos que está faltando uma parte na qual nós, como operadores de direitos humanos, nos posicionemos com relação ao que queremos diante desse quadro. Penso que é muito pouco dizer que o controle e a participação

social contribuem para a efetivação de políticas sociais. Fizemos uma moção, mas diante dessa constatação, dessa consideração, é preciso um complemento nessa frase.

Eu não sei muito bem como fazer isso, se acrescentando “*exigimos*” ou se sinalizamos o que deve ser reparado. Diante dessa conjuntura, acho que é muito importante ter esse parágrafo aqui, ele é imprescindível, mas acho que fica fraco sem uma segunda parte, sem o nosso posicionamento mais incisivo.

Nessa lista do que está deixando de ser feito por causa da corrupção e desses desmazelos, eu acrescentaria a questão do trabalho e o fato de se deixar de fazer as reformas agrária e urbana, na qual se insere a questão da moradia. São coisas essenciais para termos um outro tipo de sociedade, um outro modelo de desenvolvimento.

Acho muito importante o parágrafo, repito, mas penso que, sem esses complementos, ele fica fraco como posicionamento político desta plenária, deste encontro.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Incluímos, então, geração de emprego, reforma urbana e reforma agrária. Está bom?

Com relação ao “*exigimos*”, seria importante elaborar uma redação. Assim, já se faz uma proposta completa. Do contrário, fica para a comissão de redação e não é bom deixarmos tudo para ela.

Concordamos, então, com a sugestão apresentada?

(Não identificado) - Eu gostaria de fazer uma observação a respeito do item 5. Sugiro “*acesso aos documentos, à comunicação e à informação*”. Não se trata só de informação. É a comunicação nesse sentido de uma mão dupla, do pleno exercício dos direitos humanos, e não uma informação passiva.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Está certo. Acesso à informação, à comunicação e aos documentos. Todos concordam com a inclusão? (*Pausa.*)

Item 6. Algum destaque?

(Não identificado) - Ainda é possível fazer uma observação ao item 2?

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Sim.

(Não identificado) - Nos itens 2 e 4, creio ser preciso fazer menção às pessoas com deficiência que sempre sofrem os efeitos da invisibilidade, como foi mencionado ontem por um dos expositores.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Se você tiver uma sugestão de redação, passe-a para nós a fim de que não haja erro. Então, vamos incorporar a questão das pessoas com deficiência nos itens 2 e 4.

Item 6, desarmamento. Algum destaque? (*Pausa.*)

Sem destaques.

Item 7, rebaixamento do *status* da Secretaria. Algum destaque? (Pausa.)
Aprovado.

(Não identificado) - Trata-se daquele parágrafo que ficamos de acrescentar, depois do segundo: “*Consideramos inaceitável que as informações referentes à conjuntura política nacional sejam apresentadas apenas com o enfoque de opinião. Veículos sérios devem dispor de 2 espaços distintos, o da informação e o da opinião, garantindo a pluralidade de pontos de vista acerca dos temas apresentados e estimulando o debate, a fim de garantir a democratização da informação.*”

Os fatos precisam ser separados de pensamentos pessoais ou corporativos de editores e jornalistas. O direito à informação deve ser garantido plenamente, de forma a que o próprio cidadão tenha liberdade para receber os conteúdos criticamente e formar suas opiniões.”

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Foi feita uma sugestão, mas não a vejo incorporada.

(Não identificada.) - Do Solon. Sim, combinamos com ele e foi incorporada em “*garantindo a pluralidade de pontos de vista acerca dos temas apresentados, estimulando o debate a fim de garantir a democratização da informação*”. Essa foi a alteração feita junto com o Solon e com a Elaine.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - O pessoal da área de comunicação concorda com esse texto?

Há dois destaques. Primeiro vai falar a Ida.

A SRA. IDA - A nossa sugestão é simples. É a respeito da nomenclatura.

O 7º diz “*o rebaixamento da condição institucional da Secretaria de Direitos Humanos da condição de Ministério*”. É preciso alterar para “*Secretaria Especial de Direitos Humanos*”. Acho que essa carta deve ser auto-explicativa, senão depois ninguém sabe qual foi a situação.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Exato.

Com a palavra o companheiro.

(Não identificado.) - Com relação ao texto da companheira, acho que dizer “*democratização do acesso à informação*” restringe um pouco. O termo “*comunicação*” seria mais adequado.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Vejam bem. Aqui há divergência entre Biblioteconomia, Ciências da Informação, e Jornalismo, Ciências da Comunicação. O que ela está expondo é a posição do pessoal da biblioteconomia.

(**Não intensificado.**) - Talvez isso gere até um embate teórico bastante profundo.

O meu posicionamento é de que, quando se fala em informação, fala-se simplesmente do fato passado, talvez do conhecimento, mas não se aborda a dinâmica da produção de informação e a comunicação mediática. Passando para além da comunicação mediática, também conhecimento etc.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Vamos fazer algo não muito inteligente: vamos incorporar os 2 termos: comunicação e informação. Depois faremos um seminário com o pessoal da Ciência da Comunicação e da Ciência da Informação e discutiremos mais profundamente esse tema.

A SRA. IDA - Ainda em relação à Subsecretaria. No 7º, a última frase diz: *“e faça retornar à Subsecretaria”*. Porque hoje é Subsecretaria e não mais Secretaria de Direitos Humanos. Mudou nessa última reforma.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Está certo.

Com a palavra a companheira.

A SRA. MARIA SILVA - Meu nome é Maria Silva, sou estudante de Jornalismo.

Para mim, o que não ficou muito claro na redação foi essa coisa de dividir opinião e fato. Isso já acontece. Às vezes, as pessoas colocam opinião dentro do que seria noticiário de fato mesmo. Teria de haver uma ação em cima disso, mas é difícil. Dividir fato e opinião já acontece. Penso que estamos chovendo no molhado.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - No seminário que formos realizar sobre as questões conceituais, vamos chamar o Solon para discutir fato, verdade, essas coisas todas.

A SRA. MARIA SILVA - Sim, mas se formos colocar no texto que é preciso separar fato de opinião... Porque isso já é assim.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Eu concordo, mas não vamos discutir conceitualmente, porque não é possível ir a fundo. Se fôssemos discutir assim, iríamos perceber que a redação também peca, porque essa coisa que se chama de fato não existe; é leitura sobre uma determinada situação, e as leituras podem ser várias, como disse o Solon. Mas vamos deixar isso para o seminário de Semiótica e Direitos Humanos, que realizaremos assim que as outras pautas forem vencidas, como resolver a questão da carceragem, da discriminação sexual e do preconceito.

(**Não identificada**) - Esclareço apenas que falamos de um fato bastante concreto da conjuntura política atual. Falamos da manipulação e da falta de

debate que observamos sobre o que tem acontecido no cenário nacional, não em termos genéricos sobre o que a mídia tem feito. Estamos falando realmente do que tem sido observado, por exemplo, nas revistas de circulação semanal, nos noticiários, onde estamos vendo apenas um lado da história e não temos oportunidade de digerir essa informação.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - No portal do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, cujo endereço eletrônico é www.direitos.org.br, vamos criar uma área de debates, à qual vocês terão acesso total para incorporar, produzir e animar debates em relação aos pontos que desejarem. Dessa forma, continuaremos a discutir essas questões por meio do fórum, gerando notícias nos portais, e fazendo o nosso enlace também com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Podemos considerar aprovada a nossa declaração final?

O SR. BRUNO - Desculpem o atraso, que se deu pelo fato de o nosso grupo, o GT8, que discutiu a questão do Estado Federal e a implementação das normas internacionais, ter ficado prejudicado por trabalharmos a manhã toda no grupo e não termos participado da elaboração da carta.

O ponto que achamos fundamental, no que se refere às normas internacionais, é a criação de um sistema nacional de direitos humanos. Temos tentado, meio que às pressas, encaixar. Achamos que o ponto 7, que fala do rebaixamento da Secretaria para Subsecretaria, prejudica sobremaneira a implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Então, se possível, e queremos submeter isso à avaliação do Plenário, sugerimos colocar no final um apelo ao Presidente da República que reveja sua posição nesse sentido e faça retornar a Secretaria de Direitos Humanos à sua condição política anterior, capaz, enfim, de implementar esse sistema nacional de direitos humanos.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - O Márcio, Secretário da Comissão de Direitos Humanos, tinha sugerido tentarmos rever essas coisas todas agora, rápido, no computador. Talvez não dê tempo, porque vamos entrar no processo de encerramento. Mas ele vai tentar rever isso para que as pessoas possam ter acesso à Carta de Brasília e possamos divulgá-la à imprensa o mais rápido possível. Daí ele pode tentar ver como vai ficar isso no espaço, com uma redação que possa eliminar a necessidade de um item a mais. Se, por acaso, ficar uma redação que diminua o impacto do nosso apelo presidencial, aí, sim, colocaríamos um item a mais.

Você concorda, Márcio?

(**Não identificado**) - Já que voltamos ao sistema que nem por papel foi, e essa foi uma das nossas frustrações na IX Conferência, gostaríamos que se fizesse menção à IX Conferência.

O que é o sistema na cabeça do Presidente Lula, ou agora do Dulci, ou do companheiro Mamede, presente nesta reunião? Quer dizer, o sistema que discutimos na IX Conferência, tida como uma conferência de caráter deliberativo.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Nesse caso, provavelmente, a proposta do companheiro acabará sendo efetivada, porque dificilmente o Márcio conseguirá fazer isso em um parágrafo apenas. Então, gostaria de lhes pedir uma grande gentileza: ajudem o Márcio nessa redação!

Consulto o Plenário sobre se todos concordam com as duas incorporações, a do sistema e a referência ao nosso trabalho na IX Conferência.

(**Não identificada**) - Eu gostaria de fazer um esclarecimento. Parece-me que incorporar o sistema é importante desde que isso não fique atrelado à retomada da Secretaria de Direitos Humanos, porque dá a impressão de que a maior importância da retomada da Secretaria de Direitos Humanos é a implementação do sistema. Ela é muito mais ampla do que isso.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Por isso falei que achava, pela forma com que o debate se encaminhava, que provavelmente é um item. Eles vão sentar para tentar elaborar com o Márcio um item sobre o sistema e a IX Conferência. Concordamos todos?

A SRA. BERNADETE APARECIDA FERREIRA - Temos um complemento ao item 5, sobre o qual chegamos a uma conclusão. Cremos que poderia ficar assim: *“Consideramos atentados aos direitos humanos e à dignidade humana os atos de corrupção, de desvios de recursos públicos, má aplicação do Orçamento e aquela referência à questão do pagamento da dívida. A superação desse estado de coisas exige a construção de um novo modelo econômico-político, pautado pela promoção do conjunto de direitos humanos.”*

No final, onde termina com *“efetivação dos direitos”*, acrescentamos *“que devem ser definidos pelo conjunto da sociedade brasileira.”*

Entenderam?

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Concordamos com a Bernadete?

A SRA. BERNADETE APARECIDA FERREIRA - Não tira o controle social, apenas acrescenta.

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Permanece o controle social. Concordamos, então? (*Pausa.*)

Podemos considerar aprovada a nossa declaração final e a Carta de Brasília?

Muito bem! (*Palmas.*)

Isso é muito importante. Agora vamos entrar para a parte de encerramento da conferência. Mas para que não aconteça o que sempre acontece, se alguém ainda deseja falar alguma coisa terá oportunidade agora para então podermos encerrar tranquilos.

Alguém tem alguma crítica a fazer? (*Pausa.*)

Podemos entrar para a parte de encerramento?

(*Intervenção fora do microfone - inaudível.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Você está preparando a redação e vai passá-la para o Márcio. (*Pausa.*)

O problema que estamos tendo aqui é que o Dr. Mário Mamede, o Secretário de Direitos Humanos, foi raptado por um meio de comunicação que não está respeitando o nosso direito à comunicação. Creio que o Dr. Perli já tenha saído para tentar resgatá-lo sem pagamento! (*Pausa.*)

Convidamos o Dr. Mário Mamede para fazer parte da Mesa.

Temos aqui as 3 entidades que têm trabalhado em conjunto: a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Foro de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e a Secretaria de Direitos Humanos.

Em primeiro lugar, gostaríamos de fazer a entrega simbólica — porque a redação final dos documentos será dada pelo Sr. Mário Mamede — de uma resolução do nosso Encontro, que representa, ao mesmo tempo, a vontade coletiva, a aspiração, um voto de confiança e um apelo para que a Presidência da República reveja a decisão de transformar a Secretaria Especial de Direitos humanos, com *status* de Ministério, em uma Subsecretaria.

Essa não é um posição que carrega qualquer tipo de preconceito em relação ao lugar onde a Subsecretaria está agora, em relação à Secretaria-Geral ou ao Ministro Luiz Dulci — e sabemos que o senhor partilha desta mesma opinião —, mas consideramos que, se a Secretaria Especial de Direitos Humanos tiver *status* de Ministério, poderá conversar mais facilmente com as outras Pastas e, assim, desempenhar melhor a sua função de articuladora, de animadora de políticas públicas em direitos humanos.

Gostaria que o senhor recebesse simbolicamente essa moção, que ainda receberá sua redação final, e lhe peço que seja o nosso porta-voz junto ao Presidente da República desse nosso pedido, para que S.Exa. reconsidere e reconceda à Secretaria o *status* anterior. (*Palmas.*)

O SR. MÁRIO MAMEDE - Recebo, com o necessário acolhimento e respeito, as resoluções deste Encontro.

Na abertura, pontuei que este é um Encontro com grande legitimidade, com uma representação social plural, com pessoas que dedicam a vida à militância no campo dos direitos humanos, uma militância extremamente exigente, e que sempre estão trabalhando, dentro de uma construção coletiva, em busca de novos cenários que sejam respeitadores e garantidores da dignidade humana.

Também me situei na abertura como um militante que, neste momento, ocupa um espaço institucional com uma missão difícil, portanto desejoso de parcerias, de cumplicidade, de boas discussões, de opiniões e formulações críticas que me cobrem o trabalho correto, devido, e que me exijam correções de rumo sempre que necessário.

Penso que quando construímos, dialogamos, discutimos e o fazemos coletivamente num bom debate, num bom diálogo, a tendência é sempre acertar mais do que errar e, em acertando, partilhamos as alegrias. Se aqui ou acolá tivermos insuficiências e equívocos na condução da gestão pública ou em qualquer outra área de atuação das nossas obrigações profissionais ou sociais, temos como repartir essas insuficiências e equívocos com os companheiros que conosco construíram aquelas idéias. Se não foram as melhores, foram cheias de boas intenções e de encaminhamentos desejados no momento em que foram discutidas.

Estou recebendo um documento que apresenta vários pontos importantes, culminando com o ponto 7, onde se faz um apelo ao Presidente da República, detentor desse poder, de avaliar a possibilidade de a Secretaria retornar ao seu *status* anterior. Todos sabem da minha posição, que foi apresentada publicamente na minha posse, de que talvez a maior tarefa, além da de substituir um companheiro da grande envergadura política, moral, pessoal e militante, como Nilmário Miranda — não é uma tarefa qualquer e que me pesa nos ombros —, seja uma que a esta se soma e se sobrepõe: a tarefa de, na minha busca de utopias, tanto quanto de cada um dos presentes, oferecer o melhor de mim; todo o meu esforço não apenas pessoal, individual, mas também de gestor maior da Secretaria. Mas, seguramente, pela relação de confiança e pelo esforço da nossa equipe, representada aqui por vários companheiros, vamos mostrar a importância, a necessidade, o imperativo desse resgate. Deixei isso muito claro na minha fala, quando da transmissão do cargo, e posso repeti-lo com muita tranqüilidade.

Sei que a Deputada Iriny, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, solicitou uma audiência junto ao Presidente através de seu gabinete. Não sei se

houve acatamento ou não, nem como o pedido está sendo conduzido. Claro que a esfera de decisão é outra; não é da Secretaria.

Diria que essa questão será por nós acolhida, considerada e farei o que me cabe, neste momento, conforme as relações de hierarquia, pedindo a compreensão de cada companheiro e companheira. Tratarei disso no momento primeiro, que pode ser amanhã ou segunda-feira, com o Ministro Dulci, a quem estou vinculado e a quem devo respeito hierárquico.

Neste momento, não tenho a possibilidade nem os canais para levar o documento diretamente ao Presidente, coisa que a sociedade pode fazer por meio de seus maquinismos, de suas possibilidades e de seus esforços, como também pode fazê-lo a Deputada Iriny, pessoa que muito bem representa esta Comissão, além de legitimada pelo encontro de tal porte e de tal magnitude representando a vontade de uma fração do Parlamento que pode ser ampliada.

Além disso, a medida provisória está em tramitação, tendo passado pelo Senado e agora adentra a Câmara, tendo como Relatora a Deputada Iriny, Parlamentar que conhecemos há muito tempo. Alguns de nós já têm uma relação de amizade com ela e sabem do seu compromisso com os Direitos Humanos e da sua posição pública a respeito.

Portanto, Ivônio, peço sua compreensão e a dos demais, ao receber este documento, a que dou todo acolhimento e que tratarei com todo o respeito com que deve ser tratado. Do ponto de vista institucional, o caminho que é me permitido é o de levar esta demanda ao Ministro Dulci, a quem devo me reportar. Mas o farei com muito cuidado, com muito zelo, com grande responsabilidade, mostrando ao Ministro tudo o que foi aqui discutido, desde o primeiro dia até nos momentos em que caminhamos para o encerramento.

Tenham a certeza de que me esforçarei para cuidar do conteúdo do documento. Como já disse, minha tarefa está profundamente ligada à busca utópica de, pelo meu esforço e da minha equipe, procurar o resgate da Secretaria demonstrando sua importância, procurando dar a mais ampla visibilidade do nosso trabalho.

Agradeço dizendo que cuidarei da tarefa que me foi incumbida neste momento. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Obrigado, Dr. Mário Mamede.

A Deputada Iriny lembrou-me da minha deficiência visual. Coloquei os óculos e pude ver que a Dra. Ela Castilho, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que é uma parceira importante, está presente e a convido para compor a Mesa final. A parceria entre o Ministério Público e com a

Procuradoria-Geral da República é fundamental para construirmos o Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Antes de passar a palavra à Dra. Ela, a Comissão de Direitos Humanos me informou que o Ministro Dulci, cuja vinda estava prevista, pediu desculpas informando que, na última hora, não conseguiu se desvencilhar de seus compromissos, mas que estava muito tranqüilo por conta da presença entre nós do Dr. Mário Mamede, que muito bem representa o Governo Federal. Foram as palavras que me pediram fossem transmitidas.

Passo a palavra à Dra. Ela para suas considerações finais.

A SRA. ELA CASTILHO - Tudo foi dito, mas gostaria de expressar a satisfação do Ministério Público Federal de poder colaborar com a Comissão. Hoje, pela manhã, demos seguimento a vários requerimentos elaborados ontem, durante o painel. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - Não foi à toa que pedimos à Sra. Margarida para vir à Mesa; não se tratava apenas de questão de gênero, mas a juventude da Margarida e sua experiência nos ajudam muito a permanecer fiéis à luta pelos direitos humanos. Por essa razão, gostaria que ela nos desse uma palavrinha no encerramento do nosso encontro.

A SRA. MARGARIDA GENEVOIS - Boa-tarde a todos. É um prazer enorme estar neste encontro e uma honra fazer parte desta Mesa.

O título de que mais me orgulho é o de ser militante dos Direitos Humanos, o resto é secundário. Tenho um enorme entusiasmo por essa luta, a que tenho dedicado minha vida toda, e espero ir até o fim com essa fé, esse entusiasmo e essa utopia.

Particpei de vários encontros de Direitos Humanos, nesta Casa e em outros lugares, mas, infelizmente, os problemas levantados se repetem sempre, cuja gravidade conhecemos de sobra. Entretanto, precisamos dizer que houve certa melhora e têm aparecido novos enfoques, novos detalhes. Portanto, acho que isso representa um progresso. Sei que uma sociedade ideal é uma utopia que não será alcançada, mas também que o principal é lutarmos por ela.

Queria repetir o que disse ontem no nosso grupo: vejo com muita alegria a ênfase dada à educação dos Direitos Humanos. Na minha opinião, a coisa mais importante que podemos fazer — e isso pode ser feito em todos os níveis de trabalho — é a educação em Direitos Humanos. Na medida em que as pessoas conhecem os seus direitos, e passam a lutar por esses direitos, a sociedade será transformada.

Parece incrível, mas uma grande parte da sociedade não sabe que tem direitos. Essa parcela está tão esmagada pela miséria e pelo desprezo da sociedade que não tem idéia da sua própria dignidade. Mas acredito que, no momento em que todos tiverem noção de cidadania, respeitando a si mesmo e aos outros, lutando pelos direitos de todos, a sociedade será mudada radicalmente e será criado um ambiente de paz, justiça e harmonia. Só respeitando os direitos humanos é que teremos uma verdadeira democracia. Então, para mim é uma grande alegria ver que esse assunto está ficando cada vez mais importante e deixando todos preocupados.

Como disse Pérez Aguirre, Direitos Humanos podem ser ensinados em qualquer pequeno ato do nosso dia. Eles transformam as pessoas e o ambiente. Acho que é por aí o caminho.

Agradeço-lhes a atenção. Coragem a todos nessa nossa luta! (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Ivônio Barros) - A última a falar será a Deputada Iriny Lopes, nossa anfitriã. S.Exa. é quem terá o privilégio de dizer que poderemos voltar a esta Casa várias vezes para participar de outros encontros. (*Risos.*)

Antes porém, em nome dos componentes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, quero dizer que essa parceria entre o Parlamento, por meio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e a sociedade civil é fundamental para que tenhamos condições de avançar na luta pelos Direitos Humanos.

Realizaremos, de 2 em 2 anos, os encontros nacionais, e, também de 2 em 2 anos, as conferências nacionais, de tal sorte que num ano haverá uma conferência e, no seguinte, um encontro.

O sentido dos encontros é manter aberto e alargar os espaços de interlocução de pessoas, entidades, movimentos, experiências, vidas; trazer temas novos, ou refletir de forma renovada sobre temas antigos, sem o compromisso de, necessariamente, chegarmos ao final com um rol de questões a serem votadas em disputas mais apertadas, que representam as disputas do nosso cotidiano. Vamos deixar isso para as conferências. E vamos continuar tentando fazer com que elas sejam representativas de processos de delegação, a fim de que possam, paulatinamente, ser feitas a partir dos Municípios até envolver todo o País. Portanto, a nossa meta é, depois, realizarmos conferências municipais, as quais elegeriam delegados e delegadas para as conferências estaduais, que, por sua vez, elegeriam delegados e delegadas para a conferência nacional.

Na conferência nacional vamos ter, necessariamente, espaços específicos e disputas acirradas, como, por exemplo, a discussão sobre as prioridades do Orçamento — que é finito; numa realidade de tempo físico também finita. Sempre há disputas sobre qual deve ser a hierarquia das prioridades, aquilo que cada um acha que é mais importante e que representa melhor os seus pontos de vista.

Em nome das entidades, agradeço por terem vindo a Brasília para discutir, nesses 2 dias, as questões que foram levantadas. Quero parabenizar a todos pela qualidade do debate e das propostas que foram apresentadas.

O Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos é um espaço aberto às entidades da sociedade civil e aos movimentos, assim como esta Comissão é um espaço aberto para as entidades, os fóruns, as redes e a população em geral, o que é muito importante para que continuemos a luta pelos Direitos Humanos em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Com a palavra a nobre Deputada Iriny Lopes.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Vou começar também agradecendo a todos e a todas que contribuíram para a realização deste Encontro.

Assumi o desafio de presidir a Comissão depois de um período em que ela foi conduzida de uma maneira um pouco distanciada, até pela baixa experiência pessoal ou, talvez, pela falta de oportunidade de quem tinha essa tarefa, por conta do compartilhamento na busca da garantia de espaço a todos os partidos. O critério que tinha preponderado até então não privilegiava a experiência, a identidade com a causa de Direitos Humanos. Mas aqui não vai crítica alguma pessoal a quem me antecedeu; somente a constatação de que um tema tão relevante como Direitos Humanos acaba ficando sujeito ao rodízio dos partidos enquanto deveríamos fazer essa discussão partindo da militância, da identidade, da identificação com o tema.

Então, quando assumi a Presidência da Comissão considerei esse um desafio a ser enfrentado, e o primeiro ponto desse enfrentamento teria que ser a reaproximação e o compartilhamento de ações com os movimentos que fazem com que o debate sobre Direitos Humanos estejam presentes de forma bem ativa na vida cotidiana do Brasil. Esse foi para mim o maior dos desafios. Desse modo, a realização deste Encontro, para mim, é o coroamento desse processo.

Neste momento, a agenda desta Comissão é intensa. Temos buscado estar nos locais em que nossa presença é solicitada para tratar das mais diversas causas — criança e adolescente, mulheres, índios, quilombolas, questões ambientais, problemas relacionados à saúde e ao desafio da manutenção da vida.

Neste ano, por exemplo, infelizmente, estivemos em locais de chacina, coisa que não gostaríamos que estivesse mais na pauta, que já fosse algo superado pelo respeito à vida. De qualquer maneira, temos buscado apoio num grupo de Parlamentares que integram a Comissão de Direitos Humanos e que têm se dedicado bastante para que ela cumpra seu papel, que é muito importante. Temos buscado fazer isso de forma integrada com outras Comissões da Casa e com as frentes parlamentares.

Assim, além de termos ampliado o número de audiências públicas, de seminários e de parcerias internas, conseguimos neste ano reativar e consolidar, penso eu, uma rede nacional de Parlamentares que atuam na área dos Direitos Humanos.

Para nós foi muito importante essa integração com as Câmaras Municipais e as Assembléias Legislativas. Faltava dimensionar um pouco, para ver se estávamos conseguindo dar respostas aos desafios colocados. Mas ficamos satisfeitos ao ver a participação e a qualidade do resultado deste X Encontro, cuja realização foi de fundamental importância.

Não devemos perder essa tradição, essa cultura dos encontros anuais. A conferência deliberativa por delegação é uma inovação em termos de experiência e todos torcemos para que ela se consolide, aprofunde e dê certo. Esse espaço que temos é aquele em que as pessoas e as entidades decidem sobre diversas questões e ela tem resolutividade, sim. Este é um espaço de articulação e de compromissos mútuos, mas não entra em conflito com a conferência. Na minha opinião, esses encontros devem ser mantidos.

Se havia alguma dúvida sobre se poderia haver ou não algum conflito, acho que se mostrou que não devemos permanecer com essa dúvida. São espaços pautados pelos mesmos temas, mas sob formas diferentes, e cada um tem o seu lugar. Acho que temos de fazer o que o Ivânio disse, que é manter a realização deste encontro a cada 2 anos.

É claro que esta Casa tem que estar aberta para atividades desse tipo. E, mesmo se alguns não conseguem conduzi-la dessa maneira, esta é a Casa do povo brasileiro e a sociedade organizada deve aqui se manifestar, porque aqui é o lugar para se fazer isso.

Então, a Comissão de Direitos Humanos reafirma esses compromissos. Espero que o resultado dos debates que aqui fizemos tenham contrapartida na concretude das ações que vamos encaminhar. Vamos retornar os documentos aos companheiros e companheiras, cadastrados que participaram dos nossos encontros. É claro que será da nossa responsabilidade a iniciativa de audiências

públicas, assim como a busca de atividades que possam trazer parceiros a fim de dar concretude àquilo que aqui decidirmos.

Por último, quero falar sobre a Medida Provisória nº 259, que está diretamente ligada a uma das questões mais importantes sobre a qual deliberamos: a luta pelo retorno de *status* de Ministério da Secretaria de Direitos Humanos.

Acho que devemos brigar não só para que a Secretaria volte a ter *status* de Ministério, mas também para que se pense em um Ministério de Direitos Humanos que seja capaz de estabelecer a interdisciplinaridade das políticas públicas; que tenha a autoridade, embora compartilhada, de um Ministério no trato com Municípios e Estados; e que possa articular todo esse conjunto de políticas públicas que perpassam por todas as ações do Governo. Dessa forma, poderemos dizer que, efetivamente, há respeito pelos Direitos Humanos no Brasil. (*Palmas.*)

Fui escolhida pela Mesa Diretora da Casa para ser Relatora dessa medida provisória, que vai, no seu interior, decidir sobre a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos. O primeiro passo é aquele que o Mário já informou: conversar com o Governo para ver em que sentido ele pode contribuir para que a Casa possa não só dar o contorno, a legitimidade e a legalidade do retorno de *status* de Ministério à Secretaria, mas também resolver outras questões que, obviamente, são pertinentes a esse debate.

Então trabalharei aqui na Câmara Federal pela aprovação do retorno do *status* de Ministério. Espero que tenhamos algum espaço para avançar com essa medida provisória. O primeiro passo é conversar com o Governo para que ele nos ajude a formar, se não um consenso, pelo menos uma ampla maioria dentro do Congresso para podermos aprovar essa medida.

São compreensíveis as dificuldades alegadas pelo Dr. Mário Mamede. Dentro da estrutura e da hierarquia de Governo, ele vai se dirigir primeiramente ao Ministro Luiz Dulci. Mas tenho certeza de que será um aliado, junto com todos os demais companheiros e companheiras que compõem a equipe da Secretaria, na articulação política necessária para esse retorno se realize, sem desrespeitar, obviamente, a hierarquia no Poder Executivo.

Somos todos aliados nessa questão. Tenho muita confiança de que estaremos todos juntos trabalhando pela aprovação da medida provisória. O seu prazo se encerra em 7 de setembro; portanto ainda temos alguns dias para conversar com o Governo, com os demais Parlamentares, com as lideranças das bancadas e solicitar o apoio da Mesa Diretora na condução dessa matéria,

obviamente ouvindo, consultando e solicitando apoio e amparo à sociedade organizada nessa luta que vamos empreender.

Reafirmo que temos poucos dias para vencer uma batalha muito dura neste País, em que muitos morrem diariamente pelo uso de armas de fogo. Essa é uma coisa sobre a qual não temos experiência, porque é o primeiro referendo real da história do País. Então, não tem receita; não temos experiências anteriores em que nos referenciar. O próprio Poder Judiciário, até pela demora da Câmara em votar o decreto legislativo, não teve tempo suficiente para que as normas fossem feitas e estudadas. As normas ainda estão saindo; depois que elas saírem, veremos se são conflitantes, se têm de voltar à mesa para serem refeitas.

Os únicos que não vêem problemas nessa questão são os que estão contra, porque, como eles são contra, não querem saber de regra. Pelo contrário, têm contestado as regras, têm interposto medidas cautelares a várias situações. Há inclusive uma medida que proíbe o Executivo de tomar partido na questão. Como essa proposta foi gestada no Executivo, muito do amparo à campanha viria de lá. Mas agora está proibida manifestação de opinião. O Executivo está proibido de colocar à disposição do referendo qualquer ajuda material. Chegaram ao ponto de contestar a realização de reuniões da Frente Parlamentar pelo “Sim”, nas dependências da Câmara. Na semana passada tivemos que fazer reunião nas instalações de um clube. Estamos com essas dificuldades. Temos de procurar recursos para manter a campanha. Eles não o fazem porque já existe a própria indústria bélica financiando. Mas esses percalços fazem parte da nossa vida, dificuldades que já conhecemos.

Mas conclamo a todos a que façam um esforço enorme, porque a realização desse referendo é um gesto democrático e, ao mesmo tempo, é extremamente ousado. Se formos derrotados numa questão dessa natureza, poderemos sofrer impactos de reversão e retrocesso em outros aspectos da luta pelos direitos humanos. O voto “sim” é mais do que um compromisso com a vida: é também uma disputa que pode nos impulsionar, e muito, na consolidação da luta pelos Direitos Humanos.

Encerro, agradecendo, dando um abraço carinhoso aos participantes e parabenizando a todos nós pela capacidade de, mais uma vez, demonstrarmos que podemos produzir coisas importantes para o nosso País.

Declaro encerrados os trabalhos do nosso Encontro Nacional.
(*Palmas.*)



ANEXO I

PARTICIPANTES DO ENCONTRO

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Aderbal Rodrigues	FACITEC	Estudante
Adeyde Maria Viana	SEDH/PR	CGPDDH
Adriana Soares dos Santos	UCB	Estudante
Aerton Luiz Cipriano Guimaraes Junior	UnB	Imprensa
Aída Maria Monteiro Silva	Comite Nacional de Educação-Presidência da República	Coordenadora
Alan Paulo Rêgo da Silva	IESB	Estudante
Aldo Rufino da Silva	TRF 1	Analista Judiciário
Aleana Pastro	CEF	Analista
Alessandra Gomes da Silva	IESB	Estudante
Alessandra Rabelo Haber Costato	UNIP	Estudante
Alex da Silva	UnB	Estudante
Alexandra da Silva	IESB	Estudante
Alexandre Lopes Mendes	IESB	Estudante
Alexandre Retamar Barbosa	INEP/MEC	Assessor de Imprensa
Alice Libardoni	Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento	Assesora Técnica
Alicia Reigada Blaizola	Universidade de Sevilla	Pesquisadora

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Aline Fernanda Peressin Costa	IESB	Estudante
Aline Hanriot e Bandeira	IESB	Estudante
Aline Rodrigues Alencar	CEF	Analista
Aluizio Martins dos Santos	CDHMP	Vice-presidente
Álvaro Cassio Mesquita Gerin	INESC	
Amanda de Souza Oliveira	IESB	Estudante
Amarúcia Ferrira do Carmo	Com. De Defesa dis Direitos Humanos, cidadania, ética e decoro Parlamentar da CL do DF	Assessora Técnica
America de Melo M Maia	IESB	Estudante
Ana Carolina Ribeiro Barcelos de Castro	IESB	Estudante
Ana Cláudia Luz	Câmara dos deputados	Jornalista
Ana Flávia Rocha de Mello e Souza	ABRANDH	Assesora jurídica
Ana Luisa Ricci Bardi Calado Neca	LAPCOM-UNB	Colaboradora
Ana Luiz dos Santos Dias	Câmara	Servidor Público
Ana Luiza Zenker Dall'Ígna	UnB	Estudante
Ana Maria Caracode	Sec Est Justica ES	Coordenadora
Ana Maria Corso	Com. Dir. Humanos Câmara Mun. Vereadores	Vereadora
Ana Paula da Silva Viana	IESB	Estudante
Ana Paula de Oliveira Barros	IESB	Estudante
Ana Rita Teles Campos	IESB	Estudante
Ana Suely Gadelha da Frota		Estudante
Ananda Gonçalves Vieira	Conselho Federal de Serviço Social	Assessora de comunicação
Anderson de Oliveira Alarcon	Min. Da Justiça	Assesor
André Luz	Mandato Chico Alencar	Sec. Parlamentar
André Nogueira Castro de Barros	UFSCAR	Estudante

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Andrea Mesquita de Menezes	AGENDE	Assessora
Andrea Torres	Conselho Regional de Psicologia SP	Conselheira
Angela Junck da Silva Oliveira	PMDF	Sargento
Angela Maria de Oliveira	ANATEL-Ouvidoria	Assessora
Angela Pires Pinho	Movimento Nacional de Direitos Humanos	Assistente de Pesquisa
Ângela Stangerlin Chemin	Gab. Dep. Adão Pretto	Sec. Parlamentar
Anna Cristina Bittencourt Pérez	Subsecretaria de DH	Assesora Técnica
Antônio Carlos Paiva Futuro	Min. Do Planejamento	Ass. Técnico
Antônio dos Santos	Assembléia Legislativa	Deputado
Antônio Pedro de Almeida Neto	Comissão de Direitos Humanos OAB/PI	Presidente/ Coordenador
Antônio Ruiz Barbosa	GDF	Subsecretário dos DH
Aparecido Ferreira Leite	Igreja Voando com os querubins da Glória	Pastor
Apeles Parbelo	Câmara dos deputados	Chefe Serv. Adm.
Apolinar Aguilar	Embaixada da Bolívia	Conselheiro
Araceli M Pereira Lemos	Assembléia Legislativa do Pará	Comissão de Direitos Humanos
Arênivel Oliveira Moura	AMB – Ass. Municipalista do Brasil	Secretário e assessor
Ariston Rocha	FACITEC	Estudante
Aristóteles Pinheiro Libanio	Associação Cidadão do Mundo	Coordenador
Artur Artin Artianin Depanian	Caros Amigos	Representante
Berenice Bento	UnB	Professora
Bernadete Aparecida Ferreira	Casa da Mulher 8 de Março	Articuladora/ Coordenadora
Bianca Moura Santos	IESB	Estudante
Breno Izídio Rufino	Escola La Salle	Estudante
Breno Lima Moreira	UnB	Estudante
Bruno Alves de Souza	Assembléia Legislativa ES	Assessor
Bruno Hernade de Medeiros	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Bruno Macedo Ferreira	IESB	Estudante
Caio Cezar Camara de Oliveira	CEUB	Estudante
Camila Alencar Gomes	IESB	Estudante
Camila de Magalhães e Andrade	IESB	Estudante
Camila Ribeiro Rabelo da Silva	UnB	Estudante
Camilla Arruda Peres do Carmo	UNIEURO	Estudante
Carla Gabriela Lucas	FACITEC	Seminarista
Carlos Alberto da Costa Braga	UNEB	Coordenador
Carlos Daniel Dell Santo Seidel	Comissão Bras. De Justiça e Paz/ CNBB	Secretário Executivo
Carlos Fernando Marcondes Goulão	Câmara	Jornalista
Carlos Liberto	FACITEC	Estudante
Carlos Rodrigo Liberato	IESB	Estudante
Carlos Vinicius Brito Reis	ANATEL-Ouvidoria	Especialista em Regulação
Carmen Lúcia da Costa	UCB	Estudante
Carolina de Campos Melo	SDH/56/PR	Assessora Institucional
Carolina Luvielmo Lopes	IESB	Estudante
Cassia da Silva Relva	UCB	Estudante
Celina Ribeiro Coelho da Silva	UnB	Estudante
Cicilia Maria Krohling Peruzzo	UMESP	Professora
Cintia Magalhaes da Silva	UFG	Estudante
Clademir Ricardo Lazzaretti	Câmara dos Deputados	Assistente de Orçamento
Claudeci Pereira dos Santos	UnB	Pedagogo
Cláudia Andrade de Assis	Instituto Superior de Educação Nossa Sra de Lourdes	Diretora Financeira Adm.
Cláudio Ignácio	Senado Federal	Sec. Parl.
Claudio Luiz Beirão	CIMI	Assessor Jurídico

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Claudioмиro Ambrosio	Assembléia Legislativa RS	Coordenador
Clayton Alves de Faria	Missão Resgate/ Comunic-DF	Presidente
Clea Maria Macedo Souza	Tribunal Reginal Federal - 1ª Região	Analista Judiciário
Cleivaldo de Sousa Silva	ONG. Araguaína CPT	Colaborador
Clenio Von Michlen	MNLM	Vereador
Crescio Silva Freire	Conselho Tutela do Gama	Conselheiro
Cristiano de Oliveira	Gabinete Dep Adão	Assessor
Cristina Machado da Costa	IESB	Estudante
Cristine Izídio Rufino	Secretaria de Educação do DF	Supervisora Escolar
Dâmares Ferreira Vaz	IESB	Estudante
Daniel de Sena	UNIEURO	Estudante
Daniela F Garrossini	UnB	Pesquisadora
Daniela Frante	Secretária de Direitos Humanos – PR	Assessora Técnica
Daniella Fernandes Barbosa	Universidade Católica de Brasília	Estudante
Danielle Belicha Fonseca	Confederação Israelita do Brasil - CONIB	Representante em Brasília
Danilo Ronaldo dos Santos Bicalho	ENECOS	Coord. Regional
Darci Frigo	Terra de Direitos	Coordenador
Débora Bithiah de Azevedo	Câmara	Consultora Legislativa
Deborah Kury Furtado	IESB	Estudante
Denise Caputo	ANDI-	Assistente Editorial
Denise Lúcia Camatari Galvão	UnB	Pesquisadora
Deputada Fátima Bezerra	Câmara dos Deputados	Deputada
Dhiliã Hellen Silva Azevedo	ICESP	Estudante
Diândria Daia	Na Prática	Repórter
Diany Dias Icassatte Marques	UNIP	Estudante
Diego de Araújo Mendonça	IESB	Estudante
Dilamar Machado	Assembléia Legislativa RS	Jornalista

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Dioclécio Luz	Sindicato dos Jornalistas do DF	Diretor
Diogo de Melo Ribas	IESB	Estudante
Diogo Ferreira Alcântara	SOS Imprensa	Imprensa
Dionilso Marcon	Dep Est RS	
Dominique Belbenail	IESB	Estudante
Doniely Raig	FACITEC	Estudante
Edelcio Vigna	INESC	Coordenador
Édison Flávio Fernandes	MRE	Oficial de Chancelaria
Edmilson Felisberto de Freitas	Lid. do PT na câmara	Jornalista
Edna Calabrez Martins	Forum de Mulheres do Esp.Santo	Coordenação Executiva
Eduardo Felício Barbosa	Câmara	Funcionário Público
Efigênia Magda de Oliveira Moura	Conselho Estadual de Direitos Humanos-São Luiz-MA	Conselheira
Elaine Marinho Faria	Liderança do PPS	Assessora
Elba Trindade Araujo Castro e Silva	Academia de Policia Civil do Distrito Federal	Instrutos de Qualidade
Eliana Souza de Amaral Soares		Advogada
Eliane Consuêlo Santos	IESB	Estudante
Elias Castro Castilho	Câmara dos Deputados	Assessor
Eliene	UNIP	Estudante
Elisabeth Leite Ribeiro	Assoc Bras de Mulheres da Carreira Jurídica	Membro
Elizamar Urbano da Silva	UNIDF	Estudante
Elizangela Vasconcelos Borges	UNIP	Estudante
Elza Satomi Ito	INSS	Chefe de Divisão Gestão de Carreira
Emanoel Esquivel de Santana	UNIEURO	Estudante
Emanuelle da Silva Rocha	Universidade Catolica de Brasília	Estudante
Emília Magalhães	RADIOBRÁS	Ouidora
Enrique Harley Souza Villalobos	UNIEURO	Estudante

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Ernesto Marques	Ass. Bahiana de Imprensa	1º Secretário
Eude dos Santos Oliveira	Câmara	Advogado
Eujone Magalhães Furtado	OAB	Advogada
Evandro Viana Gomes	ANAJUS – Brasil	Diretor-Executivo
Evelyn Teixeira Costa	Comunidade Baha'i do Brasil	Pesquisadora
Fábio dos Santos	Conselho Estadual de Direitos Humanos	Presidente
Fábio Izídio dos Santos	Ordem Espiritualista Cristã	Coordenador
Fabio Vianna do Prado		
Fabília de Moraes Belo	Cons. Dos direitos do Idoso do DF	Assessora
Fabício Schuch Lima	UNICEUB	Estudante
Fabyanne Nabofarzan Rodrigues	UCB	Estudante
Fco Javier Moreno Galvez	UnB	Estudante
Felipe João Gremelmaier	Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul-RS	Vereador
Felipe Linhares Sobreira de Oliveira	IESB	Estudante
Fernanda Bento Rebouças	IESB	Estudante
Fernanda Maria Gomes Pierrecetti	Conselho dos Direitos do Idoso	Assesora
Fernanda Vasques Ferreira	UnB	Estudante
Fernando de Almeida Martins	MPF-MG	Procurador da República
Fernando José de Medeiros	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Fernando Oliveira Paulino	FAC-UnB	Professor Universitário
Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado	IESB	Estudante
Flávia Agrello Silva	UCB	Estudante
Flávio Bezerra de Souza	UnB	Estudante
Flavio Luiz Schiech Valente	Abranda	Coordenador Técnico
Flávio Martins Braz da Cruz	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Flávio Silva Gonçalves	Com.	De Cidadania e DH – ALES
Francisca Wilson Ximenes Lima	UCB	Estudante
Francisco Sadeck	INESC	Assessor Orçamento
Francisco Castro Neto	Câmara dos Deputados	Assessor
Gabriel Izídio Rufino	La Salle	Estudante
Gabriela Magalhães Ramos	UNIEURO	Estudante
Gabriele Cipriani	CONIC	Secretário
Gedimar Pereira Passos	OAB	Advogado
Geralda Pereira da Silva	Grupo de Mulheres Negras Malunga	Coordenadora Exec.
Geraldo da Costa Junior	Coordenadoria Nacional I P Port. Defic.	Supervisor
Geraldo Perfeito Peluzio	IESB	Estudante
Gesa Linhares Corrêa	CNTE e SEPE/RJ	Diretora executiva
Gidalti Oliveira Moura	Jornal Folha dos Municípios	Superintendente
Gilson Cardoso	FCDDH Bento Rubião	Coordenador
Gilvaci Rodrigues Azevedo	UNICEUB	Professora
Gilvaldar de Campos Monteiro	INSS	Chefe de RH
Giovana Santos Simoni	IESB	Estudante
Giovani Mendonça Lunardi	Com. Justiça e Paz / Rondônia	Membro
Giovanna Assunção Junqueira	IESB	Estudante
Gisele Davi Diniz	IESB	Estudante
Glaucia Gomes	DGU/CGU/PR	Assessora de Imprensa
Glayde Selam da Hora	Advocaci	Advogada Coord Executivo
Grabriella Menezes Campos	IESB	Estudante
Graciela Baroni Silaimen	RITS	Consultora
Grazielle Dias Carvalhedo	IESB	Estudante
Guilherme Angel Ribeiro	Esc. Téc. do Gama	Estudante
Guilherme David de Oliveira	CEUB	Estudante
Guilherme Santos de Castro	IESB	Estudante
Gustavo Rick Amaral	IESB	Estudante

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Hédel de Andrade Torres	IMDH- Instituto Migrações e Direitos Humanos	Advogado / Professor
Helder Nozima Pereira	Radiobrás	Reporter
Helena Costa	KOINONIA	Assistente de Comunicação
Helena de Lima Beraba Fatureto	Senado Federal	Subchefe de Gabinete
Helena Lúcia Cochilcer da Silva Araújo	Procuradoria Federal Direitos do Cidadão	Assessor
Heline Belchior Guimarães		
Helissa Aguiar Machado	IESB	Estudante
Heloisa de Oliveira Caixeta	IESB	Estudante
Henilda Balduino de Sousa		Advogada
Henrique Barros Joca	Secret Educação DF	Gerente Ens Medio
Henrique Cortat de Souza Campos	IESB	Estudante
Henrique Ferreira Amaral	IESB	Estudante
Hilton Soares Sacerdote	Aspar. PCDF	Assessor Parlamentar
Honaldo Santos Leal	Câmara	Téc. Em segurança do trabalho
Hudson Gomes de Paula	Câmara dos deputados	Tec. Legislativo
Hugo Menezes de Mattos	IESB	Estudante
Iana Paula Felipe	INESC	Assistente de Políticos
Iaris Ramalho Cortes	CFEMEA	Assessora Técnica
Idelcia Maria de Mattos Vidal	Centro uni. UNIEURO	Coordenadora / Professora
Ieda Maria Jaber de Magalhães	UNIEURO	Estudante
Ines Mindlin Lader	Comiss Munic DH - SP	Assessora Técnica
Inoilson Queiroz	IESB-DF	Estudante
Iracema	UNIP	Estudante
Iracema Maria Motta Brochado	CRESN	Assessora
Ireneo Andres Barboza	OSAFF	Vice Presidente
Irenilda Oliveira Costa	Camara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Irina Feitosa Vidal	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Iris Warta Gonzaga Mota	Curso Promotorias legais populares	Cursista
Irlane Maria Rodrigues da Costa	SEAS / DF	Psicóloga
Irma Maria Gabriella Prima	Pastoral Carcerária-CJP	Coordenação
Isa Karolina Santos Sampaio	PressMidia	Jornalista
Isaac Heber S. Azevedo	AEUDF – UNIDF	Estudante
Isabel Cristina de Lima Felício	Câmara dos Deputados	Auxiliar de Gabinete
Isabela Freire Wanderley		
Isabela Junqueira Vargas	UnB	Estudante
Isabela Moraes de Araújo Pinheiro	IESB	Estudante
Isaias Santana da Rocha	M. Nac de Direitos Humanos	Coordenadora
Italo Cardoso Araújo	Comissão Direitos Humanos da Assemb. Legislativa de S. Paulo	Presidente
Ivonete Kurten	Paulinas Editora	Diretora de Redação
Ivy Gomes da Silva Timo	IESB	Estudante
Jacira Vieira de Melo	Instituto Patrícia Galvao	
Jairo Alves Botelho	FACITEC	Estudante
Jalila Arabi	FACITEC	Estudante
Jaqueline Santos Lima	SOS Imprensa	Repórter
Jeziel da Silva Nascimento		Professor
João Areis Rude	LBV	Jornalista
João Carlos Araújo Santos	Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE - RJ	Presidente
João Felipe de Medeiros Neto	IESB	Estudante
João Frederico dos Santos	Movimento Nacional de DH	Coordenador
João Lúcio Bellard Freire	Prefeitura de Palmas	Assessor de DH
João Rodrigues Borges	UNIEURO	Estudante
Joaquim Carlos Carvalho	Ass. Brasileira de Radiofusão Comunitária- ABRAÇO	Coor. Jurídico

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Joelma Cezário	Associação Lésbica Feminista de Brasília	Diretora de Projetos
Joelson Dias	CDNH/OAB	Advogado
Joilse Gomes Santana	OAB/RN	Conselheira
Jonicaez Cedraz de Oliveira	FNDC-BA	Coordenador executivo
Jorciane S de O Gamba	MNDH	Coordenadora/advogada
Jorge Antônio de Oliveira Francisco	PMDF	Ass. Parlamentar
Jorge Antônio Mota	Câmara	Assesor
Jorge Fernandes da Silva	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Jorge Fernandes Sousa Silva	UNIP Universidade Paulista - Direito	Universitário
José Alves de Oliveira	Secret. De Educação do GDF	
José Alves dos Santos Cannabrava	Jornal do Brasil	Jornalista
Jose Arnor Brito Silva	PPS	
José Botelho Neto	IESB	Estudante
José Carlos de Sá Junior	Câmara dos Deputados	Assessor de Imprensa
José Eduardo Elias Romão	Min. Da Justiça	Diretos
José Estanislau Vilela	Gab Dep Maria do Carmo Lara/MG	Chefe de Gabinete
José Francisco Barbosa Oliveira	SINPRO	Professor
José Gomes Santana	Câmara dos Deputados	Assessor Parlamentar
José Henrique de souza		Garçon
José Luíz Baggio Nicola	ACEC Baraúnas	Consultor
José socorro Menezes	Rádio Cultura	Membro da Diretoria
José Teógenes Abreu	Câmara dos Deputados	Assessor Parlamentar
José Wellington Barreto	OAB/ RN	Advogado
Jose Willamis Batista Leite	UNIP	Estudante
Josefina Serra dos Santos	Serra Advogados S/C	Advogada
Josiliny Barros Andrade	Câmara dos Deputados	Auxiliar de Gabinete
Jozilda Marques de Faria Santana	Secretaria de Estado de Educação DF	Professora
Juan Rodrigues Urras Cruz	Igreja Assembléia de Deus	Superintendente Escola Bíblica

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Júlia Chevallier Freire	CEUB	Estudante
Julia Cunha Borba Santos	IESB	Estudante
Júlia Rodrigues Lírio	UnB	Estudante
Juliana Bastiani Seiffert	IESB	Estudante
Juliana Camelo da Silva	IESB	Estudante
Juliana de Melo Borges	Conselho Federal de Psicologia	Coordenadora Técnica
Juliana dos Santos Boechat	IESB	Estudante
Juliana França Marindo	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Juliana Soares Mendes	SOS Imprensa	Imprensa
Julio Cruccioli	Casa de Cultura	Diretor Teatral e Produtor Cultural
Jurilza Maria B. De Mendonça	Subsecretaria de Direitos Humanos PR	Assessora Técnica
Karen Lucia Borges Queiroz	Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus	Assessora de saúde
Karla Patrícia Vieira de Lucena	UCB	Estudante
Karla Tais Araujo	FACITEC	Estudante
Katia Fernanda	UNIP	Estudante
Kelen Vanzin Moura da Silva	Assembléia Legislativa-PR	Assessora de Imprensa
Kelly kotlinski Verdade	Assoc. Lésbica Feminista de Brasília- Coturno de Vênus	Diretora Executiva
Kenia Rezende Lima	Pastoral Carcerária	Jornalista
Kettyplyn Kamila Sanches	UFMT	Professora
Keyla Reis de Oliveira	UCB	Estudante
LamLam Augusta	Associação de Lésbicas Feministas de Brasília	Diretor de Cultura e Transexualidade
Larissa Papa Rodrigues	IESB	Estudante
Lauana Batista Tavares	UnB	Estudante
Leandro Alberto Lima Duarte	IESB	Estudante
Leandro Cipriano Doira Brandão	IESB	Estudante
Leda Mercia Lopes		Estudante
Leila Cardoso	FACITEC	Estudante

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Leila R Lopes	Acarito LGBT-RS	Coordenadora Geral
Leiliane Critina Lopes Rebouços	Inst. De Estudos Socioeconômicos- INESC	Estagiária
Leonardo Belfort S C C Leite	IESB	Estudante
Lerie Teixeira Sousa Gonçalves	Câmara Municipal de Ipatinga	Vereadora
Letícia de Oliveira Vítola	IESB	Estudante
Levi Batista Ferreira	Câmara dos Deputados	Técnico Legislativo
Leyberson Lelre Cháves Pedrosa	Jornal Campus	Imprensa
Lígia Félix da Silva	Instituto Migrações e Direits Humanos	Secretaria
Lígia Moura da Silva	UCB	Estudante
Lilian Regina Almeida Bastos	IESB	Estudante
Lisandra Arantes Carvalho	CFEMEA	Assessora
Lisandra Arantes Carvalho	CFEMEA	Assessora Parlamentar
Lívia Souza Jacobina	IESB	Estudante
Luana Rodrigues da Silva		
Lucia Nader	Conectas Direitos Humanos	Coord Relações Internacionais
Lucila Bandeira Beato	SDH/ Secretaria Geral / PR	Coordenador Geral
Lucila Gerúndio de Azevedo	IESB	Estudante
Lucilaine Nogueira Gonçalves	Cmissão de Direitos Humanos - RS	Assessoria
Ludmila da Rocha Branco	UNIEURO	Estudante
Ludmila Mendes	IESB	Estudante
Luiz Sérgio Monteiro Terra	Folha de Brasília	Jornalista
Luiz Antônio Simonetti Gomes	Petrobrás	Prof. Comunicação Social
Luiz Carlos Kreutz	Câmara dos Deputados	Assessor Técnico
Luiz Cláudio Rodrigues Menezes	Câmara dos Deputados	Secretário Parlamentar
Luiz Linhares	Jornal do Brasil	Repórter

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Luiz Marcos Medeiros Carvalho	Conselho Estadual de Direitos Humanos- Maranhão	Secretário Adjunto
Luiza Pinto de Maura Andrade	IESB	Estudante
Lujan Maria Bacelar de Miranda	CUT Nacional	Diretora Executiva
Luseni Aquino	IPEA	Téc. Planejamento e Pesquisa
Marcela Albuquerque Maciel	Advocacia Geral da união	Procurador Federal
Marcela Alcântara Noman		Psicóloga
Marcella de Sousa Moreira Cibreiros	IESB	Estudante
Marcelo Barbosa Santos	UnB	Historiador
Marcelo Camargo	FIESP	Assessor Legislativo
Marcelo Dayrel Vivas	CONDEPE	Conselheiro
Marcelo Freitas	SPPH	Secretário Geral
Marcelo Freitas	SPPH	Secretário Geral
Marcelo Inácio de Sousa e Silva	Mov. Cearense pela Democratização da Comunicação	Coordenador
Marcelo Lucema	FACITEC	Seminarista
Marcelo Parreira Veloso Junior	UnB	Jornalista
Márcia Abreu da Silva	Com. De Legislação Participativa	Assessora
Marcia Fernandes Ribeiro	IESB	Estudante
Marcia Morgado Miranda	MPF	Procuradora da República
Marcos André de Oliveira	CEUB	Aux. Tec. Administrativo
Marcos Antônio Elenterio Monteiro	Canal 27	Jornalista
Marcos Dionísio Medeiros Caldas	Ouidoria de Polícia	Ouidor
Marcos Rogério de Souza	Gab. Dep. João Alfredo	Assesor
Marcos Vinícius Nunes Calado	Min. Da Saúde	Aux. Adm III

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Marcus Vinícius Aguiar Macedo	MPF	Procurador da república
Marcus Vinícius Ferreira Pimental	Servidor Público	Técnico Adm.
Margarida Bulhões Pedreira Genevois	Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos	Fundadora
Maria Amália Baporita Gonçalves	IESB	Estudante
Maria Cecília Melo da Cunha	UCB	Estudante
Maria da Conceição Azevedo de Sousa	Conselho Titular	Conselheira
Maria das Graças Jacob da Silva	Associação das Mulheres de Vicente Pires	
Maria das Graças Mariz Ramos	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Maria de Jesus Amorim Farias	Comissão de Legislação Participativa CD	Jornalista
Maria de Jesus Sousa dos Reis	Câmara	Assessor técnico
Maria de Jesus Werneck Muniz	Comissão de DH / CL – DF	Assessora
Maria de Lourdes dos Reis Brito		Estudante
Maria de Nacaré Tavares Renaide	SEDH	Coordenadora de Educação
Maria do Carmo de Oliveira Ramos	CGDDHM	Conselheira
Maria do Carmo Lua	Câmara Federal	Dep. Federal
Maria do Carmo Peixoto	Academia de Direito / MRE	Ser. Pública
Maria do Carmo Santos	Ordem Espiritualista Cristã	Tutora
Maria do Socorro Cunha	Curso Promotorias Legais Populares	Assistente Administrativo
Maria do Socorro F Tabosa Mota	SDH/SG/PR	Assessora

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Maria do Socorro Lopes S Passos	CEF	Consultora
Maria Dulce Valença de Affonseca	Science Po	Mestrando
Maria Eliane Menezes de Farias	Centro Dandara de Promotoras	Membro Consultivo
Maria Estela Dias Argolo	UnB	Professora
Maria Helena Eicher Vercílio	SDH / Projeto de apoio institucional	Administradora
Maria Ivonete Gomes do Nascimento	Ouvidoria Geral do min. Do Esporte	Ouvidora
Maria Jane Barreto	Ouvidoria Geral da União	Assessora
Maria José de Souza Paiva	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Maria Lucia Daniel de Faria	Câmara dos Deputados	Assessora
Maria Luiza Ribeiro Viotti	Min. Das Relações Exteriores	Diretora Geral do DDHTS
Maria Madalena da Silva Carneiro	Comissão de Direitos Humanos	
Maria Mello	MST	Comunicação
Maria N. Simele Antonello	MRE	Oficial de Chancelaria
Maria Silvia Bembom	UnB	Estudante
Mariana A G Branco	UnB	Estudante
Mariana Azevedo Alves	Conselho Federal de Psicologia	Estagiaria
Mariana Barros Rodrigues	UnB	Estudante
Mariana da Costa Peixoto	Fórum Nacional de Educação em DH	Pesquisadora
Marilda Barbosa Macedo Souza	IESB	Estudante
Marina Pimenta Spínola Castro	Subsecretaria de Direitos H/Pres.Repub.	Assessora de Comunicação
Marina Rodrigues Pereira Soares	UNICEUB	Estudante
Marlene Libardomi	AGENDE	Diretora Executiva
Marli Gonçalves Almeida da Silva	Igreja Pentecostal Voando com os Querubins da Glória	
Marlon Clementino de Leles Pereira	CEB	Eletricitário

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Marlos Francisco Moraes de Lima		Jornalista
Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos	ABE- Associação Brasileira de Educação	Membro do Conselho Diretor
Marta Almeida	Movimento Negro Unificado	Coordenadora
Marta Cereser Alejarra		
Mary Caetana Aune	Comunidade Bahá'i do Brasil	Secretária Nacional Adjunta
Mathildes Pereira Ribeiro Castilho	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Mauricio Pereira Jabus	IESB	Estudante
Maurílio Moreira da Rocha	Câmara Federal	Assesor
Mayra Aires da Silva	UnB	Estudante
Mayra Oliveira de Morais	IESB	Estudante
Maysa Silva Nogueira	Universidade Católica de Brasília - UCB	Estudante
Melissa Navarro	Assoc. Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de vênus	Diretora Financeira
Mercia Beatriz Miranda	Procur Federal Direitos Cidadão	Assessora
Meriane Aparecida Barbosa de Oliveira	IESB	Estudante
Michele Cristina Angelo Dantas Rocha	UCB	Estudante
Michelline de C Santos	LBV	Assistente Social
Miriana Helena Mayer Casali	Anced- Ass. Nac. Dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente	Assesora de Comunicação
Mirna Gondim M. Sales	SDH	Governadora Federal
Mirza Carla Oliveira Braga	UCB	Estudante
Monalisa Lacerda Silva	LBV	Assistente Social
Murilo Vilela Momniski	Subsecretaria DH/Pres. Repub	Assessor Internacional
Myllena Calasans de Matos	CFEMEA	Assessora Parlamentar
Nair Heloisa Bicalho Sousa	NEP	Coordenadora
Nalha Maria Roriz Brito	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Natália Aurélio Vieira	UnB	Estudante
Natália Cruz	Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Assessora Parlamentar
Natália Lepsch Kenupp de Souza	IESB	Estudante
Natany Dias	FACITEC	Estudante
Nathália Fonseca da Silva	IESB	Estudante
Nelson Luiz Ferreira Serra	IESB	Estudante
Nicelia de Sousa Milhomem Alves	IESB	Estudante
Nicolle Caroline Belchieur	CEUB	Estudante
Nielle Diniz Ribas	Comunidade bahá'í do Brasil	Ass. Parl.
Nildo Antônio da Silva	Igreja P. Vando Com querubinho	Plebiscito
Orlando Fernandes	ADNAM	Representante
Osvaldo Monte Filho	SSP-RN	Corregedor Geral
Otávio Chamorro Mendoza	Min. Da Justiça	Analista
Oto Filemon	SSP-GO	Gerente de Direitos Humanos
Patricia Maria da Silva Santos	LBV	Responsavel pelo grupo Jovem
Patrícia Monteiro	IESB	Estudante
Paula Gabriely Diniz Coêlho	IESB	Estudante
Paula Juliana Folbran Fialho	UnB	Pesquisadora
Paulo Henrique Dubinevir Filgueiras	IESB	Estudante
Paulo Henrique Lima	Rede de Informação 3º Setor	Diretor Executivo
Pedro Bezerra	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs	Membro
Pedro Diniz		Assessor Parlamentar
Pedro H Pontual Machado	PETROBRAS	Consultor
Pedro Izídio dos Santos	Ordem Espiritualista Critã	Presidente
Pedro Jarbas da Silva	OAB/MA	Pres. Comissão DH
Pedro Noletto	Câmara dos Deputados	Direitos de Publicação
Pedro Rogério Melo de Lima	Ministério da Ciência e Tecnologia	Assesor

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Pilza Iraci	Instituto da Mulher Negra	Coord Exeexecutiva
Polyana Resende	AGENDE	Assessora de comunicação
Priscila Carvalho	CMI	Ass. Imprensa
Priscilla Maia de Andrade	AGENDE	Assessora Técnica
Rafael Adjuto de Melo	IESB	Estudante
Rafaela Pires Azza	IESB	Estudante
Railssa Alencar	ANDI	Coordenadora
Raimunda Aline Lucenor Gomes	Sinos- Organização Para o desenvolvimento da Comunicação Social	Coordenadora Executiva
Raimunda Núbia Lopes da Silva	CNTE- Conf. Nac. De Trabalhadores em Educação	Sec. De Políticas Sociais
Raissa F Teixeira	IESB	Estudante
Ramon Alquerque Posto	IESB	Estudante
Raphael de Azevedo Mertens	IESB	Estudante
Raquel Colaço Sales	Núcleo Feminista / PPS	
Raquel Willadino Braga	Mov. Nac. De Dir. Humanos	Pesquisadora
Rebeca Monteiro de Souza Silva	IESB	Estudante
Regina Rodrigues Barbosa	Câmara dos Deputados	Assistente de Gabinete
Reinaldo Pereira e Silva	OAB/ SC	Presidente
Renata Pelizon	Subsecretaria de DH – PR	Assessora Internacional
Renato Barros de Carvalho	FACITEC	Estudante
Renato José Pereira de Oliveira	Camara de Vereadores de Caxias do Sul	Vereador
Rene Gustavo Couto	IESB	Estudante
Richard Barlon	Bem. Britânica	Segundo Secretário
Robert Dieter	Embaixada da Alemanha	Conselheiro
Robert N Steiner	Embaixada da Suíça	Ministro
Roberta Lessa Amaral	Associação Muda Mundo	Tesouraria e administrativa

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Roberta Rôcco	IESB	Estudante
Roberto Bastos	DRH	
Roberto Costa Araújo	Subsecretaria de Direitos Humanos – PR	Assessor Técnico
Roberto Monte	Centro de DH e Memória Popular	Coordenador
Rocio Stefson Neiva Barreto	Min. Da Saúde	Assistente
Rodrigo Noleto Henrique	CEUB	Estudante
Rodrigo Penha Mendonça	ESPAM	Estudante
Rolano Schmidt	Embaixada da Alemanha	Estudante
Romeu Aloísio Feix	Centro de Direitos Humanos de Palmas	Secretário Articulador
Ronaldo Victor dos Santos	PMDF	Ass. Parlamentar
Roque Grazziotin	MEC	Assessoria Parlamentar
Rosa Maria Bastiani Seiffert	IESB	Estudante
Rosa Maria Pinto Amaral	UnB	Estudante
Rosa Mirah Araujo Gomes	IESB	Estudante
Rosana Maria Tenroller	Gab. Dep. Adão Preto PT/ RS	Sec. Parlamentar
Rose Nogueira	Grupo Tortura Nunca Mais-SP	Presidente
Roseane Teixeira Viana	IESB	Estudante
Rosyel Cardoso Domiciano Santos	Conselho Estadual Direitos Humanos	Conselheiro
Rubem Roschel Pereira de Sousa	Justiça Global	Jornalista
Ruli Peluti	ANDI- Ag. De notícias dos Direitos da Infância	Coor. De Monitoramento
Ruth Maria Melo Alfaia	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Ruthe Soares de Sousa	Igreja Pentecostal voando com os querubins Glória	Missionária
Ruy Felipe Figueira Conde	IESB	Estudante
Sanara Ferreira Barreto	IESB	Estudante
Sandra Mara A S Brito	SEAS	Assessora

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Sandro Santos de Jesus	Ministério da Previdência Social	Assessor Parlamentar
Schermam Chuplu Miranda e Silva	TFTS	
Selma A Bastista	Forum Nac. Defesa Crianca e Adolescente	Secretária Executiva
Selmara Alves Lima	Promotoria Popular Legal	Estudante
Sérgio Murillo de Andrade	FENAJ	Presidente
Sérgio Suiama	MPF- Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão	Procurador Regional dos Direitos do cidadão
Sílvia Alvarez Cardoso	MNDH	Estagiária
Sílvia Campos	Liderança PP	Assistente Técnica
Silvio Barone	ASHOKA	Consultor
Solange Cavalcanti Pequeno	Câmara dos Deputados	Auxiliar de Gabinete
Solon Eduardo Annes	UNISINOS	Professor
Sônia Cleide Ferreira da Silva	Grupo de Mulheres Negras Malunga	Coordenadora Geral
Sonia Ferreira	UNIP	Estudante
Sonia Maria da Silva	CNTI	Sec p/ assunto trab. mulher
Sônia Palhares Marinho	CDMH	Assesora técnica
Suelen da Losto Bidinoto	UNICEUB	Estudante
Suelen dalosto Bioinoto	CEUB	Estudante
Suelen Gonçalves dos Anjos	UNICEUB	Estagiario
Suzana Cristina Leite	Câmara dos Deputados	Servidora
Sydma Aguiar Damasceno	Agência Nacional de Vig. Sanitária	Servidora Pública
Tania Maria Monteiro	Comissao de DH OAB	Membri
Tarciso da Silva Marque Filho		Estudante
Tatiana Christofoli Martins	IESB	Estudante
Tatiana Dias Coêlho	IESB	Estudante
Tayná Moreira de Souza Haudiquet	IESB	Estudante
Thais Carvalho	UNIP	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Thais Ferreira Santos	UCB	Estudante
Thaís Franceschini	ABRANDH	Assistente de Direitos Humanos
Thaís Moyses Nogueira Rodrigues	Coturno de Vênus	Diretora
Thamis Dal Motin	IESB	Estudante
Thays Fernandes Lemos Paz	IESB	Estudante
Themis Cristina Lobato de Lima	Ministério da Justiça	Analista
Thiago Amaral Minamiraiva	Depart. De Comunicação Social UFSC	Jornalista
Tirzá gelbcke Gupert	Secretaria de Educação do DF	Professora
Umberto Satyro	Fundação Hospitalar	Médico
Valdemir Freitas S. Oliveira		Aux. Administrativo
Valdete Rocha Sacramento	Câmara dos Deputados	Servidora
Valteir Marcos de Brito	Câmara dos deputados	Tec. Legislativo
Valter Gomes Campos	Academia de Polícia Civil-DF	Professor
Valter Viana	Câmara Municipal de Maringá	Vereador
Vera Lúcia Galdez Canabrava	Conselho Federal de Psicologia	Conselheira
Vera Lúcia Tiburcio da Silva	Secretaria de Educação do DF	
Veranne Cristina Melo Magalhaes	Câmara	
Virginia Canedo	Comitê Internacional da Cruz Vermelha	Encarregadora do Programa
Virgínia dos Santos Faustino	Câmara Federal	Secretaria Parlamentar
Viviane Henriques de Castro	IESB	Estudante
Waldecy de Carvalho Adorno Campos	GDF – Gerencia de Direitos Humanos	Assessora
Waldirene Gomes da Silva Gualberto	Sec Segurança Pública e Justiça	Assessora de Ger. Exec
Walisson Lopes Barreto	IESB	Estudante

Anexo I – Participantes do Encontro

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Waltoir Monteiro Soares	Gerencia Executiva de Direitos Humanos	Assessor
Washington da Silva Simdes	UNIP	Estudante
Wellington Luiz Tercetti Nunes Pereira		Estudante
Wellington O Vieira	IESB	Estudante
Wellington Pereira Carneiro	Alto Comissariado das nações Unidas para Refugiados	Oficial de Produção
Wellington Souza Costa	Polícia Militar	Soldado
Westei Condey Martin Júnior	Ministério Público de Pernambuco	Promotor de justiça
Wilson Dias	UNIP	Estudante
Wirlaeni Cacio de Sousa Santos	G R E S IMPERIO DO GUARA	Diretor Financeiro
Yasmine Cardoso de Macêdo	IESB	Estudante
Yvone Magalhaes Duarte	Conselho Federal de Psicologia	Coordenadora Geral
Zenáide Teixeira	Escola Classe 45	Merendeira
Zuazuro Gomes	Câmara dos Deputados	Fun. Público
Zuleide Ribeiro Bezerra	Fujioka	Laboratorista